

Andreia dos Santos Marques Pereira

**O 11 de Setembro na imprensa portuguesa:
A semana seguinte**

Volume I

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2005

*Dissertação de Mestrado na área de Comunicação e Jornalismo,
apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra,
sob a orientação da Professora Doutora Isabel Ferin.*

Índice

Introdução	4
1. O acontecimento – o 11 de Setembro.....	8
1.1. “Terça-feira” negra	8
1.2 Al-Qaeda, o actor inesperado	10
1.3. EUA: alvo (im)provável	13
1.4 O mundo pós-11/09	17
1.5 “Reality show”	21
2. O terrorismo e a comunicação social	25
2.1 O espírito do terrorismo	25
2.2. Caminhos para uma definição	29
2.3 Dois séculos de terrorismo	36
2.4 As causas terroristas: da política à religião.....	39
2.5 Uma forma perversa de “showbusiness”	41
2.6 Novas tendências do terrorismo	54
3. Noticiabilidade e «agenda-setting»	57
3.1 Mass media: construção da realidade e efeitos.....	57
3.2 Noticiabilidade	58
3.2.1. O paradigma construcionista	59
3.2.2 Valores-notícia.....	75
3.3 O agendamento	83
3.3.1 Os efeitos dos <i>media</i>	85
3.3.2 A agenda mediática e a agenda pública	89
3.3.3 Condições contingentes para o agendamento	91
3.3.4 O agendamento dos diferentes <i>mass media</i>	96
3.3.5 O que determina a agenda dos <i>media</i> ?.....	103
3.3.6 Transferência de atributos – o “segundo nível” do agendamento.....	107
3.3.7 Não apenas “sobre o que pensar”, mas “como pensar”	111
4. Estudo de caso: o 11 de Setembro enquanto agenda prioritária.....	115
4.1 Definição das Metodologias: do Estudo de Caso à Análise de conteúdo.....	115
4.2 Análise das variáveis de forma	117
4.2.1 Número de peças.....	117
4.2.2 Autoria das peças	119
4.2.3 Espaço da peça.....	122
4.2.4 Proeminência da peça	124
4.2.5 Tipo de peça.....	126
4.2.6 Fotografia.....	129
4.3 Análise das variáveis de conteúdo.....	133
4.3.1 Foco geográfico	133
4.3.2 Tema	135
4.3.3 Actores.....	141
4.3.4 Enquadramento	143
4.4 Análise das variáveis de discurso	145
4.4.1 Vozes	145
4.4.2 Tom.....	149
Conclusão	151
Bibliografia	155
Anexos.....	166

Introdução

Acontecimento global, o 11 de Setembro foi por isso também um dos momentos definidores da experiência e emoção global – e aqui, o mérito tem de ser concedidos, em grande medida aos meios de comunicação social, sobretudo (pelo menos numa primeira fase), à televisão. De facto, no dia 11 de Setembro de 2001, o mundo inteiro, transformado numa imensa plateia mediática, assistiu atónito, em directo pela televisão, à jornada apocalíptica: a tragédia em tempo real no melhor “reality show” que se poderia inventar. “De forma perversa e sofisticada (...), terroristas operaram tendo como certa a inevitabilidade da cobertura mediática e utilizando até ao paroxismo esse trágico tempo de antena só que numa escala e numa dimensão nunca antes imaginada” (Letria, 2001: 7).

Nas sociedades democráticas, os meios de comunicação social tendem a assumir um papel importante como instrumento modelador de atitudes e opiniões, já que contribuem para a definição dos temas que farão parte da opinião pública (“agenda-setting”) e, ao mesmo tempo, do sentido a atribuir-lhes. Através de tais dispositivos, os meios de comunicação social conseguiram autonomizar o seu próprio campo de legitimação, tendo-se tornado, dessa forma, num meio privilegiado de medição de outros campos autónomos, possibilitando a gestão das contradições e das divergências de cada campo em conformidade com os interesses dominantes (Rodrigues, 1984: 27-28).

A relação entre os *media* e o terrorismo não é linear. Há um famoso adágio, popularizado pela ex-primeira ministra britânica Margaret Thatcher, que diz que “a publicidade é o oxigénio do terrorismo” e é certo que os terroristas parecem muitas vezes actuar em função da cobertura mediática dos seus actos – eles sabem que um acto terrorista, “atacando inesperadamente pilares “positivos” da estrutura social” (Schmid, 1992: 114), encaixa perfeitamente no sistema de valores-notícia dos *media*. A perpetração de actos terroristas por causa do seu valor-notícia implica que os terroristas têm de cometer apenas actos nos quais os *media* estão interessados. Muitos autores contemporâneos partem da ideia que os terroristas aplicam esta tática de um modo muito consciencioso, racional. Bell (1978, *apud* Gerrits, 1992: 45-46), por exemplo, escreveu: “Estes novos atiradores transnacionais estão, de facto, a construir um pacote

tão espectacular, tão violento, tão sedutor, que as estações de televisão, agindo como executivos, fornecendo os “cameramen” e a audiência, não podem recusar a oferta”. A perversidade reside no facto de à medida que os incidentes terroristas se tornam presença habitual nos *media*, a violência destes ter de se tornar mais dramática e extensa para ser noticiada – “Aparte incidentes espectaculares (...), muita da cobertura consiste de breves cápsulas em localização pouco proeminente” (Paletz e Boiney, 1992: 17).

Porém, e sem colocar em causa a carga comunicacional dos atentados terroristas, a investigação actual tende a apoiar o argumento de que a cobertura mediática não é favorável aos terroristas. Em particular, dados a um nível micro do conteúdo da cobertura indicam, se alguma coisa, que esta apoia os governos ocidentais contra o terrorismo (Paletz e Boiney, 1992: 22). Muitos escritores argumentam que os *media* não dão voz aos motivos e reivindicações dos terroristas e, simultaneamente, exageram os perigos do terrorismo, amplificando, desse modo, os medos do público. Merari e Friedland (85, *apud* Hewitt, 1992: 196) defendem que “o espaço impresso e o tempo de emissão devotados ao terrorismo e aos incidentes terroristas tornam o terrorismo numa ameaça sempre presente na consciência dos indivíduos. As capacidades técnicas dos *media*, que lhes permitem reunir informação em tempo real, por palavra, som e imagem, força milhões a vivenciar os horrores do terrorismo”.

Ou seja, o modo como o terrorismo é abordado nos *media* afecta, de alguma forma, a opinião pública – que actividades terroristas são noticiadas, com que proeminência, com que enquadramento, com que ênfase e quais os pontos de vista que predominam são tudo questões que influenciam o comportamento dos terroristas, as reacções e respostas dos responsáveis do governo e a opinião pública (Paletz e Tawney, 1992: 105). Logo, é importante conhecer o modo como as notícias são apresentadas ao público, um processo que, segundo Hewitt (1992: 173), depende de dois factores: primeiro, há considerações técnicas, como a disponibilidade das fontes, o formato noticioso e os constrangimentos temporais; segundo, há os valores políticos que controlam os *media* e a extensão da censura do governo. Depois há ainda a considerar a questão de os *media* não serem monolíticos: a cobertura da televisão é diferente da dos jornais e os jornais diferem entre eles.

A acontecimentos de dimensão mundial, já todos tínhamos assistido – desde o funeral da princesa Diana ao campeonato mundial de futebol, sem esquecer as

constantes guerras. Mas, um acontecimento simbólico de envergadura mundial, isto é, não apenas de difusão mundial, nunca tinha acontecido antes de 11 de Setembro de 2001. Como diz Baudrillard (2002: 7), “com os atentados de Nova Iorque estamos mesmo a braços com o acontecimento absoluto, com a “mãe” dos acontecimentos, com o acontecimento puro que concentra nele todos os acontecimentos que nunca tiveram lugar”.

Efectivamente, a extraordinária natureza dos ataques terroristas nos Estados Unidos da América (EUA), produziram uma ruptura significativa na forma de os *media* actuarem. A projecção de imagens em directo de um avião a despenhar-se contra um arranha-céus famoso em todo o mundo, que depois desabou, não é serviço normal da televisão. A transmissão em directo de um evento tende a ser bem planeada, é amplamente publicitada, com os acontecimentos a desenvolverem-se dentro dos parâmetros de um argumento pré-concebido. Mas a 11 de Setembro de 2001, os telespectadores viram o Boeing 767, da United Airlines aproximar-se da torre sul do World Trade Center e despenhar-se às 9:03 – as câmaras estavam montadas à volta do local no seguimento do despenhamento de um avião da American Airlines contra a torre norte quinze minutos antes.

Entre outras armas do sistema que os terroristas viraram contra o próprio sistema, os suicidas exploraram o tempo real das imagens e a sua difusão mundial instantânea. Com o directo tão facilitado actualmente por tecnologias que permitem aceder imediatamente aos locais dos eventos, não surpreende que a televisão tenha dominado, e de modo mais evidente nos primeiros dias, a cobertura mediática dos atentados de 11 de Setembro.

E este era um evento impossível de ignorar pelos *media*. Os ataques de 11 de Setembro de 2001 foram, de uma forma como raramente sucede, uma súpula de diversos valores-notícia, sobretudo a morte, a novidade, o inesperado, a notoriedade do actor, a relevância, o conflito e a inversão. Os acontecimentos de 11 de Setembro constituíram, portanto, um mega-acontecimento, “protótipo do acontecimento que, como sublinha Tuchman, rebenta nas redacções jornalísticas e provoca uma alteração completa na rotina, como uma nova primeira página, boletins de notícia, uma interrupção da programação normal” (Traquina, 2002: 205).

Apesar da omnipresença da televisão, esta não eclipsou a imprensa escrita do acompanhamento noticioso deste acontecimento tão invulgar, tão brutal, tão total. Depois do choque inicial que deixou as pessoas perplexas coladas às emissões ininterruptas das televisões, elas começaram a procurar jornais – no próprio dia e nos dias imediatos.

E o que é que as pessoas, em Portugal, procuraram e encontraram nos jornais? Como foi a cobertura da imprensa portuguesa do 11 de Setembro? Paradigma, como já foi referido, do acontecimento global, o 11 de Setembro teve uma cobertura global, nos *media* portugueses? Foi uma “estória de convergência” (Phillips *apud* Zelizer e Allan, 2003: 4)? Os interesses económicos e as opções ideológicas reflectiram-se nas coberturas dos meios de comunicação? Como acontecimento global, a questão da proximidade geográfica ou cultural influenciou a cobertura jornalística? Qual foi o tom predominante da cobertura? Que atributos foram mais noticiáveis? Quem foram os principais actores?

Este trabalho propõe-se averiguar de que modo a imprensa portuguesa fez a cobertura do 11 de Setembro de 2001 e, conseqüentemente, de que modo é que este acontecimento se constituiu fonte de discussão pública. Primeiramente, procede-se a uma revisão teórica da relação entre o terrorismo e os *media* e das questões da noticiabilidade e do “agenda-setting”. Em seguida, faz-se a análise de um *corpus* constituído por cinco jornais – três diários, *Público*, *Diário de Notícias* e *Jornal de Notícias*, e dois semanários, *Expresso* e *Independente* –, analisados durante o período de uma semana, a primeira semana de cobertura dos atentados do 11 de Setembro: de 12 de Setembro de 2001 a 18 de Setembro de 2001.

1. O acontecimento – o 11 de Setembro

1.1. “Terça-feira” negra

“Dia 11 de Setembro. Desviados da sua missão normal por pilotos decididos a tudo, os aviões mergulham contra o coração da grande cidade, decididos a abater os símbolos de um poder político detestado. Rapidamente explosões, fachadas a voar em estilhaços, o estrondo infernal de desmoronamento, sobreviventes aterrados, fugindo cobertos de destroços. E os media a transmitir a tragédia em directo.

Nova Iorque, 2001? Não, Santiago do Chile, 11 de Setembro de 1973. Com a cumplicidade dos Estados Unidos, golpe de estado do general Pinochet contra o socialista Salvador Allende e bombardeamento intensivo do palácio presidencial pela Força Aérea. Dezenas de mortos e o início de um regime de terror que durou quinze anos.” (Ramonet, 2002: 45).

Vinte e oito anos depois: Nova Iorque, terça-feira, 11 de Setembro de 2001. O dia começou perfeito ao longo da costa leste dos Estados Unidos da América (EUA). O sol brilhava, o céu estava azul, sem nuvens. Num dia claro como aquele, as torres gémeas do World Trade Center (WTC) lembravam “dois pontos de exclamação” (Nacos, 2002: 33) a erguerem-se no horizonte de Manhattan e podiam ser vistas de muitos quilómetros em redor. Às primeiras horas do dia, dois aviões, quais gigantescas bombas, colidem com as torres do WTC. Às 8h48, quando o dia de trabalho estava a começar para milhares de empregados das torres do WTC, um Boeing 767 desviado, embateu na Torre Norte. Dezoito minutos depois, às 9h06, outro Boeing 767 embateu na Torre Sul. Explosões, destroços a caírem por todo o lado, barulho, sobreviventes a correr, desorientados, pó, fumo, pessoas a atirarem-se para o vazio. E, de repente, o barulho que abafou todos os outros, as imagens que eclipsaram todas as outras: o impensável acontece e as torres ruem, como se sugadas para dentro da terra – mesmo antes das 10 horas, a Torre Sul desmoronou-se e 29 minutos depois, a sua torre gémea ruiu.

Entre estes acontecimentos, às 9h40, um Boeing 757 mergulhou em direcção ao Pentágono, destruindo uma ala; às 10h10, outro Boeing 757 despenhou-se no condado

de Somerset, perto de Pittsburgh, Pensilvânia. O 11 de Setembro acabava de entrar na história como a “terça-feira negra” americana.

Em oitenta e dois minutos, os EUA sofreram uma série de atentados sincronizados que terminaram num dos mais mortíferos e danosos casos de terrorismo da história. Mais de três mil pessoas morreram e os prejuízos para as propriedades, para os negócios e para a economia nos Estados Unidos e no resto do mundo foram incalculáveis. Com o símbolo do poder económico e financeiro dos Estados Unidos derrubado em Nova Iorque, o símbolo do poder militar dos Estados Unidos parcialmente destruído em Washington e um símbolo da influência política – possivelmente a Casa Branca ou o Capitólio – poupado pela suposta intervenção dos passageiros de um outro avião comercial que se despenhou perto de Pittsburgh, Pensilvânia, o impacto foi o de um cataclismo (Nacos, 2002: 33).

Ainda o dia 11 de Setembro não tinha terminado e já os EUA atribuíam a autoria dos atentados a um velho conhecido dos serviços secretos norte-americanos, Osama bin Laden, e à sua organização, de contornos mal definidos, a Al-Qaeda (“A Base”), que caracterizavam como uma federação de terroristas fundamentalistas islamitas com objectivos não especificados.

A América depois do ataque do terror não era a mesma de antes e teve um acordar abrupto da sua reconfortante ilusão de invulnerabilidade. No próprio dia 11 de Setembro é declarada a “guerra ao terror” – ou melhor “re-declarada”, como sublinha Noam Chomsky (2003, 18), lembrando a declaração semelhante da Administração Reagan-Bush (pai), 20 anos antes, “com uma retórica similar e praticamente o mesmo pessoal nos lugares de liderança”. Com esta declaração de guerra – um novo tipo de guerra, contra um inimigo difuso, um grupo terrorista transnacional (não se sabe ao certo onde está, mas todos podem ser alvos) – parece ter sido comumente aceite que o mundo entrou numa nova era, em tudo diferente das anteriores: a “era do terror”, escreveu Chomsky (2003: 17).

Se muitos analistas e historiadores consideraram que a queda do muro de Berlim representou verdadeiramente o fim do século XX, muitos foram também unânimes em considerar que a jornada apocalíptica dos atentados terroristas em Nova Iorque e Washington no dia 11 de Setembro de 2001 – Chomsky (2003: 17) afirmou, pouco depois dos atentados, que “o impacto das atrocidades terroristas de 11 de Setembro de

2001 foi tão esmagador que a identificação que acabámos de fazer é redundante: “11/09” é suficiente” – marcou realmente o início do século XXI. O 11 de Setembro demonstrou, antes de tudo, a vulnerabilidade da principal potência mundial face a “ataques potencialmente devastadores sobre a população e infra-estruturas económicas e militares, lançados por organizações terroristas, actuando com a cumplicidade de sectores significativos de estados, inclusive de alguns que foram aliados dos EUA durante a Guerra Fria” (Ribeiro, 2004: 95). Mostrou também que a interdependência mundial cria uma nova vulnerabilidade – a cadeia de consequências atingiu todos os domínios: ameaça de recessão, queda das bolsas, alteração na cotação das matérias-primas e moedas, saturação das comunicações, bloqueamento do tráfego aéreo de mercadorias e passageiros.

No próprio dia dos atentados, sobreveio uma certeza: aquele era um acontecimento global (e, por isso, um dos momentos definidores da experiência e emoção global); faltava (ainda falta), porém, averiguar que tipo de acontecimento global foi: se terá pouca importância para o curso da história, ou se, pelo contrário, mudará verdadeiramente o curso da história mundial (talvez esteja mais próximo da segunda hipótese, mas, como refere Leonardo Mathias (2004: 107), ainda pertence “a um passado muito próximo, pelo que será com alguma perspectiva histórica que melhor possa ser encarado”).

1.2 Al-Qaeda, o actor inesperado

Mesmo sem o distanciamento histórico que muitos académicos clamam, as análises ao 11 de Setembro iniciaram-se logo após os atentados e revelaram, como nota João Marques de Almeida (2004: 55), um paradoxo relativamente ao significado dos ataques e da redescoberta do terrorismo: por um lado, a ameaça terrorista passou a ser encarada como uma “ameaça aos valores ocidentais”, tendo o atentado de 11/09 sido um “ataque ao Ocidente” – o jornal francês “Le Monde”, parafraseando Kennedy, expressou-o da melhor forma na manchete do dia 12 de Setembro de 2001: “Somos todos americanos”; por outro lado, essa mesma ameaça terrorista trouxe à superfície uma fractura no chamado mundo ocidental cujo alcance permanece ainda desconhecido.

Antes de mais, é necessário salientar que o 11 de Setembro era uma catástrofe anunciada. De facto, há já vários anos que diferentes especialistas em segurança vinham anunciando que, depois do fim da Guerra Fria, a maior ameaça às prósperas democracias capitalistas – o “Ocidente” – poderia vir dos ataques terroristas.

Que tenha sido um movimento como a Al-Qaeda a protagonizar o 11/09 encontra justificação no contexto histórico do mundo árabe. Para perceber a génese de um movimento como a Al-Qaeda, Mathias (2004, 107-109) propõe um recuo na história até à I Guerra Mundial e ao fim do império Otomano, onde se encontrarão as raízes do profundo antagonismo que largas camadas das populações árabes sentem relativamente ao Ocidente. Um antagonismo acentuado posteriormente com o domínio da França e do Reino Unido no Médio Oriente e com a exploração dos recursos naturais – nomeadamente o petróleo – por companhias europeias e norte-americanas. Uma sucessão de eventos que consumaram a subalternização da civilização muçulmana face ao progresso económico e tecnológico e à acção de valores culturais, políticos e religiosos exteriores à sua tradição.

Nesse contexto, nasce o Estado de Israel, com o aval da legitimação internacional mas não dos países árabes, sendo motivo para a génese do conflito israelo-árabe. Um conflito que é, desde então, factor de permanente instabilidade na região e fora dela e ponto de origem de inúmeras tensões e ameaças à paz e segurança internacionais – vidas sacrificadas ao terrorismo, crises petrolíferas e recessões económicas, instabilidade política e situações de risco generalizadas compõem um cenário crítico. Para as opiniões públicas árabes e para os movimentos radicais mais anti-ocidentais, a política israelita de confinamento dos palestinianos a alguns quilómetros quadrados é caucionada e apoiada pelos EUA, que vetam decisões do Conselho de Segurança da ONU contrárias a Israel e/ou tomam posições públicas a seu favor.

Entrou-se assim num ciclo de violência, de vingança e de retaliação prontamente explorado por organizações extremistas e radicais como a Al-Qaeda, profundamente anti-ocidentais, anti-americanas e opositoras acérrimas de governos árabes como os do Egipto, Jordânia, Arábia Saudita e outras monarquias do Golfo Pérsico, que acusam de “depender militar e economicamente do Ocidente ou de assumirem políticas que, de alguma forma, se identificariam com os seus interesses” (Mathias, 2004: 108). A Arábia

Saudita assume articular relevo, uma vez que os movimentos extremistas e radicais consideram que os EUA invadiram o país quando, em 1990, estabeleceram lá bases militares permanentes, o que, do seu ponto de vista, constitui uma situação similar à da invasão russa do Afeganistão. Com uma diferença substancial e que torna o caso da Arábia Saudita mais importante: no país do Golfo Pérsico situam-se os locais mais sagrados do Islão (Chomsky, 2002b: 45).

A Al-Qaeda enquadra-se numa linhagem de organizações islamitas radicais que surgiram na década de 70 do século passado para combater os regimes reformistas, vistos como o primeiro inimigo a vencer para impor um Islão virtuoso, e que tiveram um grande impulso com a revolução no Irão – que assume a missão de exportar a “jihad” islâmica – e com a invasão do Afeganistão pelos soviéticos – que passou a concentrar parte do afã “jihadista” (Ramos, 2004: 21). Com a retirada soviética, em 1989, e a vitória dos talibãs, em 1992, o fundamentalismo radical consolida-se no país, que se torna um espaço de acolhimento para os seus apoiantes externos. É por esta altura que bin Laden estabelece a Al-Qaeda e “sustenta uma rede de grupos islâmicos radicais e de “jihadistas” que passam pelos campos de endoutrinamento e treino” (Ramos, 2004: 21).

Considerada habitualmente um movimento fundamentalista islâmico, a Al-Qaeda pode também ser vista como um movimento político radical que usa métodos terroristas para “dar uma nova solução política unificadora ao mundo árabe, fundada numa certa leitura do Islão” (Ribeiro, 2004: 93). Nesse projecto, a Al-Qaeda opõe-se tanto aos nacionalismos árabes de matriz laica e socializante (incapazes de realizar essa unificação), como às monarquias saudita e hachemita (consideradas aliadas do Ocidente) (Ribeiro, 2004: 95).

Por altura da criação da Al-Qaeda, o mentor de Bin Laden, A. Azzam, afirmou que “a “jihad” afegã não era senão o início de um longo processo que levaria à reconquista de todas as terras do Islão ocupadas por infiéis (...), passando pela Andaluzia” (Ramos, 2004: 21). E é a partir de meados da década de 90 que a “jihad” se volta contra o Ocidente, sucedendo-se actos terroristas que culminam no 11 de Setembro: contra a caserna de “marines” em Daharan (Arábia Saudita), em 1996; contra as embaixadas dos EUA na Tanzânia e no Quênia, em 1998; contra o navio *USS Cole*, em Aden, em 2000.

Os objectivos destes terroristas, de acordo com declarações públicas de Bin Laden (inclusive a jornalistas ocidentais, como Robert Frisk, entre outros), são a resposta à humilhação do mundo islâmico nos últimos 80 anos – apelando ao regresso ao Califado, à pureza integral da aplicação das normas sagradas através da “Sharia”, à necessidade de reconquistar territórios perdidos e de voltar à islamização geral, à destruição dos EUA ou à substituição dos regimes muçulmanos corrompidos (Ramos, 2004: 22). De facto, a onda terrorista pós-11 de Setembro tem seguido, sobretudo, a linha de ataque a esses regimes – Indonésia, Turquia, Arábia Saudita e Marrocos.

Apesar de tudo o que já foi dito e escrito sobre a Al-Qaeda, continuam a não ser completamente claros nem a sua estrutura nem os seus objectivos, mas sabe-se que terá operacionais em cerca de 60 países.

1.3. EUA: alvo (im)provável

Que o 11 de Setembro não foi um acaso parece ser consensual para a maioria dos analistas e historiadores. O facto de o alvo ter sido os EUA também não foi um acaso. Em 1932, entrevistado pelo “New York Times”, Léon Trotsky respondeu à questão “como vê a posição dos Estados Unidos no mundo actual?”, afirmando: “Um dos resultados da crise actual será a predominância cada vez mais pronunciada do capitalismo americano sobre o capitalismo europeu (...) Mas este crescimento inevitável da hegemonia mundial dos Estados Unidos desenvolverá ulteriormente profundas contradições na economia e na política da grande república americana. Ao impor a ditadura do dólar no mundo inteiro, a classe dirigente dos Estados Unidos introduzirá as contradições do mundo inteiro no seu próprio domínio” (*apud* Chesnais, 2002: 186). O 11 de Setembro tornou esta afirmação mais relevante do que nunca: os atentados foram executados por fanáticos lúcidos e voluntários, cujos dirigentes foram seleccionados e financiados pelos serviços sauditas e paquistaneses, assim como pela CIA, beneficiando de um regime favorável da parte do FBI; ao mesmo tempo, os assassinos-suicidas conheciam os meandros da sociedade norte-americana tão bem que puderam viver no seu território por um longo período sem serem detectados e puderam fazer com que a sua acção fosse filmada em directo.

As atrocidades de 11 de Setembro são vistas como um acontecimento histórico. Desde logo, processa-se uma alteração na própria percepção do terrorismo – “hiperterrorismo” classificam alguns na tentativa de impor alguma ordem no que acabara de acontecer. Como refere Ramonet (2002: 59), “um limiar impensável, inconcebível acabava de ser ultrapassado”. A agressão não se enquadra nos limites do conhecido, é impossível de catalogar. De tal maneira isso sucede que falta uma designação – atentado? ataque? acto de guerra? –, que pode ser tão plástica quanto os desígnios políticos, o que significa que todas as designações são válidas, dependendo do contexto.

Simultaneamente, o 11 de Setembro ganhou lugar na história pelo seu alvo, como foi prontamente destacado por inúmeros comentadores nas televisões e nas páginas de jornais. Efectivamente, para os Estados Unidos é a primeira vez desde que os ingleses pegaram fogo a Washington, em 1814, que o território nacional esteve sob um ataque sério ou até mesmo ameaçado – em 1941, aquando do ataque japonês à base militar de Pearl Harbor, o Havai era apenas uma colónia, não um estado da união.

Para a Europa, esta inversão acaba por ser ainda mais dramática. “Enquanto conquistavam meio mundo, deixando um rastro de terror e de devastação, os europeus encontravam-se a salvo do ataque das suas vítimas, com raras e limitadas excepções. Não é assim surpreendente que a Europa e os seus satélites estejam chocados com os crimes do 11 de Setembro, uma quebra dramática das normas aceitáveis de um comportamento com centenas de anos.” (Chomsky, 2003: 216)

Charles Tilly (1990, *apud* Chomsky, 2003: 86), no seu mais importante estudo sobre a formação dos países europeus sublinhou esta ideia ao apontar que durante o último milénio “a guerra tem sido a actividade dominante dos estados europeus”. A justificação é incontornável: “O principal facto trágico é simples: a coerção funciona; aqueles que aplicam uma força substancial sobre os seus companheiros obtêm condescendência, e desta condescendência tiram as vantagens múltiplas do dinheiro, bens, deferência, e acesso a prazeres negados a pessoas menos poderosas” (Tilly, 1990, *apud* Chomsky, 2003: 87).

Essa foi uma lição que os Estados Unidos aprenderam mais tarde, mas com inegáveis méritos. Durante a Guerra Fria (1948-1989), os Estados Unidos lançaram-se numa longa cruzada contra o comunismo, que adquiriu não raras vezes os contornos de

uma “guerra de extermínio” (Ramonet, 2002: 46), engrossando o livro negro do imperialismo americano, marcado também pela infame guerra do Vietname (1962-1976).

Na altura, tal como após 11 de Setembro, o discurso político desenvolvia-se em torno de um eixo maniqueísta: o Bem contra o Mal. Mas o que é o Bem e o que é o Mal? Se agora Washington condena duramente o terrorismo e todas as formas de terror, na época os escrúpulos eram bem menores. Através da Central Intelligence Agency (CIA), os Estados Unidos levaram a cabo atentados, raptos, desvios de aviões, sabotagens e assassinatos: em Cuba contra o regime de Fidel Castro, na Nicarágua contra os sandinistas, ou no Afeganistão contra os soviéticos. Foi aliás no Afeganistão, com a ajuda de estados tão suspeitos de ausência de princípios democráticos quanto a Arábia Saudita e o Paquistão, que Washington fomentou a criação, na década de setenta, de brigadas islâmicas recrutadas no mundo árabe-muçulmano a que foi dado o nome de “freedom fighters”, os combatentes da liberdade. Osama bin Laden era um deles, recrutado e formado pela CIA, pelos Estados Unidos, portanto.

Desde que em 1991 se deu o colapso da União Soviética e do chamado Bloco de Leste, os Estados Unidos assumiram com um à-vontade impressionante a condição de hiperpotência única, o que na prática significou uma marginalização ainda mais óbvia das Organização das Nações Unidas (ONU). Em troca deste súbito poderio, vieram as promessas de instauração de uma “ordem internacional” mais justa – um mundo mais seguro, mais empenhado na procura da justiça, com o primado do direito a suplantar a lei da selva e os estados mais fortes a respeitarem os direitos dos mais fracos: tudo isso conduziria à prosperidade e à harmonia entre as nações. Foi em nome deste projecto que, em 1991, declararam guerra ao Iraque da qual saíram vencedores inquestionáveis.

No entanto, terminado esse conflito, e quando se esperava uma política de apaziguamento, os EUA demonstram que se mantêm no mesmo trilho da parcialidade óbvia a favor de Israel em detrimento dos direitos dos palestinianos (Gresh, 2002: 79). Paralelamente, instauraram um embargo implacável contra o Iraque, que durante largos anos causou largos milhares de mortos inocentes, privados dos meios básicos de subsistência, ao mesmo tempo que pouparam um regime cruel e repressivo. Todo este contexto minou ainda mais a opinião pública do mundo árabe e muçulmano, tornando-o

um terreno fértil para o desenvolvimento de um islamismo radical e anti-americano, de que a Al-Qaeda é um paradigma extremo.

Inquestionavelmente a única superpotência mundial, os EUA têm desenvolvido uma política externa pautada por alguma incoerência e, não raras vezes, inconsequente, quer no plano dos valores defendidos quer no âmbito do auxílio que poderiam prestar aos países pobres. Na realidade, com o seu modo de actuação, os norte-americanos, mesmo que involuntariamente, contribuíram para aumentar ainda mais o fosso entre o mundo do Norte, rico, consumista, e o mundo do Sul, caracterizado pela miséria, pela instabilidade e pela marginalização. Com a expansão mundial do poder norte-americano e alicerçados no espírito imperialista que emana de Washington, os EUA cavaram fossos de incompreensão com outras civilizações e despoletaram ódios que crescem na mesma medida da frustração e da desesperança em alcançar um mundo mais justo e equilibrado.

Os Estados Unidos que sofreram o ataque de 11 de Setembro não são “um país inocente” (Ramonet, 2002: 45). Por isso não surpreendeu que na ressaca dos atentados, e numa altura em que os meios de comunicação social e os governos manifestavam uma disposição claramente pró-americana, um pouco por todo o mundo, e sobretudo nos países do Sul, o sentimento de parte da opinião pública fosse: “O que lhes aconteceu é triste, mas mereceram-no” (Ramonet, 2002: 45).

Efectivamente, e paradoxalmente, a onda de terror do dia 11 de Setembro, veio revelar uma antipatia pelos EUA, que anteriormente parecia não existir, pelo menos de forma tão virulenta. No meio do medo e indignação que atravessaram o país, uma onda de mal-estar fez-se sentir, com a surpresa pelo facto de “a sua civilização, a sua maneira de ser, a convicção da superioridade moral do seu modelo político e social, suscitarem tanto e tão violento repúdio” (Mathias, 2004, 109). Algumas personalidades norte-americanas não só reconheceram esse antagonismo em relação aos Estados Unidos como encontraram justificações para ele nas contradições da própria política externa.

“Nós pressentimos – mas não nos damos sempre ao trabalho de apreender – a realidade de que algumas pessoas odeiam a América. Para muitas almas em sofrimento, nós devemos parecer incompreensivelmente distantes e egoístas, ou pior. Durante quase um século, a guerra invadiu o mundo, destruindo muitos inocentes nas suas casas. Durante metade desse século, os Estados Unidos, aos olhos de algumas pessoas, têm

deixado que essa destruição ocorra sem grandes impedimentos. E essas pessoas odeiam-nos. As acções terroristas contra este país – os desvios dos aviões, os raptos, os bombardeamentos dos nossos aviões, quartéis e embaixadas no estrangeiro, e agora estas atrocidades em massa no nosso território – dizem-nos o quanto elas nos odeiam”. (Johnson, 2001, www.newyorker.com).

“As vozes com autoridade para acompanhar o acontecimento parecem ter-se juntado numa campanha para infantilizar o público. Onde está o reconhecimento de que isto não foi um ataque “cobarde” à “civilização” ou à “liberdade” ou à “humanidade” ou ao “mundo livre”, mas um ataque à auto-proclamada superpotência mundial, empreendido como uma consequência de alianças e acções americanas específicas?” (Sontag, 2001, www.newyorker.com).

Na realidade, essa reacção hostil que chocou tantos norte-americanos apanhou mesmo desprevenido o próprio presidente George W. Bush, que declarou: “Estou impressionado que haja uma tal incompreensão do que é o nosso país e que as pessoas nos possam detestar. Como a maioria dos americanos, não posso acreditar, porque sei que somos bons” (*apud* Ramonet, 2002: 46). O presidente da maior potência mundial reagiu como a maioria dos cidadãos do seu país, não associando os atentados com a sua política: viram-se como objecto de uma agressão brutal e cobarde, vítimas de uma guerra não declarada.

1.4 O mundo pós-11/09

O mundo esperou pela resposta dos EUA, enquanto os governos manifestavam repúdio pelo ataque: a União Europeia solidarizou-se com os EUA como se ela própria tivesse sido atingida; a Rússia e a China afirmaram-se disponíveis para participarem numa frente global anti-terrorista coordenada pela ONU; até “inimigos” tradicionais – como a Coreia do Norte ou Cuba – ou países “distantes” – como a Palestina ou o Líbano – fizeram chegar as suas condolências. A única excepção foi o Iraque.

Nas ruas, o país clamava por vingança face àquele inimigo inesperado e pouco convencional, numa inversão radical da actuação normal da opinião pública norte-americana: o historiador Timothy Garton Ash (*Público*, 17/09) sublinhou que houve muitas coisas que a opinião pública norte-americana impediu que os seus líderes

fizessem no mundo (em especial, depois do Vietname) e houve poucas coisas que a opinião pública obrigou activamente os seus líderes a fazer em termos de política externa – talvez o 11 de Setembro tenha mudado isso. Na altura, pelos menos, os norte-americanos, sentindo-se pela primeira vez vulneráveis pareciam dispostos aos maiores esforços para castigar os culpados e repor a antiga situação de segurança.

Ao terceiro discurso ao país, o Presidente George W. Bush moderou um pouco o tom anteriormente carregado de emotividade e, também ele, clamando punição: numa atitude mais racional, apelou à necessidade de averiguar os verdadeiros responsáveis pelos ataques e de coordenar a luta contra o terrorismo com os aliados – Colin Powell propôs mesmo que essa aliança se alargasse aos países árabes, como que excluindo qualquer hipótese de guerra religiosa (não poucos viram nestes atentados a concretização da previsão de Huntington em “O Choque de Civilizações”: islamitas radicais, na posse de armas nucleares, lançam um ataque contra uma grande cidade ocidental; a potência visada riposta, dando início à III Guerra Mundial).

Rapidamente, porém, o Afeganistão é considerado um alvo da recém-declarada “guerra ao terrorismo”, um conceito tão vago quanto o é o de terrorismo. “Com o acordo nas Nações Unidas e afastando aliados europeus então solícitos nas suas demonstrações de solidariedade, os Estados Unidos intervieram, sem porém conseguirem atingir o seu principal objectivo: a detenção de bin Laden. Mas passaram a ter presença na Ásia Central e no Cáucaso” (Mathias, 2004: 109). Paralelamente à guerra no Afeganistão, Ariel Sharon, primeiro-ministro de Israel, empenhou-se também ele na política do facto consumado relativamente aos palestinianos (Chesnais, 2002: 181).

De facto, explica Almeida (2004: 55-62), os ataques produziram uma profunda reavaliação das ameaças à segurança internacional e uma consequente reformulação das estratégias de defesa das potências ocidentais. Inicialmente, estabeleceu-se um consenso sobre a natureza do ataque e sobre a legitimidade da resposta à agressão terrorista – que incluía uma intervenção militar dos EUA no Afeganistão com o beneplácito da ONU, que considerou o 11/09 um “ataque armado” previsto na Carta das Nações Unidas, e da NATO, que pela primeira vez invocou o artigo 5.º. O consenso terminaria em 2002, com a aprovação do documento que formula a Estratégia de Segurança Nacional (ESN) dos EUA, ainda que Estados Unidos e Europa tivessem mantido o acordo quanto à

avaliação do terrorismo como a principal ameaça à segurança internacional. As divergências surgiram quanto às causas do terrorismo. Segundo o ESN, o terrorismo resulta da natureza dos regimes políticos tirânicos, logo, expandir o círculo das democracias extingui-lo-ia; a interpretação alternativa assenta as causas do terrorismo na pobreza e nas desigualdades sociais, pelo que o seu combate implicaria a criação de uma nova ordem internacional, que promovesse uma distribuição global da riqueza mais justa e equilibrada. Estas divergências entre Estados reflectiram, tardiamente, a dicotomia instalada imediatamente após o 11 de Setembro em vários sectores da sociedade e que ecoou nos *media*: com a condenação universal dos atentados como ponto comum, um dos lados defendia, como primeira prioridade, a retaliação, enquanto o outro não acreditava que actos de guerra contra este ou aquele país pudessem ser resposta eficaz ao terrorismo (Rodrigues, 2002: 87).

Os países europeus que partilharam as conclusões da ESN apoiaram o ataque dos EUA ao Iraque, uma decisão carregada de controvérsia, uma vez que os Estados Unidos assumiram o direito de o fazer unilateralmente, depois de no Conselho de Segurança da ONU não ter havido uma maioria que sustentasse o ataque (houve mesmo ameaças de veto). Os pretextos apresentados para a intervenção no Iraque foram vários. Para começar, a existência de armas de destruição maciça e a cumplicidade entre Saddam Hussein e bin Laden – ambas as acusações não foram (ainda) provadas. Depois, houve também a vontade de “eliminar um ditador e de instalar, ali, na Mesopotâmia, onde nunca antes houvera, uma espécie de democracia galopante, que seria aliada dos EUA, colaboraria para dar estabilidade ao barril de petróleo, contribuiria para ir eliminando o terrorismo, aliviaria a pressão a que Israel está sujeito e permitiria iniciar, como por “contágio”, a progressiva introdução de práticas democráticas na região” (Mathias, 204: 109). Em 2004, a opinião pública norte-americana, que tinha reclamado vingança no rescaldo do 11/09, passou a questionar a política do seu país no Iraque (devido a diferentes factores, entre eles a dificuldade de uma vitória americana e a divulgação da existência de torturas na prisão militar norte-americana de Abu Ghraib), embora continuasse a defender uma acção firme contra o terrorismo.

A política unilateralista de Washington teve graves repercussões nas relações transatlânticas e no interior da própria União Europeia, provocando profundas clivagens entre os estados-membros e entre estes e o aliado norte-americano. Ao mesmo tempo,

contribuiu para enfraquecer o papel a ONU e da NATO, esta ainda a tentar adaptar-se ao fim da Guerra Fria – dir-se-ia que o mundo ficou dividido em dois.

A guerra do Iraque serviu ainda para confirmar alguns factos com importância para a gestão futura de crises: “Do ponto de vista militar, a superioridade tecnológica dos EUA permite-lhes ganhar todas as guerras, com poucas perdas próprias e do inimigo; os EUA têm dificuldade em ocupar com a toga o terreno que conquistam com as armas; a única forma de resistir à tecnologia militar norte-americana é regredir para o terrorismo pré-moderno” (Matos, 2004: 115). Simultaneamente, há quem veja a resposta dos EUA ao 11 de Setembro como possível foco produtor de milhares de novos candidatos a vingarem-se em alvos americanos (Amin, 2002: 59) – afinal, sustenta Bénot (2002: 68) “ninguém gosta de missionários armados, seja qual for a sua origem ou a sua prédica”.

Mais ou menos um ano volvido após a invasão do Iraque, a Espanha sofre um brutal atentado, a 11 de Março de 2004. Uma escolha também carregada de significado, já que a Espanha era um dos países referidos como a reconquistar pela “jihad” – em Fevereiro de 2003, a Al-Qaeda organizou um pequeno livro intitulado “A Jihad no Iraque, esperanças e riscos: análise da realidade e visão para o futuro e os passos actuais no caminho da Jihad abençoada” com um capítulo dedicado a Espanha – e tinha uma força substancial no Iraque. Ao mesmo tempo, Espanha era palco de perseguições cerradas a células islâmicas.

O historiador António José Telo (2004: 29) escreve que, em termos gerais, o significado dos “dois onzes” é simples: “São aceleradores e marcos de uma mudança que começou antes e ainda não terminou”. Que mudança? “Uma mudança de sistema internacional, mas atípica e muito peculiar”. Atípica pela duração – dura há 16 anos e ainda não encontrou uma plataforma de estabilidade, tanto em termos de valores partilhados como de processos de actuação ou de equilíbrios de forças – e pela profundidade e alcance, uma vez que esta mudança é acompanhada por uma revisão dos valores e conceitos.

Em 2005, foi a vez da Inglaterra ser alvo de atentados de extremistas islâmicos. O palco foi Londres, sede do governo que mais apoiou os EUA na sua “guerra contra o terror”.

Num mundo em que se passou do “equilíbrio do terror”, da Guerra Fria, para a “globalização do terror – o terror continua, mas sem a racionalidade da Guerra Fria e servido por meios tecnológicos superiores – os EUA ainda não conseguiram encontrar o seu papel, nem definir claramente quem é o inimigo. Todo o processo posterior ao 11 de Setembro é disso testemunha eloquente. “Os EUA tiveram dificuldade em distinguir o fundamentalismo do Islão e por isso atacaram um Estado laico para, supostamente, perseguirem o fundamentalismo. Também hesitaram quanto à posologia: ora apoiaram regimes tradicionais islâmicos, ora procuraram democratizar o mundo islâmico” (Matos, 2004: 118).

1.5 “Reality show”

O ataque de 11 de Setembro demonstrou nos seus autores uma crueldade fantástica que convive em termos de igualdade com um alto grau de sofisticação. Os perpetradores quiseram surpreender, mas, especialmente quiseram chocar. Para tal, empenharam-se em produzir pelo menos três tipos de efeitos: destruições materiais, impacto simbólico e um grande choque mediático (Ramonet, 2002: 60).

Os resultados das agressões são por demais conhecidos, e já foram enumerados, mas as destruições não terão sido o principal objectivo. Se o propósito principal fosse infligir um ataque de proporções apocalípticas, com dezenas de milhares de mortos, haveria outros alvos prioritários, como centrais nucleares ou barragens, por exemplo. A humilhação dos Estados Unidos, consumada no ataque aos principais símbolos da grandeza norte-americana, foi outro dos objectivos. Mas um terceiro objectivo de ordem mediática, menos evidente, perfila-se. É como se Bin Laden, através do que Ramonet (2002: 60) chamou “golpe de estado televisivo”, tentasse ocupar os ecrãs e daí impor “as suas imagens, as cenas da sua obra de destruição”. Efectivamente, Bin Laden apoderou-se dos ecrãs de televisão de todo o mundo e neles desmontou a suposta invulnerabilidade da única superpotência mundial – esta viu-se no espelho do terrorista e assustou-se com a facilidade com que a violação se concretizara. E essa violência que a televisão divulgou tem uma particularidade fulcral: é simbólica e nesse simbolismo reside o seu poder. “A violência em si pode ser perfeitamente banal e inofensiva. Só a violência simbólica é geradora de singularidade. E neste acontecimento, neste filme-

catástrofe de Manhattan, conjugam-se ao mais alto nível os dois elementos de fascínio de massa do século XX: a magia branca do cinema e a magia negra do terrorismo. A luz branca da imagem e a luz negra do terrorismo” (Baudrillard, 2002: 36).

Em directo, pela televisão, mundo inteiro, transformado numa imensa plateia mediática, assistiu à jornada apocalíptica: a tragédia em tempo real no melhor “reality show” que se poderia inventar. Ironicamente, parte das pessoas que assistiram aos acontecimentos pela televisão já estavam familiarizadas com as imagens: na busca de sucessos de bilheteiras, Hollywood produziu uma série constante de filmes de desastres, muitas vezes baseados em romances “best-sellers” que exploram cada vez mais mortíferas imagens de destruição.

Numa cultura popular inundada com imagens de violência, o público não conseguiu compreender o que estava a acontecer perante os seus olhos e o que já vinha a acontecer. O horror do quádruplo sequestro e golpe suicida era tão real quanto um filme, mas surreal na vida. Como Michiko Kakutani (*apud* Nacos, 2002: 34) observou “houve um sentimento inicial de “déjà-vu” e descrença por parte dos telespectadores – o impulso para ver o que estava a acontecer como um daqueles efeitos especiais do grande ecrã”. Não só dos telespectadores: “Olhei por cima do ombro e vi o avião da United Airlines a vir. Veio por cima da Estátua da Liberdade. Era tal qual um filme. Foi guiado directamente contra a segunda torre.” (Achuthan, *apud* Nacos, 2002: 35)

Testemunhando a calamidade de um apartamento no décimo andar em Brooklyn, o romancista John Updike (2001, *apud* www.newyorker.com) sentiu que “a destruição das torres gémeas do WTC tinha a falsa intimidade da televisão, num dia de recepção perfeita”. Muitas pessoas que se juntaram aos programas em progresso pensaram que estavam a assistir à promoção de um dos vários “thrillers” de terrorismo agendados para saírem no final do mês. Tenham-se ou não apercebido disso, e muitos não se aperceberam, a maioria das pessoas, mesmo as testemunhas oculares do desastre, estavam longe de estar certas se os filmes se tornaram vida ou se a vida era agora um filme. Updike (*ibidem*) aludiu a este sentimento quando recordou a experiência: “Enquanto vimos a segunda torre rebentar em chamas (um edifício escondeu a aproximação do segundo avião), persistia a noção de que, como na televisão, isto não era completamente real; poderia ser resolvido; a tecnocracia que as torres simbolizavam haveria de arranjar maneira de extinguir o fogo e reverter os danos”.

Num aparente lapso de avaliação, o compositor alemão Karl-Heinz Stockhausen classificou os ataques terroristas aos EUA como “a maior obra de arte” (*apud* www.nytimes.com). As suas declarações causaram raiva no seu país e o cancelamento abrupto de dois dos seus concertos em Hamburgo. Talvez isto tenha sido um caso de confusão total entre o mundo real e as “imagens da nossa cabeça” que Walter Lippman (1949, *apud* Nacos, 2002: 36) descreveu muito antes do advento da televisão. Em particular, Lippman sugeriu que “a maior parte de nós não vê primeiro e define depois, mas define primeiro e vê depois”.

Quando as emoções deram lugar à racionalidade, a verdade começava a emergir. A mais espectacular produção do género terrorista estava para além da imaginação dos melhores criadores de efeitos especiais. Não foram apenas duas horas de suspense. Terroristas reais transformaram a pseudo-realidade de Hollywood numa realidade incomportável, na vida real. Desta vez não houve um final feliz nem um final infeliz que a audiência pudesse esquecer rapidamente.

A maior ironia é que os terroristas que desprezam a cultura popular norte-americana como decadente e venenosa para as suas próprias crenças e modos de vida transformaram as fantasias de terror de Hollywood em inferno da vida real. Nessa questão, eles superaram Hollywood, o símbolo do seu ódio pelo entretenimento ocidental. Depois de visitar o local do WTC pela primeira vez, o governador de Nova Iorque, George Pataki disse: “É incrível. É simplesmente incompreensível ver como estavam as coisas lá em baixo. Lembro-me de ver um desses filmes sobre a Guerra Fria em que se retratava o pós-ataque nuclear. A baixa de Manhattan estava pior e não era nenhum filme da série B. Era a vida. Era real.” (*apud* Nacos, 2002: 42).

Os acontecimentos de Nova Iorque terão contribuído, escreve Baudrillard (2002: 33), para radicalizar a relação da imagem com a realidade. Numa altura em que se “acedia a uma profusão ininterrupta de falsos acontecimentos, eis que o acto terrorista de Nova Iorque ressuscita ao mesmo tempo a imagem e o evento”. E o papel da imagem é extremamente ambíguo – ao mesmo tempo que exalta o acontecimento fá-lo refém: porque o desdobra infinitamente (como num jogo de espelho que se multiplica), faz dele entretenimento e acaba por anulá-lo.

Há algo de perverso no modo como a imagem “consome o acontecimento no sentido em que o absorve e o dá a consumir” (Baudrillard, 2002: 34) – ela dá-lhe,

inequivocamente, um impacto inédito, mas enquanto “acontecimento-imagem”. A questão que imediatamente se coloca é onde está o acontecimento real, se a tendência é uma fusão da imagem e da ficção na realidade. No caso dos atentados de 11 de Setembro, Baudrillard (2002: 34) sublinha que muitos julgaram ver “um certo ressurgimento do real e da violência do real num universo pretensamente virtual”. Mas, para este autor, tão inimaginável quanto possa parecer o desmoronamento das torres do World Trade Center, isso não basta para fazer dele um acontecimento real: “Um acréscimo de violência não basta para aceder à realidade. Porque a realidade é um princípio e é este princípio que se perdeu. Real e ficção são inextricáveis e o fascínio do atentado é em primeiro lugar o da imagem (as próprias consequências ao mesmo tempo jubilatórias e catastróficas são elas próprias amplamente imaginárias)”.

Desde que um engenho técnico global permite difundir imagens em directo para todo o mundo, o terreno estava preparado para o surgimento daquilo que Ramonet (1998b: 20) chama de “messianismo mediático”. O caso da morte da princesa Diana, sobretudo, demonstrou com uma nitidez avassaladora que os meios de comunicação social, em número muito superior do que antes, estão na realidade mais unificados e mais uniformizados do que nunca – à disposição das ambições de qualquer “profeta electrónico” (Ramonet, 1998b: 21). Que haveria de surgir no fatídico 11 de Setembro de 2001: bin Laden teve acesso a todas as televisões do mundo e pôde difundir a sua mensagem à escala planetária. Assegurando uma cobertura mediática ininterrupta, deu uma visibilidade e uma eficácia sem paralelo ao que José Jorge Letria (2001: 8) chama de “tempo de antena do terror”, convocando biliões de pessoas para o espectáculo de destruição massiva.

2. O terrorismo e a comunicação social

2.1 O espírito do terrorismo

Por ser um termo e um conceito (aparentemente) tão comum nesta era da globalização, poder-se-ia pensar que o terrorismo é um fenómeno contemporâneo. No entanto, pode dizer-se que o terrorismo, enquanto fenómeno, existe desde sempre, embora a sua teorização seja posterior à Revolução Francesa. Para apoiar esta afirmação, basta recorrer ao célebre truísmo “O terrorista de um homem é o libertador de outro homem”, que ajuda a compreender como qualquer luta de emancipação pode ser entendida como terrorismo por parte daqueles contra quem essa luta é travada.

A história tem sido pontuada de episódios sangrentos de violência política, mas talvez nenhum período até agora tenha sido tão marcado pelo terrorismo como o século XX, produto de uma série de convergências históricas e tecnológicas – se bem que o início atordoador do século XXI possa preconizar um prolongamento desse “estado de graça” do terrorismo, “com a agravante de, servido por meios tecnológicos muito mais sofisticados, poder vir a causar danos materiais e humanos muito mais avultados” (Letria, 2001:16). Depois da vaga negra dos anos 80, o crescendo terrorista da década de 90 atingiu o seu pico no dealbar do século XXI, com o 11 de Setembro de 2001, que colocou novamente e com renovada premência o terrorismo no topo da agenda – não só política, não só mediática, mas também pública, sendo certo que esta última está intimamente dependente das outras duas.

Contudo, e apesar desta aparente familiaridade com o fenómeno do terrorismo, este continua a elidir qualquer tentativa de definição universal, permanece impossível de aprisionar numa enunciação consensual ou largamente aceite – atendendo às diversas faces deste, há mesmo autores que preferem falar de terrorismos. A maioria dos cidadãos comuns não tem mais do que uma vaga noção do que é o terrorismo, a que chegam por uma tipificação dos pretensos actos terroristas. Na verdade, quase qualquer acto de violência truculenta entendido como sendo dirigido contra a sociedade, quer envolva actividades de dissidentes ou dos próprios governos, do crime organizado ou de criminosos comuns, de multidões amotinadas ou de indivíduos envolvidos em protestos militantes, de indivíduos psicóticos ou de chantagistas por conta própria, é

frequentemente marcado como terrorismo. Falta-lhes, segundo Bruce Hoffman (1998: 13), uma definição da palavra “mais precisa, concreta e verdadeiramente explicativa”. Certo é que o terrorismo assume muitas formas, sendo as mais proeminentes, segundo David L. Paletz e C. Danielle Vinson (1992: 1), o terrorismo de estado (contra habitantes de um Estado), o terrorismo patrocinado por estados (contra pessoas de outros estados) e o terrorismo insurgente (“terrorismo social-revolucionário, separatista (...) que tem por objectivo o topo da sociedade” – “a violência é, sobretudo, perpetrada pelos seus efeitos em outros (mais) do que nas vítimas imediatas” (Schmid e De Graaf, 82, *apud* Paletz e Vinson, 1992: 1)).

De qualquer forma, chamar a um acto de violência terrorismo não é apenas uma descrição, mas um julgamento (Rubinstein, 1987: 17). É um julgamento negativo: terrorismo é, sem sombra de dúvida, um termo pejorativo. Greisman (*apud* Hocking, 1992: 86) foi um dos primeiros a reconhecer que, repleto com o opróbrio moral subentendido, com um valor e significado social atribuído, uma imputação de ilegitimidade, o termo “terrorismo” nunca poderá encaixar nas tipologias aparentemente neutras das ciências sociais. Por isso, terrorista é uma descrição raramente adoptada de livre vontade por indivíduos ou grupos. Foi-o no início, com os primeiros praticantes, como refere Hoffman (1998: 28), que “não mediam as palavras nem se escondiam por detrás de camuflagem semântica de mais rótulos anódinos”. Por exemplo, os anarquistas oitocentistas ostentavam orgulhosamente o rótulo de terroristas e decretavam as suas tácticas como terroristas.

Actualmente, (quase) todos fogem da designação “terrorista”, sendo este um rótulo aplicado aos inimigos, ao “outro lado”. “O que é chamado terrorismo parece depender do ponto de vista de cada um”, notou Brian Jenkins (*apud* Hoffman, 1998: 31). “O uso do termo implica um julgamento moral; e se um dos lados consegue rotular com sucesso o seu oponente de terrorista, então terá indirectamente persuadido os outros a adoptar o seu ponto de vista moral”. Sendo um julgamento moral, é quase sempre, por inerência, subjectivo, e depende em grande medida da simpatia que se nutre pelo indivíduo ou grupo em questão. Se a identificação for com a vítima de violência, então o acto é terrorismo. Se, pelo contrário, a identificação se der com o perpetrador, “o acto violento é encarado numa luz mais condescendente, se não positiva (ou, no pior dos casos ambivalente), e não é terrorismo” (Hoffman, 1998: 31).

A verdade é que a imprecisão que envolve o termo terrorismo tem sido, em parte, cultivada pelos meios de comunicação social. Não de forma consciente – pelo menos, não sempre –, mas devido a condicionamentos intrínsecos ao seu funcionamento. Nomeadamente, afirma Hoffman (1998: 13), devido aos “esforços em comunicar uma mensagem, muitas vezes confusa e convulsa, no mais breve tempo de antena ou espaço possível”. Os *media*, cientes dos pontos de vista divergentes e das conotações negativas dos termos terrorismo e terrorista, “parecem na dúvida e confusos sobre quando descrever a violência política como terrorismo e quando escolher outros rótulos. Muitas vezes, jornalistas e editores tendem a aceitar as pistas dos oficiais governamentais quanto a isto. O resultado é um uso inconsistente de diversos termos descrevendo perpetradores de terror (terrorista, nacionalista, revolucionário, separatista, bombista, assassino, criminoso) e os seus actos (terrorismo, nacionalismo, revolução, rapto, crime, assassinio, etc.)” (Nacos, 2002: 16). Por outro lado, essa classificação indiscriminada, que não avalia intrinsecamente o terrorismo, revela uma bicefalia: o acto terrorista pode ser encarado como desprezível ou como um meio justificável para atingir fins políticos; pode ser o feito diabólico de terroristas sem escrúpulos ou a acção justificável de libertadores e/ou guerreiros de deus (Nacos, 2002: 16) – frequentemente, aquele a que os *media* chamam terrorista proclama-se resistente e vítima de terrorismo de Estado (Letria, 2001: 15).

Independentemente das incongruências definicionais, o terrorismo dito insurgente tem sido um caso de aparente sucesso na exploração dos *media* para propósitos publicitários, um facto que se acentuou depois do advento da televisão – este terrorismo insurgente, não sendo tão mortífero como o terrorismo de Estado, nem as suas vítimas tão numerosas, alcançou mais visibilidade e deu origem a literatura mais extensa, muitas vezes apaixonada e polémica, e é um terrorismo que, ao contrário do praticado por estados, procura activamente a publicidade (Scmid & De Graaf, 1983, cit. in Gerrits, 1992: 30) (os investigadores concordam neste ponto mas discordam na medida em que os terroristas usam os *media*): é, portanto, a este tipo de terrorismo que me referirei quando falar apenas em terrorismo.

Segundo vários estudiosos do tema, a utilização dos *media* como plataforma publicitária é um dos objectivos dos terroristas, fundamental para comunicar a sua mensagem ao maior número possível de pessoas (a “audiência-alvo”), que muitos vêm

como o verdadeiro desiderato do terrorismo (Hoffman, 1998: 132), pois só deste modo, espalhando o medo e o terror por um público alargado, conseguem os terroristas força para provocarem mudanças políticas. Para alguns investigadores, os terroristas procuram os *media* porque dependem deles, como um resultado do modo de acção escolhido; outros sublinham a habilidade e profissionalismo com que os terroristas usam activamente, ou manipulam, os *media*. A metáfora do teatro é muitas vezes utilizada para sintetizar estas ideias: “A actividade terrorista é, basicamente, uma forma de teatro. Os terroristas actuam para uma audiência. Sem os *mass media* eles raramente seriam capazes de alcançar audiências tão grandes como aquelas de onde eles agora recebem atenção” (Catton Jr., 1978, *apud* Gerrits, 1992: 30).

Para os *media* é virtualmente impossível ignorar um acontecimento como um atentado terrorista – mesmo conscientes de que estão a entrar no jogo de terroristas buscando a amplificação do seu acto –, uma vez que este congrega uma série de valores-notícia que o torna prioritário na agenda mediática – consequentemente, e segundo a teoria do “agenda-setting”, na agenda pública, com a suas implicações na opinião pública. Drama, violência, imprevisibilidade, morte são, entre outras, características do terrorismo que acendem o interesse do público e asseguram tiragens e audiências.

Porém, a relação entre terrorismo e *media* não é tão linear quanto muita da literatura leva a crer e não pode reduzir-se a defender-se, por um lado, que os *media* são cúmplices involuntários das organizações terroristas, facilmente manipulados por propagandistas hábeis, e por outro, que os *media*, reconhecendo o interesse público dos actos são actores voluntários no teatro terrorista – em ambas as perspectivas, os perpetradores da violência são claramente vencedores. Na realidade, os *media* são participantes na luta, moldando de maneiras ainda não totalmente especificadas ou compreendidas, os termos do debates e as impressões, se não as reacções, que os membros da audiência (dentro ou fora do poder) – os destinatários, afinal, do acto (mensagem) terrorista – formam do Estado e dos insurgentes (Paletz e Boiney, 1992: 23). De facto, reconhecem Paletz e Boiney (*ibidem*), ainda existem poucos estudos sobre como o impacto varia de *media* para *media*, formato, conteúdo verbal e visual e numerosos outros factores. Certo é que o público é muito diferente e com sentimentos diferentes em relação aos terroristas, em relação à confiança nos *media* e à sua crença na credibilidade da cobertura do terrorismo.

Chovem acusações de cumplicidade perversa entre os *media* e o terrorismo, mas talvez a expressão mais adequada seja “relação simbiótica” (Hoffman, 1998: 43; Nacos, 2002: 14). Afinal, “o terrorismo é sempre notícia e é aqui que reside o seu maior capital político” (Letria, 2001: 14). Ainda por apurar claramente está, porém, o resultado desta relação entre *media* e terrorismo: se há quem diga que a cobertura mediática ajuda sempre os terroristas, a investigação actual parece apoiar o argumento de que, pelo contrário, não ajuda – se alguma coisa, apoia os governos ocidentais contra o terrorismo (Paletz e Boiney, 1992: 22).

2.2. Caminhos para uma definição

Quando se trata de definir terrorismo muitas são as aproximações feitas, mas ainda não se estabeleceu uma definição universal. Os autores e académicos que abordam este tema fazem, normalmente, uma revisão das definições existentes e acrescentam a sua. Esta não é uma questão de somenos, como sublinhou Martha Crenshaw (1995: 7), pois uma análise “à literatura produzida sobre o terrorismo, bem como ao debate público, torna claro que o que chamamos às coisas importa”. Isto porque, continua, “há poucos termos neutrais em política, uma vez que a linguagem política afecta as percepções dos protagonistas e das audiências e tal efeito adquire uma maior urgência no drama do terrorismo. Da mesma forma, os significados dos termos mudam para se adequarem a um contexto em mudança”.

Literalmente, “terrorismo” significa o sistema, ou regime, baseado no medo, quer dizer, no impacte psicológico negativo (sofrido por indivíduos, grupos, massas) provocado por actos de violência calculada (Rogero, 2004: 481). Alguns dos grandes estudiosos do terrorismo também produziram as suas definições, incluindo Walter Laqueur, autor de duas obras seminais sobre o tema, onde sustenta que não só não é possível definir terrorismo como não vale a pena tentá-lo (Laqueur, 1977: 7; Laqueur, 1987: 11).

“O terrorismo é o uso ilegítimo da força para alcançar um objectivo político quando pessoas inocentes são alvos.” (Walter Laqueur)

“Terrorismo... qualquer tipo de violência que não tem uma justificação moral ou legal adequada, independentemente de o actor ser um grupo revolucionário ou um governo.” (Richard A. Falk)

“O terrorismo pode ser definido em traços largos como o uso sistemático do assassinio, ferimentos e destruição ou ameaça da mesma para criar um clima de terror, para publicitar uma causa e para intimidar um alvo mais vasto de forma a forçá-lo a ceder aos objectivos dos terroristas.” (Paul Wilkinson)

“O terrorismo é o uso ou a ameaça do uso da força destinado a provocar mudanças políticas.” (Brian Jenkins)

Também os Estados – apesar de nesse campo serem usuais as discordâncias entre as várias agências de um mesmo governo – têm desenvolvido esforços para chegar a uma definição de terrorismo e, nesse campo, os EUA distinguem-se, talvez “porque querem encontrar uma definição legal para justificar a retaliação” (Davies, 2003:14). Os EUA definem terrorismo como “o uso calculado ou a ameaça de violência para inculcar medo, destinado a coagir ou a intimidar governos ou sociedades” (*apud* Townshend, 2002: 3); o Reino Unido como “o uso ou ameaça, para o propósito de avançar com um curso de acção política, religiosa ou ideológica, de violência contra qualquer pessoa ou propriedade” (*apud* Townshend, 2002: 4); e a França como “um empreendimento deliberado tendendo, pela intimidação ou pela violência, a derrubar as instituições democráticas ou a subtrair uma parte do território nacional à autoridade do estado” (*apud* Letria, 2001: 28). São, na sua essência, definições bastante gerais e limitadas que ignoram as especificidades dos grupos e dos actos terroristas.

Um elemento comum a todas as definições de terrorismo é a sua caracterização como violência. Mas, mesmo nessa matéria, as visões são discordantes: se para alguns dos estudiosos, a característica definidora de terrorismo é o próprio acto de violência, para outros, terrorismo deve ser encarado como “um sub-tipo de um fenómeno mais abrangente que é a violência” (Simões, 2004: 465). Brian Jenkins (*apud* Hoffman, 1998: 33) é um dos analistas que sustenta a primeira abordagem, argumentando que o terrorismo deveria ser definido “pela natureza do acto, não pela identidade dos perpetradores ou a natureza da sua causa”. Fazendo uma tipologia das acções que são geralmente vistas como terroristas, encontram-se muitas, repetidamente usadas – assassinatos, explosão de aviões, comboios e autocarros, raptos –, que não são

normalmente uma opção nos conflitos militares convencionais e que, portanto, “parecem assinalar um tipo especial de violência” (Townshend: 2002: 5). No entanto, essas fronteiras rapidamente se esbatem ao verificar-se que demasiadas acções terroristas duplicam tanto actos militares como criminosos.

Daí a ênfase de alguns académicos na adição ao sentido literal de terrorismo do conceito de acto político, que “não só é uma característica chave do terrorismo”, como “absolutamente indispensável para compreender os seus propósitos e em distingui-lo de outros tipos de violência” (Hoffman, 1998: 14) – ou seja, não são tanto as acções em si que são características do terrorismo como as pretendidas funções políticas. O cientista político Sunil Khilnani (*apud* Townshend, 2002: 5) corrobora esta ideia: “O terror é simplesmente uma tática, um método de violência aleatória que pode ser tanto usado por um indivíduo perturbado como por um Estado. Mas terrorismo é uma forma distintiva de intervenção política moderna, que pretende ameaçar a capacidade do Estado de assegurar a segurança dos seus membros”. “Todos os grupos terroristas procuram alvos que sejam recompensadores do seu ponto de vista e empregam táticas que são consonantes com os seus objectivos políticos” (Hoffman, 1998: 157). Essas táticas e alvos, assim como as armas de eleição, variam de organização para organização, sendo “inelutavelmente moldadas pela ideologia do grupo, as suas dinâmicas organizacionais internas e a personalidade dos seus membros-chave, assim como uma variedade de estímulos internos e externos” (Hoffman, 1998: 157).

Outra forma de distinguir o terrorismo de outros tipos de violência é a ambição dos terroristas de publicitarem os seus feitos, como destacou Wilkinson na sua definição. Na realidade, há autores que colocam os *media* no centro da discussão sobre o terrorismo. Sissela Bok sugeriu, em 1998, o conceito de “*media terrorism*” – afirmando que os indivíduos que cometem ou simplesmente ameaçam como violência política entendem os seus actos como um meio de ganhar a atenção dos *media* e a cobertura noticiosa das suas acções e das suas reivindicações (Bok, 1998: 23) –, enquanto Nacos (2002: 12) chegou à noção de “*mass-mediated terrorism*”, que na sua opinião, “captura a centralidade da comunicação através dos *mass media*” (“a maior parte dos terroristas calculam as consequências dos seus feitos, a probabilidade de ganharem atenção dos *media*”) e retira o que no termo de Bok pode, segundo a autora,

ser mal-entendido como um papel condescendente (se não cúmplice) da parte dos media.

Roger Dadoun (*apud* Letria, 2001: 21) analisa a relação entre o terrorismo e os *media* nos seguintes termos: “No entrançado de violências que constituem o terrorismo, várias linhas se vêem cruzar, confundindo a imagem e suscitando julgamentos ambíguos onde se mistura a repulsa e o fascínio: linha ideológica, que se expõe num discurso doutrinário pretendendo uma racionalização da violência; linha política de natureza frequentemente oportunista; linha organizacional, levando o grupo terrorista a ser o seu próprio objectivo; e, talvez, sobretudo nos nossos dias, a linha mediática. O terrorismo sempre procura “caixas de ressonância” para assegurar uma difusão da violência quase tecida em todo o corpo social. A esse efeito de irradiação, verdadeiro oxigénio do terrorismo, os “mass media” e muito particularmente a televisão dão uma dimensão incomparável. Estabelece-se assim entre o terrorismo e a televisão um estranho conluio. Num tal “teleterrorismo”, o terrorismo age, preferencialmente para a televisão e, em contrapartida, a televisão faz do terrorismo um espectáculo, por vezes como se tratasse de um folhetim (...) Grande rendibilidade para o terrorismo: com uma defesa irrisória leva o maior pacote: promoção massiva da organização, oficializada por um direito de antena que equivale a “direito de cidade”, difusão massiva dos medos, terrores e ameaças a partir de um centro terrorista subitamente revestido do dom da ubiquidade”.

Os ataques terroristas são premeditados e cuidadosamente planeados com o objectivo específico de, através da publicidade que geram, comunicar uma mensagem – em toda a sua concepção, os actos terroristas reflectem os objectivos e as motivações das organizações que os executam e as sensibilidades da “audiência-alvo” (Hoffman, 1998: 157). Este autor defende, aliás, que a pura visibilidade do acto terrorista se sobrepõe aos objectivos de natureza política e ideológica – para tal cita Frederick Hacker, psiquiatra e uma autoridade em terrorismo: “O terrorismo assusta e, assustando, domina e controla. Os terroristas querem impressionar. Trabalham para uma audiência e, mais do que isso, solicitam a participação da audiência”. Ou como refere Stilwell (2004: 153), o alvo do terrorista é “a opinião pública – nacional ou internacional – e só indirectamente as instâncias do poder”. Peças importantes na actividade terrorista são as vítimas, que funcionam sempre como “gerador de mensagens” (Crenlisten, 1992: 212).

No terrorismo, o uso da ameaça de violência contra vítimas serve para transmitir exigências específicas a certos alvos e mensagens diferentes a outros alvos – a mensagem particular e a audiência particular para quem a mensagem é dirigida vai depender da natureza da vítima. A vitimização, sublinha Crelinsten (1992: 213), deve ser concebida para gerar mensagens para outro, ou então não é terrorismo, e pode também servir para exercer pressão sobre o governo, para que este ceda a certas exigências.

E, na prossecução dos seus objectivos – que podem ir da revolução marxista-leninista à expulsão de um poder colonial de um determinado país ou região – os terroristas empregam estratégias psicológicas (segundo Jacques Tarnero (2000: 32), os *media* são o “instrumento psicológico” dos terroristas), outro elemento essencial do terrorismo, que Bassiouni (1981, *apud* Gerrits, 1992: 30) resume em cinco categorias: 1) demonstrar a vulnerabilidade e importância do Governo; 2) atrair simpatia pública mais vasta através da escolha cuidadosa de alvos seleccionados, que podem ser racionalizados publicamente; 3) causar polarização e radicalização entre o público; 5) apresentar as acções violentas de uma maneira que os faça parecer heróicos. Para muitos autores estas estratégias contribuem para a “desmoralização” ou “desencorajamento das autoridades” e, em contraste, para a galvanização dos apoiantes dos terroristas ou das pessoas em geral (Schmid & De Graaf, 1983, *apud* Gerrits, 30).

Estas são estratégias que visam provocar mudanças nas atitudes e sentimentos do público e/ou opositores, através de acções cuidadosamente coreografadas que operam através de uma “pressão psicológica subjectiva” (Townshend, 2002: 15) – provocam medo e o medo é a mais poderosa arma dos terroristas: nas palavras de Mao Tsé-Tung, “mata um, assusta um milhar” (*apud* Davies, 2003: 23). O medo nasce da negação do combate, que é a essência do terrorismo: os seus alvos são atacados de uma maneira que inibe (ou melhor impede) auto-defesa. Mais, o terrorismo ataca tão prontamente alvos seleccionados como alvos aleatórios (Townshend, 2002: 7), em actos com um alto valor de choque e espalha o medo e o alarme entre as populações do seu inimigo (Davies, 2003: 23).

Um outro ângulo, impossível de ignorar ao falar de terrorismo, são os seus actores. De acordo com Cassese (1991: 257), os actores do terrorismo “têm sido minorias e grupos separatistas animados por ideias de independência nacional,

movimentos de libertação lutando em nome do princípio da auto-determinação dos povos, agrupamentos políticos e outros ideologicamente inspirados, e muitas vezes os próprios Estados ou organizações por si criadas”.

Uma das controvérsias sobre a definição de terrorismo reside precisamente nos desentendimentos sobre a classificação do uso da força por indivíduos ou organizações com motivações políticas, de um lado, e estados, do outro. Para Davies (2003: 26-27), há várias definições de terrorismo e diversas razões para a sua existência e “quanto de mais perto se olha, mais difícil se torna diferenciar entre as actividades “legítimas” do Estado e as atrocidades criminosas das organizações terroristas”. Simões (2004: 464-465) resolve essa questão incluindo, no que se refere aos estados, na categoria de actos de terror – o terrorismo de Estado –, os casos de uso ilegítimo daqueles meios, quer na forma de guerra, quer na forma do uso desproporcionado da força na resposta a actos de violência ou de violação da ordem pública, entre outros. No caso dos estados, a publicitação dos seus próprios actos de terrorismo não faz parte da agenda política. Neste contexto, quanto menos informação chegar aos *media* melhor, mas se por acaso tal suceder nunca será terrorismo aquilo que fazem, antes retaliação legítima a um ataque ou contraterrorismo.

Como Chomsky (2003: 7) destaca, a definição de terrorismo “é de pouca utilidade para os praticantes de terrorismo de Estado que, detendo o poder, estão na posição de controlar os sistemas de pensamento e de expressão” – esta é uma opinião partilhada por Greisman (1977, *apud* Hocking, 1992: 86) para quem “terrorismo” é, na essência, um termo politizado: o poder do discurso do terrorismo assenta particularmente na capacidade de definir a sua aplicação e isto tanto no caso de “terrorismo” como no de “contraterrorismo”. E, do ponto de vista dos estados, apenas o Estado tem o direito de usar a força, ou, como os especialistas preferem dizer, tem “o monopólio do uso legítimo da violência” (Townshend, 2002: 5; Simões, 2004: 464) – e um dos objectivos do terrorismo é precisamente “atingir o monopólio da violência legítima” (Augé, 2003: 45). Greisman (1977, *apud* Hocking, 1992: 86) salientou o paradoxo dos actos terroristas: “O terrorismo individual, ou não estatal, é geralmente visto como o mal, enquanto o terrorismo oficial, ou legítimo, é relativamente aceite”.

Os governos dos estados atacados são particularmente céleres no processo de rotulagem dos oponentes violentos com este título, “com as suas claras implicações de

desumanidade, criminalidade e – talvez mais crucial – falta de apoio político” (Townshend, 2002: 3). Pelo contrário, as organizações terroristas, nota Hoffman (1998: 29), optam quase sempre por designações que deliberadamente omitem a palavra terrorismo ou seus derivados, preferindo evocar imagens de “liberdade e libertação”, “exércitos ou outras estruturas militares”, “verdadeiros movimentos de auto-defesa”, “vingança justa”, ou então escolhem propositadamente “nomes que são decididamente mais neutros e por isso privados de tudo menos das mais inócuas sugestões ou associações”.

Alguns académicos não deixaram de sublinhar a hipocrisia dos Estados ao usarem o rótulo de terrorista, insistindo na igual, ou maior, culpa do Estado no uso de violência terrorista. Entre os críticos mais radicais estão Noam Chomsky e Richard Falk, que traçaram um paralelismo entre a violência cometida pelos rebeldes e pelos governos.

Nesta guerra ideológica, o conceito de retaliação é “um dispositivo útil” (Chomsky, 2003: 207), uma vez que “durante um ciclo de interacção violenta, cada lado retrata tipicamente os seus próprios actos como retaliação pelo terrorismo do adversário”. Por aqui se vê que os “conceitos de terrorismo e de retaliação são instrumentos flexíveis, prontamente adaptados para as necessidades do momento” (Chomsky, 2003: 207). Ou seja, é simples para os terroristas devolverem o rótulo aos seus adversários: em 2002, por exemplo, as Brigadas Al-Aqsa declararam-se honradas por serem rotuladas de organização terrorista pelo que consideraram ser o maior terrorista do mundo, o governo dos Estados Unidos.

Do mesmo modo, é ambígua a fronteira entre terrorismo e resistência legítima. Como salientou Chomsky (2003: 201), “por vezes, os grupos nacionalistas estão preparados para descrever os seus actos como terrorismo e alguns respeitados líderes políticos recusam condenar actos de terrorismo na causa nacional”.

Na prática, estas dúvidas epistemológicas resultam em números discordantes no que se refere aos actos terroristas. Uma discordância que reflecte a disparidade de critérios para a tipificação dos actos terroristas e a avaliação da sua origem e natureza, “sendo que em muitos casos a motivação se desloca do campo político para o da mera criminalidade pesada, o que leva os recenseadores destes “incidentes” a considerá-los no quadro de uma outra grelha valorativa” (Letria, 2001: 20).

2.3 Dois séculos de terrorismo

Embora o terrorismo contra os estados seja “a face mais visível, ou mais sugestiva, da história” (Rogeyro, 2004: 482) – ainda que, segundo Adriano Moreira (2004: 136), o século XX tenha sido muito caracterizado pelo terrorismo de Estado – o “primeiro terror, metódico, estudado e científico, foi produto do Estado” (Rogeyro, 2004: 482)

Na realidade, um dos motivos pelos quais o terrorismo continua a iludir qualquer tentativa sistemática de definição é a mutação permanente do seu significado desde que o termo se popularizou pela primeira vez, há cerca de duzentos anos, com a Revolução Francesa. Nesse período – o sistema ou regime do terror (*régime de la terreur*) de 1793-94 –, a palavra “tinha uma conotação positiva”, já que foi o meio adoptado “para estabelecer a ordem durante o período de transição anárquica e de insurreição que se seguiu aos levantamentos populares de 1789, como, aliás, sucedeu no seguimento de muitas outras revoluções” (Hoffman, 1998: 15).

Deste modo, ao contrário de terror como é geralmente entendido hoje – uma actividade “revolucionária ou anti-governamental levada a cabo por uma entidade não-estatal ou subnacional” (Hoffman, 1998: 15) –, o “regime do terror” era um instrumento de governação (acções violentas vindas de cima) empunhado pelo recém-estabelecido estado revolucionário para assegurar a submissão popular. Ironicamente, como notou Hoffman (1998: 15), “terrorismo, no seu contexto original, era associado com os ideais de virtude e democracia”. Aliás, o primeiro teórico a propor uma doutrina do terrorismo, o alemão Karl Heinzen, no seu ensaio “O Assassínio”, de 1848, defende que todos os meios, incluindo o atentado suicida, são bons para precipitar a implantação da democracia (Ramonet, 2002: 54).

Posteriormente, o terrorismo passaria a ser um termo associado com o abuso de governo e do poder (Laqueur, 1987: 11), mas, apesar das divergências posteriores de significado, o “terrorismo” da Revolução Francesa persiste em dividir com a sua variante contemporânea pelos menos duas características essenciais. Primeiro, não foi aleatório nem indiscriminado, como ainda hoje o terrorismo é, por vezes, caracterizado, mas organizado, deliberado e sistemático. Não se pense que o acto violento dos terroristas representa “um acto de vingança ou desespero, de rapina ou conquista”, ou

mesmo a “vontade de provocar danos sérios na máquina militar do adversário” (Stilwell, 2004: 153). Este, prossegue o autor, “dirige-se com grande precisão tanto contra alvos militares como civis, a fim de centrar a atenção de todos na sua *causa* e evitar soluções túbias de compromisso que a desvirtuariam no essencial”. Segundo, o seu objectivo e a sua justificação (tal como no terrorismo actual) era a concepção de uma nova sociedade que substituiria um sistema político corrupto e anti-democrático (Hoffman, 1998: 16).

Se aquilo que agora se convencionou chamar terrorismo de Estado – obliterando o sentido original em que terrorismo era apenas sinónimo de violência governamental – “tem uma genealogia tão remota como a do próprio Estado, também a resposta terrorista, modelo da luta do fraco contra o forte” – aquilo a que Chomsky (2003: 27) chama “terrorismo a retalho” (o terrorismo insurgente) –, “levado a cabo por indivíduos ou grupos, tem igual antiguidade” (Moreira, 2004: 136).

Durante o século XIX e com o advento das novas ideologias universais (como o comunismo) que emergiram da revolução industrial surgiu uma nova era do terrorismo. O conceito expandiu-se, passou a incluir a violência de baixo e ganhou muitas das conotações revolucionárias e anti-Estado que ainda hoje se lhe colam. Porém, ao contrário de muitas organizações terroristas contemporâneas, as vítimas eram deliberadamente escolhidas pelo seu valor simbólico.

No mesmo século, a primeira grande revolução na comunicação (invenção da impressão a vapor e, depois, o advento da energia eléctrica) oferecia novas oportunidades para comunicar numa escala mais vasta que nunca. Os primeiros terroristas rapidamente perceberam o potencial da nova tecnologia e a “relação simbiótica entre o terrorismo e os *media* foi forjada durante esta era” (Hoffman, 1998: 136).

Se durante a década de 30 do século XX, o significado de terrorismo voltou a ser associado ao Estado e ao abuso de poder por parte dos governos (no caso, dos regimes autoritários da Itália fascista, da Alemanha nazi e da Rússia estalinista) contra as suas populações, após a II Guerra Mundial, o terrorismo recuperou as suas conotações revolucionárias – primeiro com um cunho anti-colonialista (luta pela libertação nacional e auto-determinação), depois nacionalista e etno-separatista e ainda ideológico, o terrorismo era usado como meio de chamar atenção para si próprios e para as

respectivas causas, em muitos dos casos com um objectivo específico e/ou para atraírem simpatia internacional e apoio – com as quais é hoje mais comumente associado e que correspondem à face mais visível do fenómeno no século XX: violência política perpetrada por actores não-estatais, como grupos ou indivíduos autónomos ou patrocinados por Estados (Vetter e Pearlstein, 1991: 132; Hoffman, 1998: 19).

Foi no final da década de 60 do século XX, a 22 de Julho de 1968, que aconteceu o episódio que acabaria por entrar para o cânone e marcar a história como o momento de internacionalização do terrorismo – para Bertrand Gallet (*apud* Letria, 2001: 27), o terrorismo é “uma forma extrema de acção política, constituindo um preâmbulo ou um substituto de guerra. Desenvolvido no interior de um país, ele pode anunciar a guerrilha ou a guerra civil. A nível internacional representa em geral uma estratégia de pressão dirigida aos estados”. Nessa data, três membros da Frente Popular para a Libertação da Palestina tomaram de assalto um avião da companhia israelita El Al durante o voo de Roma para Tel Aviv, obrigando-o a aterrar na Argélia. Este *modus operandis*, o sequestro de aviões comerciais, tornar-se-ia emblemático.

O terrorismo internacional tornar-se-ia um assunto prioritário da política norte-americana nos anos 80, durante a administração Reagan (Chomsky, 2003: 197) – que declarou mesmo uma “guerra ao terror” –, apoiada pelo livro “The Terror Network”, de Claire Sterling, que reconstituía uma organização global vasta inspirada e directamente controlada pela URSS, visando desestabilizar a sociedade democrática ocidental. O conceito de terrorismo internacional ficava estabelecido firmemente e, “apesar das suas óbvias improbabilidades, (...) a ideia de cadeia de terror foi sujeita a pouco criticismo até ao final da Guerra Fria” (Townshend, 2002: 27).

Nas duas décadas anteriores, analisou Chomsky (2003: 194; 2003a: 79-80; 2003b: 68-69), Cuba e Líbano foram vítimas preferenciais do terrorismo internacional, orquestrado pelo único Estado que viria, posteriormente, a ser condenado no Tribunal Internacional de Justiça por terrorismo, os EUA. “Existem muitos estados terroristas no mundo, mas os Estados Unidos são invulgares naquilo que é oficialmente dirigido ao terrorismo internacional e numa escala que envergonha os seus rivais” (Chomsky, 2003: 183).

No mesmo ano da internacionalização do terrorismo, dá-se a segunda grande revolução na comunicação de massas que teve impacto directo no terrorismo – o

lançamento, pelos Estados Unidos, do primeiro satélite de televisão, que permitiu que fossem enviadas instantaneamente para a casa dos telespectadores em todo o lado transmissões em directo de qualquer local do mundo. Todo este potencial foi demonstrado nos Jogos Olímpicos de Munique, em 1972, quando terroristas palestinos sequestraram atletas israelitas, no que ficou estabelecido como sendo o primeiro momento de mundialização mediática do terrorismo. Esse foi também o momento em que “as cadeias de televisão norte-americanas, com o seu conhecido poder de irradiação, perceberam o potencial comercial do terror que estava a difundir para todo o mundo” (Letria, 2001: 22).

2.4 As causas terroristas: da política à religião

“Um terrorista sem causa (pelo menos na sua própria cabeça) não é um terrorista” (Konrad Kellen *apud* Hoffman, 1998: 43). Na realidade, todos os grupos terroristas começam e existem por uma razão que, em muitos casos, é suficientemente poderosa para transitar entre diferentes gerações, notou Davies (2003: 3). No essencial, os grupos podem ser identificados como de esquerda, de direita, nacionalistas, patrocinados por estados, anarquistas e religiosos – Ramonet (2002: 52) sublinhou que, “como método de acção o terrorismo foi reivindicado, de acordo com as circunstâncias, praticamente por todas as famílias políticas”.

É vulgar argumentar-se que o terrorismo vive da injustiça social e política e “não há dúvida que estas lhe facilitam o recrutamento de militantes e lhe proporcionam um núcleo populacional disposto a acolhê-los e a ocultá-los” (Stilwell, 2004: 153). Afinal, segundo Hoffman (1998: 41), o terrorista não busca finalidades egocêntricas, pelo contrário, é essencialmente altruísta: acredita que está a servir uma causa justa, criada para alcançar um bem maior para uma população mais vasta – seja ela real ou imaginária – que o terrorista e a sua organização dizem representar. “A causa do terrorista”, apontou Stilwell (2004: 154), “é uma visão alternativa do mundo, de fundamento ideológico ou religioso, à luz do qual todos os sacrifícios se justificam, inclusivamente os que venham a ser pedidos às populações já de si injustiçadas”, daí que o terrorismo possa ser visto como o último recurso do homem quando todas as outras rotas para a autodeterminação falharem (Davies, 2003: 4). Curiosamente, Lenine,

escrevendo sobre a luta pela conquista do poder, considerou o terrorismo “um recurso de interventores afastados das massas e sem confiança na revolta” (*apud* Moreira, 2004: 137); décadas mais tarde, Che Guevara (*ibidem*) condenou o terrorismo como “uma arma negativa, que não produz em nenhum caso o efeito procurado, que pode induzir a população a manifestar-se contra um determinado movimento revolucionário e conduza a uma perda de vidas entre os executores superior ao que rende como vantagem”.

Actualmente, há cerca de 50 grupos internacionais de terrorismo no activo (Davies, 2003: 29) e desses, cerca de metade têm motivações religiosas – o terrorismo de natureza religiosa é um fenómeno relativamente recente (sobretudo dos últimos 20 anos do século XX), que se vem impondo ao terrorismo político com raízes nas correntes anarquistas do século XIX e cuja manifestação nacionalista corresponde aos grupos mais bem sucedidos entre as organizações terroristas (Davies, 2003: 28; Hoffman, 1998: 64).

Se alguns grupos terroristas, como a OLP, na Palestina, dominada por muçulmanos, o católico IRA e os seus oponentes protestantes no Ulster, por exemplo, têm uma componente religiosa, as suas motivações dominantes são claramente políticas. Há outros grupos, porém, aos quais “faltam fins políticos claramente definidos”, mas dão “saída para uma fúria contra o poder estatal e sentimentos de vingança” (Margalit *apud* Nacos, 2002: 38-39) – é um terrorismo em que os motivos religiosos se sobrepõem a todos os outros.

Desde a década de 80 do século passado, este tipo de terrorismo envolveu elementos de todas as maiores religiões do mundo, em alguns casos, assim como pequenas seitas e cultos, não sendo, ao contrário do que parece ser normalmente aceite (uma imagem em parte cultivada pela comunicação social), um exclusivo do Islão, confinado ao Médio Oriente. Todos estes grupos se caracterizam por uma extrema perigosidade, que não encontra equivalência nos seus correspondentes seculares. Isto porque, nos grupos religiosamente motivados, a violência é considerada como um “acto sacramental” ou um “dever divino” (Hoffman, 1998: 88), executados em “resposta directa a qualquer exigência ou imperativo teológico” (Hoffman *apud* Nacos, 2002: 24).

Agindo em nome de uma vontade divina e procurando impor a submissão total a um código específico de crenças religiosas, os terroristas religiosos vão atacar alvos quase indiscriminadamente e usando violência extrema, já que não se sentem

restringidos por imperativos morais, como sucede com os terroristas seculares – como escreveu Hoffman, “a combinação de religião e terrorismo pode ser apontada como uma das razões principais para a cada vez maior mortalidade do terrorismo” (*apud* Nacos, 2002: 24). Por isso, não surpreende que as missões suicidas – que não são um fenómeno recente – sejam mais comuns entre terroristas religiosos ou pseudoreligiosos, do que entre terroristas seculares, na medida em que são planos para causar o maiores danos possíveis. A Al-Qaeda é, actualmente, o exemplo primário de terrorismo religioso.

Nesta guerra santa de terror contra um inimigo maligno, os seus perpetradores não precisam de fazer reivindicações públicas, uma vez que infligem o maior dano possível, enquanto antes, os típicos terroristas seculares precisavam de reivindicar responsabilidade, já que estavam, sobretudo, “a mandar mensagens poderosas para as suas audiências-alvo de maneira a conseguirem promover a sua agenda política” (Nacos, 2002: 13). Mas quer os terroristas reivindiquem ou não responsabilidade pelos seus feitos isso não tem qualquer influência na cobertura dos *media*. Como Wiewiorka (2003: 46-47) reconheceu, mesmo quando os perpetradores da violência política parecem despreocupados com a cobertura noticiosa, outros actores podem e conferem atenção dos *media* sobre eles – como a imprensa e as autoridades governamentais.

2.5 Uma forma perversa de “showbusiness”

Em 1974, Brian Jenkins declarou: “Terrorismo é teatro”. Porquê? “Os ataques terroristas são, muitas vezes, cuidadosamente coreografados para atrair a atenção dos *media* electrónicos e a imprensa internacional” (*apud* Hoffman, 1998: 16). Hoffman (1998: 132) defende que “os *media* noticiosos modernos, como principal condutor de informação sobre tais actos, joga um papel vital nos cálculos terroristas”. Isto porque os *media* se encontram numa posição estratégica, que lhes confere o poder de amplificar e minimizar, incluir e excluir: sem a projecção dada por eles, o impacto do acto é, em parte, desperdiçado, uma vez que este permanece circunscrito às vítimas imediatas do ataque em vez de alcançar uma mais ampla “audiência-alvo” para a qual a violência terrorista é efectivamente concebida. Só assim os terroristas adquirem a força necessária para provocarem mudanças políticas efectivas. A eficácia do acto terrorista está, portanto, pelo menos em parte, dependente da cobertura mediática. De tal forma que

Letria (2001: 19) afirma que “o silêncio mediático (...) poderá ser mais devastador para a organização terrorista do que a própria repressão policial ou paramilitar, porque a torna ineficaz no que toca à opinião pública e à percepção que ela tem da sua perigosidade e potencial destruidor”. Uma indicação de que a atenção mediática é importante encontra-se muitas vezes nas memórias dos terroristas. Um elemento do IRA declarou (*apud* Irvin, 1992: 77): “Penso que o IRA vê todas as suas acções como tendo um impacto político. A cobertura mediática teria um papel importante aumentando ou diminuindo esse impacto. As acções armadas são vistas pelo IRA como propaganda armada”.

Devido a esta constatação, os terroristas empregam todas as possibilidades para obter publicidade de um modo racional, ponderando cuidadosamente todos os aspectos para depois seleccionar uma estratégia. No entanto, salvaguarda Gerrits (1992: 32), a maior parte dos terroristas não procura a publicidade pela publicidade – esta é apenas instrumental e serve o objectivo final do movimento. Há, porém, casos em que os meios são elevados ao nível de um objectivo da estratégia (Schmid & De Graaf, 1983, *apud ibidem*) e casos em que os terroristas (incluindo aqueles puramente criminosos) não reivindicam responsabilidade pelas suas acções e não parecem precisar da publicidade para sobreviverem e serem bem sucedidos. E o que querem os terroristas dos *media*? As motivações terroristas são, normalmente, mais amplas do que ganhar acesso aos *media*, que pode não ser mais do que um instrumento táctico para alcançar objectivos estratégicos como provocar uma reacção excessiva do opositor, preparar o opositor para a submissão, desmoralizando-o e/ou aos seus apoiantes, e aumentar a moral dos terroristas e daqueles que estes dizem representar (Schmid, 1992: 113).

Como o fazem? Na estratégia dos terroristas, os *media* servem diferentes propósitos. Podem oferecer uma plataforma para a difusão e amplificação da propaganda armada, podem ajudar na recolha de informação (mesmo secreta) no mundo exterior para uma organização clandestina. Os *media* podem ainda contribuir para (re)dirigir a atribuição de responsabilidade, levando à possível legitimação da violência terrorista através da transferência persuasiva de culpa em comunicados terroristas, e podem ajudar na coerção e chantagem de uma terceira parte (*ibidem*).

A maneira como os terroristas abordam a publicidade, ajuda-os a concretizarem os seus objectivos psicológicos. E a sua abordagem consiste no recurso a uma série de

táticas publicitárias (complementares, muitas vezes), umas destinadas a captar a atenção, outras destinadas, especialmente, a explicar a mensagem do grupo terrorista ao público (Gerrits, 1992: 45-59). A tática mais óbvia é a de cometer acções violentas devido ao seu valor-notícia, com a implicação, também óbvia, de cometer apenas acções nas quais os *media* estejam interessados – o que exige uma actuação muito conscienciosa e racional. E há sempre maneiras de ampliar o valor-notícia das acções. O destaque vai para o grau de violência aplicada (número ou estatuto das vítimas): quanto maior for essa violência, mais forte será a atenção dos *media* e o interesse do público. No entanto, a particular vulnerabilidade de uma categoria de vítimas – por exemplo, as crianças na escola em Beslan – ou a sua fama – Ytzak Rabin, primeiro-ministro israelita – também aumenta o valor-notícia de um acto (Schmid et al., 1992: 82; Gerrits, 1992: 46). Outro recurso para elevar o valor-notícia de uma acção é o uso de simbolismo, como a sua realização numa altura ou num local especial, tanto para os terroristas como para o país atacado. Uma terceira maneira de aumentar o valor-notícia é a realização de acções muito espectaculares ou especiais, que, provavelmente atraem os *media* – estas acções espectaculares não precisam de ser sempre violentas: MacStiofain e McGuire, dois líderes do IRA, falaram de várias fugas espectaculares da prisão que também ganharam publicidade favorável. E, quando há cobertura mediática, mesmo que uma determinada acção falhe militarmente, pode ser considerada bem sucedida, devido à publicidade que atraiu.

Outra tática publicitária é o apoio ao recrutamento e à propaganda. Diversas declarações de terroristas indicam que eles exploram a atenção mediática gerada por um incidente violento, aproveitando para promover encontros, fazer discursos, distribuir panfletos, posters e literatura política, emitir declarações. O papel da propaganda é sublinhado pelo facto de uma organização como o Sinn Fein ter um director de publicidade (nas organizações mais pequenas, essas tarefas são cumpridas por simpatizantes que ainda não entraram na clandestinidade) – aliás, sublinha Irvin (1992: 63), o gabinete de imprensa do Sinn Fein é visto como o melhor dos departamentos de publicidade “terrorista”.

As escolhas da altura e do local óptimos para a acção são também uma tática publicitária – ligada ao objectivo de alcançar vantagem psicológica máxima – e constitui um dos elementos mais cuidadosamente preparados pela estratégia terrorista.

Uma das razões para escolher um local pode ser a concentração da imprensa – seja pela própria rede noticiosa (por exemplo, correspondentes estrangeiros concentram-se nas capitais), seja pela sua reunião para um acontecimento – como os jogos olímpicos, evento escolhido, em 1972, para sequestrar a delegação israelita. O local ideal também pode ser fora da área habitual de actuação dos terroristas, atraindo, dessa maneira, a atenção de jornalistas estrangeiros.

O “timing” das acções terroristas também é escolhido criteriosamente, podendo responder a diferentes necessidades das organizações. Por um lado, há as horas de pico dos *media*: Clutterbuck (1981, *apud* Gerrits, 1992: 51) dá o exemplo das bombas do IRA, que explodiam a tempo do principal noticiário da noite, e Schmid e De Graaf (1983, *apud* Gerrits, 1992: 51) dão o exemplo das Brigadas Vermelhas, que planeavam as acções para as quartas-feiras ou sábados, porque os dias em que os jornais tinham mais circulação eram quinta-feira e domingo – do mesmo modo, emitiam as declarações pouco antes da hora de fecho dos jornais para que os editores tivessem pouco tempo para mudar ou seleccionar as mensagens. Por outro lado, o “timing” pode ser uma reacção a acontecimentos políticos, acções ou declarações de outros partidos envolvidos no conflito, ou uma diversão para desviar a atenção da imprensa e do público de coisas desfavoráveis ao movimento.

Outro recurso publicitário dos terroristas é o uso táctico de declarações emitidas, ou seja cometem o acto e emitem comunicados ou fazem declarações que lhes permitem apresentar as suas histórias sem intermediários, nomeadamente, entrevistadores. A importância deste recurso é, pois, incomensurável, permitindo que o público conheça as ideias do grupo terroristas e a justificação da acção.

Manter contacto com jornalistas e dar entrevistas é o que Clutterbuck (1981, *apud* Gerrits, 1992: 54) considera o mais produtivo tipo de publicidade para os terroristas. Isto porque as entrevistas diminuem a distância em relação ao público e proporcionam oportunidade para os terroristas fazerem declarações políticas não editadas – especialmente quando são em directo. Para mostrar o quão poderosas são, basta referir que, entre 1971 e 1979, a BBC transmitiu, pelo menos, seis entrevistas com membros do IRA, causando uma forte fricção com o governo que acabou por levar à sua proibição. “Os *media* exigem atenção especial por causa da importância deles em

influenciar a opinião e os valores da audiência”, escreveu Gerry Adams (1986, *apud* Gerrits, 1992: 54), reconhecendo a função de “agenda-setting” dos *media*.

Talvez o meio mais directo de captar a atenção dos *media* seja reivindicar responsabilidade pelas acções terroristas – por isso, em certas ocasiões, as reivindicações multiplicam-se. Por fim, os terroristas recorrem à introdução de símbolos poderosos no jogo. De facto, a escolha de uma pessoa ou alvo pode dizer muito sobre os objectivos de um movimento (assim como o nome que este escolhe). O significado simbólico pode relacionar-se com diferentes factores como, por exemplo, como o acto em si, o local, as horas, a data, o modo como é executado, o alvo, a vítima...

Estes sete tipos de tácticas, integradas, constituem armas poderosas, logo não surpreende que os terroristas usem os *media*, e a publicidade em geral, com objectivos claramente definidos. No entanto, sublinha Gerrits (1992: 59), convém não exagerar o reconhecidamente grande papel dos *media* na estratégia terroristas, porque, embora importante e atraente, os terroristas não dependem exclusivamente deles para cumprir objectivos psicológicos. É preciso ter sempre em mente que a publicidade é, sobretudo, um meio para alcançar outros ideais, como os políticos, muitas vezes negligenciados pelos investigadores que sublinham o papel dos *media* na estratégia – afinal, os *media*, como notaram Paletz e Tawney (1992: 105), assumem o papel central no nexos terroristas-governo.

Esta visão dos *media* como facilmente manipulados por propagandistas hábeis (constituindo-se como cúmplices involuntários) tem de ser confrontada com outra que atribui aos *media* uma maior responsabilidade no “contágio” das acções terroristas, uma vez que lhes reconhecem interesse público. “Os jornalistas não reportam apenas as notícias. São, muitas vezes, participantes subjectivos nelas. Eles são, na essência, os actores, argumentistas e a ideia por detrás de cada história. Os terroristas aproveitam-se desta situação nas suas tentativas de manipular os *media*” (Bassiouni, 1983, *apud* Irvin, 1992: 63). Na verdade, questões como quais as actividades terroristas noticiadas, qual a sua proeminência, qual o enquadramento, com que ênfase e de quem são os pontos de vista dominantes influenciam não só o comportamento dos terroristas, como as reacções e respostas do governo e da opinião pública, partes essenciais no jogo terrorista.

Por que é que os *media* e os seus actores principais (jornalistas, editores e proprietários) atribuem tanto valor aos actos terroristas? Num nível básico, qualquer

tipo de violência causada a seres humanos (não interessa o contexto ou causa) exige atenção, já que pode afectar a sobrevivência pessoal de todos. Quando, em 1965, Galtung e Ruge, no trabalho “A estrutura do noticiário estrangeiro”, elaboraram a sua lista de valores-notícia, também explicaram porque é que as pessoas que, não sendo da elite, conseguem intrometer-se no campo ocupado por aqueles que fazem habitualmente as notícias (1965/1993: 61-73). Entre os elementos apontados destacam-se a “negatividade” do acontecimento, a sua “amplitude”, a “significância” e o “inesperado” – que, segundo Tuchman (1978: 60), é muitas vezes um componente do tipo de acontecimento que se designa como “Que estória!”, ou seja, o “mega-acontecimento”. Recorrendo a Traquina (2002: 186-196) acrescenta-se ainda a “morte”, a “notabilidade”, a “quantidade” (de pessoas envolvidas), o “conflito” e o “tempo”. A verdade é que a violência terrorista, “atacando inesperadamente pilares “positivos” da estrutura social” (Schmid, 1992: 114) encaixa em tal sistema de valores-notícia – os actos terroristas surgem como “um evento talhado especificamente para as necessidades dos *media*” (Bell, *apud* Hoffman, 1998: 132): o espectacular, o imediato, o espontâneo e o negativo (Simões, 2004: 463).

O modo como o terrorismo é tratado nos *media* vai afectar a opinião pública. Sendo o papel dos *media* na formação da opinião pública problemático, para o averiguar é necessário abordar, por um lado, o modo como eles apresentam a notícia sobre o terrorismo (tendo em conta considerações técnicas – como disponibilidade de fontes, formatos noticiosos e constrangimentos de tempo –, valores políticos dos que controlam os *media* e a medida da censura do Governo), e por outro, que outras fontes de informação estão disponíveis para o público (Hewitt, 1992: 173).

Segundo Hewitt (1992: 177) existem variações consideráveis no modo como o terrorismo é retratado nos *media*, mas certos padrões são reconhecíveis. Antes de mais, o terrorismo, normalmente, recebe grande cobertura, resultado da descrição dos detalhes mais macabros da violência nos ecrãs e nas fotografias – corpos, funerais, familiares em dor, destruição física –, fenómeno provavelmente ligado ao apetite dos *media* por imagens dramáticas (Paletz et al., 1983, *apud* Hewitt, 1992: 177). Essa cobertura dá uma visão negativa da violência terrorista, reforçada por editoriais e entrevistas condenando a violência – justificações da violência são excepcionais e encontradas apenas em jornais ligados aos grupos terroristas. Depois, há a tendência de países como

os EUA, o Canadá ou a Grã-Bretanha de ignorarem as causas sociais do terrorismo e os seus fins e objectivos, tendência que não é encontrada noutros casos – onde, por exemplo, o terrorismo é levado a cabo por grupos indígenas, os seus fins políticos são apontados e muitas vezes analisados em detalhe pelos *media*. A terminar, o autor conclui que os *media* não reflectem invariavelmente a perspectiva oficial. Nos EUA, os *media* enfatizam as posições do Governo – “as autoridades chegam primeiro e estão lá para fornecer detalhes, explicações e as suas interpretações para a imprensa” (Paletz et al., 1983, *apud* Hewitt, *ibidem*) – mas noutras sociedades, sectores importantes da imprensa são cépticos: esta diferença, afirma Hewitt (1992: 177) “parece ser produto da ideologia política e circunstâncias históricas”.

Sendo verdade que todos tentam usar os *media* – como refere Zoe Tan (1989, *apud* Schmid, 1992: 129), “parece haver poucas dúvidas de que as batalhas centrais da política diária, nas democracias, são cada vez mais travadas nos *media* e através dos *media*” –, não é menos verdade que os terroristas o fazem derramando o sangue de outras pessoas, incluindo inocentes, em actos nos quais a crueldade e a aleatoriedade são o garante do seu êxito no plano informativo. E a criação propositada de maus acontecimentos assegura aos terroristas livre acesso ao sistema de notícias – algumas pessoas têm de morrer para que os *media* publicitem a existência, exigências e objectivos dos terroristas. O terrorismo cria uma realidade violenta, com um alto valor-notícia, como um meio de comunicação com os seus apoiantes e para ter um efeito de choque no público em geral. Um choque apoiado em imagens tingidas de sangue, preferencialmente, e palavras para testemunhar o horror em todas as facetas – precisamente o que os terroristas procuram para que os seus objectivos sejam plenamente alcançados –, incluindo as bem calculadas mensagens que os terroristas querem publicitar, independentemente do facto de eles reivindicarem a responsabilidade pelos seus actos ou permanecerem em silêncio (Nacos, 2002: 12).

Como refere Letria (2001: 21), “o terrorismo contemporâneo, opera com e para a imagem, nunca abandonando o jogo da “dissimulação”. Harmonizando, com engenho e apurado sentido estratégico, a clandestinidade profunda com o desejo de visibilidade, o terrorismo transformou-se numa poderosa realidade mediática, reforçada por fenómenos como o radicalismo nacionalista e o fundamentalismo religioso e, sobretudo, pela globalização que lhe assegura projecção inter-continental, seja pela via do desvio de

aviões ou do assassinato de políticos e de civis que, acidentalmente, se encontrem no local do atentado”. E acrescenta: “O terrorismo sabe que o seu “tempo de antena” está de antemão assegurado. Basta actuar. E quanto mais substanciais forem os danos materiais e humanos maior será a sua visibilidade.”

Neste “jogo”, nota Schmid (1992: 130), há o problema de “o acto de noticiar modificar o carácter do acontecimento noticiado” e da “antecipação da notícia poder tornar-se um elemento causal de um acto violento” – ou seja, muitas vezes, o que se produzem são acções especificamente concebidas para os *media*, são os chamados “pseudo-acontecimentos”, só que desta feita envolvendo sacrifícios materiais e, sobretudo, humanos. Por exemplo, Blaisse (1992: 140) relata o caso do fotógrafo francês Alain Migam que recebeu vários prémios pelo seu trabalho sobre a execução de um responsável afegão “mujahedeen”. A questão é que o repórter foi levado apenas para testemunhar o acontecimento: “Se eu não tivesse estado lá, o homem não teria sido baleado e depois decapitado ritualmente”, reconheceu o fotógrafo. Do mesmo modo, uma equipa da BBC, que testemunhou a execução de dois homens no Biafra, relatou que o esquadrão estava pronto, mas, como os jornalistas tinham um problema com as câmaras de filmar, eles só dispararam depois da equipa da BBC garantir que estava tudo em ordem com o material (Blaisse, 1992: 140).

Surge, portanto, a questão de cumplicidade, no sentido em que os *media* são participantes mais do que meros observadores e narradores dos acontecimentos noticiados. De facto, defendem Paletz e Tawney (1992: 105), os *media* podem contribuir para (ou interferir com) a resolução de um incidente (ao transmitirem comunicados terroristas), podem tornar-se parte das negociações e podem pôr em perigo as vidas dos reféns (transmitindo informações pessoais).

Numa democracia, o papel dos *media* é manter o público informado. Simplisticamente falando, a tarefa dos *media* é a dizer às pessoas o que se passa no mundo, mostrar ao público como as coisas são realmente. No entanto, é universalmente sabido que os *media* não reportam tudo o que acontece no mundo, o que seria virtualmente impossível, mas sim uma selecção de ocorrências que consideram mais relevantes. Aqui, entra em jogo o editor, agindo como “gatekeeper”, seleccionando entre as ocorrências mais significativas e empacotando-as de acordo com os formatos-padrão dos *media* para serem consumidos pelo público. No caso do terrorismo, há uma

cadeia de ocorrências (“terroristas que procuram atenção cometendo um acto violento e chocante para atrair público (ou sectores dele)” → “jornalistas que noticiam o acontecimento atraídos pelo incidente disruptivo” → “seleccionador e formatador editorial das notícias” → “audiência pública absorvendo selectivamente as notícias processadas oferecidas, agindo ou reagindo à apresentação” (Schmid, 1992: 111)), no qual o editor assume uma posição poderosa podendo dar ou negar aos terroristas o que eles querem em termos de publicidade. Pelo menos teoricamente, porque na prática muitos constrangimentos se levantam ao editor, desde a capacidade do jornalismo noticiar em tempo real – julgamentos editoriais numa peça em directo podem ser considerados censura – às pressões, cada vez maiores, da publicidade e marketing.

Na conjuntura mediática e tecnológica actual, o acesso ao conhecimento tornou-se mais simples, as pessoas conhecem mais sobre os assuntos, o que levou os *media* a reduzirem a quantidade de verdadeira informação: a palavra de ordem agora é entreter. O entretenimento é um imperativo do público e, a reboque, dos lucros, dos números das audiências, da circulação, do sucesso, da popularidade. Nos países democráticos, explica Blaisse (1992: 138), os *media* dão a impressão de serem mais livres do que são na realidade. Eles precisam de ser bem sucedidos e rentáveis, o que os coloca sob pressão, que tem, inevitavelmente, repercussão no modo como os jornalistas e chefias abordam o trabalho. Neste momento, há uma mudança do paradigma de “notícias-informação” para “notícias-entretenimento” com as organizações mediáticas “cada vez mais inclinadas a explorar o terrorismo como “infotainment” para os seus próprios imperativos (audiências e circulação)” (Nacos, 2002: 29). Esta é uma opinião partilhada por Wilkinson (2000: 177): “Os *media*, numa sociedade aberta, estão num mercado ferozmente competitivo pelas suas audiências, estão constantemente sob pressão para serem os primeiros a darem a notícia e para fornecerem mais informação, excitação e entretenimento do que os seus rivais. Consequentemente, eles estão quase obrigados a responder à propaganda dos terroristas dos seus actos, porque são más notícias dramáticas”.

Estes constrangimentos privaram os editores de parte dos seus poderes como “gatekeepers” levando-os a adoptar diferentes atitudes. Para uns, “notícias de terrorismo são notícias como quaisquer outras notícias”, ou seja, têm de ser noticiadas independentemente das consequências; outros estabelecem “linhas de conduta” para a

cobertura do terrorismo; e outros ainda podem ter regras restritas impostas (pelo Governo em ditaduras ou em países democráticos em períodos de guerra), (Schmid, 1992:112). Hocking (1992: 88) vai mais longe ainda na exploração do papel do Governo – normalmente, o alvo das exigências terroristas –, afirmando que as medidas contraterroristas dos estados incluem no seu cerne um controlo da alegada simbiose *media*/terrorismo. Entre as técnicas contraterroristas, tem sido importante o desenvolvimento de um detalhado quadro para a “cooperação” ou “restrição voluntária” dos *media* ao noticiar incidentes terroristas. A noção de que os *media* fornecem aos terroristas o “oxigénio da publicidade” – expressa e popularizada pela ex-primeira ministra britânica Margaret Thatcher – levou à crença de que algum controlo sobre as notícias sobre o terrorismo é essencial para a eventual erradicação do terrorismo nas democracias liberais. “A implicação óbvia”, sustenta Hoffman (1998: 142), “é que se os terroristas podem, de alguma forma, ser privados da publicidade que os sustenta, tanto a sua influência maligna quanto a frequência com que agem seria imensamente reduzidas”.

“Os *media* podem fornecer aos terroristas uma boa dose de “oxigénio de publicidade””, como sublinha Adams (*apud* Gerrits, 1992: 60), “mas a censura pode fornecer a um Governo o “narcótico do sigilo” – um perigo ainda maior para a democracia”. Blaisse (1992: 168) também condena qualquer tipo de censura e lembra a obrigação dos *media* de cumprirem a sua função crítica, “porque não só mantêm as pessoas informadas” como “também servem de obstáculos para excessos de todos os tipos”. O autor conclui notando que sem *media* verdadeiramente livres não pode haver democracia.

Walter Ruby, correspondente em Nova Iorque do *Jerusalém Post* (*apud* Blaisse, 1992: 140), considera que não são os artigos sobre terrorismo (e contraterrorismo) que são perigosos, mas sim o tom e o estilo em que são escritos – aliás, nota Blaisse (*ibidem*), o pouco enquadramento das notícias pode promover “amnésia colectiva”. E aqui, os jornalistas e, sobretudo, os editores, podem ter uma palavra a dizer. Ao mesmo tempo, são os editores que decidem o espaço/tempo dado às “estórias” terroristas face a outros acontecimentos com valor-notícia – muitas vezes o equilíbrio dos noticiários é negligenciado quando há imagens dramáticas de “estórias” terroristas (Schmid, 1992: 130). “O espaço impresso e o tempo de emissão devotada ao terrorismo e aos incidentes

terroristas tornam o terrorismo uma ameaça sempre presente na consciência dos indivíduos. As capacidades técnicas dos *media*, que lhes permitem reunir informação em tempo real, por palavra, som e imagem, força milhões a experimentar os horrores do terrorismo” (Merari e Friedland, 1985, *apud* Hewitt, 1992: 196). E, ao dar proeminência às “estórias” terroristas, os editores estão de facto a estabelecer a agenda pública de uma maneira que secundariza outros temas de igual, se não maior, importância social, nota Schmid (1992: 130). Este agendamento, avisa o autor, pode tornar-se ambíguo: a realidade começa a reflectir a representação dos *media*, mais do que o contrário. Aliás, análises de conteúdo mostraram que “imagens do terrorismo nos *media* não representam uma imagem correcta da natureza e extensão do terrorismo no mundo real” (Crelinsten, 1990, *apud* Schmid, 1992: 130) – certamente, a preocupação do público com o tema é muito maior do que poderíamos esperar de qualquer avaliação realista dos riscos que coloca –, o que tem dois efeitos: primeiro aumenta o medo do público; segundo, pode dar origem a crimes de imitação.

Além disso, ao enfatizar a violência em vez da causa, os *media* determinam “como” o público vai percebendo o tema – de acordo com Hewitt (1992: 200), o papel dos *media* é mais significativo em situações em que o público tem muito pouca experiência directa com o terrorismo ou conhecimento sobre a causa dos terroristas (por isso, os *media* têm mais probabilidades de influenciar a opinião pública caso se trate de espectadores ou inimigos). E, nessa situação, é a violência terrorista em si que se torna o tema para o público, mais do que a causa, o que contraria o argumento de que o terrorismo é uma tentativa para chamar atenção para uma ofensa que de outro modo seria ignorada. Em alguns casos esse argumento até pode ser plausível, porém, tal atenção pública tem normalmente uma vida curta e os resultados políticos não são os esperados (Hewitt, 1992: 178). O caso palestiniano é paradigmático. O motivo primário para o terrorismo palestiniano nas últimas três décadas tem sido “colocar o tema palestiniano nas agendas políticas mundiais e regionais e manter o tema nas agendas” (Stohl, 1986, *apud* Hewitt, 1992: 178) – neste objectivo os terroristas foram muito bem sucedidos: o mundo tomou consciência do problema palestiniano e a OLP foi reconhecida pela ONU como “o único representante legítimo do povo palestiniano”. Mas a verdade é que a aspiração por um pátria palestiniana ainda não se cumpriu.

Por aqui se depreende que, ao contrário da sabedoria convencional – segundo a qual os perpetradores de violência terrorista saem sempre vencedores na ligação aos *media* –, os *media* não são o “melhor amigo” dos terroristas (como defendia Laqueur e outros que apoiam a perspectiva oficial). Irvin (1992: 76-83) analisou os diferentes estádios de desenvolvimento de uma organização para melhor averiguar se a cobertura mediática é sempre benéfica para os terroristas e concluiu que não. Durante os primeiros estádios – que Irvin designa de “Identificação e legitimação” –, nos quais os objectivos são “ganhar reconhecimento, atrair atenção para as suas exigências e estabelecer credibilidade”, os actos de violência política são claramente reconhecidos pelas organizações terroristas como um meio eficaz de assegurar cobertura mediática. Gerry Adams, líder do Sinn Fein, escreveu que “a táctica da luta armada é de importância primária, porque fornece uma vantagem vital. Sem ela, o tema da Irlanda nunca teria sido um tema. Por isso, na realidade, a luta armada torna-se propaganda armada” (1986, *apud* Gerrits, 1992: 47). Nesta altura da vida de uma organização é importante estabelecer de forma proeminente o nome e causa na plataforma política.

Nos estádios mais avançados – “Participação e penetração” – e no caso das organizações terroristas procurando alcançar objectivos políticos através tanto de acções militares como políticas, actos de terrorismo desviam a atenção das iniciativas políticas. Afinal, o mesmo apelo do acto violento que coloca uma organização nos cabeçalhos, torna-se um obstáculo para a cobertura mediática de temas políticos não violentos, porque os *media*, bem cientes do apelo mediático desses actos violentos, continuam a centrar-se neles em oposição a outras iniciativas e declarações políticas menos dramáticas. Ao mesmo tempo, a identificação de figuras-chave das organizações com a violência limita, muitas vezes, a sua eficácia no campo político.

Outra questão que se coloca nestes estádios mais avançados é o possível “efeito de imunização”, resultado da crescente familiarização do público com os resultados da violência política. Esta imunização exige actos de ainda maior violência para atrair atenção do público, precisamente na altura em que essas acções talvez provoquem mais oposição pública à causa e erosão dos ganhos conseguidos na expansão da base de apoio.

Assim, verifica-se que a “retórica da violência”, embora eficaz para atrair a atenção mundial, uma vez estabelecida limita a capacidade dos terroristas introduzirem

uma retórica alternativa de argumentos baseados no debate e, simultaneamente, limita a luta por legitimidade internacional e impede tentativas de expandir a base democrática de apoio.

Baseando-se na análise de documentos de diversas organizações e em entrevistas a uma série de activistas, Irvin (1992: 184) concluiu que os “terroristas vêem provavelmente os *media* como, no melhor, aliados relutantes, e, no pior, inimigos poderosos e hostis”. De um modo geral, os representantes das alas políticas vêem os *media* como “um elemento integral do estado capitalista hegemónico, que geralmente conspira com o Governo para suprimir visões políticas alternativas, especialmente pontos de vista radicais ou socialistas” – ou seja, contribuem para a perpetuação do *status quo* político e a exploração capitalista das massas (Irvin, 1992: 67). E nos documentos/propaganda das organizações são muitas vezes mencionadas ofensivas de propaganda da ordem estabelecida: “Uma faceta importante da agressão do Estado espanhol ao Herri Batasuna é a contínua distorção das notícias, que tem vários objectivos: criar confusão entre as fileiras do MLNV, criar um clima de opinião hostil ao MLNV (apresentando uma imagem falsa do HB) e disfarçar a acção arbitrária do Estado” (do “Askatzen”, boletim de assuntos internos do Herri Batasuna, *apud* Irvin, 1992: 68).

De facto, por mais repercussão que os actos de violência terroristas tenham nos *media*, essa nunca é positiva. Investigadores do terrorismo, como Laqueur (1987: 127), crítico declarado da cobertura que os *media* dão ao fenómeno, reconhecem que esta não tem conduzido a atitudes públicas mais favoráveis aos terroristas ou às suas causas. Uma análise da cobertura em três jornais norte-americanos da crise dos reféns TWA, em 1985, realizada por Nacos, Fan e Young (1989) concluiu que, embora os terroristas tenham recebido atenção considerável e tenham tido as suas causas noticiadas, “tiveram apenas sucesso limitado em obter cobertura que pudesse ter ajudado os seus esforços de ganhar respeitabilidade e legitimidade” (*apud* Paletz e Boiney, 1992: 19).

Todavia, estudos demonstram que, apesar da pouca simpatia dispensada aos terroristas e ao terrorismo, o público tem um profundo fascínio por estes. A tal não será alheia a irresistível e irrecuperável tendência da natureza humana para tudo o que é especialmente mórbido e dramático e que empresta ao terrorismo e seus derivados um valor incalculável no mercado informativo. Com a existência de canais noticiosos 24

horas-sobre-24 horas, o drama do terrorismo afigura-se o tema perfeito para preencher as emissões contínuas e, simultaneamente, satisfazer as exigências do público.

Não é de hoje que o terrorismo ambiciona atrair atenção e publicidade e a questão dos *media* como cúmplices do terrorismo também não é nova, mas foi-se tornando cada vez mais premente à medida que os avanços tecnológicos “alteraram o modo como as notícias são transmitidas e se tornaram acessíveis a audiências exponencialmente mais vastas” (Hoffman, 1998: 136). Os terroristas não têm hesitado em explorar, sem escrúpulos e com sucesso, estes desenvolvimentos dos meios de comunicação social que, depois da queda do muro de Berlim e do colapso da União Soviética, foram dramáticos, “sobretudo, mas não apenas, por causa do alcance global da internet e telemóveis” (Nacos, 2002: 27). Com todos os novos meios tecnológicos ao seu alcance, o terrorismo transformou-se realmente “numa forma perversa de showbusiness” (Hoffman, 1998: 134).

2.6 Novas tendências do terrorismo

Embora nas últimas três décadas o terrorismo – sobretudo de natureza transnacional – tenha conquistado a atenção da comunicação social e constado da agenda política das principais organizações internacionais, ele continua ser uma das mais sérias ameaças do mundo pós-Guerra Fria. Nacos (2002: 21) apresenta dois motivos para o explicar: primeiro, o colapso do comunismo e o fim da ordem mundial bipolar, que “resultaram no desmantelamento de um mecanismo que, de uma forma estranha, mantinha o terrorismo dentro de limites controláveis”; segundo, e na sequência do fim dessa antiga ordem mundial, a libertação de “uma série de fricções nacionalistas e religiosas que estavam suprimidas no passado” – que “encaminhou os grupos terroristas para uma “fase pós-moderna”, caracterizada por uma “globalização” da ameaça, e uma consideração de “lucro pleno” no planeamento da destruição final” (Rogero, 2004: 484).

Hoffman (1998: 197) afirmou, em meados da década de 90 do século passado, que, “a ameaça de uma guerra total [entre as duas superpotências da Guerra fria] desvaneceu. Mas foi substituída por novos desafios securitários de carácter potencialmente mais amorfo, menos quantificável e talvez mais ominoso, que podem

também ser mais difíceis de resolver”. Com a globalização vieram alterações de fundo que questionam um conjunto de noções. De facto, “no actual contexto geopolítico torna-se difícil “identificar” e circunscrever claramente os centros de poder externos ao estado, bem como as ameaças geradas pelos mesmos” (Fernandes, 2004: 419). Afinal, “os adversários do Estado já não são apenas os outros Estados ou coligações de Estados, mas actores não estatais, alguns de pequena dimensão e quase informais, e que mesmo assim demonstram capacidade para executar múltiplos ataques em coordenação e com um elevado grau de letalidade. Os “novos” adversários de Estado têm o potencial de materializar, no seu território, ameaças cuja génese se localiza fora do espaço onde o estado exerce a sua soberania”. Tal significa que se completou o processo de transnacionalização do terrorismo.

Nuno Rogeiro (2004: 484) considera que desde 1993, altura do primeiro atentado ao World Trade Center, a “violência terrorista adquiriu uma nova dimensão, transformando a sua realidade e mudando o mundo”. Os vários ataques, “carnificinas”, nas suas palavras, tiveram elementos comuns: buscaram “um lucro máximo em baixas”; uniram-se “na rejeição – doméstica e internacional – do chamado “modelo americano”, do “mundo unipolar”, do “espírito do ocidente”, e, de maneiras diferentes, do “sionismo” e “quase todas (...) usaram o nome do Islão como a alma da derrota”.

Neste contexto, foram completamente relegados para segundo plano os actos de “terror nacional” e “social”, por muito destruidores que tenham sido. Um novo protagonista passou a dominar as atenções de governos e comunicação social, a Al-Qaeda, que teria o seu momento áureo nos ataques de 11 de Setembro, para muitos o início de uma nova época. “O terrorismo do 11 de Setembro é a subida aos extremos da resposta violenta contra a violência atribuída ao poder de um estado, ou contra a hegemonia internacional de um ou mais estados, ou contra a violência sistémica alienante de uma ordem interna ou transnacional.” (Moreira, 2004: 126).

A organização de bin Laden tornou-se na melhor intérprete do que Rogeiro (2004: 486-489) chama de Novo Terrorismo Internacional (NTI), e que outros denominam de “hiperterrorismo”, um “terrorismo catastrófico”, que adopta como bases essenciais da sua estratégia “os princípios da proliferação dos actos e da exportação do “exemplo””. Ao contrário do terrorismo “tradicional”, que, por norma, ambiciona “uma base social de apoio” e apresenta “reivindicações sociais e nacionais visíveis”, o NTI

corporiza “uma forma “absoluta” de conflito de rejeição global e ideológica de uma ordem político-económica, encontrando no pretexto religioso o veículo ideal de propagação e consumação” (Rogero, 2004: 489). E, como foi referido anteriormente, é servido por cada vez mais sofisticados meios tecnológicos, que manipulam sem pudor, explorando as próprias necessidades e limitações da sociedade mediática.

3. Noticiabilidade e «agenda-setting»

3.1 Mass media: construção da realidade e efeitos

Por que é que as notícias são como são? Esta é uma questão que tem sido colocada repetidamente nas últimas décadas e que tem recebido respostas diversas, suportadas por múltiplas teorias.

Harvey Molotch e Marilyn Lester (1974/1993: 34) constataram que “toda a gente precisa de notícias. Na vida quotidiana, as notícias contam-nos aquilo a que nós não assistimos directamente e dão como observáveis e significativos “happenings” que seriam remotos de outra forma”. A importância das notícias e do jornalismo é reiterada e justificada por Nelson Traquina (1993: 11): por um lado, definem quais os acontecimentos (assuntos e problemáticas) “com direito a existência pública e que por isso figuram na agenda de preocupações, como temas importantes da opinião pública (é o conceito de “agenda-setting”); por outro, determinam o sentido dos acontecimentos apresentando interpretações para os compreender. Não surpreende, portanto, que os *mass media* (e, entre estes, os *media* noticiosos, a que me referirei sempre que mencionar *media*) se tenham tornado numa arena onde diversos agentes sociais se digladiam com o objectivo de se imporem como definidores de acontecimentos e, conseqüentemente, de “gerir as notícias” (Traquina, 1993: 11).

Na realidade, diversas teorias, muitas das quais com pontos de contacto entre si, sucederam-se ao longo dos anos, testemunhos da vitalidade dos estudos do jornalismo e prova evidente da importância crescente das notícias e do jornalismo na sociedade moderna. Afinal, a história da evolução da pesquisa comunicacional está “cheia de tentativas para repudiar velhas abordagens, iniciar novas e dirigir a atenção para aspectos deixados por explorar” (Elliott, *apud* Wolf, 2003: 132).

Segundo MacQuail (1981, *apud* Wolf, 2003: 153) “os *mass media* são um fenómeno demasiado complexo para ser representado por um modelo de tipo convencional [e, além disso], por muito aspectos, as actividades sociais-chave que devem ser estudadas não são predominantemente comunicativas a não ser no sentido em que todas as relações sociais dependem da comunicação”. Na verdade, a mensagem mediática é sujeita a complexos processos de selecção, de elaboração e de filtragem

antes de chegar aos destinatários, as audiências. E quando realmente as alcançam, a sua influência (o significado) dependerá sempre das diferentes variáveis individuais e sociais de cada indivíduo receptor, sendo que estes, apesar de se integrarem numa estrutura referencial relativamente organizada, com laços partilhados, não têm uma percepção colectiva de si próprios – logo é difícil perceber a origem da influência. Pelo contrário, os emissores estão agrupados em níveis organizativos formais e hierárquicos cuja coesão é assegurada (e condicionada) por valores profissionais partilhados e por eficazes sistemas de sanções e recompensas (Wolf, 2003: 181).

Estas questões desembocaram numa orientação marcadamente sociológica da pesquisa comunicacional actual e o abandono da teoria puramente informacional da comunicação. Nos últimos anos, as pesquisas têm vindo a orientar-se sobre a forma como os *mass media* constroem a realidade social, por um lado, e os efeitos dos *mass media*, por outro, duas tendências que Wolf (2003: 139) considera as mais complexas e significativas. Estes dois temas (que já eram uma presença, embora fragmentária e descontínua, na literatura sobre a comunicação de massa) estão estreitamente ligados, identificando-se a temática dos efeitos com a perspectiva da construção da realidade – isto porque a sociologia do conhecimento centra-se no alcance e no papel dos processos simbólicos e comunicativos como pressupostos da sociabilidade. A revisão da literatura sobre estes dois temas fundamentais permitirá uma visão mais clara da direcção e do estado actual da pesquisa comunicacional.

3.2 Noticiabilidade

As primeiras investigações académicas sobre a produção jornalística são dominadas pelo paradigma do “gatekeeper”, introduzido por David Manning White e inspirado em trabalhos anteriores de Kurt Lewin. Na sua teoria do “gatekeeping”, White (1950/1993: 142-151) concebe o processo de produção jornalística como uma série de escolhas onde um fluxo de notícias tem de passar por diversos “portões” (os “gates”) nos quais está o jornalista, como “gatekeeper” (“guarda do portão”), escolhendo as notícias que devem ser publicadas e rejeitando as que não o devem ser, num processo de selecção subjectivo e arbitrário – esta conclusão resultou de um estudo de caso no qual o sujeito era um jornalista de um periódico de uma cidade norte-americana de 100 mil

habitantes encarregado de seleccionar as notícias provenientes das agências, e uma das limitações deste estudo é, precisamente, a visão limitada do processo de produção jornalística como sendo exclusivamente de selecção de notícias já existentes. Esta teoria constituiu o primeiro passo na superação da “teoria do espelho” (conceito-chave da ideologia jornalística), a primeira a surgir e a mais linear, defendendo que as notícias são como são porque a realidade assim o determina: o jornalista não é mais do que um intermediário neutro e as notícias são um discurso centrado no referente, ou seja, a realidade é o factor determinante delas – resquícios desta teoria, ferida do que Traquina (1993: 135) considera ser um “empiricismo ingénuo” (os jornalistas não são observadores passivos mas participantes activos na construção da realidade (Guerevitch e Blumler, 1982/1993: 191-213), ainda se encontram nas reivindicações da objectividade como valor máximo da actividade jornalística.

Cinco anos depois, chega o estudo sobre o controlo social nas redacções de Warren Breed (1955/1993: 152-166). Este autor alargou a perspectiva do “gatekeeper” para valorizar o funcionamento da redacção e a sua organização burocrática, apresentando as notícias como resultado dos constrangimentos por estes impostos. Breed (1955/1993: 160) chega à conclusão que o jornalista se conforma mais “com as normas da política editorial da organização do que com quaisquer crenças pessoais que ele tivesse trazido consigo, ou com ideias éticas” e aponta seis factores que promovem o conformismo com a política editorial da organização: a autoridade institucional e sanções; os sentimentos de obrigação e de estima para com os superiores; as aspirações de mobilidade profissional; a ausência de grupos de lealdade em conflito; o prazer da actividade; as próprias notícias como valor. Segundo Breed, o factor “sentimentos de obrigação e de estima para com os superiores” é a “variável activa determinante, não só do conformismo para com a orientação política mas também da moral e do bom desempenho profissional” (Breed, 1955/1993: 160).

3.2.1. O paradigma construcionista

Se os estudos sobre os “gatekeepers” associavam o conteúdo dos jornais ao trabalho de selecção de notícias, os recentes estudos sobre a produção de notícias relacionam a imagem da realidade social fornecida pelos *mass media* com a organização

e a produção rotineira dos aparelhos jornalísticos (Wolf, 2003: 183). Na realidade, a pesquisa de Breed integra-se num conjunto de estudos que marca a transição das teorias do “gatekeeping” para as teorias do “newsmaking”, que marcam a emergência de um novo paradigma: as notícias como construção. Este paradigma construcionista assinala a rejeição definitiva das notícias como espelho por diferentes motivos: por um lado, sustenta a impossibilidade de estabelecer uma distinção radical entre a realidade e os *media* noticiosos que devem “espelhá-la”, uma vez que as notícias contribuem para a construção da própria realidade; por outro lado, afirma a incapacidade da linguagem de transmitir directamente o significado inerente aos acontecimentos, já que é impossível a linguagem ser neutral; por fim, considera que os *media* noticiosos estruturam, inevitavelmente, a sua representação dos acontecimentos, processo resultante de vários factores, entre eles “os aspectos organizativos do trabalho jornalístico, as limitações orçamentais e a própria maneira como a rede noticiosa é colocada para responder à imprevisibilidade dos acontecimentos” (Traquina, 2002: 95).

Este paradigma construcionista das notícias não tem implícito que elas sejam ficção. Aliás, Schudson (1982/1993: 280) sublinhou que as notícias não são ficcionais, são convencionais e Tuchman (1976/1993: 262) reforçou essa ideia: “Dizer que uma notícia é uma *estória* não é de modo algum rebaixá-la, nem acusá-la de ser fictícia. Melhor, a notícia, como todos os documentos públicos, é uma realidade construída, possuidora da sua própria validade interna”. E, conceptualizar as notícias como *estórias*, nota Traquina (2002: 97-100), transfere para primeiro plano a importância de compreender a sua dimensão cultural. Hall et al. (1993: 226) referem-se-lhe aludindo aos “mapas de significado”: “As coisas são noticiáveis porque representam a volubilidade, a imprevisibilidade e a natureza conflituosa do mundo. Mas não se deve permitir que tais acontecimentos permaneçam no limbo da “desordem” – devem ser trazidos aos horizontes do “significativo”. Este trazer de acontecimentos ao campo dos significados quer dizer, na essência, reportar acontecimentos invulgares e inesperados para os “mapas de significado” que já constituem a base do nosso conhecimento cultural, no qual o mundo social está “traçado”. A identificação social, classificação e contextualização de acontecimentos noticiosos em termos destes quadros de referência de fundo constitui o processo fundamental através do qual os *media* tornam o mundo a que eles fazem referência inteligível a leitores e espectadores”. Para tal, os *media*

mobilizam um “saber de narração” (Ericson et al., 1987, *apud* Traquina, 2002: 100) que decorre da aprendizagem da linguagem jornalística – o que Phillips (1976/1993: 327) chama de “jornalês”. A escolha da narrativa pelo jornalista não é, portanto, totalmente livre, sublinha Manoff (1986, *apud* Traquina, 2002: 100), é antes “orientada pela aparência que a “realidade” assume para o jornalista” – afinal, é um índice do real – e “pelas convenções que moldam a sua percepção e fornecem o repertório formal para a apresentação dos acontecimentos, pelas instituições e rotinas”. Como escreveu Carey (1986, *apud* Traquina, 2002: 100), “a notícia, dando vida ao acontecimento, constrói o acontecimento e constrói a realidade”.

Um dos elementos-chave do novo paradigma que emerge nos anos 70 é o modo como “o profissionalismo, com os seus valores e as suas rotinas, acrescenta importantes restrições à informação produzida” (Golding e Elliott, 1979: 84). Tal significa que “autonomia profissional e distorção da informação surgem como duas faces da mesma moeda” (Wolf, 2003: 184) – ou seja, a distorção surge como consequência não somente da possível manipulação do jornalista ou de eventuais pressões externas sobre ele directamente exercidas, mas das práticas profissionais, das rotinas produtivas normais (criadas para controlar a anarquia inerente à actividade jornalística, devido à natureza dúplice da sua matéria-prima: acontecimentos podem ocorrer a qualquer momento e em qualquer lugar), dos valores partilhados e interiorizados sobre a maneira de desempenhar a função de informar que enformam a «distorção inconsciente» da informação (Wolf, 2003: 184; Traquina, 1993: 136).

A “cultura profissional dos jornalistas” e a “organização do trabalho e dos processos produtivos” (Wolf, 2003: 188) são os dois pólos entre os quais se articula a abordagem do “newsmaking” para explicar a imagem da realidade fornecida pelas notícias e a sua relação com as exigências do trabalho quotidiano necessário à sua produção. Garbarino (*apud* Wolf, 2003: 189) define cultura profissional como “um inextricável emaranhado de retóricas de fachada e astúcias tácticas, de códigos, estereótipos, símbolos e convenções, relativos às funções dos mass media e dos jornalistas na sociedade, à concepção do produto-notícia e às modalidades que superintendem à sua confecção. A ideologia traduz-se, pois, numa série de paradigmas e de práticas profissionais adoptadas como naturais”. Em relação à organização do trabalho e dos processos produtivos, Garbarino (*apud* Wolf, 2003: 189) afirma que é

sobre ela que se estabelecem convenções profissionais “que determinam a definição de notícia, legitimam o processo produtivo, desde a utilização das fontes até à selecção dos acontecimentos e às modalidades de confecção, e contribuem para se precaver contra as críticas do público” – resumindo, “as rotinas de produção englobam a ideologia e são constitutivas dela” (Schlesinger, 1980, *apud* Traquina, 2002: 98).

Para as perspectivas teóricas integradas no paradigma construcionista (como as teorias estruturalista e interaccionista), as notícias são o resultado de processos complexos de interacção social entre agentes sociais – os jornalistas e as fontes de informação; os jornalistas e a sociedade; os membros da comunidade profissional, dentro e fora da sua organização –, onde a cultura jornalística, nomeadamente a estrutura dos valores-notícia, a ideologia dos membros da comunidade e as rotinas e procedimentos que os profissionais utilizam para realizar o seu trabalho, tem um papel importante. Ao mesmo tempo, as teorias construcionistas concedem aos jornalistas um certo grau de autonomia e renegam a posição passiva destes – pelo contrário, são participantes activos na construção da realidade.

Rodrigues (1993: 27-33) considera acontecimento “tudo aquilo que irrompe acidentalmente na superfície lisa da história de entre uma multiplicidade aleatória de factos virtuais”. O nosso quotidiano é constituído por uma “superabundância de acontecimentos” (Tuchman, 1977, *apud* Wolf, 2003: 188) e todos esses acontecimentos, nota MacDougall (1968, *apud* Hall et al., 1993: 224) “são potencialmente notícias. Só o são no momento em que alguém que fornece notícias dá um relato dessas ocorrências”. É, portanto, entre os acontecimentos que os *media* vão buscar as notícias, seleccionando de entre eles os que são mais significativos, interessantes e passíveis de serem transformados em produto informativo. “Pela sua natureza”, acrescenta Rodrigues (1993: 27-33), “o acontecimento situa-se, portanto, algures na escala das probabilidades de ocorrência, sendo tanto mais imprevisível quanto menos provável for a sua realização”. E é precisamente em virtude da sua maior ou menor previsibilidade que um facto se torna pertinente do ponto de vista jornalístico – quanto mais imprevisível, mais hipóteses tem de ser notícia. Ou seja, em princípio, o acontecimento noticiável dá-se quando a norma é quebrada – “o fio da normalidade inflecte subitamente perante um facto surpreendente, afasta-se do que é regra” (Aubenas e Benasayag, 2002: 35).

No entanto, na prática, são os chamados “acontecimentos de rotina” (designação de Molotch e Lester (1993: 34-51)) que constituem a maior parte dos acontecimentos noticiados. E os acontecimentos de rotina são a antítese do imprevisível: são realizações intencionais, planeadas e promovidas pelo próprio organizador – o jornalismo actual está profundamente dependente destes acontecimentos programados. Com alguns pontos de contacto estão aqueles que Boorstin (1961: 63) classificou de “pseudo-acontecimentos”, acontecimentos premeditados que só existem para consumo mediático – o seu único propósito é terem cobertura dos *media*.

Molotch e Lester (1993: 31-51) apresentam outras duas tipificações: os “acidentes” (acontecimentos não intencionais) e os “escândalos” (acontecimentos intencionais, mas cujo promotor não está directamente envolvido na ocorrência), que, segundo os autores podem revelar bastante sobre as acções das fontes com maior acesso aos jornalistas (Traquina, 2002: 207).

No oposto dos “acontecimentos de rotina” estão os que Traquina designa de “mega-acontecimentos” e Tuchman de “acontecimentos noticiosos excepcionais”. Estes são os acontecimentos mais ambicionados, aqueles em que o jornalismo se desenvolve talvez na sua forma mais “pura”. São completamente imprevisíveis, surgindo inesperadamente e carregados de incontornáveis e consensuais valores-notícia.

Tuchman (1978: 46-63) estabelece outras tipificações. Primeiro distingue “notícias de relevo” (“hard news”) de “notícias ligeiras” (“soft news”): na primeira categoria cabem as “apresentações factuais de ocorrências consideradas noticiáveis”, na segunda as “notícias que dizem respeito a fraquezas humanas”. Dentro das notícias de relevo, além dos “acontecimentos noticiosos excepcionais”, a socióloga norte-americana diferencia: os “acontecimentos noticiosos localizados” (acontecimentos inesperados e que devem ser processados rapidamente); os “acontecimentos noticiosos em continuação” (acontecimentos intencionais e pré-anunciados que se estendem temporalmente); e os “acontecimentos noticiosos em desenvolvimento” (associados a uma “estória súbita” e diferentes dos acontecimentos noticiosos em continuação porque não são programados).

Para que um acontecimento se converta em notícia, os *media* devem cumprir três requisitos, que se inter-relacionam: devem tornar possível o reconhecimento de um facto desconhecido (inclusive os que são excepcionais) como acontecimento notável;

devem elaborar formas de relatar os acontecimentos que não tenham em conta a pretensão de cada facto ocorrido a um tratamento idiossincrático; devem organizar, temporal e espacialmente, o trabalho de modo que os acontecimentos noticiáveis possam afluir e ser trabalhados de uma forma planificada (Wolf, 2003: 188).

Estes três requisitos são definidos pela ligação “absolutamente estreita e vinculativa” entre elementos da cultura profissional e particularidades da organização de trabalho nos *media*, numa hierarquia de critérios que estabelece a noticiabilidade de cada acontecimento, entendida como o “conjunto de requisitos que se exige dos acontecimentos – do ponto de vista da estrutura do trabalho nos órgãos de informação e do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas – para adquirirem a existência pública de notícias. Tudo o que não corresponde a esses requisitos é “excluído” por não ser adequado às rotinas produtivas e aos cânones da cultura profissional” (Wolf, 2003: 190). Isto significa que a noticiabilidade de um acontecimento está dependente dos processos de rotinização e standardização das práticas produtivas – “sem uma certa rotina de que podem servir-se para fazer frente aos factos imprevistos as organizações jornalísticas como empresas racionais falhariam” (Tuchman, 1973, *apud* Wolf, 2003: 190) –, sendo avaliada “quanto ao grau de integração” que o acontecimento apresenta relativamente “ao curso, normal e rotineiro, das fases de produção” (Wolf, 2003: 191) – as excepções mais notáveis são os “mega-acontecimentos”.

Se se pode falar de uma certa rotinização do trabalho jornalístico, não se pode, contudo, ignorar que, por vezes, as notícias principais são as inesperadas, aquelas impossíveis de planear, o que obriga da organização jornalística a tomada de decisões editoriais rápidas. Segundo Berkowitz (1992, *apud* Santos, 2001: 125), identificam-se três elementos nos acontecimentos de não rotina: surpresa dos jornalistas ao tomarem conhecimento do evento, maior exposição dessas “estórias” e necessidade dos profissionais de investirem os recursos para uma cobertura adequada. Quando surge um acontecimento inesperado mas de grande impacto noticioso, é normal que este faça manchete substituindo os temas já agendados, num processo que, pelo menos aparentemente, parecerá extremamente rápido, servido de improviso, negociação e busca de consenso na redacção. No entanto, passado o impacto inicial, o que sucede é a adaptação dos jornalistas a esse evento inesperado, regressando o ritmo produtivo e a construção de “estórias” aos padrões normais – é a denominada “rotinização do

imprevisto”: a resposta dos jornalistas quando confrontados com situações invulgares é a adopção de conjuntos de padrões de recolha de informação e de notícias (Tuchman, 1978: 71).

Estando, portanto, os *media* empenhados na produção regular de notícias, a organização de rotina é fundamental. O elemento fulcral da rotinização do trabalho jornalístico é a escassez de tempo e de meios. Para superar esse constrangimento, agravado pelo facto de a matéria-prima jornalística, o acontecimento, ser bastante volúvel – pode acontecer em qualquer lado, a qualquer momento – as empresas jornalísticas estendem o que Tuchman (1978: 72) denomina de “news net” (rede noticiosa), que pretende assegurar a captura dos acontecimentos no tempo e no espaço e garantir, deste modo, notícias – paradoxalmente, esta rede, cuja distribuição se articula com as questões de noticiabilidade, também impede que algumas ocorrências sejam noticiadas, dada a concentração de recursos num número relativamente pequeno de agentes e locais (Roscho, 1975, *apud* Traquina, 2002: 115).

Para controlar espacialmente os acontecimentos, as organizações jornalísticas recorrem a três estratégias (Tuchman, 1978: 72-73): a territorialidade geográfica (em Portugal há uma grande concentração em Lisboa e no Porto); a especialização organizacional, ou seja, a colocação de “sentinelas” em determinadas organizações que, do ponto de vista dos valores-notícia, produzem acontecimentos julgados com noticiabilidade (como a polícia e a Assembleia da República); e a especialização temática, ou seja, a divisão das organizações em secções (onde se verifica uma grande homogeneidade: nacional, internacional, sociedade, cultura e desporto).

Também temporalmente as empresas procuram controlar os acontecimentos (Traquina, 2002: 107), partindo do princípio que acontecimentos com valor-notícia ocorrem durante as horas normais do trabalho – claro que tal não sucede e quando ocorre um acontecimento fora desse horário deve ter um valor-notícia evidente para justificar o envio de profissionais. A agenda é um dos meios através dos quais as organizações jornalísticas tentam impor alguma ordem, listando os acontecimentos programados – que, actualmente, como foi referido anteriormente, constituem a maior parte do trabalho jornalístico. E como o jornalismo se define pela actualidade, pelo imediatismo, esta pressão temporal traduz-se num privilegiar dos acontecimentos (que

estão envolvidos no que Tuchman (1978: 74) designa de “teia de facticidade”) em detrimento das problemáticas.

Os jornalistas raramente têm oportunidade de testemunhar em primeira mão os acontecimentos – dependem, portanto, das fontes (“gatekeepers” externos), que uma primeira definição atribui a denominação a “todas as pessoas que o jornalista observa ou entrevista (...) e às que fornecem apenas informação enquanto membros ou representantes de grupos (organizados ou não) de utilidade pública ou de outros sectores da sociedade” (Gans, 1979: 82). A notícia não é o que os jornalistas pensam, mas o que as fontes dizem, mediada pelas organizações noticiosas, rotinas jornalísticas e convenções (Sigal, 1986: 65) – ou seja o que é notícia depende das fontes, que, por sua vez, dependem da forma como o jornalista, constrangido pela localização social, rotinas de busca e convenção oficiosa, as procura. Uma das consequências mais óbvias da rotinização é a dependência das chamadas fontes oficiais.

De facto, as fontes não são todas iguais e todas igualmente relevantes, assim como o acesso a elas e o seu acesso aos jornalistas não está uniformemente distribuído. “Aqueles que detêm o poder económico ou político podem, facilmente, ter acesso aos jornalistas e são acessíveis a estes; aqueles que não têm qualquer poder, mais dificilmente se transformam em fontes e não são procurados pelos jornalistas até as suas acções produzirem efeitos noticiáveis” (Gans, 1979: 83).

Para ser uma opção credível, um indivíduo tem que provar a sua idoneidade como fonte noticiosa. Alguns indivíduos, como governantes ou líderes de organizações, estão numa posição para saber mais do que outros dentro da mesma instituição; a sua informação é provavelmente mais exacta porque dispõem de um número maior de factos. Olhando todas as fontes como duvidosas, os jornalistas perdem tempo na verificação das suas declarações, por isso, as regras de trabalho jornalístico “exigem fontes inatacáveis e identificam aquelas que se encaixam no conhecimento estruturado socialmente do mundo e das suas instituições” (Santos, 1997: 168). Como parte da rotinização do trabalho, os jornalistas estabelecem os chamados canais de rotina, com ligação directa às fontes oficiais – que têm o que Bordieu (2001: 81) designa como “monopólio da informação legítima” –, as que dispõem de acesso habitual ao campo jornalístico, e que parecem talhadas à medida para o trabalho jornalístico: garantem eficácia, maior estabilidade e a opinião avalizada de uma autoridade – tudo em tempo

útil da próxima edição. Claro que têm contrapartidas: a publicitação dos seus actos, possível visibilidade social e o reforço da sua legitimidade (Traquina, 2002: 121). Bennett, Gressett e Halton (1985, *apud* Traquina, 2002: 121) defendem que a relação entre jornalistas e fontes oficiais pode ser descrita como uma relação “simbiótica”, sendo a notícia produto de transacções entre ambos (Ericson et al., 1989: 66): de um lado a fonte faz chegar o evento ao jornalista; do outro, o conhecimento do facto resulta da iniciativa tomada pelo jornalista. Porém, Gans (1979: 85) afirma que, na maior parte das vezes, são as fontes a liderar o processo de interacção com os jornalistas, ou seja, lideram o processo de negociação que determina a noticiabilidade.

As fontes oficiais têm um tipo especial de envolvimento na produção de informação. Com efeito, estas são as fontes mais utilizadas, por motivos que se prendem com o próprio funcionamento e rotinas das organizações jornalísticas. Para a fonte oficial ou regular, a notícia é muito importante, pois ajuda a ordenar o envolvimento organizacional. Uma fonte oficial chega a manipular a informação, pela agenda, acesso, palavras e imagem visual, naquilo que Maltese (*apud* Santos, 1997: 163) chama “tecer controlo”. A fonte oficial, “ao seleccionar símbolos, construir significados e oferecer ameaças e certezas, ajuda a fornecer uma perspectiva política para consumo público” (Santos, 1997: 163), e, concomitantemente, pode marcar a agenda política.

Na prática, as fontes oficiais dominam os noticiários (Sigal, 1986: 65) e Ericson et al. (1989: 68) consideram mesmo que são citadas o dobro das vezes das regulares. Na realidade, a supremacia das fontes oficiais aparece claramente em todas as investigações feitas. Tendo em conta que não existe praticamente instituição oficial que não possua o seu gabinete de relações públicas ou de comunicação ou de assessoria de imprensa, é fácil perceber o peso da informação oficial no conjunto da informação publicada nos *media* – um facto que não ocorre sem prejuízo de toda uma série de outras fontes que, por razões, sobretudo, de natureza económica, não possuem gabinetes de comunicação ou outro tipo de estruturas estáveis e organizadas.

Esta situação implica que a predominância das fontes oficiais signifique também que uma parte considerável das notícias produzidas tem como base fontes que são profissionais a lidar com os jornalistas, ou seja, que conhecem profundamente os meandros da actividade – nomeadamente a necessidade da matéria fornecida assumir certas formas e seguir determinadas convenções e o reconhecimento de que um

“timing” cuidadoso na divulgação da informação pode ser determinante na cobertura e no conteúdo desta (Traquina, 1993: 173) – e que possuem recursos determinantes para conseguirem impor com sucesso os seus “acontecimentos e problemáticas na agenda dos jornalistas e fazer passar os seus enquadramentos na luta simbólica em torno do processo de significação” (Traquina, 2002: 125) – as fontes oficiais controlam a informação sobre o meio envolvente, em especial o mundo e a opinião pública (Santos, 1997: 26), determinando a ordem do dia e a hierarquia dos acontecimentos que se impõem aos *media*. Por isso, Schudson, (1986: 31) descreve o processo de produção de notícias como “normalmente, uma questão de representantes de uma burocracia apanhando notícias pré-fabricadas de representantes de outras burocracias”.

Não se pense, porém, que outros agentes sociais não têm acesso aos *media*. Na realidade, aqueles que não têm acesso regular ao campo jornalístico (o denominado acesso disruptivo) “precisam de “fazer notícia” entrando em conflito, de qualquer modo, com o sistema de produção jornalístico, gerando a surpresa, o choque ou uma qualquer forma latente de “agitação”” – são os pouco poderosos, que perturbam o mundo social para perturbar as formas habituais de produção de acontecimentos (Molotch e Lester, 1974/1993: 44).

Existem muitas divisões de fontes, não havendo dois autores que coincidam nessa tema. Santos (1997: 79) considera que as fontes podem ser divididas em três categorias principais: oficiais (governo, instituições de carácter governamental ou privado, principais empresas), regulares (empresas, associações, líderes de opinião, analistas) e ocasionais ou acidentais (por exemplo, quando um indivíduo observa um acontecimento e lhe é pedida opinião). Do ponto de vista de Ericson et al (1989: 72), as fontes individuais representam as vozes populares. Embora com uma menor exposição, os indivíduos aparecem com um grande número de referências porque, muitas vezes, reflectem o ponto de vista dos jornalistas. O uso de indivíduos como fontes (ocasionais ou acidentais), segundo os investigadores canadianos, tem três modos: ““reacção pública” a acontecimentos já enquadrados nas notícias (cartas ao director); crítica a políticas ou práticas com impacto negativo directo sobre elas; expressão de emoção face a acontecimentos críticos ou pontos de vista particulares nas decisões oficiais que, na realidade apoiam a ideologia dos jornalistas”.

Mas é o peso das fontes oficiais no trabalho jornalístico que acaba por contribuir para legitimar o poder instituído, apoiar o *status quo* (Traquina, 2002: 123) – por outras palavras, as fontes oficiais são um dos mais importantes sustentáculos das relações existentes de poder (Molotch e Lester, 1974/1993: 44). Aliás, Traquina (2002: 123) escreve que os próprios conceitos de noticiabilidade “requerem dos jornalistas pressuposições sobre o que é normal na sociedade” e remata citando Gitlin (1980): “Ao dar destaque ao desvio, ao bizarro e ao pouco comum, os jornalistas apoiam implicitamente as normas e os valores da sociedade”. A conclusão, segundo Traquina (2002: 125), é que “o jornalismo é um *Quarto Poder* que periodicamente consegue realizar o seu potencial de *contrapoder*”.

Na exposição das questões relacionadas com as fontes, Wolf (2003: 231) considera que se deve reservar às agências de informação um lugar particular, resultante da especificidade da sua actividade. Embora estas sejam muitas vezes consideradas, para todos os efeitos, como fontes, as agências “diferenciam-se decisivamente” destas. Com efeito, as agências apresentam-se já como “empresas especializadas, inerentes ao sistema de informação e executam um trabalho que é já de confecção, enquanto as fontes estáveis, qualquer que seja a sua natureza e o nível em que se situam, pertencem sobretudo à instituição de que são a expressão e, na maior parte dos casos, não se dedicam exclusivamente à produção de informação (...); as agências fornecem já “unidades-notícia”, colocando-se, portanto, numa fase avançada do processo produtivo” (Cesareo, *apud* Wolf, 2003: 232).

A possibilidade de uma utilização imediata do despacho de agência em forma de notícia está, obviamente, bem presente nos critérios que regulam a redacção das peças de agência, onde – como exigem as regras do jornalismo – são sintetizadas as informações e a sua fonte, e prossegue com uma lógica que privilegia a concisão dos conteúdos e dos períodos, aprofundando a sua estrutura e fornecendo a documentação das diversas informações, sem as redundâncias que impediriam a feitura de um produto jornalístico.

Apesar das diferenças de avaliação acerca da credibilidade de cada uma das agências, estas são fontes literalmente insubstituíveis, de que não é possível prescindir por motivos económicos. Esta vantagem económica transforma-se, contudo, num outro factor que aumenta o significado das agências. A sua utilização, espalhada por todo o

mundo, acaba por provocar uma forte homogeneidade e uniformidade das definições daquilo que constitui notícia. De entre todos os acontecimentos, acabam por ser considerados noticiáveis aqueles que as agências noticiam. “A selecção pode ser feita apenas a partir do material disponível. A uniformidade é inevitável a partir do momento em que três ou quatro agências fornecem a base para cobertura das notícias externas em quaisquer redacções espalhadas por todo o mundo. Em nenhum outro local a tirania do “reabastecimento” é tão nítida como nesta dependência” (Golding e Elliott, 1979: 92).

Verifica-se que a cobertura das agências alerta as redacções para o que acontece no mundo e é a partir desse reconhecimento que estas constroem a sua própria cobertura, resultando que “mesmo os órgãos de informação que podem enviar correspondentes para cobrirem notícias no estrangeiro, dependem da selecção das agências na escolha das notícias a “cobrir por conta própria”” (Wolf, 2003: 233). Assim, na base da maior parte das notícias que consumimos, encontram-se, directa ou indirectamente, as agências, que são sujeitas a avaliações de credibilidade como as outras fontes, ainda que com critérios muito mais maleáveis que resultam na utilização quase incondicional das notícias de agência.

A interacção entre os próprios jornalistas enquanto membros de uma comunidade profissional também intervém na noticiabilidade. Tuchman (1978: 94) afirma que a noticiabilidade se constrói através de mútuos acordos praticados pelos chefes, que se empenham para assegurar este equilíbrio interpessoal (portanto, a avaliação da noticiabilidade é o resultado de um negócio, que envolve as actividades de uma complexa burocracia, desenhada para supervisionar a rede informativa), enquanto Altheide (1976: 112) sustenta que, embora a noticiabilidade de um acontecimento possa estar habitualmente sujeita a desacordo, “depende sempre dos interesses e da necessidade do órgão de informação e dos jornalistas”. Na redacção, encontram-se dois discursos opostos: o da organização noticiosa, que traça as estratégias temáticas e os objectivos – aqui é preciso ter em mente como o campo jornalístico está permanentemente a ser “submetido à prova dos veredictos do mercado através da sanção, directa, da clientela, ou, indirecta, dos níveis de audiência” (Bourdieu, 2001: 84); e o dos jornalistas, que reivindicam uma autonomia dependente de inúmeras variáveis. É desta oposição ou diferença de interesses, nota Santos (1997: 46) que surge

o compromisso: o editor negocia o espaço e os níveis de complexidade dos textos; o jornalista integra nas suas peças a estrutura ideológica da cultura da organização.

Estando os jornalistas integrados em equipas, desempenhando actividades idênticas, forjam uma mesma concepção do mundo – os julgamentos da imprensa adquirem credibilidade precisamente devido ao chamado “pack journalism”, que Patterson (1994: 100) define como “a tendência dos jornalistas de se concentrarem nos mesmos desenvolvimentos e interpretá-los da mesma maneira” – orientada de forma a preencher a ideologia profissional, que estabelece o jornalismo como o *Quarto Poder* e os próprios jornalistas como comunicadores desinteressados, comprometidos apenas com a verdade e com o fim de eventuais abusos de poder (Traquina, 2000:25). Essa ideologia profissional traduz-se numa série de paradigmas e valores de que a objectividade é, talvez, o melhor exemplo, e que leva a uma desconfiança relativamente à discussão sobre notícias como “estórias” (Bird e Dardenne, 1988/1993: 263).

Actualmente, notam Aubenas e Benasayag (2002: 48), qualquer informação publicável tem necessariamente que se prestar a uma autópsia, em que cada detalhe pode ser escalpelizado, quantificado e enunciado sob a forma de números e estatísticas, como se apenas assim se tornasse um “facto” (uma forma de enraizamento no real) digno de ser divulgado. Comentários, análises, editoriais são passíveis de ser debatidos, mas os factos devem estar acima de toda a polémica, com o seu alinhamento de datas e nomes a assegurarem o carácter concreto e a seriedade da informação. “Os factos existem e relatá-los o mais correctamente possível é, sem dúvida, um imperativo. Houve, entretanto, como que uma distorção e o método de trabalho tornou-se esquema de pensamento. Os factos são sistematicamente utilizados, mas mais para invocar do que para testemunhar o real, acrescentar ao universo das informações esse sabor da verdade” (Aubenas e Benasayag, 2002: 48).

Ao mesmo tempo, as notícias não emergem naturalmente dos acontecimentos – elas “acontecem na conjunção de acontecimentos e textos. Enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia cria o acontecimento” (Traquina, 1993:168). Por isso, não são apenas os elementos da organização burocrática dos *media* que determinam a noticiabilidade – o momento da construção também faz parte do processo. E as notícias congregam uma boa porção de registos, relatando acontecimentos noticiáveis de uma forma rotineira – é a já referida “rotinização do imprevisto”.

Depois de recolhidas todas as informações, é necessário compilá-las e transformá-las numa narrativa noticiosa em tempo útil e de forma interessante – de facto, as notícias não podem ser uma confusão de factos atirados juntos: os factos devem ser coerentes e devem sê-lo a tempo dos “deadlines” diários (Patterson, 1994: 96). Fazê-lo, pressupõe a capacidade de o jornalista mobilizar a linguagem jornalística, caracterizada por regras estilísticas mais ou menos rígidas que apontam, sobretudo, para a clareza do relato. O reconhecimento de uma notícia, mesmo se esta surge deslocada do seu lugar e independentemente do seu conteúdo, advém do “conhecimento social” que cada um tem dos seus “esquemas formais de composição: título, “lead”, um desenvolvimento hierarquizado com especificação num dado registo linguístico” (Traquina et al., 2001: 270). O discurso jornalístico, de acordo com Fowler (1991), pode ser identificado em “termos gramaticais como um dispositivo de organização lexical por oposição, complementaridades, equivalências, processos de inclusão, por um vocabulário que organiza conceitos em categorias estritamente definidas que constituem o recurso básico de apresentação de experiências” (*apud* Ponte, 2001: 268).

Além da linguagem jornalística, o jornalista deve ser capaz de mobilizar todo um catálogo de “estórias”, que contribui para o estabelecimento de um padrão de continuidade que permite o reconhecimento por parte das audiências. Tuchman (1976/1993: 258-262) não hesita em afirmar que “os relatos dos acontecimentos noticiosos são “estórias”” e aplica o conceito de enquadramento (“frame”) de Goffman – “princípios de organização que governam os acontecimentos, pelo menos os sociais, e o nosso envolvimento subjectivo neles” – às notícias e aos acontecimentos noticiosos, mostrando como estes são tornados perceptíveis por aqueles. Os enquadramentos são sugeridos por formas literárias e narrativas que podem ser constantemente repescadas – as “novas” são “velhas” (Traquina, 2002: 201): “Intencionalmente ou não, cada discurso entra em diálogo com os discursos anteriores sobre o mesmo objecto, assim como com os discursos que se seguem, que presente e cujas reacções prevê” (Bakhtine, 1952/53, *apud* Traquina et al., 2001: 269) – e que ajudam a converter um acontecimento em notícia num curto espaço de tempo. De facto, mal é acabada de publicar, a notícia, cujo estatuto de novidade é impositivo, passa a gozar de um duplo estatuto: “por um lado, é saudada como a mais incrível, a mais louca”, mas, simultaneamente, “é arrumada na categoria provada do explicável, do familiar” (Aubenas e Benasayag, 2002: 101).

Qualquer acontecimento é prontamente “submetido à opinião de especialistas, comentado em editoriais, encarnado por uma personagem, explicado e avaliado em golpes de estatística e cronologia”, sendo deste modo reenviado para a vasta literatura do que já é conhecido, classificado no quadro das “últimas maiores catástrofes” (Aubenas e Benasayag, 2002: 101). E, como nos dias que correm, toda a gente, perante um acontecimento, tem algo a dizer, nalguns jornais são também sistematicamente publicadas pequenas sondagens realizadas junto do público ou intelectuais, para aferir do estado da opinião pública.

Verifica-se, portanto, que os acontecimentos, para serem perceptíveis para o público, devem ser identificados e inseridos num contexto social. “Este processo, a identificação e a contextualização”, explicam Hall et al. (1993: 226), “é um dos mais importantes através do qual os acontecimentos são “tornados significativos” pelos *media*. Um acontecimento só “faz sentido” se se puder colocar num âmbito de conhecidas identificações sociais e culturais”. Neste processo, são imprescindíveis os chamados “mapas” culturais do mundo social, que, mesmo sendo usados de forma rotineira, são o que permite “dar sentido” aos acontecimentos invulgares, inesperados e imprevisíveis que constituem o conteúdo básico do que é noticiável – este é um mecanismo que pressupõe que o público partilha os mesmos valores, os mesmos enquadramentos, pressupõe a natureza consensual da sociedade (Hall et al., 1993: 226). Para Van Dijk (1988: 176-177), a notícia deve estar em consonância com normas, valores e atitudes socialmente partilhados – são, por isso, mais facilmente compreendidas e aceites as notícias em consonância com os consensos ideológicos de uma sociedade ou cultura. Afinal, os *media* não só definem para a maioria da população quais são os acontecimentos significativos que estão a ocorrer, como também lhe apresenta interpretações poderosas sobre como os compreender, onde, implicitamente, se determinam orientações face aos acontecimentos e às pessoas e grupos neles envolvidos (Ponte, 2001: 265).

Assim, a notícia constrói-se “como narrativa, procurando enquadrar factos em estruturas e códigos culturais conhecidos e balizados” (Bird e Dardenne, 1988/1993: 268). Sendo uma construção, não a realidade em si, a notícia é, portanto, segundo Rodrigues (1993: 29-30), ela própria, um “acontecimento notável” ou “meta-acontecimento”, um acontecimento que se debruça sobre outro acontecimento: “Os

meta-acontecimentos são, por isso, acontecimentos discursivos, actualização de enunciados pertencentes a vários regimes enunciativos que se encadeiam entre si segundo regras de encadeamento próprias”.

Todos estes modos discursivos vêm, na imprensa escrita, o seu potencial comunicativo alimentado no “cruzamento de factores como os recursos tipográficos e ortográficos que quebram a uniformidade da página e sugerem variação de intensidade, ênfase e ritmo – especialmente na imprensa popular –, a simplificação de palavras e ênfase nos contrastes gráficos com uma função de entoação; um registo lexical, coloquial, com expressões idiomáticas, neologismo, provérbios, trocadilhos e processos de nomeação e interpelação de proximidade (...); sintaxe e morfologia, simplificada nomeadamente por elipses; marcadores deícticos de pessoa, tempo e lugar; modalizações significantes de apreciação sobre o correcto, o provável, o desejável, o obrigatório, em determinados registos textuais, e a sua ausência ou minimização noutros, visando uma imagem de objectividade; actos de fala, como a construção de significados para além do que é dito” (Ponte, 2001: 272).

O pragmatismo da definição e escolha do que é noticiável – relativamente ao que não o é – é guiado prioritariamente para a ““factibilidade” do produto informativo a realizar em tempos e com recursos limitados” (Wolf, 2003: 191), o que contribui para “descontextualizar” o acontecimento para depois o “recontextualizar dentro das dimensões do noticiário” (Altheide, 1976: 179), dificultando, portanto, o aprofundamento e a compreensão de muitos aspectos significativos dos factos apresentados como notícias. Por outras palavras, a noticiabilidade é um elemento da já referida “distorção involuntária” da cobertura mediática, que promove a “fragmentação da imagem da sociedade, mediante a [...] justaposição de acontecimentos-notícia, cada um dos quais é apresentado como auto-suficiente, não explicado por outros acontecimentos-notícias nem explicando nenhum outro acontecimento-notícia” (Rositi *apud* Wolf, 2003: 192) – o resultado é “uma memória fragmentada, cheia de pormenores isolados e a que falta o contexto” (Findhal e Höijer *apud* Wolf, 2003: 192).

3.2.2 Valores-notícia

Todas estas questões estão envolvidas na definição dos valores-notícia, que fornecem critérios nas práticas de rotina do jornalismo que permitem ao jornalista, editores e agentes noticiosos decidir rotineira e regularmente sobre quais as “estórias” que são noticiáveis” e quais não são, quais as “estórias” que merecem destaque e quais as que são relativamente insignificantes, quais as que são para publicar e quais as que são para eliminar (Hall et al., 1993: 225). Os valores-notícia são um dos componentes essenciais da noticiabilidade e Golding e Elliott definem-nos como “qualidades dos acontecimentos, ou da sua construção jornalística, cuja presença ou cuja ausência os recomenda para serem incluídos num produto informativo” – “quanto mais um acontecimento exhibe essas qualidades, maiores são as suas possibilidades de ser incluído” (1979: 102). Segundo Hall et al. (1993: 225), os valores-notícia parecem ser largamente partilhados entre os diferentes meios de comunicação e constituem um elemento essencial na socialização profissional, prática e ideologia dos jornalistas. Daqui decorre que os *media* vivem, como destacaram Aubenas e Benasayag (2002: 15), no quadro do mundo único (não no do “pensamento único”), onde todos se põem de acordo em considerar tal acontecimento digno de interesse e um outro negligenciável – cada situação envolve uma definição de parâmetros, os mesmos para todos. Embora a propósito de um mesmo acontecimento as análises e/ou abordagens dos diferentes *media* possam diferir, há um entendimento garantido: tem de se falar da mesma coisa e é impossível ignorar o “assunto”.

Constituindo um elemento fundamental da cultura profissional, os valores-notícia funcionam de forma complementar e ao longo de todo o processo de produção das notícias – na recolha, na selecção, na elaboração e na apresentação da informação (Correia, 1997: 137; Wolf, 2003: 196; Sousa, 2000: 102). São, portanto, elementos imprescindíveis para se entender tanto o contexto do trabalho jornalístico e os limites da sua autonomia, como até que ponto se estende a interligação da cultura e ideologia profissionais com a prática e as rotinas produtivas, uma simbiose que pode desembocar na tal “distorção involuntária” ou “inconsciente” da informação (Correia, 1997: 138; Wolf, 2003: 196). Concomitantemente, os valores-notícia, que Chibnall (1981, *apud* Bird e Dardenne, 1988/1993: 269) resume como “as regras que acentuam a relevância

do presente, do invulgar, da simplicidade, das acções, da personalização e dos resultados”, são também “códigos culturalmente específicos de contar “estórias”” (Bird e Dardenne, 1988/1993: 268).

A virtude dos valores-notícia é a sua contribuição para a rotinização/racionalização da elaboração das notícias, tarefa que eles tornam “exequível e gerível” (Wolf, 2003: 197) por serem “fácil e rapidamente aplicáveis” (assegurando a rapidez necessária), “flexíveis” (adequando-se à infinita variedade de acontecimentos disponíveis); e “relacionáveis e comparáveis” (uma vez que a oportunidade de uma notícia depende sempre das outras notícias disponíveis) (Gans, 1979: 122).

A diluição dos valores-notícia nas rotinas jornalísticas pode ser comprovada no contacto permanente entre os jornalistas e as fontes: segundo Traquina (2002: 202), esta relação pode influenciar a percepção do jornalista quanto ao valor-notícia dos acontecimentos e dos assuntos, passando os critérios de noticiabilidade do jornalista a basearem-se “em esquemas de interpretação com origem nos funcionários das instituições (...) às quais os jornalistas dão cobertura” – uma relação circular que alimenta os que argumentam que os media são um instrumento de transmissão da ideologia dominante.

Esta rotina tem outro valor suplementar: o da produtividade. Não se pode falar das rotinas jornalísticas sem falar na produtividade, para a qual estão orientadas. Quando a maior parte do trabalho é realizada no exterior é como se os órgãos de comunicação social recebessem aquilo que Traquina (2002: 202) designa por “subsídio informacional”. “A promoção de notícias de rotina tem sucesso sempre que os promotores arranjam forma de servir os seus próprios interesses à guisa de servirem as necessidades dos jornalistas” (Fishman *apud* Traquina, 2002: 202).

Frequentemente classificados de estruturas opacas e esquivas (Hall *apud* Traquina, 2002: 172; Sousa 2000: 102), os valores-notícia não são rígidos nem universais, e estão sujeitos aos caprichos do tempo e das “modas”. No entanto, esses valores revelam a natureza homogénea da cultura profissional, responsável por uma previsibilidade eloquente dos conteúdos dos meios de comunicação social. Esta faceta é visível na especialização temática dos meios de comunicação social (Wolf, 2003: 198-200), resultado evidente do modo como os valores-notícia se manifestam em práticas organizativas: “A organização de uma redacção em sectores temáticos específicos, o

tipos de correspondentes e especialistas que ela possui, são indicações, a nível do órgão de informação, dos critérios de noticiabilidade que nele vigoram” (Wolf, 2003: 200).

A primeira tentativa de isolar e listar os valores-notícia, chamando a atenção para o facto de estes se sobreporem à acção pessoal do “gatekeeper”, sem a eliminarem, foi o estudo de Galtung e Ruge (1965). Estes autores elaboraram uma lista de 12 factores que influenciam o fluxo das notícias e explicam “como os acontecimentos se tornam notícia”: a frequência (duração do acontecimento); a amplitude do evento; a clareza ou falta de ambiguidade; a significância; a consonância; o inesperado; a continuidade; a composição; a referência a nações de elite; a referência a pessoas de elite; a personalização; a negatividade (1965/1993: 61-73). Segundo os autores, o acontecimento será tanto mais noticiável quanto maior for o número de factores que congregar, embora esta não seja uma regra absoluta. Uma outra questão abordada pelos autores, ainda que superficialmente, diz respeito ao papel social das notícias e ao facto de os valores-notícia não poderem existir sem referências a algo considerado como “o normal” o que, inevitavelmente, obriga a noções sobre o anormal (Hall et al, 1993: 224-248; Soloski, 1989/1993: 91-100). Para Traquina (1993: 22) esta lista representa uma visão limitada do trabalho jornalístico, visto sobretudo como selecção, provavelmente, segundo o autor, influenciado pelo paradigma da época (o paradigma do “gatekeeper”) e resultando em factores de noticiabilidade inerentes aos acontecimentos.

Depois destes autores, outros (como Hartley (1982/1993), Wolf (2003), Ericson et al (1987), Van Dijk (1988), Shoemaker (1991)), elaboraram também listas de valores-notícia algumas mais longas e completas na compreensão da complexidade do processo de produção das notícias. Normalmente, essas listas incluem factores como a oportunidade, a proximidade, a importância, o impacto ou a consequência, o interesse, o conflito ou a controvérsia, a negatividade, a frequência, a dramatização, a crise, o desvio, o sensacionalismo, a proeminência das pessoas envolvidas, a novidade, a excentricidade e a singularidade (Sousa, 2000: 103). Bourdieu (2001: 12) escreveu que os valores-notícia “operam uma selecção e uma construção daquilo que é seleccionado”. Este é, efectivamente, um ponto essencial da questão dos valores-notícia, a sua distinção entre valores-notícia de selecção e valores-notícia de construção, que Galtung e Ruge não fazem (pelo menos objectivamente, já que, como nota Traquina (1993: 22), ao referirem-se ao factor “personalização”, os autores referem que “as notícias têm

tendência de apresentar os acontecimentos como frases onde há um sujeito, uma pessoa nomeada ou uma colectividade que consiste em algumas pessoas, e o acontecimento é então visto como consequência das acções dessa pessoa ou dessas pessoas”).

Foi Wolf (1987) quem sublinhou o facto de os valores-notícia estarem presentes ao longo de todo o processo de produção jornalística, tanto na selecção dos acontecimentos como na construção da notícia. Traquina (2002: 186-201) partiu dessa distinção para elaborar a sua própria lista de valores-notícia, completa e abrangente, dividindo-a em valores-notícia de selecção e valores-notícia de construção.

À semelhança de Wolf, Traquina dividiu os valores-notícia de selecção em dois subgrupos: um é constituído pelos critérios substantivos, os que estão relacionados com a avaliação directa do acontecimento a transformar em notícia; o outro é constituído pelos critérios contextuais, relacionados com o contexto de produção da notícia e não com as características do acontecimento em si.

De entre os critérios substantivos, um valor-notícia destaca-se pelo seu carácter fundamental para a comunidade jornalística e pela garantia que confere a um acontecimento da sua inclusão no produto informativo: a “morte”. Esse valor-notícia será amplificado se a ele for acrescentada a “notoriedade” (nome e posição) do protagonista do acontecimento – este valor-notícia de Traquina encontra equivalente em Galtung e Ruge, quando falam da “referência a pessoas de elite”.

Outro valor-notícia fundamental é a “proximidade”, geográfica e cultural. Todavia, ressaltam Golding e Elliott (1979: 111), a distância geográfica é distorcida pelo mecanismo de recolha de informações – por exemplo, qualquer grande capital mundial esteja mais “acessível” a Luanda do que uma qualquer remota província de Angola.

A “relevância” é outro valor-notícia identificado por Galtung e Ruge. A relevância refere-se à preocupação de informar o público dos acontecimentos importantes, que têm impacto sobre a sua vida – “a noticiabilidade tem a ver com a capacidade de incidência do acontecimento sobre essas pessoas, sobre as regiões, sobre os países” (Traquina, 2002: 189).

Também fundamental no jornalismo é a “novidade”, sustenta Traquina. Afinal, o principal para um jornalista é o que um acontecimento ou problemática apresentam de

novo. Daqui se depreende que o mundo jornalístico se interessa muito pela primeira vez (Traquina, 2002: 189).

Assumindo diferentes formas, a “actualidade” é outro valor-notícia de Golding e Elliott (1979: 115). Na definição de actualidade de um acontecimento entram em jogo diversos factores, inclusive se o acontecimento é actual para o próprio jornalista – a presunção é de que se é para ele também o é para o público (Wolf, 2003: 208).

A “notabilidade” é também um valor-notícia, que Traquina (2002: 190) descreve como a qualidade de ser visível, tangível, o que sublinha o facto de o campo jornalístico ser mais sensível à cobertura de acontecimentos do que problemáticas. Rodrigues (1988/1993: 27-34) reconheceu como registos de notabilidade o excesso, a falha e a inversão – o excesso é de todos os mais comum, “visto ser a irrupção por excelência do funcionamento anormal da norma, emergência escandalosa de marcas excessivas de funcionamento normal dos corpos”; a falha actua por defeito, “por insuficiência no funcionamento normal e regular dos corpos”; a inversão é o contrário do normal e encontra caracterização no já lugar-comum que assinala como notícia “o homem que morde o cão, não o cão que morde o homem”. Segundo Golding e Elliott (1979: 116), a quantidade de pessoas que o acontecimento envolve é também um registo de notabilidade: maior for o número de pessoas envolvidas mais importância é conferida pelos jornalistas, um efeito ampliado quando estão envolvidos nomes importantes.

Importante no jornalismo é o “inesperado”, outro valor-notícia identificado por Galtung e Ruge (1965/1993: 66) que se impõe pela surpresa que instala, tanto na comunidade jornalística como na sociedade. Tuchman (1978: 66) associa o “inesperado” ao acontecimento que designa como “Que estória!”, o mega-acontecimento – os atentados de 11 de Setembro de 2001 a Nova Iorque e Washington, os atentados de 11 de Março de 2004 em Madrid e os atentados de 7 de Julho de 2005 em Londres são paradigmáticos.

Outro valor-notícia determinado por Galtung e Ruge é a referência a algo negativo. “Quanto mais negativo, nas suas consequências, é um acontecimento, mais probabilidades tem de se transformar em notícia” (Galtung e Ruge, 1965/1993: 69) – ou seja, é notícia tudo que corresponda a um desvio da rotina.

Estes valores-notícia, em especial o da “notabilidade” implicam um conceito unânime de normalidade, em oposição ao também universalmente reconhecido conceito

de anormalidade, fronteiras para além das quais os acontecimentos se tornam merecedores de evoluírem para notícias. Hall et al (1993: 224-248) referem a identificação e contextualização como um dos mais importantes processos através dos quais os acontecimentos são “tornados significativos” pelos media – um acontecimento só fará sentido se encaixar no âmbito de identificações sociais e culturais reconhecidas. São os já referidos “mapas culturais”, ferramentas indispensáveis para dar sentido a acontecimentos invulgares, inesperados e imprevisíveis que constituem a dieta preferencial dos *media*. A existência desses mapas culturais pressupõe a natureza consensual da sociedade. E, nesse contexto, assumem os autores, o processo de significação tanto assume como ajuda a construir a sociedade como um “consenso”.

No subgrupo dos critérios contextuais dos valores-notícia de selecção, encontra-se a “disponibilidade”, que implica saber “quão acessível é o acontecimento para os jornalistas, quão tratável é, tecnicamente, nas formas jornalísticas habituais; se já está estruturado de modo a ser facilmente coberto; se requer grande dispêndio de meios para o cobrir” (Golding e Elliott, 1979: 117).

Outro valor-notícia é o do “equilíbrio” (Galtung e Ruge, 1965/1993: 66), a composição equilibrada do noticiário – a noticiabilidade de certos factos é também determinada pela quantidade de notícias sobre o mesmo tema que surgem no órgão de comunicação social.

A “visualidade” é outro dos valores-notícia considerado por Traquina e por Wolf. Este é um valor particularmente importante no jornalismo televisivo, onde a avaliação da noticiabilidade de um acontecimento também passa pela possibilidade de ele fornecer bom material visual (Wolf, 2003: 210), mas que também assume importância na imprensa – de tal forma que muitas notícias são dadas apenas pelo valor das imagens, muitas vezes recorrendo às chamadas fotolegendas. Na televisão, este critério de noticiabilidade pode explicar a maior presença de notícias sobre acidentes (Gans 1979: 98).

Como as empresas jornalísticas não funcionam isoladamente, Wolf (e também Traquina) identifica a “concorrência” como valor-notícia (2003: 214). Neste âmbito importa a chamada “cacha”, a notícia exclusiva, sobretudo entre jornais do mesmo segmento, concorrentes directos.

O “dia noticioso” é o último dos valores-notícia apontado por Traquina neste subgrupo. Os acontecimentos estão em concorrência com outros ocorridos no mesmo dia: se o dia for pobre, qualquer acontecimento, por menos noticiabilidade que tenha, pode ser integrado no produto jornalístico, nem que seja para encher páginas; em compensação, se for um dia rico em acontecimentos noticiáveis, estes digladiam-se para fazerem parte do alinhamento e, sobretudo, para terem o destaque (e espaço) devido.

Traquina define valores-notícia de construção como “os critérios de selecção dos elementos dentro do acontecimento dignos de serem incluídos na elaboração da notícia” (Traquina, 2002: 198). Como a notícia é elaborada para um hipotético público, essa construção passa pela apresentação da notícia de forma compreensível para o público, pelo menos do ponto de vista do jornalista. É evidente que estes critérios se referem ao “papel que a imagem que os jornalistas têm do público desempenha” (Wolf, 2003: 212), um aspecto paradoxal porque, por um lado, os jornalistas raramente conhecem ou querem conhecer o seu público e argumentam que o seu dever é apresentar notícias não satisfazer o público; por outro lado, as necessidades e exigências do público estão omnipresentes, mesmo nas próprias rotinas produtivas (Wolf, 2003: 213). Os jornalistas estão, portanto, num equilíbrio precário entre o que pensam que é importante para o público e o que pensam que é interessante para o público.

O primeiro valor-notícia de construção apontado por Traquina é a “simplificação”, identificada por Ericson, Baranek e Chan, e entendida como o processo de tornar a notícia o menos ambígua e complexa possível. Para tal, o jornalista tem de escrever da forma mais clara possível, sendo que o recurso a lugares-comuns, estereótipos e ideias feitas não é só útil como recomendável.

A “amplificação”, um dos valores-notícia da lista clássica de Galtung e Ruge (1965/1993: 67), é incluído por Traquina no contexto dos valores-notícia de construção. O mecanismo deste valor-notícia é que quanto mais exagerado é o acontecimento (pelo ampliação do acto, do interveniente ou das hipotéticas consequências), mais probabilidades a notícia tem de ser notada.

Outro valor-notícia referido por Traquina é a “relevância”, que Galtung e Ruge (1965/1993: 65) isolaram como uma dimensão da “significância”: “um acontecimento pode acontecer num lugar culturalmente distante, mas pode ainda estar carregado de significado em termos do que pode implicar para o leitor ou o ouvinte”. Por exemplo, a

violência na Irlanda do Norte torna-se mais relevante para os portugueses a partir do momento em que portugueses estão envolvidos.

A “personificação”, valor-notícia primeiro identificado por Galtung e Ruge (1965/1993: 68) é também indicado por Traquina (que lhe chama “personalização”). Quanto mais um acontecimento é personalizado – ou seja, quanto mais se valorizar as pessoas envolvidas –, mais interessará o público, que pode identificar-se mais facilmente. Quando se fala, por exemplo, de exclusão social (causas, consequências, etc.) será mais fácil criar empatia se a notícia (a “estória”), ao invés de ser uma sucessão árida de dados, for acompanhada por testemunhos de pessoas que vivem a exclusão. As notícias têm de ter pessoas dentro para que tenham algum impacto junto do público.

Outro valor-notícia, apontado por Ericson, Baranek e Chan (*apud* Traquina, 2002: 199) e Traquina, é a “dramatização”, entendida como o realce dos ângulos mais críticos, mais emocionais e mais conflituosos, que pode desembocar no sensacionalismo.

Para terminar, Traquina inclui ainda a “consonância”, valor-notícia reconhecido por Galtung e Ruge (1965/1993: 66). A ideia fundamental deste critério é que se a notícia integrar o acontecimento numa narrativa já estabelecida, mais hipóteses tem de ser notada. A notícia deve, portanto, inserir-se num contexto já familiar, que facilite a interpretação indo ao encontro das expectativas do receptor integrando-se em “estórias” já conhecidas – por outras palavras, a notícia deve corresponder ao esperado, o que, segundo Philips (1993: 326-331) explica a qualidade repetitiva das notícias.

As notícias – que Alsina define como “uma representação social da realidade quotidiana produzida institucionalmente que se manifesta na construção de um mundo possível” (1996: 185) – são, portanto, o produto final de um processo complexo que começa numa escolha e selecção sistemática de acontecimentos e tópicos de acordo com um conjunto de categorias socialmente construídas (Hall et al., 1993: 224), não são apenas o relato transparente de acontecimentos que são só por si noticiáveis. E, por isso, continuam a exhibir as mesmas fragilidades identificadas por Lippmann há mais de oitenta anos (1922): por tradição, as notícias são encontradas em acontecimentos particulares, mais do que nas forças subjacentes da sociedades que os cria (o acontecimento é a ponta do iceberg – uma pequena e não representativa manifestação de uma realidade muito intrincada); as notícias são também o que é novo e fora do vulgar,

mas a novidade, por muito interessante e atraente que possa ser, é, por definição, atípica, logo uma base fraca para julgar tendências que são poderosas e duradouras; as notícias estão sujeitas à pressão incansável do ciclo noticioso – a imprensa deve recriar a realidade a cada 24 horas, dando ao jornalista pouco tempo no que ficou para trás ou pensar para a frente (*apud* Patterson, 1994: 180). Estas limitações continuam a existir actualmente. Afinal, apesar de os jornalistas terem agora um nível mais elevado de escolaridade e estarem ligados a melhores e mais velozes fontes de informação, continuam a laborar num trabalho caótico, olhando o mundo e toda a sua confusa complexidade através das lentes estreitas de acontecimentos, líderes e desenvolvimentos velozes (Patterson, 1994: 180).

3.3 O agendamento

Compreender qual é a influência que os *media* têm na sociedade é uma questão que se afirmou – sobretudo desde a massificação dos meios de comunicação social – como incontornável no mundo contemporâneo, sendo que muitos investigadores associam a resposta ao funcionamento saudável de uma democracia. Na realidade, é inegável que os indivíduos necessitam de informação para reconhecerem o meio envolvente, se adaptarem às mudanças e, conseqüentemente, tomarem decisões. São os *media*, particularmente os *media*, que fazem essa ponte, tornando as sociedades reconhecíveis para os cidadãos e contribuindo para a produção de modificações sociais profundas – os *media* actuam como instituições mediadoras entre a população e os responsáveis pelos processos de decisão pública, que se encontram no campo político. Se é inegável que os cidadãos do século XXI estão mais informados sobre o que ocorre no seu país e no mundo e têm acesso a conhecimentos sobre imensas áreas – desde a economia à ciência, passando pela cultura –, também é inegável que os *media* tiveram (têm) um papel preponderante nessa mudança, assumindo-se como o “principal veículo de comunicação pública, através dos quais a estrutura do poder comunica com a sociedade” (Sousa, 2000: 127). Um dos papéis de uma imprensa livre numa sociedade democrática é, precisamente, fornecer ao público a informação necessária para que tome parte no processo de governação.

Portanto, a questão de como as organizações mediáticas decidem que histórias são importantes e como fazer a sua cobertura jornalística, reveste-se de grande importância na sociedade. “Ao seleccionarem e divulgarem as notícias, os editores, os profissionais de redacção e os meios de difusão desempenham um papel importante na configuração da realidade política. Os leitores não só ficam a conhecer um determinado assunto, como também ficam a saber qual a importância a atribuir a esse mesmo assunto, a partir da quantidade de informação veiculada na notícia e da posição por ela ocupada” (McCombs e Shaw, 1972/2000: 47). Na verdade, entre outras funções, as notícias contribuem para a definição daquilo que é importante e actual, proporcionam conhecimento sobre a realidade e apresentam várias possibilidades de leitura dessa realidade e possibilitam gratificações pelo seu consumo – “Muito do que se conhece sobre a vida política é apreendido em segunda ou terceira mão, através dos *mass media*. Estes estruturam um contexto político muito real mas que nós podemos conhecer apenas “de longe” [...]. Para além disso, os *mass media* estruturam também uma realidade mais vasta, não local, a que é difícil subtrairmo-nos” (McCombs e Shaw, 1972/2000: 48). Isto significa que as notícias não só participam na realidade social existente como são agentes participantes no processo de construção dessa mesma realidade (Berger e Luckmann, *apud* Sousa, 2000: 125). A influência dos *media* ajuda a estruturar a imagem da realidade social, uma realidade mediatizada, vista e construída a partir das interpretações que os *media* lhe emprestam, já que são estes que “ajudam a organizar novos elementos dessa mesma imagem, a formar opiniões e crenças novas” (Roberts, *apud* Wolf, 2003: 143). Tal significa que os meios de comunicação contribuem para moldar o nosso conhecimento sobre a realidade – um conhecimento que será sempre parcial e fragmentado, muitas vezes descontextualizado, vítima da distorção inconsciente produzida pelos meios jornalísticos e resultado de uma série de factores relacionados com a cultura profissional dos jornalistas e a organização do seu trabalho e processos produtivos, como foi mencionado anteriormente.

Independentemente das suas limitações (que os afastam das concepções clássicas como uma espécie de quarto poder), os *media* podem, sublinhou Sousa (2000: 129), actuar como meios de socialização, por exemplo, ao “participarem na geração de um campo referencial mínimo de conhecimentos susceptível de promover a comunicação e de ajudar a sintonizar as pessoas em sociedade”. Isto indica que os *media* trabalham na

formação da opinião pública, para a qual a realidade social é um cenário montado através dos meios de comunicação social.

Na relação entre os conhecimentos acerca da realidade social e a acção dos *mass media* – em torno da qual se centra a problemática dos efeitos – há três características destes que importa relevar: a acumulação, a consonância e a onnipresença (Noelle-Neumann, *apud* Sousa, 2000: 133). A acumulação relaciona-se com o facto de o alcance dos *media* para criar e manter a relevância de um determinado assunto resultar globalmente (depois de um certo tempo) da forma como funciona a cobertura informativa no sistema de comunicações de massa. O conceito de consonância resulta do facto de os traços comuns e as semelhanças nos processos de produção da informação serem normalmente mais significativos do que as diferenças, o que inevitavelmente se traduz em mensagens mais semelhantes do que dissemelhantes. Por fim, a onnipresença está ligada simultaneamente à difusão quantitativa dos *mass media* e ao facto de o saber público (o complexo de conhecimentos, opiniões e atitudes difundido pela comunicação de massa) ter um carácter especial: é do conhecimento público que esse saber é publicamente conhecido.

3.3.1 Os efeitos dos *media*

O estudo mais sistemático dos “efeitos” dos *media* – a cuja linhagem pertence a teoria do “agenda-setting”, ou agendamento – começou no rescaldo da I Guerra Mundial, e mergulhou posteriormente nas experiências totalitárias, com a análise dos efeitos da propaganda. Nessa altura, estabeleceu-se um primeiro paradigma: a teoria hipodérmica, segundo a qual as mensagens mediáticas tinham um impacto directo nos indivíduos, produzindo inevitavelmente comportamentos previsíveis, uma vez que o público era um ente inerte que recebia e assumia mensagens sem análise nem questionamento.

Esta visão dos meios de comunicação social “todos poderosos” prevaleceu até à década de 40, quando Lazarsfeld, na sequência de um estudo sobre a campanha presidencial norte-americana de 1940, concluiu que os *media* tinham um impacto limitado, que passava essencialmente por cristalizar e reforçar as opiniões existentes e não por alterá-las. Estava definido um novo paradigma, a teoria dos “efeitos limitados”

que colocou em evidência os limites do poder dos *media* e a influência das relações sociais. Joseph Klapper (*apud* Traquina, 2000: 15) resumiu a evolução da problemática dos efeitos dos *media* em duas asserções: por um lado, os *media*, em geral, não servem como causa necessária e suficiente de efeitos na audiência, embora a influenciem através de um conjunto de factores de mediação; por outro lado, estes factores de mediação fazem dos *media* um dos agentes contributivos, mas não o único, num processo de reforço das condições existentes.

Na década de 70, houve uma revisão da importância dos efeitos das mensagens mediáticas nas audiências, após o declínio da teoria dos “efeitos limitados”, tendo surgido diversas teses apontando para a existência de efeitos cognitivos a longo prazo face à exposição a mensagens mediáticas. Rogers e Dearing (1988, *apud* Traquina, 2000: 15) atribuíram esta inversão da problemática à emergência de uma nova geração de investigadores que afirmou que o papel dos *media* era antes de mais informar, mais do que persuadir ou modificar comportamentos. Tratou-se, portanto, da superação dos efeitos directos dos *media* nas atitudes e opiniões da audiência e do reconhecimento dos efeitos indirectos e cumulativos nos conhecimentos de uma comunidade sobre o seu meio ambiente – segundo Roberts (*apud* Sousa, 2000: 164), a mudança de paradigma deveu-se à percepção de que “as comunicações não intervêm directamente no comportamento explícito; tendem, isso sim, a influenciar o modo como o destinatário organiza a sua imagem ambiente”. Ao contrário do que até então tinha sido habitual nos estudos dos efeitos dos *media*, passou-se da análise da mudança de atitudes e opiniões para a análise dos efeitos a nível cognitivo. Para Chaffee (1980, *apud* Takeshita, 1997: 18), o que sucedeu foi a mudança de um paradigma persuasivo (que avaliava as práticas de comunicação em termos da sua eficácia na mobilização das pessoas) para um paradigma jornalístico, no qual é sublinhado o papel dos *media* como fornecedores de informação que as pessoas precisam para fazer escolhas informadas nos assuntos públicos.

Foi neste contexto que surgiu a hipótese do agendamento (“agenda-setting”), que tenta explicar os efeitos cumulativos que resultam da abordagem de temas concretos pela comunicação social – ou seja, propõe analisar o papel dos *media* na formação e mudança de cognições. O termo “agenda-setting” foi usado pela primeira vez num estudo de Maxwell E. McCombs e Donald L. Shaw publicado em 1972, no âmbito do

qual, os investigadores entrevistaram 100 eleitores indecisos em Chapel Hill, Carolina do Norte, sobre as questões que os preocupavam mais relativamente às próximas eleições (as presidenciais norte-americanas de 1968).

Depois de determinarem as cinco questões que os eleitores classificaram de mais importantes, os investigadores avaliaram o conteúdo dos *media* acessíveis em Chapel Hill. McCombs e Shaw (1972/2000: 47-61) encontraram uma correlação quase perfeita entre os tipos de “estórias” mais vezes cobertas pelos *media* e as preocupações dos eleitores. A conclusão foi que “os eleitores tendem a partilhar a definição composta dos *media* acerca do que é importante”, o que sugere “fortemente uma função de agendamento dos *mass media*”. Encontraram, portanto, provas fortes da transferência de saliência da agenda mediática para a agenda pública. E não só. Concluíram também que os consumidores dos *media* “não só adquirem conhecimentos sobre um determinado assunto, como também ficam a saber qual a importância a atribuir a esse mesmo assunto, a partir da quantidade de informação veiculada na notícia e da posição por ela ocupada” (Weaver, McCombs, Spellman, 1975/2000: 76).

Segundo Shaw (1979, *apud* Wolf, 2003: 144), a teoria do agendamento sustenta que “em consequência da acção dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas têm tendência a incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os *mass media* incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflecte de perto a ênfase atribuída pelos *mass media* aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas”. Esta formulação não advoga que os *media* pretendem persuadir, ressalva Shaw (*apud* Wolf, 2003: 147), antes que estes “descrevendo e precisando a realidade exterior, apresentam ao público uma lista daquilo sobre o que é necessário ter uma opinião e discutir”. Que é o mesmo que dizer que a compreensão que as pessoas têm de uma parte da realidade (Shaw escreve mesmo “de grande parte da realidade”) lhes é emprestada pelos meios de comunicação social – não o que pensar, mas sobre o que pensar.

A investigação de McCombs e Shaw não constituiu propriamente uma novidade relativamente a este tema, apesar de ter sido a primeira a usar o termo “agendamento”. Outros autores já haviam defendido a hipótese de existir uma relação causal entre a

agenda mediática e a agenda pública. Lippmann (1922) foi o primeiro, tendo não só sublinhado o papel da imprensa na orientação da atenção dos leitores para certos assuntos, como chamado a atenção para o facto de os media serem a principal ligação entre os acontecimentos no mundo e as imagens desses acontecimentos na mente dos leitores (*apud* Traquina, 2000: 17). Mais tarde, Park (1939) realçou o poder dos jornais na concretização de uma hierarquia temática, e Long (1958) enunciou claramente a hipótese do agendamento temático ao escrever que “o jornal é o primeiro motor da fixação da agenda territorial. Tem grande participação na definição do que a maioria das pessoas irão conversar, o que irão pensar que são os factos e como se deve lidar com os problemas”.

Mas foi Cohen (1963) quem terá apontado a direcção da teoria do agendamento ao afirmar que a imprensa “pode, na maior parte das vezes, não conseguir dizer às pessoas como pensar, mas tem uma capacidade espantosa para dizer às pessoas sobre o que pensar. O mundo parece diferente a pessoas diferentes, dependendo do mapa que lhes é desenhado pelos redactores, editores e directores dos jornais que lêem” (*apud* Traquina, 2000: 17; Wolf 2003: 145; Sousa, 2000: 164). Posteriormente, no estudo realizado sobre o Watergate (que McCombs e Shaw consideraram o exemplo perfeito da função de agendamento dos *media*), Weaver, McCombs e Spellman (1975/2000: 63) reforçaram essa ideia do poder dos editores e difusores, que “desempenham um papel importante na modelação das percepções da realidade” – uma ideia que recupera a teoria do “gatekeeper”. Todos estes estudos pré-McCombs e Shaw já identificavam a coincidência dos temas dos *media* e das conversas interpessoais, ainda que sem a conceptualização como agendamento. Mas antes de surgir o conceito de agendamento, já os media exerciam o seu papel como estruturador de percepções e cognições relativas a acontecimentos da realidade social.

A curiosidade relativamente aos efeitos dos media nas audiências produziu uma vasta literatura sobre o agendamento, a maior parte da qual descrevendo estudos realizados durante campanhas eleitorais. McQuail (1991: 112) fez a síntese do conhecimento do agendamento escrevendo que “o debate público é representado por um conjunto de assuntos salientes (uma agenda para a acção)”. McCombs e Shaw descrevem três agendas – mediática, pública e política – e partem do princípio que os acontecimentos são demasiados para terem espaço igual nos *media* e que o público

(leitores, telespectadores) não tem tempo para assimilar toda a informação, pelo que se impõe uma selecção. Interesses competitivos promovem a saliência dos assuntos – a agenda. Os *media* escolhem os assuntos de maior ou menor atenção, de acordo com várias pressões, especialmente as dos interesses das elites da opinião pública. A maior parte dos estudos no âmbito do agendamento abordam a relação entre a agenda mediática e a agenda pública.

3.3.2 A agenda mediática e a agenda pública

McCombs e Shaw (1993/2000: 126), numa análise da evolução da pesquisa sobre o agendamento nas suas duas primeiras décadas de existência reconheceram a “fecundidade” da metáfora do agendamento, que pode ser atestada não só pelo “firme crescimento histórico da sua literatura”, como pela “sua capacidade para, à medida que tem evoluído ao longo de quatro fases de expansão, integrar, sob um único guarda-chuva teórico um conjunto de subáreas de investigação do campo da comunicação” e pela “capacidade de continuar a gerar novos problemas e investigação através de uma variedade de cenários de comunicação”.

Esta proficuidade da pesquisa sobre o agendamento pode ser explicada pela sua rápida expansão para além do seu domínio teórico original – a inter-relação da agenda dos *media* e da agenda pública – e por, nesse processo, ter vindo a contribuir para a exploração de novos aspectos da comunicação de massas e da opinião pública (McCombs e Shaw, 1993/2000: 127-128). Na realidade, quando foi publicado o artigo seminal de McCombs e Shaw, já a dupla de investigadores estava a dar início à segunda fase da pesquisa – a investigação das condições contingentes, que intensificam ou limitam o agendamento, assumindo proeminência nesta linha o conceito de necessidade de orientação, na medida em que este fornece uma explicação psicológica para o agendamento.

A terceira fase surgiu em 1981, na sequência de um estudo sobre as eleições presidenciais norte-americanas de 1976, realizado por Weaver, Graber, McCombs e Eyal, que alargou a ideia das agendas a dois novos domínios: um era a agenda das características dos candidatos noticiadas pelos *media* e apreendidas pelos eleitores; a outra era a agenda mais ampla das preocupações pessoais, na qual todos os aspectos da

política – como os candidatos ou os assuntos, por exemplo – constituem um único item e, habitualmente, insignificante. A quarta fase surgiu também nos anos 80 e engloba o trabalho centrado nas fontes da agenda dos *media*.

De facto, a investigação das duas primeiras décadas do agendamento descreveu sobretudo os padrões na transferência dos assuntos dos *media* para o público, as condições contingentes para o agendamento e a influência na agenda dos *media* – subjacente está a ideia de que o que tem cobertura mediática afecta o que o público pensa, ou seja, que há uma relação causal entre a agenda mediática e a agenda pública. Na realidade, a hipótese de McCombs e Shaw para o agendamento, que eles defendem ser uma função dos *media*, é que esta causa correlação entre os *media* e o ordenamento de prioridades pelo público. Porém, correlação não significa causalidade – um verdadeiro teste à função de agendamento deverá mostrar que as prioridades do público seguem a agenda dos *media*.

Nos muitos estudos posteriores que seguiram de perto o estudo original encontrou-se uma discrepância nos resultados, embora, em geral, esses estudos apontassem para uma associação positiva entre as duas agendas. Funkhouser (1973), McKuen (1981) e McKuen e Coombs (1982) (*apud* Traquina, 2000: 32) demonstraram que, na maioria dos casos, “a preocupação pública com os problemas reflecte as mudanças ao longo do tempo na atenção prestada a esses problemas pelos *media*”. Funkhouser foi o investigador que levou mais longe o seu estudo, tendo realizado uma análise diacrónica durante um período de dez anos com o objectivo de averiguar se a agenda mediática e a agenda do público não reflectiriam apenas os acontecimentos. No seu estudo, Funkhouser documentou uma situação em que havia uma forte relação entre as agendas mediática e pública, que não reflectiria apenas a realidade, mas não conseguiu estabelecer uma cadeia de influência dos *media* para o público – a conclusão foi que a cobertura mediática e a opinião pública estão estreitamente relacionadas (1973/1991: 39).

A confirmação da relação causa-efeito entre a agenda dos *media* e a agenda do público veio com um estudo experimental de Iyengar, Peters e Kinder (1982/1991). Através de uma metodologia experimental – uma das características do estudo do agendamento é a crescente complexidade dos modelos utilizados na pesquisa, como nota Traquina (2000: 32) –, diferentes grupos de pessoas foram expostos a noticiários

televisivos diferentes, alguns alterados de forma a incluírem notícias sobre a questão da defesa nacional. Os resultados confirmaram a hipótese teórica do agendamento: “Com uma única e, pensamos, desculpável, exceção, os telespectadores expostos às notícias dedicadas a um determinado problema ficaram mais convencidos da sua importância. Os programas das redes noticiosas parecem deter uma forte capacidade de moldar a agenda do público” (Iyengar, Peters e Kinder, 1982/1991: 93). Mais tarde, Iyengar e Kinder (1987: 33) foram mais assertivos nas suas conclusões: “As nossas provas sustentam decisivamente a hipótese “agenda-setting”. O veredicto é claro e inequívoco: ele emana de experiências sequenciais que duram uma semana, de experiências de “assemblage” que duram uma hora e de dados de séries temporais que abrangem sete anos; aguenta-se em diferentes medidas de importância; e é confirmado por uma variedade de problemas, da defesa nacional à segurança social. Por acompanhar alguns problemas e ignorar outros, as notícias de televisão moldam as prioridades políticas do público americano”.

3.3.3 Condições contingentes para o agendamento

No entanto, a função do agendamento não acontece de modo tão rígido como a formulação inicial da hipótese deixava antever e dificilmente é universal. As investigações sugerem que é necessário considerar as condições contingentes – “seria um erro citar apenas a tendência da imprensa para as notícias negativas como a única razão para as impressões cada vez mais negativas dos leitores relativamente aos candidatos presidenciais”, alerta Patterson (1994: 19) –, algo que McCombs (1976) tinha afirmado, quando constatou que o agendamento nem sempre funciona em relação a todas questões e pessoas.

Desde sempre a investigação “agenda-setting” tem abordado a questão das diferenças individuais entre as “vítimas” do agendamento (Iyengar e Kinder, 1987: 54-62). A procura dessas diferenças produziu uma quantidade impressionante de estudos, mas com provas conflitantes e confusas: alguns estudos não encontraram diferenças significativas entre indivíduos, enquanto outros encontram diferenças significativas e direcções opostas de um estudo para outro.

Segundo McCombs e Shaw, no estudo original, a influência dos *media* seria tanto maior quanto maior fosse o destaque e a persistência temporal que eles conferissem a um tema. Porém, quatro anos depois, McCombs descobriu que a comunicação interpessoal sobre as questões abordadas na comunicação social influencia o processo, tornando menos relevante a influência dos *media* (*apud* Sousa, 2000: 165). Neste ponto, McCombs contrariou McLeod, Becker e Byrnes (1974), que haviam concluído que a agenda mediática tem maior efeito nas pessoas que participem em conversas sobre questões mencionadas na comunicação social (Traquina, 2000: 33).

Outro factor com influência no agendamento é a “necessidade de orientação” dos indivíduos, definida como a junção de duas variáveis, alto interesse e alto nível de incerteza (Traquina, 2000: 33), e que, normalmente, está intimamente ligada à abordagem de “usos e gratificações”, que coloca a ênfase nas necessidades das audiências, que estas procuram gratificar através do uso dos *media*. Este factor, analisado em diferentes estudos, intervém quando se trata de indivíduos com grande necessidade de obter informação sobre um determinado assunto: esta necessidade faz com que se exponham mais aos *media*, logo os efeitos de agendamento são maiores (é menor a distância entre as agendas da audiência e a agenda dos *media*).

Weaver, McCombs e Spellman, na sua investigação sobre o Watergate (1975), concluíram ainda que em indivíduos com uma elevada “necessidade de orientação”, a “comunicação de massas produz outros efeitos para além do reforço de convicções pré-existentes” (1975/2000: 75). Segundo os autores, “os *media* podem destacar para membros da audiência questões e tópicos que devem utilizar na avaliação de certos candidatos e partidos políticos, não só durante a campanha eleitoral, mas também nos períodos entre as campanhas” (1975/2000: 76). O resultado é que “os eleitores começam cada campanha sem uma opinião firme sobre os candidatos, mas depois de meses de notícias que lhes dizem uma e outra vez que as suas escolhas não são boas eles acreditam” (Patterson, 1994: 24).

Também Weaver, Graber, McCombs e Eyal (1981), num estudo sobre a campanha presidencial norte-americana de 1976, destacaram o factor “necessidade de orientação” como relevante no processo de agendamento, particularmente na recta final da eleição, uma vez que no Outono, os eleitores com grande “necessidade de orientação” (grande interesse e grande incerteza sobre quem apoiar) tinham agendas

temáticas que eram muito mais semelhantes às dos media do que as de outros eleitores. “Esta descoberta sugere que os eleitores com bastante motivação para acompanhar a campanha (grande necessidade de orientação) estavam a dar mais atenção aos conteúdos temáticos dos *mass media* perto do fim da campanha do que os outros eleitores” (Traquina, 2000: 34).

A sofisticação cognitiva (Zhu, 1997: 70) é outro dos factores que pode influenciar os efeitos de agendamento e pode ser relacionada com a “necessidade de orientação”, nomeadamente no que diz respeito ao interesse. McKuen (1981) propôs duas teorias rivais – “atenção” *versus* “framework” cognitivo – sendo que a primeira prediz que quanto maior for o interesse de uma pessoa pela política ou quanto maior for o seu nível de escolaridade mais susceptível é ao agendamento e a segunda que aqueles com nível de escolaridade mais elevado e mais interesse pela política desenvolveram um mecanismo de auto-defesa contra influências externas, logo são menos sujeitos ao agendamento. O teste empírico de McKuen produziu provas a favor da teoria da atenção. Porém, um estudo posterior de Iyengar e Kinder (1987: 58) revelou que um maior nível de escolaridade e um maior interesse pela política tornava a audiência menos susceptível ao agendamento dos *media* – “O poder de determinação da agenda pública das notícias de televisão depende em parte do que o público tem em mente. A cobertura televisiva é particularmente eficaz a moldar o julgamento de cidadãos com recursos e habilidades políticas limitados” (Zhu, 1997: 70).

Outro factor contingente para os efeitos de agendamento pode ser a “predisposição da audiência”. Erbring, Goldenberg e Miller (1980, *apud* Zhu, 1997: 71) chamaram a esta predisposição “issue-specific sensitivity” (sensibilidade a um tema específico): “Como os indivíduos diferem, obviamente, nas sua sensibilidades e preocupações temáticas, não esperamos que o impacto da cobertura mediática ocorra de forma idêntica em toda a população”. Do ponto de vista destes investigadores, a cobertura mediática de um tema serve como “trigger stimulus” (“estímulo iniciador”) para a percepção pré-existente na audiência da saliência de um tema – esta formulação da sensibilidade de um tema lembra a “relevância do tema”, um dos dois componentes-chave do conceito de necessidade de orientação. Os resultados são, contudo, inconclusivos.

Quem é afinal mais susceptível aos efeitos “agenda-setting”? Segundo Zhu (1997: 81), “a resposta parece ser todos ou ninguém, dependendo do contexto”. O seu estudo concluiu que a audiência é homogeneamente susceptível à agenda mediática para certos temas e invariavelmente insensível à agenda mediática de outros temas. Isto significa que os efeitos “agenda-setting” não se manifestam criando níveis de saliência entre indivíduos, mas são evidentes na condução da saliência de todos os indivíduos, para cima e para baixo, ao longo do tempo.

Às características individuais da audiência é necessário juntar as características dos temas, desde logo os valores-notícia, como a proximidade, a espectacularidade, a anormalidade, a imprevisibilidade. Na formulação clássica da teoria do agendamento está implícito que a influência dos *media* é a mesma relativamente a todos os temas. Wolf (2003: 155) discorda, alegando que a capacidade de influência dos *mass media* sobre o conhecimento daquilo que é importante e relevante, varia segundo os temas tratados e a “centralidade” destes. Isto significa que, se os destinatários têm “experiência directa, imediata e pessoal” (Wolf, 2003: 155) de um tema a influência cognitiva dos *mass media* é menor; se tal não acontecer, se o tema for exterior à vida quotidiana dos destinatários (política externa, por exemplo), mais estes necessitarão dos *mass media* para conceberem as suas matrizes referenciais e interpretativas (Zucker, 1978, *apud* Sousa, 2000: 170).

Zucker (1978, *apud* Zhu, 1997: 72) distingue “temas envolventes” (aqueles dos quais o público tem experiência directa – corresponde à “centralidade” de Wolf) e “temas não envolventes” (se o público não tem contacto directo com eles). Exemplo do primeiro seriam os temas económicos nacionais (inflação ou desemprego) e do segundo os temas internacionais (típico dos temas não envolventes). Esta distinção foi testada empiricamente. Por exemplo, Eyal (1979, *apud* Zhu, 1997: 76) identificou dois conjuntos de temas distintos: um conjunto envolvente, incluindo a inflação, o desemprego e a economia; e um conjunto não envolvente, envolvendo o ambiente e os assuntos externos. Blood (1981, *apud* Zhu, 1997: 78), nas respostas ao seu inquérito, obteve a inflação como tema mais envolvente e a crise dos reféns do Irão como o menos envolvente – entre os dois, a recessão económica.

Para Zucker, os efeitos do agendamento são mais fortes para os temas não envolventes – uma vez que a audiência tem que depender dos *media* para obter

informação sobre esse tema. Por outro lado, a audiência é menos susceptível à agendamento de temas envolventes porque pode apreendê-los pela experiência individual ou através do contacto com redes de pessoas. McCombs (1976) já havia concluído que a comunicação interpessoal influía sobremaneira nesse processo: quanto mais intensa fosse esta, mais irrelevante seria a influência dos *media* (*apud* Sousa, 2000: 165). Contudo, realçou Shaw mais tarde (1979), essa comunicação interpessoal é importante para a manutenção, ou não, dos temas na agenda pública, e para a intensidade do debate público, cujo agendamento sofre uma influência directa, se bem que não imediata, dos *media*. Na realidade, os factores interpessoais são variáveis importantes na explicação dos maiores ou menores efeitos do agendamento e contribuem para tornar a formação da agenda do público em algo mais complexo do que a simples estruturação de uma ordem do dia de temas e problemas por parte dos mass media (Wolf, 2003: 153).

Alguns estudos – Eyal (1979), Zucker (1978) – corroboram a hipótese de fortes efeitos de agendamento para temas não envolventes e alguns demonstram existir efeitos fracos ou mesmo nulos para temas envolventes (Iyengar 1979; Palmgreen & Clarker, 1977; Winter, 1980, *apud* Zhu, 1997). Todavia, estudos mais recentes, de Yagade e Dozier (1990, *apud ibidem*), levantaram dúvidas sobre a hipótese da “envolvência”. Estes autores recorreram a uma terminologia diferente “concreteness *versus* abstractness” (“temas concretos *versus* temas abstractos”) – segundo Zhu (1997: 73), apesar das diferenças entre “concreteness” e “obtrusiveness” (temas envolventes), os exemplos indicam que são equivalentes –, mas observaram que o poder de agendamento é reforçado para temas concretos e enfraquecido para temas abstractos.

Zhu (1997: 83) conclui que o agendamento dos *media* pode acontecer tanto para temas envolventes como não envolventes, dependendo do período de tempo especificado no estudo – o que não é, reconhece o autor, uma resposta satisfatória. No entanto, sublinha, uma dificuldade particular em testar o impacto contingente das características de um tema é o limitado número de temas que são salientes para o público num dado período.

3.3.4 O agendamento dos diferentes *mass media*

Os *mass media* não são monolíticos. E, apesar da concordância geral nos principais temas das notícias, os *media* diferem na localização dessas notícias e nos detalhes nelas incluídos. As várias diferenças entre as notícias de televisão e dos jornais afectam o modo como os indivíduos processam a informação transmitida pelos dois *media*: a televisão tem a vantagem de ser orientada mais visualmente e empregar mais tipos de informação – visual, sonora e movimento; os jornais têm a vantagem de os indivíduos poderem processar a informação neles contida quando lhes é mais conveniente e ao ritmo que melhor se lhes adequa.

Não surpreende, portanto, que o efeito de agendamento varie de meio para meio. Mas esta não é, de forma alguma, uma questão consensual. Os que defendem que os efeitos são mais fortes para a televisão apresentam provas de que a informação visual é processada mais facilmente do que a informação verbal – entre esses investigadores estão Son, Reese e Davies (1987, *apud* Wanta, 1997: 141), que afirmam que a imagem pode melhorar a recordação das notícias de televisão, Culbertson (1974, *apud* Wanta, 1997: 141), que defende que as fotografias são mais emotivas do que as descrições verbais, logo a informação visual tem um impacto emocional mais poderoso nos indivíduos do que a palavra escrita, e Nickerson (1968, *apud* Wanta, 1997: 142), que sustenta que a informação visual é processada mais eficientemente do que a informação verbal) estão entre esses investigadores.

Mas a informação televisiva, além de imagem tem som. Se, por um lado, tal pode ser um risco – Brosius, Donsback e Birk (1995) chamaram atenção para o facto de as imagens de rotina, as que são constantemente usadas nos boletins noticiosos mas não correspondem à informação contida na história, não facilitarem a retenção do conteúdo noticioso, uma vez que não descrevendo a acção de uma notícia, podem interferir com o processamento mental da informação –, por outro, pode ser vantajoso, uma vez que oferece mais tipos de informação para processar do que os jornais, logo pode ter um efeito mais profundo nos telespectadores do que os jornais nos leitores. Daí, argumentam os defensores da teoria, o efeito de agendamento ser mais forte para a televisão, que oferece cor, forma, movimento e som.

Neuman, Just e Criegler (1992) fizeram um estudo no qual os indivíduos revelaram maior sentido de apego aos temas na televisão do que aos nos jornais e as características visuais da televisão eram uma das razões para as diferenças. As audiências deste estudo consideraram que a cobertura televisiva agarrava mais a atenção, era pessoalmente mais relevante, emocionalmente mais envolvente e mais surpreendente do que a dos jornais (Wanta, 1997: 142).

No entanto, apesar da televisão inundar com diferentes tipos de informação, Wanta aponta o que considera ser uma “vantagem significativa” dos jornais: são uma fonte mais permanente de informação, que está sempre pronta a usar (1997: 142). Esta permanência dos jornais é importante por duas razões, que se impõem como vantagens significativas no processo de agendamento: os leitores podem processar a informação ao seu próprio ritmo, ler, parar, reflectir, voltar à notícia para mais informação, o que indicia uma maior influência do conteúdo do jornal, logo a presença de efeitos mais fortes; os leitores podem regressar aos jornais mais do que uma vez, o que significa que os jornais têm diferentes oportunidades de influenciar os seus destinatários, ao contrário da televisão, que tem apenas uma – os jornais fornecem aos leitores uma agenda de temas que é muito mais facilmente acessível, logo, os efeitos “agenda-setting” são mais fortes.

Entre os dois opostos, há aqueles que consideram que os efeitos dos jornais e da televisão são similares. E esta assunção tem raízes nas rotinas produtivas jornalísticas. Ambos os meios cobrem as notícias diárias e os jornalistas que fazem a cobertura vêm de escolas de jornalismo, logo devem ter conceitos muito semelhantes do que é notícia – devido à socialização das notícias (McCombs, 1987) podemos assumir que os produtos noticiosos da imprensa e da televisão devem ser similares. Do mesmo modo, não podemos esquecer que alguns dos *media* têm um papel de agenda para outros *media* (Winter e Eyal, 1981), o que vai provocar ainda mais consenso nas notícias. Meadowcroft e Olson (1995) afirmam ainda que o processamento da informação proveniente dos dois *media* também pode ser similar – nos seus estudos, não encontraram diferenças na evocação de conhecimentos, independentemente da informação ser impressa e lida ou transmitida e vista.

Levanta-se, porém, outra questão ainda: a da natureza das notícias nos dois *media*, que Wanta (1997: 144) afirma serem muito diferentes. McClure e Patterson

(1976, *apud* Wolf, 2003: 148-152) defendem que os jornais têm diversas vantagens relativamente à televisão. Podem demonstrar claramente a significância que atribuem a uma notícia através dos meios tradicionais de indicar ênfase e significância. Similarmente, os leitores compreendem que outros factores indicam a relativa importância das notícias: com ou sem fotografia; grandes cabeçalhos ou pequenos cabeçalhos; primeira página ou última página; acima da dobra ou abaixo da dobra – resumindo, os media impressos dão aos leitores um forte e visual catálogo das notícias (Wanta, 1997: 144).

Relativamente à televisão, McClure e Patterson (1976, *apud* Wolf, 2003: 148-152) sustentam que dá “cobertura limitada a um grande número de “estórias”, em vez de dar notícias aprofundadas como os jornais”. É verdade que a “estória” principal num noticiário televisivo dá uma indicação forte aos telespectadores de que o tema coberto por ela é importante, contudo, devido ao rápido ritmo, os telespectadores têm dificuldade em diferenciar as “estórias” além da abertura (uma terceira “estória” de vinte segundos é mais importante que uma quinta “estória” com dois minutos?). Isto não significa, sublinham os investigadores, que a televisão seja ineficaz no processo de agendamento. McClure e Patterson notaram que a televisão, em alguns casos, tem um forte impacto: por exemplo, se aparece um extra noticioso na programação regular de entretenimento isso irá com certeza afectar de sobremaneira os telespectadores. A televisão está, no entanto, muito dependente das apresentações visuais excitantes e directamente relevantes.

Para McCombs (1977: 89-105) o meio molda definitivamente a mensagem. Os jornais têm um papel inicial no processo da opinião pública. Têm maior “capacidade de canal”, mercê das suas dezenas de páginas em contraste com a meia hora de noticiário da televisão (em Portugal, esse período, nos noticiários principais das estações generalistas, o das 20 horas, é inconstante, podendo até triplicar), logo podem pegar mais cedo do que a televisão nos temas – mesmo que, no caso de temas emergentes, sejam tratados nas últimas páginas, os jornais têm um papel importante no ciclo de vida de um tema pela sua capacidade de procurar e noticiar temas públicos mais cedo do que a televisão. Em compensação, as notícias de televisão são como uma primeira página, o que implica um papel diferente no processo de agendamento. Com efeito, a televisão

tem um apelo mais universal, atraindo uma maior audiência e tornando a política mais saliente para muitos membros da sociedade que não são alcançados pelos jornais.

Se os indivíduos apreendem a informação da televisão e dos jornais de modo diferente, parece lícito deduzir que televisão e jornais têm papéis distintos no processo “agenda-setting”.

McClure e Patterson (1976, *apud* Wolf, 2003: 148-152) no mais completo estudo que aborda o contraste entre os *media* – estudo relativo às eleições presidenciais norte-americanas de 1972 – descobriram várias diferenças entre os *media* impressos e a televisão, tendo concluído que a imprensa tem mais capacidade de produzir efeitos ao nível da constituição de temas públicos do que a televisão: as notícias de televisão não são um comunicador eficiente de informação política diária. No estudo, descobriram que os grandes consumidores de notícias da televisão, no seu todo, não eram mais susceptíveis aos efeitos do agendamento do que os consumidores normais e que, simultaneamente, a exposição aos jornais estava fortemente relacionada com os efeitos agendamento. A explicação está no facto de as notícias televisivas serem demasiado breves, rápidas, heterogéneas e fragmentárias, tendendo a reduzir a importância e o significado do que é transmitido, enquanto que a informação escrita é mais sólida e aprofundada, fornecendo uma indicação de importância mais estável e visível.

Esta distinção pode relacionar-se com a tematização – uma das estratégias para sublinhar a centralidade de um assunto e um procedimento informativo que encaixa na problemática do agendamento. É que tematizar um assunto significa “colocá-lo na ordem do dia da atenção do público, dar-lhe o relevo adequado e salientar (...) o seu significado em relação ao fluxo da informação não-tematizada” (Wolf, 2003: 163). A sua função é “seleccionar posteriormente [...] os grandes temas sobre os quais há que concentrar a atenção do público e mobilizá-la para a tomada de decisões (...)” (Rositi, *apud* Wolf, 2003: 163). A tematização apresenta-se, contudo, com limitações no que diz respeito ao efeito de agendamento, uma vez que nem todos os assuntos podem ser tematizados: a informação escrita, organizada em torno da memória, tem um papel “de produção de informação secundária ou informação tematizada” (Marletti *apud* Wolf, 2003: 164), que amplia a notícia, contextualizando-a e aprofundando-a, enquanto a informação televisiva se centra mais na actualidade. Sobre esta perspectiva, Wolf (2003: 148) realça a importância do alargamento, para melhor compreensão, do estudo das

modalidades de mediação simbólica dos *media* à análise das pressões e condições produtivas-profissionais que determinam a construção das notícias.

Também Tipton, Haney e Baseheart (1975, *apud* Wanta, 1997: 145) encontraram provas que apoiam a tese de que os jornais se correlacionam melhor do que a televisão com a agenda dos eleitores. Num estudo sobre eleições locais, encontraram efeitos de agendamento para jornais locais, mas não para televisões, concluindo que as notícias de televisão podem ter, na realidade, pouco efeito em focar a atenção do público em temas de campanhas eleitorais locais. Palmgreen e Clarke (1976) sustentam que a imprensa tem maior poder de agendamento dos temas de importância local, enquanto a televisão tem maior poder de agendamento dos temas de importância nacional e internacional (*apud* Sousa 2000: 167). Zucker (1978, *apud* Wanta, 1997: 146) encontrou provas do protagonismo da televisão no agendamento. Este investigador afirmou que a nível nacional, o público pode ser mais influenciado pelos noticiários dos três canais do que pelos jornais, devido à acessibilidade da televisão. Wanta (1997: 147) contrapõe, afirmando que as diferenças entre jornais e televisão se estendem para além da mera acessibilidade. As diferenças devem existir também devido ao diferente processamento necessário para fazer sentido da informação transmitida por jornais ou televisão.

McCombs (1977: 89-105) faz a distinção relativamente ao período da influência, defendendo uma “eficácia temporalmente graduada e diferenciada dos vários mass media”: a imprensa tem maior capacidade de agendamento a longo prazo e a televisão tem um impacto mais forte a curto prazo – a conclusão é que a televisão é melhor a adaptar a sua agenda de modo a encaixar na agenda da sua audiência (Wanta, 1997: 146). “O melhor modo de descrever e distinguir essa influência será talvez, chamar “agenda-setting” à função dos jornais e “ênfaseção” (ou “spot-lighting”) à da televisão. O carácter fundamental da agenda parece, frequentemente, ser estruturado pelos jornais ao passo que a televisão reordena ou ressystematiza os temas principais da agenda” (McCombs, 1976 *apud* Wolf, 2003: 162).

Wolf (2003: 150-151) distingue ainda qualidades de influência diferentes. A televisão desempenharia um papel de agendamento sobretudo relativamente ao que ele designa por “perfil baixo da agenda”, ou seja, à capacidade algo indiferenciada de destacar certos aspectos gerais em detrimento de outros, manifestando inadequação

relativamente ao “perfil alto da agenda”, ou seja, à transmissão de um conjunto de conhecimentos precisos que, depreende-se, fica a cargo da imprensa. Para além do “perfil baixo” e do “perfil alto” da agenda, Wolf menciona outro mecanismo posterior da “agenda-setting”, a omissão – a não-cobertura ou cobertura propositadamente discreta ou mesmo marginalizada que alguns temas recebem –, que funciona para todos os media, independentemente de todas as “diferenças técnicas, jornalísticas e de linguagem, pelo simples facto de o acesso a fontes alternativas àquelas que garantem o fornecimento constante de notícias ser bastante difícil e oneroso”.

Uma vez que existem diferenças tanto na natureza dos produtos noticiosos fornecidos pela imprensa e pela televisão como no tipo de processamento de informação que os consumidores dos dois *media* fazem e se o processamento de informação sobre os temas também difere entre os dois *media*, uma comparação entre ambos deve pôr a descoberto várias diferenças nos efeitos “agenda-setting”. Wanta (1997: 146) assinala três diferenças potenciais: a magnitude dos efeitos (investigações prévias, de McClure e Patterson (1976), por exemplo, sugerem que os jornais têm uma influência “agenda-setting” mais forte do que a televisão); intervalo de tempo óptimo (investigações anteriores, de McCombs (1977), por exemplo, mostram que a televisão tem um efeito “agenda-setting” inicial mais forte e os jornais um efeito a longo prazo mais forte, ou seja, o agendamento é mais rápido para a televisão do que para os jornais); decadência dos efeitos “agenda-setting” (investigações anteriores, como, por exemplo, de Salomon (1979) e Singer (1980), demonstram que os indivíduos são processadores mais activos da informação dos jornais do que da televisão, logo os efeitos do agendamento vão decair muito mais devagar para os jornais do que para a televisão, porque o processamento activo da informação deve ampliar as lembranças a longo prazo).

O estudo do “time frame” é um dos aspectos mais importantes para a investigação do agendamento. Eyal, Winter e DeGeorge (*apud* Sousa, 2000: 169, Wolf, 2003: 170), distinguem nesta pesquisa cinco componentes temporais: o “quadro temporal” (“time frame”), o período do levantamento dos dados das duas agendas (a mediática e a pública); o “intervalo temporal” (“time lag”), o período de tempo entre o aparecimento da variável independente (agenda dos media) e a aparição da variável dependente (agenda pública); “duração do levantamento da agenda dos *mass media*”, o período durante o qual se recolhe agenda mediática; “duração do levantamento da

agenda pública”, o período durante o qual se analisa a agenda pública; “duração do efeito óptimo” (“optimal effect”), o período de tempo ideal para o estudo da função de “agenda-setting”, aquele em que se produz uma relação mais estreita entre a agenda mediática e a agenda pública. Wolf (2003: 171) sublinha a dificuldade de determinação de cada um destes parâmetros e a variação do período de determinação da agenda dos *mass media*, que pode ir da análise de conteúdo de uma única semana ou vários meses de observação.

Contudo, a sua determinação é fundamental, uma vez que uma mensagem transmitida através dos *media* precisa de algum tempo de repetição antes de influenciar totalmente um indivíduo. Determinar o intervalo de tempo óptimo para que estas repetições de informação sobre um tema tenham a maior magnitude de influência é uma consideração-chave (Wanta, 1997: 147).

A selecção do “intervalo temporal” é, defende Chaffee (1972, *apud* Wanta, 1997: 147), especialmente importante na investigação do agendamento porque estudos nesta área investigam uma hipótese causal. Um intervalo temporal (demasiado) curto não vai captar a relação causal, mas um intervalo temporal (demasiado longo) é também um caso sério porque “há sempre o perigo de que o efeito causal irá “dissipar” ao longo do tempo se o investigador esperar demasiado tempo para medi-lo”.

Resumindo, o processo de agendamento não é uniforme nos diferentes *media*: a televisão produz efeitos mais cedo do que a imprensa, os efeitos decaem mais lentamente para os jornais do que para os noticiários televisivos (os jornais implicam um processamento de informação mais activo e complexo que ajuda a memória de longo prazo) e a magnitude do efeito do agendamento não é clara (Wanta, 1997: 153) – para o que há duas explicações plausíveis: Meadowcroft e Olson (1995) sugeriram que a aprendizagem da informação é muito similar tanto nas apresentações impressas como nas transmitidas, logo os indivíduos não aprendem mais pelos jornais do que pela televisão, apenas aprendem a informação sobre o tema mais rápido pela televisão e lembram-na durante períodos mais longos pelos jornais; a força semelhante dos efeitos do agendamento pode também dever-se ao facto de os estudos analisados não serem comparáveis, por causa das diferenças metodológicas, que podem ter influenciado a medição do efeito agendamento.

3.3.5 O que determina a agenda dos *media*?

Nas fases iniciais da pesquisa sobre o agendamento, a questão dominante era saber quem determinava a agenda pública e em que condições – isto apesar de a investigação do agendamento abranger três componentes integrantes do “processo de agendamento”: os estudos da agenda mediática, definidos como os estudos do conteúdo dos *media*; os estudos da agenda pública, definidos como os estudos que conceptualizam a relativa importância dos diferentes acontecimentos e assuntos por parte dos membros do público; e os estudos sobre a agenda política governamental, definidos como o estudo da agenda das entidades governamentais (Traquina, 2000: 18). Porém, posteriormente, uma outra questão emergiu: quem determina a agenda dos *media*? Uma questão que permitiu (permite) fazer a ponte entre a pesquisa sobre o agendamento e diversas subáreas das ciências sociais, da comunicação e do jornalismo (McCombs e Shaw, 1993/2000: 128). A sociologia do jornalismo é uma área relevante para a pesquisa do agendamento, oferecendo uma enorme diversidade de perspectivas sobre as influências que moldam a construção diária da agenda jornalística.

Neste âmbito, Shoemaker e Reese (1991) integram as rotinas dos *media*, a sociologia organizacional (tanto interna como externa às organizações jornalísticas) e a ideologia, que se devem juntar às idiossincrasias dos jornalistas. Segundo McCombs e Shaw (1993/2000: 129), também relevantes para responder à questão mais abrangente de quem determina a agenda dos *media* são a teoria clássica da “difusão das notícias”, de Breed (1955/1993) – área que actualmente se designa por agendamento intermédio e que tem sido complementada com novas pesquisas sobre o papel das relações públicas (Turk, 1986) – e a tradição da investigação de “gatekeeping” – a que o agendamento tem fornecido novas perspectivas (Necker, McCombs, e McLeod, 1975.; Whitney e Becker, 1982, *apud* McCombs e Shaw, 1993/2000: 129).

Uma das funções dos *media* é colocarem em agenda temas relevantes e diversos, o que é, evidentemente, uma tarefa importante mas imprevisível mercê de todas as variáveis envolvidas. Neuman, Just e Crigler (1992: 122) chamam precisamente a atenção para o facto de existir uma dissonância assinalável a agenda pública e a agenda mediática, que poucas vezes agendaria temas importantes para a vida das pessoas. É uma visão partilhada por Funkhouser (1973: 46), que notou que nem sempre a

importância que a comunicação social dá aos diversos temas coincide com a relevância que adquire na agenda pública, havendo, por vezes, um desencontro entre os critérios de noticiabilidade que orientam a construção da agenda mediática e o que o público considera importante. Para Traquina (1995: 200) a construção da agenda mediática (“agenda-building”) é uma questão que merece atenção, devendo esta focar-se, por um lado, na actuação dos jornalistas, submetida a critérios de noticiabilidade de natureza difusa, e por outro, na actuação, desigual e na maioria das vezes concorrencial, dos promotores de notícias, especialmente os da esfera política.

De facto, a investigação sobre quem constrói a agenda mediática tem-se dividido sobretudo entre estes dois pólos, por um lado as idiosincrasias dos jornalistas – sobretudo dos editores ou “gatekeepers” – e, por outro, as fontes externas, com um foco especial sobre políticos e todos os membros do sistema político, e cada, vez mais, os profissionais de relações públicas (McCombs, Einsiedel e Weaver, 1991: 91).

Os acontecimentos são, como foi anteriormente referido, a matéria-prima do jornalismo, mas um acontecimento não é automaticamente uma notícia – a constituição de um acontecimento ou de uma questão em notícia significa dar-lhe uma existência pública, constitui-la como tema de discussão. Para que tal aconteça tem que entrar na engrenagem constituída, segundo Molotch e Lester (1994/1993: 38), por três agências principais: os promotores de notícias (“news promoters”), os indivíduos que identificam uma ocorrência como especial com base em algo, por alguma razão, para os outros; os “news assemblers” (jornalistas, editores), que, trabalhando a partir dos materiais fornecidos pelos promotores, transformam um perceptível conjunto finito de ocorrências promovidas em acontecimentos públicos através da publicação ou radiodifusão; os consumidores das notícias (“news consumers”) (os leitores, por exemplo), que assistem a determinadas ocorrências disponibilizadas como recursos pelos meios de comunicação social e criam, desse modo, nos seus espíritos, uma sensação de tempo público.

No que ao agendamento diz respeito, estas três agências correspondem aos três vértices do processo de agendamento: os consumidores de notícias são os indivíduos sujeitos à agenda dos *media* e que contribuem para a formação da agenda pública; os promotores das notícias incluem os que propõem a agenda política governamental, mas também outros agentes especializados e membros do “campo político”, cada qual com a

sua “agenda política”; os “news assemblers” são os que determinam a agenda mediática (Traquina, 2000: 20).

“Toda a gente precisa de notícias. Na vida quotidiana, as notícias contam-nos aquilo a que nós não assistimos directamente e dão como observáveis e significativos “happenings” que seriam remotos de outra forma” (Molotch e Lester, 1974/1993: 34) – aqui se entrevê uma noção básica do agendamento que diz que se os media nada disserem sobre um acontecimento ou assunto ele não “existe” – pode existir para o indivíduo, na sua agenda, mas nunca terá uma existência pública, nunca figurará na agenda pública.

Para um acontecimento ou uma questão se tornar notícia tem que concorrer com outros. Aqui, explicam Molotch e Lester, entram em acção os promotores, que vão concorrer entre si na mobilização de ocorrências – por “promoção” os autores entendem “a acção de um actor que ao presenciar uma ocorrência ajuda a torná-la pública para um grande número de pessoas. Nalguns casos, a promoção pode ser directa, grosseira e óbvia – como no trabalho de relações públicas ou numa actividade política transparente (por exemplo, uma conferência de imprensa de um candidato) –; noutros, o trabalho de promoção não é para proveito próprio” (1974/1993: 39). As notícias têm mais hipóteses de entrarem no circuito mediático quando existem diferentes “necessidades de acontecimento” por parte de diferentes agentes sociais (Traquina, 2000: 21). Do mesmo modo que existe interesse em promover certas ocorrências, também existe interesse em evitar que algumas se tornem acontecimentos públicos, sustentam Molotch e Lester, que chamam ainda a atenção para a intencionalidade que está na raiz de certos acontecimentos – os chamados acontecimentos de rotina (1974/1993: 42).

Estes chamados acontecimentos de rotina são (quase) sempre promovidos por fontes com acesso regular aos *media* – é preciso não esquecer que o acesso aos *media* não é igual para todos, como foi referido anteriormente. Os profissionais do campo político têm acesso facilitado aos *media* e usam-nos como tribuna para falar com o público (na realidade, os pseudo-acontecimentos são utilizados, intencionalmente, pelos consultores políticos para manipular as imagens da campanha que aparecem nas notícias (Jamieson, 1992, *apud* Roberts, 1997: 89). Não surpreende, portanto, que um dos principais objectivos da luta política seja precisamente fazer coincidir as suas “necessidades de acontecimento” com as dos profissionais do campo jornalístico

(Traquina, 2000: 22) – afinal, são as “necessidades de acontecimentos” dos responsáveis pela “montagem” que ajudam a formar acontecimentos públicos. “O ponto em que as organizações jornalísticas geram necessidades de acontecimentos entre os “news assemblers”, necessidades essas que diferem das dos promotores de ocorrências, é o ponto em que os *media* têm um papel institucionalmente padronizado e independente na produção de notícias” (Molotch e Lester, 1974/1993: 40).

Resumindo, a natureza concorrencial da relação entre promotores sobre a definição dos acontecimentos e sua construção como notícia é um dos pontos mais importantes do agendamento.

O outro pólo participante na construção da agenda mediática é o jornalístico, integrando a cultura profissional dos jornalistas e a organização do trabalho e dos processos produtivos, abordado na primeira parte deste capítulo, e que se traduz no facto de o produto jornalístico que chega ao público (leitor ou telespectador) ser o resultado de uma série de selecções relativamente a que itens devem ser impressos/transmitidos, em que posição, que espaço/tempo cada um deve ocupar, que ênfase cada um deve ter – como refere Lippmann (1922, *apud* Patterson, 1994: 53), “não há “standards” objectivos. Há convenções”.

Uma questão importante que também tem ocupado muitos investigadores é saber se o público afecta a determinação das questões consideradas importantes – por outras palavras, averiguar se o agendamento é um processo bidireccional, se a agenda pública também influencia a agenda jornalística (até que ponto o “feedback” do público influencia as decisões dos “gatekeepers” sobre que “estórias” cobrir). Também aqui os resultados são discordantes. Por um lado, Behr e Iyengar (1985, *apud* Traquina, 2000: 33) concluíram que a agenda mediática permanece “imune” às mudanças da agenda pública; por outro lado, Ebring, Goldenberg e Miller (1980, *apud* Traquina, 2000: 33) concluíram que o processo de agendamento é interactivo, ou seja, que há influência mútua – o processo de influência é que é diferente: a influência da agenda pública sobre a agenda mediática é gradual, é um processo a longo prazo que cria critérios de noticiabilidade (função de vigilância do meio dos *media*), enquanto a influência da agenda mediática na agenda pública é directa e imediata. Aubenas e Benasayag (2002: 40), implicitamente, apoiam esta visão de interactividade quando falam de “uma nova lei” no mundo da comunicação, exposta simplisticamente em duas “máximas”: “A

imprensa fala daquilo que fala o público; O público fala daquilo que a imprensa fala”. “Quando a imprensa fala de algo, o público poderá aderir”, no entanto, salvaguardam os autores, “o inverso é igualmente verdade”.

3.3.6 Transferência de atributos – o “segundo nível” do agendamento

As notícias não são um produto natural. São o resultado de um processo de construção em várias etapas – descrito anteriormente – que constitui um dos elementos-chave da teoria do agendamento que esteve ausente da sua formulação inicial: “As notícias são construções, narrativas, ‘estórias’” (Traquina, 2000: 26).

Sendo uma narrativa, a construção da notícia implica sempre a escolha de ângulos, a partir dos quais se narra a “estória”. Esses ângulos equivalem a enquadramentos (“frames”), cujo conceito tem origens teóricas diversas, resultando no facto de os investigadores usarem a mesma palavra, mas diferirem na maneira como a conceptualizam. Porém, para a maior parte deles, “frame” significa a perspectiva que uma pessoa aplica para definir um evento ou um problema.

Os conceitos mais citados são os do sociólogo Goffman e dos psicólogos Tversky e Kahneman. Para Goffman (1974, *apud* Takeshita, 1997: 23), o conceito de “frame” significa a definição que uma pessoa dá à situação ou contexto em que ocorre a interacção humana – apesar do cariz sociológico, pode ser aplicado também à comunicação de massas. No caso das notícias, os diferentes “frames” estão de acordo com os tipos de conteúdo mediático, ou seja, na teoria da comunicação, “frame” no sentido dado por Goffman corresponde a um tipo de metamsagem. Por sua vez, Tversky e Kahneman (1981, *apud* Takeshita, 1997: 23) realizaram um estudo experimental sobre problemas de decisão e concluíram que o modo como um problema de decisão é descrito ou enquadrado pode afectar as preferências das pessoas sobre os problemas – por exemplo, concluíram, nas sondagens as palavras podem influenciar.

A integração do conceito de “frame” nos estudos da comunicação foi, portanto, dicotómica: de um lado estão os que dependem do conceito de “frame” de origem sociológica, de Goffman; do outro lado, estão os que seguem o conceito de origem psicológica, de Tversky e Kahneman. Os estudos do enquadramento baseados no

conceito de origem sociológica inclinam-se para a análise qualitativa dos conteúdos noticiosos e inferem os seus efeitos prováveis nos membros da audiência ou em alguns grupos de interesses. Por exemplo, Gitlin (1980, *apud* Ghanem, 1997: 6; Takeshita, 1997: 24) entende os “enquadramentos noticiosos como um dispositivo com o qual as organizações noticiosas exercem hegemonia e Hackett (1984/1993: 105) ligou os enquadramentos à ideologia, definida como “um sistema de ideias, valores e proposições que é característico de uma classe social particular”.

Os estudos baseados no conceito psicológico analisam os efeitos do enquadramento da mensagem nos membros da audiência. Iyengar (1991: 84) classificou o modo como a televisão trata de temas como a pobreza, o crime e outros, como enquadramento “temático” ou enquadramento “episódico” e demonstra, através de uma série de experiências, que diferentes enquadramentos influenciaram as percepções das pessoas de quem era responsável pelo problema (como agente causal ou agente de tratamento).

Entre estes dois pólos, foram várias as definições que traduziram o conceito de enquadramento aplicado às teorias da comunicação de massas. Entman (1993, *apud* Ghanem, 1997: 6), que enfatiza os aspectos de selecção e saliência, escreveu que os enquadramentos “chamam a atenção para uns aspectos da realidade, obscurecendo outros elementos, o que pode levar as audiências a terem reacções diferentes”. Dito de outro modo, a maneira como um problema é enquadrado pode determinar como as pessoas entendem e avaliam um tema. Enquadrar é a selecção de uma realidade percebida “de modo a promover uma definição particular do problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito”. Gitlin, menos citado do que Entman, sublinha o processo activo e repetitivo do “framing”: “Os enquadramentos mediáticos são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de selecção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores dos símbolos organizam rotineiramente o discurso, quer verbal, quer visual” (*apud* Ghanem, 1997: 6).

Por sua vez, Tankard, Henrickson, Silberman, Bliss e Ghanem (1991) descreveram o enquadramento mediático como “a ideia organizativa central para o conteúdo noticioso que fornece um contexto e sugere o que é o tema através do uso da selecção, ênfase, exclusão e elaboração” (*apud* Ghanem, 1997: 6). Para Mendelsohn

(1993), o ângulo de uma história “que transforma uma ocorrência num evento noticioso e esse em notícia é um enquadramento” (*apud* Ghanem, 1997: 7). Gamson e Modigliani (1989, *apud* Traquina, 2000: 29) destacam cinco dispositivos através dos quais os enquadramentos são transmitidos: as metáforas, os exemplos históricos, as citações curtas (“catchphrases”), as descrições e as imagens. Certo é que, sublinha Traquina (2000: 29), os enquadramentos são quase sempre implícitos – surgem aos jornalistas e ao público não como construções sociais, mas como atributos naturais das ocorrências que o jornalista se limita a transmitir.

Na realidade, esta noção abre um novo caminho na investigação do agendamento. Nos 25 anos que se seguiram à publicação do estudo de McCombs e Shaw, a maior parte da investigação seguiu de perto o estudo original – pegando na metáfora da agenda quase literalmente, a ênfase centrava-se na agenda de temas encontrados tanto nos *media* como entre o público em geral, numa linha de estudos que seguiu as tradições da investigação da opinião pública. Ao longo deste tempo, a pesquisa descreveu os padrões na transferência da saliência dos temas dos *media* para o público, as condições contingentes para o agendamento e a influência na agenda dos *media* – subjacente aos três, a mesma ideia: o que tem cobertura mediática afecta o que o público pensa (Ghanem, 1997: 3).

Porém, logo em 1977, McCombs (1977: 89-105) entreviu a possibilidade de expandir os domínios conceptuais da agenda para além da noção original de uma agenda de temas. O caminho a seguir, apontou, seria para o que ele designou de uma agenda de atributos de um tema em particular. Na realidade, em abstracto, a maior parte dos estudos, independentemente do foco (quase sempre eleições), debruçava-se sobre uma agenda de objectos (mesmo se estes fossem questões públicas), como no estudo original e em muitos que se lhe seguiram, ou preocupações pessoais, nas quais a política é apenas um dos assuntos, como Weaver et al. (1981) constataram. Ora esta constatação, notaram McCombs, Shaw e Weaver (*apud* Ghanem, 1997: 3), sugere imediatamente um segundo nível de atenção – afinal, os objectos têm atributos.

Por isso, McCombs (1996, *apud* King, 1997: 29) propôs dois níveis de dimensão dos efeitos do agendamento: a primeira dimensão corresponde à transmissão da saliência do objecto para as imagens nas cabeças do público; a segunda dimensão, uma nova dimensão depois de anos de reflexão na definição da primeira, corresponde à

transmissão de atributos para as mentes do público. A ideia da segunda dimensão da “agenda-setting” é que “para além da agenda de objectos há também outra dimensão a considerar. Cada um destes objectos tem numerosos atributos, aquelas características e propriedades que preenchem a imagem de cada objecto. Tal como os objectos variam em saliência, também variam os atributos de cada objecto” (McCombs, 1996). Quando os *media* noticiam temas públicos, candidatos políticos, campanhas presidenciais ou outros objectos, descrevem os objectos. Nessas descrições, alguns atributos são muito proeminentes e mencionados frequentemente, outros são noticiados de passagem e outros são pura e simplesmente omitidos, o que significa que as notícias também definem uma agenda de atributos, que variam consoante a sua saliência. Do mesmo modo, quando as pessoas pensam e falam sobre estes objectos, os atributos associados a eles também variam consideravelmente na sua saliência (McCombs et al., 1997: X): estas agendas de atributos constituem o “segundo nível” da “agenda-setting” – uma mudança de ênfase, ressalta Ghanem (1997: 3), que não nega a hipótese básica de “agenda-setting”, antes constrói no que já existe.

E esta mudança de ênfase, a emergente segunda dimensão do enquadramento, é o resultado da descoberta do impacto dos enquadramentos noticiosos na agenda pública: certas perspectivas e enquadramentos que são empregues na cobertura noticiosa podem atrair atenção para certos atributos e afastá-la de outros – uma contribuição para a construção da realidade (McCombs, *apud* First, 1997: 41). Por isso, Takeshita (1997: 23) refere que a atenção recente dedicada ao “agenda-setting” de atributos pode ser explicada devido à ênfase actual na perspectiva do enquadramento na investigação da comunicação de massas – precisamente o modo como os *media* enquadram um tema ou um problema e como isso afecta a compreensão das pessoas desse tema. Ghanem (1997, 6) considera mesmo que quando se fala do segundo nível do agendamento, atributos equivalem a enquadramentos e são estes que vão ter impacto na agenda do público.

McCombs et al. (1997: X) corroboram esta ideia ao afirmarem que a ideia teórica central é a mesma para as agendas de atributos e para as agendas de objectos: “A saliência de elementos, objectos ou atributos na agenda mediática influencia a saliência desses elementos na agenda pública” – por extensão, pode-se falar de transferência de saliência de uma agenda para outra, de um jornal de referência para outros jornais e por aí adiante.

Assim, no primeiro nível do agendamento estão o que McCombs et al. denominam de agendas de objectos: transferência da saliência de um objecto da agenda mediática para a agenda pública – é este o domínio tradicional de investigação do agendamento, que já produziu centenas de estudos. No segundo nível, estão as agendas de atributos. Para Ghanem (1997: 4), este nível envolve duas grandes hipóteses acerca da saliência dos atributos: por um lado, o modo como um tema ou outro objecto é coberto nos *media* (os atributos enfatizados nas notícias) afecta o modo como o público pensa sobre o objecto; por outro lado, o modo como um tema ou outro objecto é coberto nos *media* (os atributos enfatizados nas notícias) afecta a saliência desse objecto na agenda pública – alguns dos atributos de um objecto apresentados nos *media* podem ter uma influência notável na saliência do objecto na agenda pública; esta influência dos atributos do segundo nível da agenda mediática na saliência dos objectos no primeiro nível da agenda do público define o que McCombs (1996, *apud* Ghanem, 1997: 4) chama de “compelling arguments” da mensagem mediática.

3.3.7 Não apenas “sobre o que pensar”, mas “como pensar”

A passagem a um segundo nível do agendamento permitiu superar o que Kosicki (1993, *apud* Ghanem, 1997: 5; Takeshita, 1997: 20) considerava uma limitação da teoria – uma tendência para se centrar nos temas (“issue-centered bias”) – e que se manifestava na restrição da análise apenas à “concha” do tópico, negligenciando a substância do tema. Com o segundo nível, passou-se além da “concha” (os temas ou outros objectos examinados), para se explorar o que está dentro, os atributos. Se pensarmos que um tema pode ser visto como composto de vários aspectos ou subtemas estes podem ser tratados como atributos (Takeshita, 1997: 22).

Antes ainda de ter sido explicitamente teorizado, o segundo nível do agendamento já tinha sido objecto de exploração. Talvez o estudo que se encaixa melhor na palavra “atributo” tenha sido aquele que Weaver, Graber, McCombs e Eyal (1981) conduziram sobre as imagens dos candidatos das eleições presidenciais de 1976. Nesse estudo, as imagens dos candidatos surgiam como um conjunto de atributos compreendidos com saliência variável e dependiam dos retratos dos *media*, uma vez que os eleitores (os receptores) tinham pouco contacto directo com eles. Foi encontrada uma

forte correlação entre a agenda mediática e a agenda pública, ou seja, a agenda de atributos nas descrições dos candidatos pelos *media* reflectiu-se na agenda de atributos nas descrições dos candidatos pelos eleitores (Ghanem, 1997: 5; Takeshita, 1997: 22).

Mesmo quando os diversos atributos de um assunto são incluídos na agenda mediática, há grandes probabilidades de existir um conjunto perceptível de prioridades, sublinham McCombs e Shaw (1993/2000: 131). Como exemplo, referem as notícias das campanhas presidenciais norte-americanas, que são cuidadosamente equilibradas de modo a que tanto Democratas como Republicanos recebam o mesmo destaque. Mas as questões em que são citados raramente merecem destaque igual; e as prioridades da cobertura jornalística influenciam as prioridades do público. O que poderá implicar, por exemplo, que os *media* condicionam o modo como os eleitores avaliam os candidatos, fornecendo-lhes os termos (as questões) pelas quais eles devem ser avaliados.

Na sequência desta redescoberta do poder do jornalismo, não surpreende a constatação de McCombs e Shaw no balanço dos primeiros 20 anos da investigação do agendamento: “O agendamento é consideravelmente mais do que a clássica asserção de que as notícias nos dizem sobre o que pensar. As notícias também nos dizem como pensar nisso. Tanto a selecção de objectos que despertam a atenção, como a selecção de enquadramentos para pensar esses objectos são poderosos papéis do “agenda-setting”” (1993/2000: 131). Assim, concluem, “a síntese clássica do agendamento apresentada por Bernard Cohen (1963) – os *media* podem não nos dizer o que pensar, mas são altamente eficazes em dizer-nos sobre o que pensar – foi virada do avesso. Novas investigações, que exploraram as consequências do agendamento e do enquadramento feito pelos *media* sugerem que estes não só nos dizem sobre o que pensar, mas também como pensar sobre isso e, conseqüentemente, o que pensar” (1993/2000: 135).

Na realidade, o conceito de agendamento reavivou a concepção de Lippmann de como os *media* contribuem para formar imagens na nossa cabeça e contribuiu para que o tema da definição da realidade dos *media* se tornasse num foco central da atenção no estudo científico da comunicação de massas.

Investigações mais recentes apresentam indícios de que o modo como um objecto é enquadrado na agenda pode ter consequências mensuráveis a nível comportamental (McCombs e Shaw, 1993/2000: 132). Por exemplo, os atributos de uma questão alvo de ênfase na cobertura jornalística pode influenciar, de modo directo,

a orientação da opinião pública. Foi o que Gitlin defendeu na sua análise do modo com a cadeia de televisão norte-americana CBS trivializou um importante movimento estudantil durante os anos 60 (um estudo que introduziu o conceito de enquadramento na investigação da comunicação de massas).

De facto, até o nome atribuído a uma questão ou as palavras escolhidas pode influenciar a opinião pública. Inclusivamente, há autores que defendem que este é um poder que os *media* exercem sobre a opinião pública ao mesmo tempo que promovem o consenso social, notam McCombs e Shaw (1993/2000: 133) – não um consenso em termos de opiniões mas sobre os critérios a usar para formar essas opiniões. “Mais genericamente”, escrevem, “a função determinante do agendamento promovido pelos *media* poderá ser a promoção de consensos sociais sobre o que é a própria agenda, se será a tradicional agenda de assuntos ou outra coisa qualquer”. De facto, ao fornecerem uma agenda que qualquer indivíduo, até certo ponto, pode partilhar, os *media* estão a criar um “sentido comunitário”. Uma forma de estimular a opinião pública nos jornais é a publicação das “cartas ao director”. Claro que muitas das cartas são trabalhadas nas redacções para se adaptarem ao modelo da publicação. Além disso, os temas das cartas são cuidadosamente seleccionados de acordo com a agenda noticiosa e com os interesses do próprio jornalista – uma forma de fazer um enquadramento temático daquilo que pretendem ter em discussão na agenda (Traquina et al., 2001: 123-124).

O agendamento fornece ferramentas únicas para analisar a evolução da opinião pública. No entanto, os *mass media* tradicionais estão em declínio, “à medida que as audiências mudam para *media* mais individualizados”, procurando “mensagens de outros indivíduos ou grupos que pensam como eles” – situação favorecida pelos progressos tecnológicos –, o que significa que as agendas estão em perigo de se fragmentarem (Shaw e Hamm, 1997: 210).

Com o declínio dos *mass media* entra também em declínio o poder do agendamento de abranger a comunidade, com implicações para manter a sociedade junta pelo consenso (Shaw e Hamm, 1997: 212) – o que significa que estamos num momento de transição, em que os *mass media*, embora continuem poderosos e ricos, já não são capazes de identificar audiências de massas, nem de moldar a opinião colectiva das massas, ao longo de fronteiras claramente definidas, como um estado nacional ou mesmo uma cidade pequena.

A evolução dos *mass media* alimentou o crescimento de comunidades coerentes focando questões comuns. Uma nação é, declaram Shaw e Hamm (1997: 214), num sentido, uma agenda colectiva – se muitas pessoas partilharem as mesmas ideias expressas em *media* comuns, então eles são mais capazes de participarem num sistema político comum. Actualmente, as audiências continuam a usar os *mass media* (tanto como sempre ou até mais), mas a proliferação de tecnologias de comunicação provocou erosão na capacidade do estado de massas triangular controlar grandes massas de pessoas. Agora, os membros da audiência podem viver em grupos ou comunidades que podem ter pouco ou nada a ver com a área geográfica me que vivem.

As novas tecnologias de comunicação produzem um efeito cumulativo que permitiu aos membros das audiências, por um lado, ouvirem mais fontes de informação além dos *mass media*, que tendem a cobrir as actividades dos que estão no poder e fontes oficiais; por outro, localizar eles próprios outras pessoas com as quais se identificam; e, por fim, reunir e mandar informação.

Se Boorstin (1961) escreveu sobre os pseudo-acontecimentos, a nova tecnologia permitiu algo mais significativo, as pseudo-comunidades. Agora, os indivíduos que partilham as mesmas opiniões encontram-se reunidos em grupos, consomem *media* individualizados, renegando os jornais ou revistas de circulação geral, a televisão ou a rádio (Shaw e Hamm, 1997: 224).

4. Estudo de caso: o 11 de Setembro enquanto agenda prioritária

4.1 Definição das Metodologias: do Estudo de Caso à Análise de conteúdo

Os métodos têm como desiderato facultar ao investigador a direcção imprescindível à execução da pesquisa com a maior objectividade e precisão. As ciências sociais recorrem a métodos específicos e adequados aos diferentes níveis de análise que proporcionam um conhecimento abrangente e sistemático dos factos que se pretendem estudar. Neste trabalho, para a fase de pesquisa empírica optou-se pela metodologia de análise de conteúdo.

Berelson (1952, *apud* Vala, 1986: 103) definiu a análise de conteúdo como uma técnica de investigação que permite “a descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação”. Três décadas mais tarde, Krippendorf (1980, *apud* Vala, 1986: 103) descreveu a análise de conteúdo como “uma técnica de investigação que permite fazer inferências válidas e replicáveis, dos dados para o seu contexto”. Duas definições que divergem nomeadamente no que se refere ao que Berelson chama de “conteúdo manifesto” e Krippendorf “inferência” – uma distinção que tem “subjacentes orientações metodológicas bem diferentes e é um dos pólos das discussões críticas sobre a análise de conteúdo” (Vala, 1986: 104). No que se refere à oposição “conteúdo manifesto”/“inferência” é de notar que as práticas de análise de conteúdo não servem apenas a descrição e é a inferência que permite a passagem da descrição à interpretação “enquanto atribuição de sentido às características do material que foram levantadas, enumeradas e organizadas” (*ibidem*). O objectivo final da análise de conteúdo será efectuar inferências, com base numa lógica explicitada, sobre as mensagens cujas características foram inventariadas e sistematizadas.

Nesta pesquisa, o *corpus* da análise é constituído por cinco jornais: três diários – *Público*, *Diário de Notícias (DN)* e *Jornal de Notícias (JN)* – e dois semanários – *Expresso* e *Independente*. Sobre estes periódicos procedeu-se a uma análise que abarcou o período de uma semana: de 12 de Setembro de 2001, o primeiro dia da cobertura da

imprensa portuguesa dos atentados de 11 de Setembro de 2001, até 18 de Setembro de 2001. Nesse período, foram analisadas 21 edições dos jornais diários, a que se juntaram três edições especiais publicadas no dia 12 de Setembro, e duas edições dos jornais semanários, a que se juntou uma edição especial, do jornal *Expresso*. No total foram analisadas 27 edições correspondendo a 1487 peças noticiosas.

Para examinar as 1487 peças foi utilizada a análise de conteúdo, tendo cada uma das peças sido codificada segundo 17 variáveis, cuja identificação se baseou nas teorias dos *media* e do jornalismo, em estudos sobre o terrorismo e nas teorias da análise crítica do discurso. Assim, as variáveis podem ser agrupadas em três grupos de dados: as referentes à forma, as referentes ao conteúdo e as referentes ao discurso (Anexo 1).

Nas variáveis relativas à forma incluem-se: variável 1 (Identificação), onde se atribui o número à peça; variável 2 (Título), que explicita o título da peça; variável 3 (Jornal), que distingue o jornal onde a peça foi publicada; variável 4 (Autoria), que identifica os autores; variável 5 (Autoria 2); variável 6 (Data), que regista o dia em que foi publicada a peça; variável 7 (Espaço), que contabiliza, em parágrafos ou páginas, o espaço que a peça ocupa no jornal; variável 8 (Proeminência), que identifica o local, dentro do jornal, onde surge a peça; variável 9 (Tipo de peça), que caracteriza o género jornalístico do item; variável 10 (Fotografia), que assinala a existência de fotografia (e o espaço por ela ocupado) ou gráfico na peça.

Nas variáveis relativas ao conteúdo, cujas modalidades foram encontradas em amostragens exploratórias prévias, incluem-se: variável 11 (Foco Geográfico), que localiza geograficamente o âmbito da acção; variável 12 (Temas), que atribui um tema à peça; variável 13 (Actores), que identifica o actor mais focado ou nomeado na peça; variável 15 (Temas 2), que atribui um tema secundário à peça; variável 16 (Enquadramento), que caracteriza o tipo de agenda: agenda principal ou agenda secundária.

Nas variáveis relativas ao discurso integram-se: variável 14 (Vozes), assinala o autor da citação mais focada; variável 17 (Tom), atribui à peça um tom dominante.

A análise dos dados foi feita com base em frequências absolutas e relativas e em médias. A base de dados foi preparada e tratada no programa SPSS e a apresentação dos dados consta de tabelas e gráficos tratados em Excel.

4.2 Análise das variáveis de forma

4.2.1 Número de peças

Entre 12 e 18 de Setembro de 2001, todos os jornais analisados fizeram referência aos atentados de 11 de Setembro – ao todo foram publicadas 1487 peças (Anexo 2: Quadro I). O *Público* foi o diário que mais peças publicou (556), do *DN* (531) e do *JN* (320). Uma diferença considerável entre o *Público* e *DN*, dois diários de referência (a imprensa de referência tem como público-alvo a opinião pública dirigente e os seus conteúdos estão centrados na política nacional e internacional, na economia e na cultura – temas abordados de um ângulo analítico e explicativo), e o *JN*, um jornal a meio caminho entre os jornais de referência e os jornais populares (vocacionada preferencialmente para o tratamento de temas de carácter espectacular, optando por abordagens preferencialmente emocionais e imagéticas, com um público pouco escolarizado) e que, tradicionalmente, privilegia a informação local, regional e desportiva – esta diferença poderá ser explicada precisamente por este posicionamento distinto no mercado. Os dois semanários apresentam alguma disparidade, com o *Independente* a destacar-se com 46 peças enquanto o *Expresso* apresenta 34 peças, valor que contabiliza as peças publicadas numa edição especial, esta contribuindo com 23 peças.

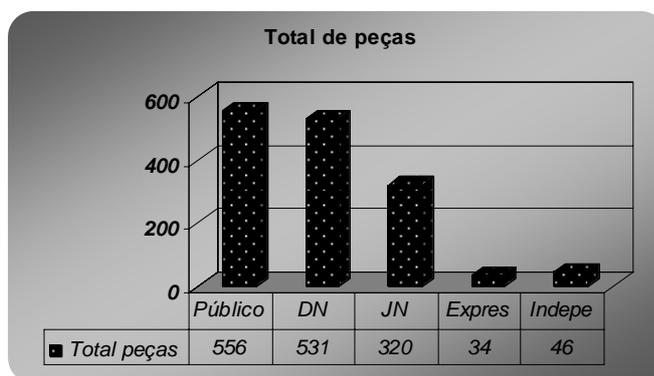


Gráfico 1

Os jornais diários também lançaram, cada um, edições especiais, no dia 12 de Setembro, perfazendo, as três edições, um total de 221 peças, distribuídas por 82 para o

Público, 89 para o *DN* e 50 para o *JN* (Anexo 2: Quadro II). Nas edições normais do dia 12 foi contabilizado um total de 222 peças: o *DN* surge com mais peças, 92, seguindo-se o *Público*, 73, e o *JN*, 57. Dos três diários, apenas no *Público* houve um aumento de peças entre a edição normal e a especial, o que talvez seja indício de que nas decisões dos *DN* e do *JN* de lançarem edições especiais estiveram apenas razões de estratégia comercial – o *Público* anunciava na edição de 12 de Setembro uma edição especial a sair no final da manhã.

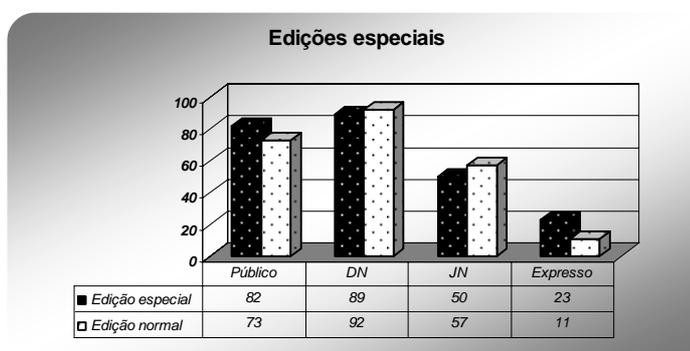


Gráfico 2

Ao longo da semana (Anexo 2: Quadro II) o número de peças editadas não teve uma evolução constante. Analisando apenas as edições normais, verifica-se que tanto o *DN* e o *JN* registaram uma diminuição de peças logo no dia 13 de Setembro, tendo essa diminuição se mantido – no caso do *DN* com uma quebra acentuada do dia 13 para o dia 14 – até 17 de Setembro, dia em que novamente o número de peças sobe, mais uma vez de forma acentuada no *DN*, para terminar a 18 com nova subida. O *Público* teve uma evolução distinta: no dia 13 verifica-se o pico de número de peças publicados, registando-se a partir daí uma diminuição, ligeira nos dias 14 e 15, acentuada no dia 16, para depois recuperar no dia 18 – a semana termina com o *Público* a apresentar o segundo maior número de peças de todo o período em análise.

A diminuição do número de peças publicadas que todos os jornais registaram no dia 16 poderá dever-se ao facto deste dia corresponder a um domingo, dia habitualmente mais “morto” em termos de fluxos noticiosos – segundo Wolf (2003: 220), as notícias variam de acordo com diversos factores, sendo um desses factores os dias da semana: “os fins-de-semana são “pobres””. A subida conjunta no dia 18 pode ser reflexo de dois

factores: por um lado, é o dia depois da reabertura da Bolsa de Nova Iorque (encerrada desde o dia 11), um acontecimento marcante, não só para a economia norte-americana como para a economia mundial, dada a extrema interdependência verificada neste domínio, e, portanto, muito aguardado; por outro lado, o dia 18 era o último dia do prazo dado pelos EUA ao Afeganistão para entregarem, ou não, o principal suspeito dos atentados, Osama bin Laden.

4.2.2 Autoria das peças

Relativamente à autoria, das 1487 peças publicadas 48,2%, correspondendo a 715 peças, são assinadas, enquanto 51,7%, correspondendo a 769 peças, não são assinadas (Anexo 3: Quadro I).

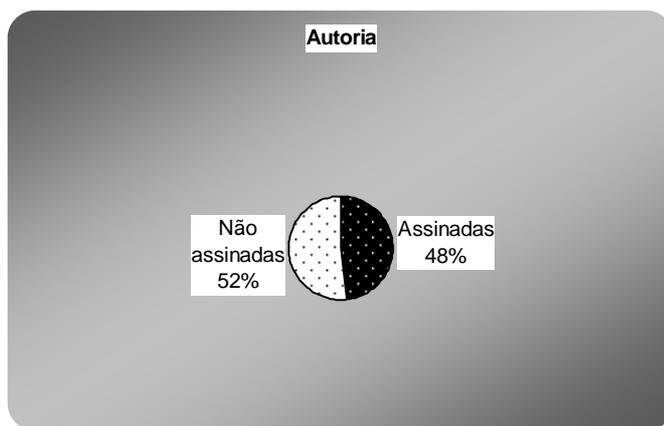


Gráfico 3

Os jornais semanários destacam-se com o *Expresso* a apresentar 94% das peças assinadas (32) e o *Independente* 78% (36) – os dois semanários apresentaram uma síntese dos acontecimentos da semana, tendo os seus jornalistas mais tempo para elaborarem as suas peças do que os jornalistas da imprensa diária. Entre os jornais diários, o *Público* é o que tem mais peças assinadas e o único em que mais de metade das peças são assinadas, 62% (346), seguindo-se o *DN*, 40% (213) e o *JN* com apenas 26% (88) das peças assinadas – estes valores do *DN* e *JN* podem estar relacionadas com o facto de estes serem os jornais com mais breves (Anexo 6: Quadro III). Diariamente, a assinatura das peças acompanha a oscilação do número de peças (Anexo 2: Quadro II).

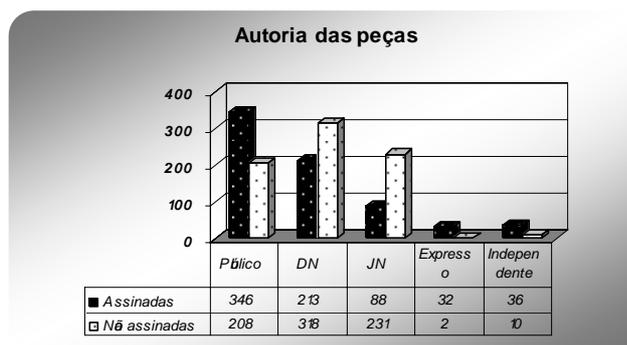


Gráfico 4

Em relação exclusiva às peças assinadas, em todos os jornais mais de 50% são assinadas por *Jornalistas* (Anexo 3: Quadro III). Nos jornais diários, a maior percentagem de peças assinadas por jornalistas pertence ao *JN*, com 65,9%, correspondente as 58 peças, seguindo-se o *Público*, com 63% (218 peças) e o *DN*, com 53% (113 peças). Nos semanários, o *Independente* tem 77,8% (28) de peças assinadas por jornalistas e o *Expresso* 56,2% (18).

Peças assinadas

Jornal	Autoria	Peças
Público	Jornalistas	63%, 218 peças
DN	Jornalistas	53%, 113 peças
JN	Jornalistas	65,9%, 58 peças
Expresso	Jornalistas	56,2%, 18 peças
Independente	Jornalistas	77,8%, 28 peças

Totalidade dos jornais
Jornalistas: 60,8%, 435 peças

Tabela 1

No *Expresso* seguem-se os *Líderes de Opinião* – que Figueiras (2005: 56) define como “o conjunto de colaboradores permanentes do “Espaço Opinião””, que são identificados “de acordo com a sua apresentação gráfica: caixa em destaque, com ou sem foto, aparecendo em páginas cujos títulos referenciais remetem para o “Espaço Opinião”” – como autores mais frequentes, com 21,9% (7 peças), o que é paradigmático do estatuto de que este semanário goza entre nós, como o jornal da opinião pública dirigente (dos campos do poder político, económico, social e cultural) e que dita a

actualidade – o *Independente* aposta nos *Especialistas* (aquilo que Figueiras (2005: 92) designa de “colaboradores convidados” – convidados a pronunciarem-se sobre temas específicos, normalmente relacionados com a sua actividade profissional e/ou formação académica) (8,3% correspondendo a 3 peças). As peças assinadas por *Correspondentes* surgem em terceiro lugar no *Expresso*, com 12,5% e em segundo no *Independente* (com *Outros*) com 5,5% (2 peças).

No *Público* e no *DN*, o segundo lugar entre as peças assinadas pertence precisamente aos *Correspondentes* (ambos os jornais tinham correspondentes em Nova Iorque, o que se relaciona com a rede noticiosa e a colocação de jornalistas em locais-chave de recolha de notícias), embora com expressões diferentes: no *DN* representam 17,8% (38) e no *Público* 10% (35). Estando os valores absolutos muito próximos, pode perceber-se a subalternização de outras autorias no *DN*. No *JN*, o segundo lugar entre as peças assinadas corresponde ao indicador *Misto* – 12,5% (11) – revelando uma autoria difusa, dividida entre jornalistas e agências. No *Público* e no *DN* o indicador *Misto* corresponde a valores consideravelmente mais baixos – 2% (7) e 0,4% (1), respectivamente. Ao mesmo tempo, textos de autoria atribuída a *Agências Noticiosas* têm uma presença mais relevante no *JN* (3,4%) seguindo-se o *Público* (2,6%) e o *DN* (0,9%). O *JN* é, portanto, o jornal mais dependente da produção externa, não só por estes valores, mas associando-os ainda às peças não assinadas (74%).

No total das peças analisados (Anexo 3: Quadro IV), é o *Público*, o diário com mais peças assinadas, que apresenta uma maior percentagem de notícias de agências noticiosas (0,6%). Esta situação corrobora o que é defendido por Golding e Elliott (1979: 94) quando estes afirmam que a cobertura das agências alerta as redacções para o que acontece no mundo e é a partir desse conhecimento que estas constroem a sua própria cobertura. Assim, “mesmo os órgãos de informação que podem enviar correspondentes para cobrirem as notícias do estrangeiro, dependem da selecção das agências, na escolha das notícias a “cobrir por conta própria””. As agências acabam, portanto, por funcionar como “uma primeira campanha de alarme para as redacções, cuja acção é determinada pelo controle dos despachos”. Em compensação, *Expresso* e *Independente*, que têm 94% e 78% de peças assinadas, não há qualquer recurso às *Agências noticiosas* ou a autoria *Mista* – pelo menos referenciadas, já que é comum a produção própria de informação mesmo que as matérias tenham tido por base

informação das agências. Uma questão que poderá estar relacionada com a dependência da imprensa das grandes agências noticiosas (sedeadas nos países industrializados), um assunto sobre o qual Sreberny-Mohammadi (1990: 13) concluíram que a metodologia geralmente empregue nas análises de discurso era inapropriada para tecer considerações sobre esta questão, já que raramente era especificada a fonte de informação.

Uma nota para os *Enviados Especiais*, que todos os jornais diários enviaram a Nova Iorque e cujas peças surgem apenas a partir do dia 17 de Setembro (Anexo 3: quadro IV), dada a dificuldade de deslocação provocada pelo encerramento do espaço aéreo norte-americano a aviões estrangeiros, o que impossibilitou a ida mais célere de jornalistas.

A concluir, é de sublinhar o peso de *Líderes de Opinião* e *Especialistas* na autoria das peças – no *Expresso* representam 25%, no *Independente* 11,1%, no *Público* 9,5%, no *DN* 9,9% e, mais distanciado, no *JN* 2,3% – o que indicia alguma preponderância às vertentes de análise e interpretação do acontecimento. Nos semanários, este peso é superior devido à vocação natural conferida pela periodicidade: mais-valia em termos de análise e interpretação. Comparando estes indicadores com os do género jornalístico (Anexo 6: Quadro III), percebemos mesmo que análise e interpretação foram maioritariamente “entregues” a *Líderes de Opinião* e a *Especialistas*, ou seja, pessoas externas ao jornal.

4.2.3 Espaço da peça

No que diz respeito ao espaço ocupado por cada peça (Anexo 4: Quadro I), é de sublinhar que o predomínio é das peças de 1-2 parágrafos – 28,1% (418 peças). Seguem-se as peças Até $\frac{1}{4}$ página (23,3% para 346 peças) e as Até $\frac{1}{2}$ página (18% para 268 peças), o que indica um tamanho razoável. Em último, como seria de esperar dadas as limitações de espaço da imprensa, surgem as peças com 2 páginas (0,3% para apenas 5 peças). Porém, saliente-se o facto de as peças Até 1 página (7,3% para 108) e as peças Até 1 página $\frac{1}{2}$ (1,1% para 16) somadas constituírem 8,4% das peças, o que representa um valor significativo que atesta a importância do desenvolvimento de certos aspectos do 11 de Setembro, que coexistiu com informação mais fragmentada.

Não surpreende constatar que é o jornal *Público* (Anexo 4: Quadro I), um jornal de referência, que tem mais peças de 2 páginas, 2 (0,5%), seguindo do *DN*, 1 (0,2%) – o *JN* não tem nenhuma: o máximo de espaço que o *JN* concedeu a peças foi *Até 1 página*. Nos semanários, o *Independente* tem apenas uma peça de 2 páginas, enquanto o *Expresso* não tem nenhuma – tem uma *Até 1 página ½* – o que se pode explicar pelo formato “broadsheet” deste jornal.

Tanto no *DN* como no *JN* predominam as peças com 1-2 parágrafos – 188 (35,4%) e 94 (29,4%) respectivamente – o que deixa entrever uma carácter um tanto ou quanto fragmentário da informação, quase flashes noticiosos (como na televisão) sem contexto adequado. No *Público* predominam as peças *Até ¼ página* (126 correspondendo a 22,4%), seguidas de perto pelas peças *Até 1/2 página* (121 correspondendo a 21,8%), estabelecendo-se desde logo uma clivagem notável na cobertura feita pelos jornais diários. As peças *Até ¼ página* e *Até ½ página*, por esta ordem, seguem-se no *DN* e *JN* como as categorias com mais frequência, se bem que com valores díspares em ambos os jornais: 126 (23,7%) e 79 (14,9%) para o *DN* e 66 (20,6%) e 48 (15%) para o *JN*.

Nos jornais semanários, o espaço dedicado ao 11 de Setembro segue de perto o do *Público*. *Até ¼ de página* predomina no *Expresso* (16 peças, correspondentes a 47,1%) e no *Independente* (12 correspondentes a 26,1%), seguido de *Até ½ página*: no *Expresso* ocupam 35,3% (12) e no *Independente* 17,4% (8).

Espaço das peças		
Jornal	Espaço	Peças
Público	Até ¼ página	22,4%, 126 peças
DN	1-2 parágrafos	35,4%, 188 peças
JN	1-2 parágrafos	29,4%, 94 peças
Expresso	Até ¼ página	47,1%, 16 peças
Independente	Até ¼ página	26,1%, 12 peças
Totalidade dos jornais		
1-2 parágrafos: 28,1%, 418 peças		

Tabela 2

No que se refere à evolução ao longo da semana (Anexo 4: Quadro II) sublinhe-se que as peças de 1-2 parágrafos lideraram todos os dias à excepção de 13 e 14 de

Setembro, quando foram suplantadas pelas peças *Até ¼ de página*. As peças de 2 páginas terminaram a 15 de Setembro (terceiro dia da cobertura) – este é, aliás, o único indicador desta variável que não apresenta frequência em todos os dias analisados – enquanto as peças de *Até 1 página ½* atingiram o pico de frequência no dia 18. As peças *Até 1 página* sofreram um forte queda logo no segundo dia de cobertura (13), continuando um percurso descendente até ao último dia, só interrompido no dia 17, quando se verificou uma ligeira subida. A partir do dia 16, a segunda categoria mais verificada é *Até ½ página*, o que poderá significar que a cobertura estabilizou em termos de fluxo informativo.

4.2.4 Proeminência da peça

Em relação à proeminência (Anexo 5: Quadro I), sublinhe-se que a maior parte das peças noticiosas publicados ao longo desta semana se concentrou em *Destaque* (1016 correspondendo a 68,3%), em *Edição especial* (244 – 16,4%) e na *1.ª página* (100 – 6,7%). As restantes peças ficaram divididos pelas páginas de *Opinião* (57 – 3,8%), pela *Última página* (38 – 2,6%) e por *Outras secções* (32 peças – 2,2%). Estes valores dão ideia da importância do 11 de Setembro para os jornais analisados, que não só lançaram edições especiais (a excepção é o *Independente*), como canalizaram a maior parte da informação para destaques que quase suspenderam o tempo, tornando este tema em agenda quase num sub-jornal dentro de cada edição. Esta foi uma opção do prestigiado jornal norte-americano New York Times, seguida por outros jornais norte-americanos, que centralizou para uma secção intitulada “A Nation Challenged” a cobertura dos ataques e, posteriormente, da Guerra no Afeganistão (Carey, 2003: 75) – aqui, parece oportuno lembrar que alguns dos *media* têm um papel de agenda para outros *media* (Winter e Eyal, 1981). Em Portugal, cada jornal atribuiu um título referencial a esses destaques subordinados à temática do 11 de Setembro: *Público*: “Terror na América”; *DN*: “Ataque aos EUA 11-09-2001”; *JN*: “Ataque terrorista aos EUA”, no dia 12, e “Estado de alerta”, nos dias seguintes; *Independente*: “Setembro negro”. A excepção é o *Expresso*, que não criou uma “nova” secção, canalizando a sua informação ou para a *Edição Especial* (67,6%) ou as *1.ª* e *Última Página* (5,9% em cada secção), ficando os restantes peças na secção *Opinião* (21%) (Anexo 5: Quadro II).

Individualmente, os restantes jornais analisados (Anexo 5: Quadro I) tiveram um comportamento semelhante ao geral, com poucas excepções – o grosso da informação foi encaminhada para o *Destaque*, *Edição especial* e *1.ª página*, no entanto, no *DN* a categoria logo a seguir é *Outro* (5%), tendo a *Última Página* e *Opinião* recebido igual número de peças, 11 correspondendo a 2%. No *JN*, as categorias *Opinião* e *Outro* não registam qualquer frequência, enquanto no *Independente* a categoria *Opinião* fica em branco, o que prova a extrema concentração temática – apenas uma peça (em *Outro*) ficou fora da tríade *1.ª página* (8,7%), *Destaque* (80,4%) e *Última página* (8,7%). O *Público* regista mais peças em *Opinião* (7%) do que na *1.ª página* (5,6%).

Jornal	Proeminência	Peças
Público	Destaque	70,7%, 393 peças
DN	Destaque	66,1%, 351 peças
JN	Destaque	73,4%, 235 peças
Expresso	Edição especial	67,6%, 23 peças
Independente	Destaque	80,4%, 37 peças

Totalidade dos jornais
Destaque: 68,3%, 1016 peças

Tabela 3

Diariamente, e com excepção do dia 12, em que as edições especiais congregaram o maior número de peças (49,9%, quase metade), foi no *Destaque* que se concentrou o maior número de peças (Anexo 5: Quadro II), tendo tido nos dia 13 e 14 as maiores percentagens (84,2% e 81,4%), para cair um pouco nos dias seguintes – mas mantendo-se sempre bem acima dos 50% – e recuperar no último dia (79,2%). A secção *Opinião* registou um aumento progressivo do número de peças até ao dia 16 – máximo de 8,7% – regredindo a partir daí.

Do mesmo modo é de assinalar que a maior percentagem de peças na *1.ª página* aconteceu também no dia 16, facto que pode ser justificado com a ausência de uma “estória” ou “estórias” marcantes nesse dia, levando a uma dispersão temática como forma de atrair o leitor. De qualquer foram, este valor esconde uma divergência: para o *Público* a *1.ª página* representou 13,4% dos peças e para o *JN* 16%, mas para o *DN* representou apenas 3,7% das peças (correspondendo a uma peça, a única vez em que o

DN apenas chamou um item referente ao 11 de Setembro à 1.^a página). Pelo contrário, no dia 12, o primeiro dia da cobertura, a primeira página registou apenas a presença de 1,3% das peças publicados, o que longe de representar uma subalternização do tema é paradigma da natureza totalizante dessas primeiras páginas como resposta imediata à natureza totalizante do acontecimento, que monopolizou os jornais. De facto, no dia 12 os três jornais chamaram apenas os atentados à capa – mas enquanto o *Público* e o *JN* optaram por uma peça apenas, o *DN* optou por três.

4.2.5 Tipo de peça

Relativamente ao género jornalístico, das 1487 peças analisadas (Anexo 6: Quadro I), 39,8% são *Notícias* e 27% são *Breves*, que se assumem desta forma como os géneros mais recorrentes nesta cobertura – o que assinala o encaixe do 11 de Setembro na ideologia de o quê? quem? onde? quando? como? porquê?, que a notícia e a breve tão bem servem, já que se constroem em torno das respostas a essas questões. A notícia, género básico do tratamento jornalístico da actualidade, é um “texto [...] que representa um acontecimento, respondendo às questões de referência pertinentes no caso (quem, onde, quando, o quê, como, porquê)” (Cascais, 2001: 140) – a notícia é algo idiossincrática, na medida em que está fortemente ancorada na sua época: o que é notícia num determinado período, pode não o ser noutra. “Ser ou não notícia depende de muitos e cruzados factores (sociais, políticos, concorrenciais e comerciais) por isso a sua difícil definição, para além da dinâmica que encerra” (Cascais, 2001: 140). A breve, por sua vez, pode ser definida como uma “notícia resumida em poucas linhas, normalmente publicada em blocos, com ou sem título, e enunciando o acontecimento a partir da resposta a algumas questões de referência clássicas (quem, onde, quando, o quê, como, porquê) sem desenvolvimento” (Cascais, 2001: 39).

Logo a seguir vem a *Opinião*, 9,7%, o que revela a importância do 11 de Setembro como fonte de discussão pública – sublinhada pelas *Cartas do leitor*, que correspondem a 1,5% das peças publicadas. É de realçar o número reduzido de *Reportagens* (1,5% correspondendo a 22 peças, os mesmos valores das *Cartas do leitor*) – que foram publicadas logo a partir do dia 12, mas registando um acréscimo a partir do dia 14 – e das *Entrevistas* (0,7% para 11 peças) – o dia 13, segundo dia da cobertura, foi

o dia em que foram publicadas mais entrevistas (5 correspondendo a 45,5% do total de entrevistas publicadas), o que pode ser entendido como uma tentativa de explicar e de racionalizar um acontecimento tão inesperado e, simultaneamente, como uma busca de um enquadramento que ajudasse a contextualizá-lo – de notar que as entrevistas são o resultado da iniciativa dos jornalistas (Anexo 6: Quadro I).

Por outro lado, nota-se algum peso da *Infografia*, 2,6%, marca de uma tendência da prática jornalística de esquematização da informação, não só para simplificar como para a tornar visualmente mais atraente e apelativa – uma situação que se verificou massivamente no dia 12. De notar ainda a presença da *Cronologia* (0,9%), sobretudo nos dois primeiros dias de cobertura – um auxiliar útil na tentativa de tornar mais legível e linear um acontecimento com tanto de inesperado como de complexo – e de *Inquéritos/Sondagens* (0,9%): todos têm opinião, todos querem saber a opinião dos outros, os media querem saber a opinião de todos, portanto, ao longo da semana, alternaram-se inquéritos a figuras públicas e sondagens públicas, uma prática que tem vindo a sistematizar-se em torno de acontecimentos ditos relevantes (Aubenas e Benasayag, 2002: 81). Curiosamente, são os dois diários de referência que mais recorrem a estes géneros de peças, sinal da tendência para a simplificação, por uma lado, e para a visualidade, por outro (Anexo 6: Quadro II). Aqui, deve lembrar-se a afirmação de Sreberny (2003: 221) de que o 11 de Setembro “pareceu exigir, e rapidamente disseminou, novos ou renovados géneros de escrita” – no entanto, e no geral, o que predominou foram as peças essencialmente descritivas.

Individualmente (Anexo 6: Quadro II), todos os jornais analisados coincidem no facto de terem mais *Notícias* do que qualquer outro género de peças – embora só no *Independente* estas ultrapassem os 50% (60,9%): *Público* 39,9%, *DN* 34,8%, *JN* 44,1% e *Expresso* 47,1%. Seguem-se as *Breves*, mas apenas nos jornais diários (*Público* 20,9%, *DN* 32,4% e *JN* 35%), porque entre os semanários, o *Expresso* não regista nenhuma e o *Independente* apenas duas, correspondendo a 4,3% das peças – o que talvez se justifique pela ausência de pressão de imediatismo dos semanários, que faz com que cumpram melhor o papel dos jornais de aprofundar e contextualizar os temas (um papel que ainda lhes está mais “colado” pelo sua periodicidade).

Género jornalístico		
Jornal	Género	Peças
Público	Notícia	39,9%, 222 peças
DN	Notícia	34,8%, 183 peças
JN	Notícia	44,1%, 141 peças
Expresso	Notícia	47,1%, 16 peças
Independente	Notícia	60,9%, 28 peças
Totalidade dos jornais		
Notícia: 39,8%, 592 peças		

Tabela 4

É de sublinhar que os semanários apresentam uma limitação de géneros jornalísticos utilizados. O *Independente* regista 60,9% de *Notícias*, seguindo-se *Opinião/Editorial*, com 15,2%, as *Reportagens*, com 4,3% (valor idêntico ao das já referidas breves) e, com igual peso, *Infografia* e *Outro*, com 2,2% – a categoria “não aplicável chega aos 8,7%. No *Expresso*, as peças estão igualmente distribuídos por um número restrito de géneros. Predominam as *Notícias* (47%), seguindo-se a *Opinião/Editorial* (38,2%), a *Reportagem* (5,9%) e, com o mesmo peso (2,9% cada), *Cartoon*, *Cronologia* e *Fotolegenda*. Se analisarmos separadamente a edição normal e a edição especial do *Expresso* (Anexo 6: Quadro III) verificamos que na primeira predomina a *Opinião/Editorial* (63,6%) e na segunda as *Notícias* (60,9%). Confirma-se a maior vocação dos jornais semanários para a opinião, interpretação e análise dos factos e, entre estes, do *Expresso*.

Continuando a acompanhar a tendência global da cobertura jornalística nesta semana, os dois diários de referência apresentam como terceiro género mais presente a *Opinião/Editorial* – *Público* 11,3%, *DN* 9,6% – enquanto no *JN* o terceiro lugar é ocupado pelas *Caixas* (4,1%), vindo a *Opinião/Editorial* em quarto (3,4%) – as *Caixas* surgem em quarto lugar no *Público* (8,1%) e no *DN* (3,2%). Só então vem a *Reportagem*, um género que o *Público*, com 12 peças (2,2%) que correspondem a 54,5% de todas as reportagens publicadas em todos os jornais durante esta semana, cultivou mais do que todos os restantes jornais (semanários incluídos) juntos – *DN* publicou 2 (9,1% do total), o *JN* 4 (18,2% do total) (valores ínfimos entre os géneros publicados por cada um destes jornais 0,4% e 1,3%, respectivamente), o *Expresso* 2

(9,1%) e o *Independente 2* (9,1%) – respectivamente 5,9% e 4,3% das peças publicadas em cada um dos jornais.

De salientar que o *DN* foi o diário que mais apostou em *Fotoreportagens* (71,4% do total de todos os jornais durante a semana que representam 0,9% dos peças do *DN*) e *Entrevistas* (63,6% do total de todos os jornais durante a semana que representam 1,3% dos peças do *DN*).

4.2.6 Fotografia

Vários autores (Tucker e Dempsey (1991), Garcia, Stark e Miller (1991) e Dick e Coldevin (1992)), em diferentes estudos, defendem que as fotografias jornalísticas atraem mais do que o texto, podendo ser percebidas mesmo quando o texto acompanhante não é lido ou é lido fugazmente. Analisando a variável fotografia, verifica-se que estas estão presentes em 625 peças (42% das peças publicados) (Anexo 7: Quadro I).

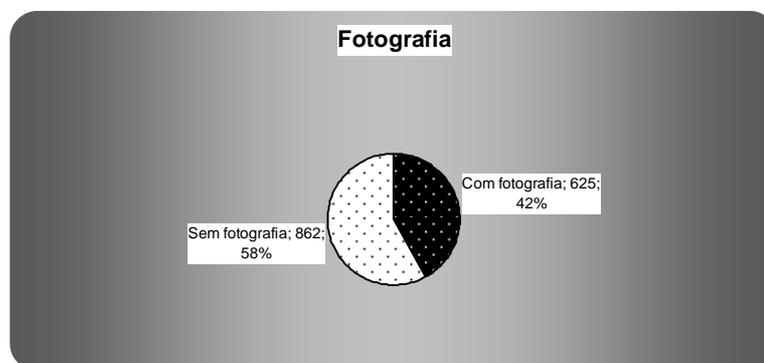


Gráfico 5

42,1% das fotos ocupam *Até ¼ de página* – este é o tipo de fotos que domina todos os dias, com exceção de 17, em que divide o topo com as fotos *Até ½ página*, cada categoria com 33,3% (Anexo 7: Quadro I) –, seguindo-se as fotos *Até ½ página*, 20,6%, e as *Até 1/8 de página*, 20,5%. De salientar que 9,4% dos peças com foto têm mais do que uma foto. Fotos *Até ¾ páginas*, de *1 página* e gráficos ocupam, cada categoria, 1,9% do espaço (Anexo 7: Quadro I). Por estes valores depreende-se que também em Portugal o 11 de Setembro foi um tema muito visual. De acordo com

Zelizer (2002: 49) a fotografia está bem equipada para levar indivíduos e colectivos na jornada para espaços pós-traumáticos. Quando o trauma envolve assaltos intencionais, tal como a violência planeada típica das acções terroristas e militares, recuperar do trauma envolve muitas vezes mobilizar o colectivo para concordar com um plano de acção compensatória para o trauma vivido. A fotografia oferece um veículo através do qual as pessoas conseguem ver e continuar a ver até conseguirem resolver o choque e o trauma associados à descrença as fotografias são “inerentemente elegíacas” (Hirsch, 2002 *apud* Zelizer, 2002: 49). Os eventos do 11 de Setembro de 2001 não foram excepção. Pouco habituais porque se desenrolaram em tempo real para um público global através dos *media*, “os eventos de 11 de Setembro foram moldados, em larga medida, através da sua representação visual” (Zelizer, 2002: 50).

Estas questões são sublinhadas sobretudo nos primeiros dias da cobertura portuguesa. O primeiro dia (Anexo 7: Quadro I), sem surpresa, foi o que registou maior número de peças com foto – 207, 33,1%, o que corresponde a um terço de todas as peças com foto publicadas durante essa semana. E foi nos dois primeiros dias de cobertura que foram publicadas mais peças com fotos de uma página ou peças com mais de uma foto. De facto, fotos com uma página foram publicadas apenas nos dias 12 e 13 de Setembro, havendo uma quebra substancial de um dia para o outro – de 83,3% para 16,6%. Relativamente às peças com + 1 uma foto, o primeiro dia destacou-se notoriamente – 47,4% do total da semana correspondendo a 13,5% das peças com foto publicadas nesse dia.

O jornal com maior número de peças com foto é o *DN* (Anexo 7: Quadro II) – 265, que corresponde a 42,4% do total de todo o universo analisado e a quase metade, 49,9% das peças publicados pelo jornal. O *Público* segue-se com 180 peças – 28,8% do total das peças com foto e 32,3% das peças publicadas pelo jornal – situando-se a seguir o *JN*, com 140 peças – 22,4% do total e a 43,5% das peças publicados pelo jornal. Os semanários contribuem com 6,4% das peças com fotos: 3% o *Expresso*, que, no entanto, apresenta em termos relativos o maior número de peças com foto 55,9% (19 peças), e 3,4% o *Independente* (21 peças correspondendo a 45,7% do total). É de referir que, em termos relativos, é o *Expresso* que mais valor atribui à imagem, seguindo-se o *DN*, o *Independente*, o *JN* e, por fim, o *Público*.

Os semanários são os jornais que menos opções fotográficas apresentam: *Até ¼ página* (*Expresso* 42,1% e *Independente* 33,3%); *Até ½ página* (*Expresso* 15,8% e *Independente* 47,6%); + *1 foto* (*Expresso* 21,1% e *Independente* 4,8%); *Gráfico* (*Expresso* 21,1% e *Independente* 4,8%) – o *Independente* tem ainda duas frequências na categoria *Outros* (9,5%). Como se pode ver por estes valores, os semanários não são homogéneos quanto à importância concedida à fotografia.

Nos jornais diários, o que mais recorre à fotografia é o *DN* (já havíamos registado que é o que mais privilegia as fotoreportagens) – seguem-se o *JN* e o *Público* – mas a categoria que no *DN* mais frequências regista é *Até 1/8 página*”, com 96 peças (36,2%), o que significa que a cobertura fotográfica está de acordo com o predomínio no *DN* das peças com 1-2 parágrafos, como foi analisado anteriormente. No outro extremo está o *Público*, jornal para o qual as fotos *Até 1/8 página* representam apenas 7,7% – no *JN* essa percentagem é de 12,9%. Tanto o *JN* como o *Público* dão preferência às fotos *Até ¼ página*: 50% no *JN* e 46,6% no *Público* – no *DN* ficam em 35,5%. Em terceiro lugar nos três diários vêm as fotos *Até ½ página*: *Público* 28,9%, *JN* 16,4% e *DN* 15,5%. Seguem-se as peças com + *1 foto* – *Público* 9,4%, *JN* 12,9% e *DN* 7,2% – e as peças de *1 página* – *Público* 2,8%, *JN* 3,6% e *DN* 0,8%. As fotos *Até ¾ página* são pouco relevantes no *JN* (0,7%), subindo ligeiramente no *Público* (2,2%) e no *DN* (2,6%).

Fotografia		
Jornal	Espaço	Peças
Público	Até ¼ página	46,7%, 84 peças
DN	Até 1/8 página	36,2%, 96 peças
JN	Até ¼ página	50%, 70 peças
Expresso	Até ¼ página	42,1%, 8 peças
Independente	Até ½ página	47,6%, 10 peças
Totalidade dos jornais		
Até ¼ página: 42,1%, 263 peças		

Tabela 5

Cruzando a variável Fotografia com a variável Temas (apenas para as peças que resultam das rotinas jornalísticas, eliminando-se, portanto, as que se enquadram nas categorias *Opinião/Editorial* e *Cartoon*), verifica-se que os temas mais referidos (Anexo

9: Quadro I) são também os mais “ilustrados” (Anexo 7: Quadro III): *Perspectiva Portuguesa* (18,8%), *Guerra ao Terrorismo* (14,2%), *Economia* (7,6%) e *Ataques* (7,4%) – uma situação que indica uma cobertura fotográfica enfática, reforçando a importância temática, sabendo que as fotografias jornalísticas enriquecem os enunciados verbais (Fleming e Levie, 1978) e contribuem para a construção de significados sobre pessoas e acontecimentos (Matthews e Reuss, 1985). Ao mesmo tempo, o facto de os *Ataques*, situação onde potencialmente se obtiveram as imagens mais violentas (a *Guerra ao Terrorismo*, nesta altura, era mais um conceito do que propriamente uma acção), surgir apenas em quarto lugar dos temas mais ilustrados, pressupõe um desvio da linha habitual do tratamento do terrorismo pelos *media*, caracterizado por um apetite por imagens dramáticas (Paletz et al., 1983, *apud* Hewitt, 1992: 173).

Analisando individualmente cada jornal (Anexo 7: Quadros IV, V, VI, VII e VIII), verifica-se que todos são unânimes ao “ilustrarem” mais as duas temáticas que mais destacam (ver anexo 9: quadro I) – que no caso dos jornais diários são as mesmas, *Perspectiva Portuguesa* (*Público* 15,5%, *DN* 20,6% e *JN* 21,8%) e *Guerra ao Terrorismo* (*Público* 12,4%, *DN* 14,2% e *JN* 15,8%), no caso do *Independente*, *Perspectiva Portuguesa* (20%) e *Terrorismo e Economia* (terceiro tema mais referido), cada com 15%, e, no caso do *Expresso*, *Ataque* (16,7%) e *Guerra ao Terrorismo* (11,1%, esta última com a mesma percentagem de imagens que *Economia*, *Regresso à Normalidade*, *Ficção vs realidade* e *Simbologia*). A terceira temática mais “ilustrada” no *Público* foi a *Economia* (11,2%), em troca com o *Terrorismo* (8,7%) que foi o terceiro tema mais referido; no *DN*, a *Segurança*, quinto tema mais abordado, foi o terceiro tema mais “ilustrado” (9,7%), por troca com *Economia* – o terceiro tema mais abordado e apenas o quinto em ilustrações (4,9%) – seguindo-se o *Ataque* (6,5%) (a mesma posição dos temas mais referidos); no *JN* *Ataque* e *Reacção*, cada com 7,5%, dividem o terceiro lugar do tema mais ilustrado, deixando mais uma vez a *Economia*, o terceiro tema mais referido, relegado para quinto lugar entre os temas mais ilustrados (6,8%).

Temas mais ilustrados		
Jornal	Autoria	Peças
Público	Perspectiva portuguesa	15,5%, 25 peças
DN	Perspectiva portuguesa	20,6%, 51 peças
JN	Perspectiva portuguesa	21,8%, 29 peças
Expresso	Ataque	16,7%, 3 peças
Independente	Perspectiva portuguesa	20%, 4 peças
Totalidade dos jornais		
Perspectiva portuguesa: 18,8%, 109 peças		

Tabela 6

4.3 Análise das variáveis de conteúdo

Na análise de conteúdo são apenas consideradas as peças produtos das rotinas jornalísticas, eliminando-se, por isso, as categorias opinião/editorial e cartoon.

4.3.1 Foco geográfico

Na cobertura do 11 de Setembro, a primeira semana foi dominada por notícias com foco geográfico nos *EUA* – 49,2% (Anexo 8: Quadro I), valor que não surpreende, uma vez que foi o país que sofreu os atentados e é o país que domina o fluxo noticioso internacional: um estudo de Stevenson e Cole (1984) apurou que os meios de comunicação social privilegiam, a seguir à informação sobre o espaço onde o país-sede se insere, a informação sobre os países desenvolvidos, particularmente sobre a Europa e os EUA. Também Vincent (*apud* Sousa, 1997: 178) sugere que os fluxos internacionais de notícias continuam a ser orientados para os EUA e a para a Europa, enquanto Galtung e Ruge (1965/1993: 67) defendem que acontecimentos que se referem a pessoas e países de elite são mais susceptíveis de fazerem parte das notícias. *Portugal* surge em segundo lugar, com 15,2%: perante um acontecimento com a dimensão global do 11 de Setembro, uma das abordagens é a associação ao interesse nacional – o que vai de encontro a um dos valores-notícia definidos por Golding e Elliott (1979: 119), a “influência sobre o interesse nacional” que um acontecimento possa ter, ao qual se deve

associar a chamada “lei da proximidade” (Wolf, 2003: 203) – uma norma clássica das redacções e que se aplica em diferentes acepções –, que pode ser analisada segundo duas perspectivas: a “proximidade geográfica” e a “proximidade cultural”.

A dimensão global do acontecimento comprova-se na categoria *Misto* (9,2%), que sucede a Portugal e que indica mais do que um país mencionado na peça. A *Europa* surge em quarto lugar (8,5%), contrariando em parte um estudo de Stevenson e Cole (1984) que havia demonstrado que as notícias do espaço geográfico onde o país se insere tendem a ser qualitativamente mais significativas do que as notícias dos restantes espaços. A fechar a lista dos focos geográficos mais representativos vem o *Médio Oriente* e o *Afganistão/Paquistão*, cada um com 4,8%.

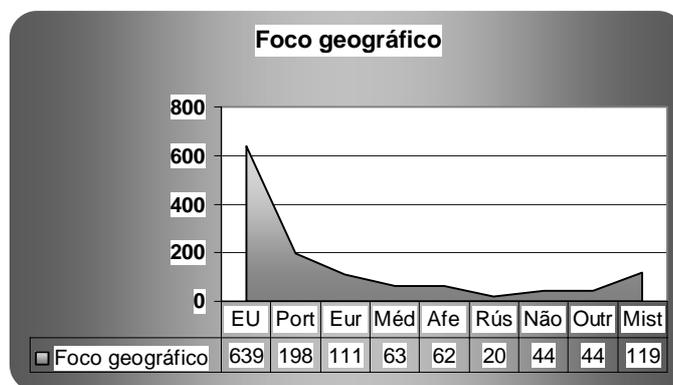


Gráfico 6

A incidência geográfica no *Médio Oriente* (não comum a todos os jornais analisados) pode dever-se a dois factores: por um lado, a ênfase regional do terrorismo internacional está situada, de alguns anos para cá, no Médio Oriente (Paletz e Boiney, 1992: 17); por outro lado, o conflito israelo-palestiniano foi apontado desde logo como um dos possíveis motivos para os atentados de 11 de Setembro. Em relação ao *Paquistão/Afganistão*, as consequências imediatas do 11 de Setembro – a busca de Bin Laden e a guerra ao terrorismo – indicavam uma deslocação lógica do foco geográfico para esta região. Tão lógica, que a sua importância foi aumentando progressivamente ao longo da semana (Anexo 8: Quadro II) – foi, aliás, a única categoria que teve esta progressão (as outras tiveram uma evolução instável), mais significativa se a associarmos aos EUA, que viram o seu peso diminuir drasticamente no último dia de cobertura.

Analisando cada jornal individualmente (Anexo 8: Quadro I), verifica-se que os *EUA* prevalecem em todos, com extraordinário domínio no *Expresso* (85%) e destacando-se no *JN*, onde representam mais de metade das peças (53%). Este consenso mantém-se para *Portugal*, que surge em segundo lugar, com uma significativa excepção, o *Expresso*, onde não surge uma única peça com foco geográfico em Portugal: no *Expresso*, o foco geográfico divide-se apenas entre os *EUA* e *Misto* (15%). Em contraponto, o *Independente* é o jornal que mais destaque dá a *Portugal* (23,1%), seguindo-se o *DN* (16,2%), o *Público* (16%) e o *JN* (12,6%). Embora, no geral, a categoria *Misto* surja em terceiro lugar, individualmente há divergências: mantém essa posição no *Independente* (15,4%) e *JN* (9%), mas situa-se em quarto lugar no *DN* (9,4%) e no *Público* (8,2%), que privilegiam a *Europa* (9,8% e 8,9%, respectivamente – 6,1% no *JN* e 12,8% no *Independente*).

Relativamente ao *Médio Oriente* e *Paquistão/Afeganistão* também não há consenso. *Público* (6,3%) e *JN* (5,2%) destacam *Paquistão/Afeganistão* – categoria ignorada no *Independente* – enquanto *DN* e *Independente* destacam o *Médio Oriente* (5,8% e 2,6%, respectivamente).

Foco geográfico		
Jornal	Autoria	Peças
Público	EUA	46,3%, 214 peças
DN	EUA	48%, 225 peças
JN	EUA	53,9%, 167 peças
Expresso	EUA	85%, 17 peças
Independente	EUA	41%, 16 peças
Totalidade dos jornais		
EUA: 49,2%, 639 peças		

Tabela 7

4.3.2 Tema

Observando o quadro I (Anexo 9), constata-se que a cobertura do 11 de Setembro nos jornais analisados foi diversificada, o que significa que os periódicos

analisados abordaram diversos aspectos do acontecimento, ainda que não a mesma proeminência.

A *Perspectiva Portuguesa* (Anexo 9: Quadro I), categoria que engloba todas as notícias que abordam o 11 de Setembro de um ponto de vista português e associado ao interesse nacional, surge como tema mais recorrente na cobertura dos jornais analisados (18,5%), o que, mais uma vez, corrobora o valor-notícia “influência sobre o interesse nacional” de um acontecimento, definido por Golding e Elliott (1979: 119). A aplicação deste valor-notícia depende fundamentalmente daquilo que se entende por “interesse nacional”, ou seja, da maneira como um órgão interpreta esse interesse e que se reflecte claramente nos temas (nomeadamente os de actualidade internacional) abordados e no tipo de abordagem.

Segue-se a *Guerra ao Terrorismo* (12,7%), “declarada” pelo Presidente norte-americano no próprio dia dos atentados – aliás, este rótulo foi produzido pela administração norte-americana e aceite acriticamente como rubrica por grande parte dos *media* norte-americanos (Harim, 2003: 106). Este tema foi vendo a sua importância aumentar ao longo da semana – excepto nos dias 14 e 18 (Anexo 9: Quadro I) – em consonância com o estudo de Volkmer (2003: 240) que revelou que as primeiras semanas após o 11 de Setembro foram dominadas pelo desenvolvimento por temas como a guerra ao terrorismo.

Em terceiro lugar dos temas mais focados está a *Economia* (9,5%), um sector onde a interdependência mundial é enorme – e ditada, sobretudo, pelos EUA – e que logo assumiu uma faceta relevante da cobertura do 11 de Setembro. A cobertura do tema *Economia* foi caracterizada por altos e baixos, atingindo o seu ponto mais relevante no dia 18, o dia após a reabertura da bolsa nova-iorquina (encerrada desde os atentados), acontecimento aguardado durante toda a semana e tema de muitas peças noticiosas.

Só em quarto lugar surgem os *Ataques* (7,2%), um tema cuja cobertura entrou em declínio logo no segundo dia, tendo o primeiro dia tido, previsivelmente, o maior número de peças sobre o tema – 69,9% do total de peças publicadas sobre o ataque durante a semana.

Temas mais focados

Temas	Público	DN	JN	Expresso	Independente	Total
Perspectiva portuguesa	83	88	59	0	10	240
Guerra ao terrorismo	60	58	41	3	3	165
Economia	46	46	26	2	3	123
Ataques	23	40	24	3	3	93
Terrorismo	47	26	11	1	7	92
Segurança	24	40	22	2	3	91
Total	283	298	183	11	29	804

↑
61,8% do total dos temas

Tabela 8

Tendo sido considerado sobretudo um atentado terrorista – o governo dos EUA preferiu encará-lo como um acto de guerra –, um dos temas abordados na cobertura do 11 de Setembro foi o *Terrorismo* (7,1%), e quase com a mesma relevância, a *Segurança* (7%), que se tornou uma obsessão mundial. No entanto, é de sublinhar a forma “limitada” como o *Terrorismo* se constituiu como tema – cá, como nos EUA não pareceu haver grande interesse nas causas políticas, económicas e sociais dos ataques (Harim, 2003: 105). No tema *Terrorismo* incluíram-se cronologias de atentados a interesses norte-americanos e perfis de terroristas – destacando-se bin Laden. O conjunto de peças dedicado ao *Terrorismo* e à *Segurança* (14,1%) ajudaram a estabelecer o 11 de Setembro como sintoma de um problema terrorista que constituía uma ameaça concreta e séria à segurança, não do mundo inteiro, mas sim do chamado “Ocidente”.

Um acontecimento desta magnitude suscita reacções de todo o mundo, de todos os quadrantes políticos e essas *Reacções* constituíram 5% das peças. Imediatamente após os ataques, foi iniciada uma *Investigação* e apontados os *Suspeitos*, categorias abordadas com alguma regularidade nesta cobertura, com 4,2% e 3,8% das peças, respectivamente. O regresso à normalidade constitui um passo importante na recuperação de um trauma resultante de violência planeada, como é o caso do terrorismo, e envolve a mobilização do colectivo para uma nova ligação à vida normal – uma experiência de catarse colectiva que pode ser proporcionada pelos *media* (Zelizer, 2003: 49): a categoria *Regresso à Normalidade* corresponde a 3,2% das peças, um pouco mais do que a *Solidariedade* (2,8%), que atingiu o pico no dia 15, dia após se ter

cumprido em praticamente todo o mundo três minutos de silêncio pelas vítimas dos atentados. É de salientar ainda a *Dimensão Mediática* (2,6%) – com os *media* a valorizarem o carácter eminentemente mediático do 11 de Setembro e a sublinharem a resposta dos próprios *media* a esse “desafio” –, a *Operação de Resgate* (2,5%) e as *Vítimas* (2,5%).

Individualmente (Anexo 9: quadro II), os jornais diários comportam-se de modo semelhante à tendência geral, com a *Perspectiva Portuguesa* a surgir como tema mais abordado (18% no *Público*, 18,8% no *DN* e 19% no *JN*), seguida da *Guerra ao Terrorismo* (13% no *Público*, 12,4% no *DN* e 13,2% no *JN*). A divergência surge com o *Público* a dar primazia ao *Terrorismo* (10,2%) em relação à *Economia* (10%), privilegiada pelo *DN* (9,8%) e *JN* (8,4%). O *Ataque* (8,5% e 7,7%) e a *Segurança* (8,5% e 7,1%) surgem no *DN* e *JN*, respectivamente, ainda antes do *Terrorismo* (5,5% no *DN* e 3,5% no *JN*), e com valores destacados relativamente ao *Público* (5% para o *Ataque* e 5,2% para a *Segurança*). Com as categorias a apresentarem valores e hierarquias bastante idênticas nos três jornais diários, destaque ainda para as diferenças nas categorias *Investigação*, mais focada no *DN* (5,3%) e *JN* (4,8%) do que no *Público* (2,6%), *Suspeitos*, mais abordada no *JN* (5,5%) e *Público* (4,3%) do que no *DN* (2,8%), *Vítimas* e *Operação de Resgate*, mais preponderantes no *JN* (3,5% e 3,2%, respectivamente) e *Dimensão Mediática* e *Conflito Israelo-Palestiniano*, mais salientes no *DN* (3% e 1,9%) e no *Público* (3% e 1,9%).

Em relação aos jornais semanários destaca-se novamente a *Perspectiva Portuguesa* por dois motivos: por um lado, é o tema mais referenciado no *Independente* (25,6%), e por outro, não tem uma única menção no *Expresso*. No *Expresso* os temas mais focados são o *Ataque* e a *Guerra ao Terrorismo*, cada um com 15% das peças. A cobertura no *Expresso* é, por um lado bastante equilibrada – no protagonismo semelhante dados aos temas abordados –, mas por outro é bastante redutora, uma vez que os temas abordados são muito restritos: além dos já referidos, *Economia*, *Segurança*, *Regresso à Normalidade* (também relevantes nos outros jornais), *Simbologia dos Edifícios* e *Realidade vs Ficção* (cada um com 10% das peças) e *Terrorismo* e *Investigação* (cada um com 5%). O *Independente*, apesar cultivar outros temas além dos encontrados no *Expresso*, apresenta ainda assim um número mais reduzido do que os dos jornais diários. A *Perspectiva Portuguesa* é o tema mais

abordado, seguindo-se o *Terrorismo* (17,9%), o *Ataque*, *Guerra ao Terrorismo* e *Economia*, cada qual com 7,7% das peças. Destaque para a referência do *Independente* à *Política norte-americana* (5,1%) – mais destaque do que qualquer outro jornal.

Vemos que o *Expresso* deu grande destaque aos ataques, às consequências (guerra ao terrorismo, economia, regresso à normalidade) e simbolismo do acto (simbologia dos edifícios e realidade vs ficção), enquanto o *Independente* deu destaque a uma “estória” terrorista com consequências (economia, guerra ao terrorismo) e antecedentes (política norte-americana).

Temas mais focados		
Jornal	Temas	Peças
Público	Perspectiva portuguesa	18%, 83 peças
DN	Perspectiva portuguesa	18,8%, 88 peças
JN	Perspectiva portuguesa	19%, 59 peças
Expresso	Guerra ao terrorismo; Ataque	Cada com 15%, 3 peças
Independente	Perspectiva portuguesa	25,6%, 10 peças
Totalidade dos jornais		
Perspectiva portuguesa: 18,5%, 240 peças		

Tabela 9

Analisando isoladamente a *Perspectiva Portuguesa* (Anexo 9: Quadro III), verifica-se que as categorias *Segurança* (15,4%, 37 peças), *Vítimas* (12,9%, 10 peças) e *Testemunhos* (10%, 24 peças) se destacam. Contrastando os quadros I e III (Anexo 9) verificam-se diferenças significativas nas prioridades temáticas: há um foco muito maior na *Segurança* (numa cobertura que pode ser considerada, até certo ponto, alarmista), mais ainda nas *Vítimas* – mais do quántuplo de peças referenciadas nesta categoria, aproximando-se daquilo que Crelinsten (1992: 208) considera normal na cobertura de actos terroristas: as vítimas de terrorismo, como as vítimas de outras formas de violência, fascinam-nos, daí serem um dos temas preferidos dos *media* – e, sobretudo, nos *Testemunhos*, que apresentam um valor irrelevante quando considerados no quadro geral (0,6%), mas que assumem na *Perspectiva Portuguesa* um papel preponderante. Estas três categorias anunciam por um lado estória securitária e por outro uma estória humana (uma “estória” de ameaça à segurança das pessoas, não tanto dos países) – especialmente se acrescentarmos a categoria *Solidariedade* (7,9%),

embora esta surja depois da *Reacção* (9,6%) e da *Guerra ao Terrorismo* (8,8%), esta sem a prevalência que tem no geral – muito à semelhança do que sucedeu nos EUA.

Temas	Público	DN	JN	Expresso	Independente	Total
Segurança	10	13	12	0	2	37
Vítimas	8	12	10	0	1	31
Testemunhos	3	8	13	0	0	24
Reacção	5	14	4	0	0	23
Guerra ao terrorismo	12	7	1	0	1	21
Solidariedade	12	4	3	0	0	19
Total	50	58	43	0	4	155

65% do total dos temas de Perspectiva portuguesa

Tabela 10

Entre os jornais, há algumas discrepâncias no tratamento temático (Anexo 9: Quadro III). Para o *Público*, os temas importantes foram a *Guerra ao Terrorismo* e a *Solidariedade* (cada um com 14,5%); para o *DN* as *Reacções* (15,9%); para o *JN* os *Testemunhos* (22%) e para o *Independente* o *Terrorismo* (40%). A *Segurança*, o tema mais focado dentro da *Perspectiva Portuguesa*, surge como segundo tema mais focado em todos os jornais – *Público* 12%, *DN* 16,5%, *JN* 21,8% e *Independente* 20% - e em terceiro estão as *Vítimas*, com mais peso no *JN* (18,2%), seguindo-se o *DN* (15,2%), o *Independente* (10%) e o *Público* (9,6%).

Jornal	Temas	Peças
Público	Guerra ao terrorismo; Solidariedade	Cada com 14,5%, 12 peças
DN	Reacção	15,9%, 14 peças
JN	Testemunhos	22%, 13 peças
Independente	Terrorismo	40%, 4 peças

Totalidade dos jornais
Segurança: 15,4%, 37 peças

Tabela 11

4.3.3 Actores

No que se refere aos actores mais referenciados ao longo da primeira semana da cobertura portuguesa do 11 de Setembro (Anexo 10: Quadro I), o *Governo* surge destacadíssimo (15,9%), seguindo-se os *Populares* (5,8%), com muito menos expressão mas indiciando dois pólos opostos na cobertura – de notar que em 12,5% das peças esta variável não é aplicável e que a categoria *Outros* corresponde a 7,8% das peças. Estes dois indicadores tiveram uma evolução irregular ao longo da semana, mas mantiveram-se sempre como os actores mais citados. Os *Serviços Secretos* (3,9%) e o Presidente norte-americano *George W. Bush* (3,4%) seguem-se – *bin Laden* foi actor em 2,6% das peças. Relevantes ainda os *Terroristas* (3,2%), as *Bolsas de Valores* (3,1%) – com uma evolução inconstante, mas impondo-se no dia 18, dia seguinte à reabertura da bolsa de Nova Iorque –, os *Media* (3,1%) e as *Vítimas* (3%). Com intervalos mínimos entre elas – oscilações entre 2,2% e 2,8% – seguem-se as categorias *Militares*, *Forças de Segurança*, *Instituições Financeiras*, *Especialistas*, *Agências Governamentais* e *Emigrantes Portugueses* – esta categoria regista uma forte concentração nos primeiros dias (Anexo 10: Quadro I), entra depois em declínio até ao dia 17 (dias 16 e 17 não regista nenhuma frequência) e tem uma frequência residual no dia 18, não acompanhando, portanto, a tendência dos *Populares*. Tal terá sucedido porque à medida que se iam conhecendo as vítimas portuguesas, o foco das notícias passou para Portugal e os emigrantes foram substituídos por populares das terras de origem dessas vítimas das quais se tentou recuperar a história.

Actores	Público	DN	JN	Expresso	Independente	Total
Governo	65	80	52	4	7	208
Populares	37	16	22	2	1	78
Serviços secretos	16	15	12	2	6	51
George W. Bush	18	17	8	0	1	44
Terroristas	21	7	9	1	4	42
Bolsa de valores	18	12	9	1	0	40
Total	175	147	112	10	19	463

↑
35,6% do total de Actores

Tabela 12

Individualmente (Anexo 10: Quadro II), todos os jornais tiveram o *Governo* como o actor mais nomeado – o *Público* é o que dá menos protagonismo (14,1%) e no outro extremo está o *Expresso* (20%). Os *Populares* vêm a seguir no *Público* (8%), *JN* (6,9%) e *Expresso* (10,5%), mas tem valores consideravelmente mais baixos no *DN* (3,2%) e *Independente* (2,6%) – no *DN*, os *Media* (4,3%) são os segundos actores mais nomeados (é de salientar o papel de “agenda-setting” representado por alguns *media* relativamente a outros) e no *Independente* é *bin Laden* (7,9%).

Actores		
Jornal	Actores	Peças
Público	Governo	14,1%, 65 peças
DN	Governo	17,1%, 80 peças
JN	Governo	16,8%, 52 peças
Expresso	Governo	20%, 4 peças
Independente	Governo	17,9%, 7 peças

Totalidade dos jornais
Governo: 16%, 208 peças

Tabela 13

Nesta análise, a distinção entre jornais semanários e diários é importante, uma vez que os semanários apresentam um número mais restrito de actores – sobretudo o *Expresso*: além dos já referidos, apenas *Serviços Secretos* (10,5%), *Terroristas* (5,3%), *Especialistas* (5,3%) e *Bolsa de Valores* (2,5%). Os aspectos mais salientes no âmbito do *Expresso* são a não inclusão de *Emigrantes Portugueses* (em consonância com a ausência da temática *Perspectiva Portuguesa*), *Bush* ou *bin Laden* entre os actores, estas últimas numa clara opção pela não centralização em indivíduos. Opção contrária teve o *Independente*, onde *bin Laden* surge como actor em 7,9% das peças (*Bush* surge apenas em 2,6% das peças), o valor mais elevado de todos os jornais – antes de *bin Laden* surgem só os *Serviços Secretos* (15,8%) e *Terroristas* (10,5%) (a ênfase em *bin Laden* e *Terroristas* ajusta-se à opção do *Terrorismo* como segunda temática mais abordada no *Independente*). Destaque ainda para a *União Europeia* e para os *Emigrantes Portugueses* – cada qual com 5,3% –, que têm no *Independente* mais protagonismo que em qualquer outro jornal, e para as *Instituições Financeiras* (5,3%), único actor

económico mencionado, contrariando a tendência de maior protagonismo das *Bolsas de Valores*.

Nos jornais diários, e depois dos Populares, que no *Público* e *JN* ultrapassam os 5%, os actores mais nomeados (coincidentes não maioria com a tendência geral) oscilam entre os 2% e os 5%, o que indica uma variação mínima. Verificam-se algumas clivagens nas categorias *Terroristas*, que no *Público* correspondem a 4,5% das peças, no *JN* a 2,9% e no *DN* ficam pelos 1,5%, ou *Media*, mais protagonismo no *DN* (4,3% e *Público* (3%) do que *JN* (1,6%). As *Vítimas*, *Forças de Segurança* e *Emigrantes Portugueses* têm protagonismo semelhante no *JN* (4,6%, 3,6% e 2,9%) e *DN* (3%, 3,2% e 2,4%), enquanto no *Público* se quedam com números menos relevantes (2,2%, 2,2% e 1,3%). O maior protagonismo dado pelo *JN* às *Vítimas* tem correspondência no protagonismo que dá aos *Sobreviventes*, embora numa escala mais reduzida dada a relativa obscuridade em que permaneceu a questão: 2,3% no *JN*, 1,3% no *Público* e 0,4% no *DN*.

4.3.4 Enquadramento

A variável Enquadramento foi incluída baseada nas teorias de agenda-setting, nomeadamente da segunda dimensão do agenda-setting: a agenda de atributos, que são os subtópicos de um tema particular (Ghanem, 1997: 11) – um tema pode ser visto como constituído por vários aspectos ou subtemas que podem ser tratados como atributos. O indicador *Agenda 1* corresponde ao primeiro nível do agenda-setting, o que está directamente relacionado com os atentados de 11 de Setembro; o indicador *Agenda 2* corresponde aos atributos do 11 de Setembro: quando a primeira agenda se esgota existe uma extrapolação, em que os atributos se autonomizam.

Nos jornais analisados (Anexo 11: Quadro I), verifica-se que 26,5% das peças pertencem à *Agenda 1* e 73,5% pertencem à *Agenda 2*, a agenda dos atributos que domina de forma avassaladora a cobertura. Aliás, a *Agenda 2* domina a cobertura durante toda a semana, com excepção do dia 12 (primeiro dia de cobertura), no qual se verificou um domínio ligeiro da *Agenda 1* (51,3%) (Anexo 11: Quadro I). No entanto, nas edições especiais do dia 12, já é a *Agenda 2* que domina, com 53,2% (Anexo 11: Quadro II).

Individualmente, os jornais apresentaram uma cobertura similar no que concerne ao enquadramento – apenas o *Expresso* se destaca um pouco, registando um peso de 85% para a *Agenda 2* e 15% para a *Agenda 1*, quando nos outros casos os valores andam, respectivamente, na casa dos 70% e dos 20% (Anexo 11: Quadro III).

Jornal	Agenda 1	Agenda 2
Público	23,8%, 110 peças	76,2%, 352 peças
DN	28,8%, 135 peças	71,2%, 334 peças
JN	27,7%, 86 peças	72,3%, 224 peças
Expresso	15%, 3 peças	85%, 17 peças
Independente	28,2%, 11 peças	71,8%, 28 peças
Total	26,5%, 345 peças	73,5%, 955 peças

Tabela 14

Cruzando as variáveis Enquadramento e Temas 1 (Anexo 11: Quadro IV), verifica-se que os atributos do 11 de Setembro mais salientes nesta semana são a *Perspectiva Portuguesa* (17,6%), a *Guerra ao Terrorismo* (16,4%), a *Economia* (11%), a *Segurança* (7,7%) e o *Terrorismo* (9,5%). Analisando individualmente cada jornal, encontram-se algumas diferenças. Os jornais diários coincidem na saliência que atribuem à *Perspectiva Portuguesa* e à *Guerra ao Terrorismo*, os dois atributos mais destacados em todos: o *Público* com 17,3% e 16,8%, respectivamente (Anexo 11: Quadro V), o *DN* com 18% e 16,8% (Anexo 11: Quadro VI) e o *JN* com 17,4% e 16,5% (Anexo 11: Quadro VII). Dos três jornais, o *DN* é o que segue mais de perto a tendência geral, já que seguem *Economia* e *Segurança* (cada qual representando 10,5% das peças) e depois *Terrorismo* (7,8%). O *JN* também segue de perto a tendência geral com a *Economia* (10,7%) a surgir em terceiro, seguida da *Segurança* (8,9%) – porém, ao invés do *Terrorismo* (4,9%), em quinto lugar surge a *Investigação* (5,4%). Para o *Público*, o *Terrorismo* (13,1%) surge em terceiro lugar na lista dos atributos mais salientes, só depois vindo a *Economia* (11,6%) e, em quinto, a *Solidariedade* (4,8%) – a *Segurança* (4%) sucede-se, repartindo a proeminência com *Regresso à Normalidade* e *Suspeitos*.

No que diz respeito aos jornais semanários, o *Independente* (Anexo 11: quadro VIII) é o que segue mais de perto a tendência geral. A *Perspectiva Portuguesa* destaca-se com 28,6% das peças, mas é seguida pelo *Terrorismo* (25%). *Economia* e *Segurança*

seguem-se com, cada, 10,7% das peças, e *Guerra ao Terrorismo* (7,1%) completa a lista dos subtemas mais salientes (dividindo o protagonismo com a *Política norte-americana*).

O *Expresso* (Anexo 11: Quadro IX) não traz qualquer referência à *Perspectiva Portuguesa*, sendo a *Guerra ao Terrorismo* (17,6%) o atributo mais saliente da sua cobertura. Depois, todos correspondendo a 11,8% das peças, vem a *Economia*, a *Segurança*, a *Simbologia dos Edifícios*, *Ficção vs Realidade* e *Regresso à Normalidade*.

4.4 Análise das variáveis de discurso

Na análise de discurso são apenas consideradas as peças produtos das rotinas jornalísticas, eliminando-se, por isso, as categorias opinião/editorial e cartoon.

4.4.1 Vozes

Na análise das vozes das peças (Anexo 12: Quadro I) destaca-se desde logo a categoria *Não Aplicável* com 35,2%, o que corresponde a uma percentagem significativa de peças sem citações. O *Governo* é a voz mais citada durante esta semana, com 14,9%, mais do dobro de referências da segunda voz mais citada, os *Especialistas* (6,9%), que viram o seu peso diminuir ao longo da semana (Anexo 12: Quadro I) – responsáveis por 9,5% das citações no dia 12, ficaram reduzidos a 1,3% no dia 18. A categoria *Outro* (6,2%) – que foi aumentando a sua preponderância ao longo da semana – interpõe-se entre os *Especialistas* e os *Populares* (4,8%), que terminaram a semana no pico de referências, o que poderá estar relacionado com a chegada dos enviados especiais a Nova Iorque. *Governo*, *Especialistas* e *Populares* são as vozes mais citadas durante esta semana – de resto, acima dos 2% de citações apenas se encontram as *Forças de Segurança* (2,3%), *Bush* (2,6%), com uma prestação irregular, e *Emigrantes Portugueses* (2,2%), que viram o seu protagonismo diminuir (não registaram nenhuma frequência nos dias 16 e 17) terminando a semana com insignificantes 0,6%.

Vozes	Público	DN	JN	Expresso	Independente	Total
Governo	66	75	43	3	7	194
Especialistas	38	24	21	4	3	90
Populares	26	13	21	2	1	63
Forças de segurança	9	8	13	0	0	30
George W. Bush	12	15	7	0	0	34
Emigrantes portugueses	6	11	9	0	2	28
Total	157	146	114	9	13	439

↑
33,8% do total de Vozes

Tabela 15

Relativamente aos actores, o *Governo* mantém a posição dominante – se juntarmos o presidente *Bush*, as *Forças de Segurança*, os *Serviços Secretos* (1,8%, uma diminuição significativa relativamente à variável actor, em que surgia em terceiro lugar) e *Militares* (1,2%), mais *União Europeia* (1,5%) concluímos que as fontes oficiais (23,8%) dominam a cobertura do 11 de Setembro. Uma conclusão que vai de encontro aos estudos sobre as fontes jornalísticas, que dão quase sempre a prevalência às fontes oficiais: estas dominam não só devido à sua representatividade e posicionamento hierárquico, mas também porque a orientação para “pessoas de elite” permite ganhos de noticiabilidade. Simultaneamente, esta conclusão corrobora o que é defendido por vários autores relativamente aos incidentes terroristas. Paletz, Fozzard e Ayanian (1982,83 *apud* Paletz e Boiney, 1992: 19) analisaram o conteúdo da cobertura de três grupos terroristas do New York Times e canais televisivos e concluíram que as histórias assentavam em fontes da autoridade e não legitimavam as causas dos terroristas. Também Ginneken (1998: 88-93) determinou que nas últimas décadas, o poder da maior parte dos governos ocidentais de determinar a agenda dos *media* aumentou. De entre estes, sobressai o governo dos EUA: em ocasiões em que é identificada alguma “ameaça” ao Ocidente, o governo dos EUA revela ter um poder formidável de determinar a agenda dos *media* mundiais e mesmo de vários órgãos da ONU. Segundo Harim (2003: 105), depois de alguma desorientação inicial, a administração Bush determinou os enquadramentos e as agendas para noticiar a história em desenvolvimento – “De facto, a maior parte dos *media*, atónitos pelos acontecimentos, pareceram demasiado ansiosos por aceitar as pistas do governo”.

Contudo, também relativamente aos actores, os *Especialistas* superiorizaram-se aos *Populares*. De facto, os especialistas tornaram-se uma presença constante nos *media*, tendo-se constituído como uma grande voz de autoridade – quase todos os temas são cobertos por um número extremamente limitado de especialistas que aparecem e reaparecem. Sobretudo nos assuntos de política externa, um leque bastante reduzido de especialistas do tema e de segurança cobrem grande parte do terreno (Ginneken, 1998: 99-100). A “vox populi” tem também ganho espaço nos *media*, no que à primeira vista parece ser a vontade de ter uma amostra da opinião das pessoas comuns. Olhando mais atentamente, porém, percebe-se que este género é muitas vezes encenado. Muitas vezes, os repórteres têm ideias bastante definidas sobre o que querem ouvir e continuam a fazer entrevistas até terem uma ou duas declarações que encaixem nesse modelo (Ginneken, 1998: 102).

De sublinhar que, enquanto vozes, *bin Laden* (0,4%) e *Terroristas* (0,2) têm uma presença insignificante – embora constituíssem actores proeminentes. Tal situação parece encaixar no modelo dos que defendem que a cobertura mediática não é favorável aos terroristas. Paletz, Fozzard e Ayarian (1982, 83 *apud* Hewitt, 1992: 174) descobriram que os motivos e objectivos do terrorismo eram largamente ignorados, havendo antes uma ênfase na violência terrorista – tal vai determinar como o público vai perceber o tema: e o tema é a violência, não as suas causas. “Embora o terrorismo transnacional gere uma quantidade considerável de atenção mediática, o tipo de cobertura que recebe parece minar a efectividade do terrorismo como uma estratégia de comunicação” (Kelly e Mitchell, 1981 *apud* Paletz e Boiney, 1992: 19).

Pelo contrário, a categoria *Familiares* e *Amigos das Vítimas* viu o seu protagonismo aumentar enquanto fontes, o que confirma o fascínio dos *media* pelas vítimas (Crelinsten, 1992: 208) e a transferência desse fascínio para familiares e amigos.

Analisando os jornais individualmente (Anexo 12: Quadro II), conclui-se que se mantém a tendência geral: a categoria *Não aplicável* surge em alta (entre os 30,1% do *Público* e os 45% do *Expresso*) e o *Governo* continua preponderante, embora esta preponderância sobressaia mais nos semanários (*Expresso* 15% e *Independente* 17,9%), do que nos diários, onde se destaca o *DN*, com 16% (*Público* 14,3% e *JN* 13,9%). É necessário, contudo, sublinhar que no *Expresso* as vozes mais citadas são as de *Especialistas* (20%) – que nos restantes jornais assumem a segunda posição (de acordo

com a tendência geral): 8,2% no *Público*, 7,7% no *Independente*, 6,8% no *JN* e 5,1% no *DN*. Os *Populares* aparecem como terceira voz mais citada – após *Outros* (só nos diários, já que nos semanários não tem qualquer frequência) – nos jornais *Público* (5,6%), *JN* (6,8%) e *Expresso* (10%), enquanto no *DN* (2,8%) essa posição é assumida por *Bush* (3,2%) e no *Independente* (2,6%) por *Emigrantes Portugueses* e *Serviços Secretos* (cada um com 5,1% de peças) – *Bush* não é citado nos semanários e no *Público* e no *JN* tem, respectivamente, 2,6% e 2,3% de citações; *bin Laden*, actor que rivalizava com *Bush* é apenas citado em 0,4% das peças do *Público*, 0,6% nas do *JN* e 2,6% nas do *Independente*.

Vozes		
Jornal	Vozes	Peças
Público	Governo	14,3%, 66 peças
DN	Governo	16%, 75 peças
JN	Governo	13,9%, 43 peças
Expresso	Especialistas	20%, 4 peças
Independente	Governo	17,9%, 7 peças
Totalidade dos jornais		
Governo: 14,9%, 194 peças		

Tabela 16

É, mais uma vez, necessário fazer distinção entre jornais semanários e jornais diários uma vez que estes albergam um número bastante superior de vozes. Nos semanários, o *Expresso* destaca-se pelo número limitado de vozes (além das já referidas apenas *Empresas* (5,3%) e *Serviços Secretos* (5,3%), num total de cinco) – o *Independente* tem 13 vozes distintas, incluindo as mesmas do *Expresso*, com excepção de *Empresas* e, além das já referidas anteriormente, as restantes estão, cada uma, presentes numa peça (2,6%).

Os jornais diários têm um comportamento semelhante entre si, com algumas excepções: apenas o *Público* cita *Terroristas* (0,2%) (também o *Independente* o faz, com 2,6% de citações); o *DN* não cita *Sobreviventes* (*Público* 0,9% e *JN* 1%), e *Público* e *JN*, cada um com 1,3%, dão alguma visibilidade às *Equipas de Salvamento*, que no *DN* ficam pelos 0,4% de citações.

4.4.2 Tom

O tom da cobertura noticiosa tem sido objecto de muitos estudos envolvendo sobretudo campanhas eleitorais. Patterson (1993, *apud* Serrano, 2005: 113-114) identificou um aumento de negativismo na imprensa desde as eleições presidenciais norte-americanas de 1960, um facto reconhecido por outros investigadores. Também na Europa, na Alemanha, Wilke e Reinemann (2001 *apud ibidem*) identificaram oscilações entre o tom negativo e positivo nas notícias, entre 1949 e 1980, que a partir de 1980 se tornou numa clara cobertura negativa. As explicações para o negativismo das notícias não são consensuais: nos EUA, Patterson (1994) atribuiu responsabilidades, sobretudo, à Guerra do Vietname e ao Watergate; Jamieson (1992) às campanhas eleitorais e à “política suja”. Por sua vez, Wilke e Reinemann (2001) atribuem esse negativismo a mudanças na ideologia dos jornalistas. A estes argumentos, Hallin (1992) acrescenta os desenvolvimentos tecnológicos dos *media* e à profissionalização das campanhas praticada pelos políticos e pelos peritos de relações públicas.

Nos jornais analisados, a cobertura do 11 de Setembro assumiu um tom predominantemente *Neutro* (64%, 832 peças), um valor bastante superior às peças com tom *Negativo* (349 correspondendo a 26,8%) somadas com as peças de tom *Positivo* (119 correspondendo a 9,2%) (Anexo 13: Quadro I).

Em todos os jornais domina o tom *Neutro* (Anexo 13: Quadro I) – nos jornais diários em mais de 50% das peças (61,5% no *Público*, 69,5% no *DN* e 62,3% no *JN*), nos jornais semanários com valores inferiores (53,8% no *Independente* e 40% no *Expresso*). Com excepção do *Expresso*, em todos os outros jornais o segundo tom predominante é o *Negativo*: *Público* 28,1%, *DN* 24,3%, *JN* 28,1% e *Independente* 33,3% – no *Expresso* o valor é de 25%, sendo ultrapassado pelos 35% de peças com tom positivo. O tom *Positivo* está presente em 10,4% das peças do *Público*, 6,2% das peças do *DN*, 9,7% das peças do *JN* e 12,8% das peças do *Independente*.

Tom			
Jornal	Positivo	Negativo	Neutro
Público	10,4%, 48 peças	28,1%, 130 peças	61,5%, 284 peças
DN	6,2%, 29 peças	24,3%, 114 peças	69,5%, 326 peças
JN	9,7%, 30 peças	28,1%, 87 peças	62,3%, 193 peças
Expresso	35%, 7 peças	25%, 5 peças	40%, 8 peças
Independente	12,8%, 5 peças	33,3%, 13 peças	53,8%, 21 peças
Total	9,2%, 119 peças	26,8%, 349 peças	64% 832 peças

Tabela 17

Alguns estudos sugerem que os *media* cobrem os eventos terroristas de maneira a reforçar o seu próprio poder de transmitir a “realidade”. Picard e Adams (1988 *apud* Paletz e Boiney, 1992: 22) estudaram notícias de actividade terrorista nos jornais Los Angeles Times, Washington Post e New York Times no período de 1980-85 e concluíram que a grande maioria das descrições dos perpetradores e suas acções (82%) eram nominais, ou seja, “descrição pura com tão poucos julgamentos sobre os actos ou perpetradores quanto possível” e sem muito significado conotativo. Um tom neutro, portanto.

Conclusão

A elaboração deste trabalho, tanto na sua faceta teórica como na empírica, foi orientada pela preocupação de averiguar o modo como a imprensa portuguesa fez a cobertura do 11 de Setembro de 2001 e, conseqüentemente, o modo como este acontecimento se constituiu fonte de discussão pública. Para cumprir esse objectivo, foi desenvolvido um modelo de análise que se fundamentou num conjunto de conceitos extraídos da revisão teórica, realizada em torno de dois pólos: a relação entre o terrorismo e os *media* e as questões da noticiabilidade e do “agenda-setting”. O campo de observação desta pesquisa incidiu sobre cinco jornais, três diários (*Público*, *Diário de Notícias* e *Jornal de Notícias*) e dois semanários (*Expresso* e *Independente*), analisados durante a semana de 12 de Setembro de 2001 a 18 de Setembro de 2001, num total de 1487 peças.

A 11 de Setembro de 2001, as acções completamente inesperadas de dois aviões de carreira a serem deliberadamente direccionados contra dois dos edifícios mais altos e simbólicos do mundo, na cidade norte-americana de Nova Iorque, e o conseqüente número elevadíssimo de vítimas mortais, abalou os parâmetros cognitivos da realidade dos jornalistas e espectadores. Especialmente o embate do segundo avião, visto por uma audiência mundial em imagens em tempo real, criou uma situação de perplexidade na comunidade global, atónita com o que via na televisão e procurando toda a informação disponível.

Para responder a essa procura, em Portugal vários jornais apostaram em edições especiais, as tiragens aumentaram – toda uma dinâmica que demonstrou que a necessidade de informação das pessoas não se satisfaz apenas com a televisão e que reconhecem nos jornais uma vocação maior para contextualizar e aprofundar a informação. Nos dias seguintes, essa vocação foi consolidada, permanecendo o 11 de Setembro nas primeiras páginas e nos destaques dos jornais, cada qual com um título especial para a sua “secção” 11 de Setembro, tentando reflectir o carácter extraordinário do acontecimento – um verdadeiro acontecimento global para os jornais analisados.

Segundo vários estudos, o terrorismo (e também o crime) é muitas vezes objecto de cobertura noticiosa totalmente desproporcionada. No caso dos ataques terroristas do 11 de Setembro de 2001, essa tendência foi amplificada pela conjugação dos critérios de

noticiabilidade com múltiplos valores-notícia, onde se destacam o inesperado, a novidade, o conflito, a inversão, a relevância, a morte e a notoriedade do actor. A maneira como o acontecimento dominou os jornais, significou uma crise global e impôs uma nova hierarquia de significância que secundarizou outros conflitos. Concomitantemente, os jornalistas foram muito desafiados na sua capacidade de impor sentido ao acontecimento, recorrendo a formatos narrativos simples – o predomínio das notícias e das breves é disso paradigmático. Nesta primeira semana, as notícias foram dominadas por um estilo descritivo e factual – quando os acontecimentos primeiro se anunciam, particularmente no domínio das notícias de última hora internacionais, o seu verdadeiro significado histórico não é logo imediato: Quais podem ser as causas imediatas e distantes, quais podem ser as consequências imediatas e distantes? Que aspectos do contexto são triviais, quais são essenciais? Paralelamente, contudo, os jornais desenvolveram os espaços dedicados à opinião e à análise do acontecimento, uma vocação mais evidente nos jornais semanários.

A enormidade dos atentados terroristas encontrou, portanto, correspondente na dimensão da cobertura mediática, numa dinâmica que pode ser considerada de dimensões proporcionadas – ou não fosse o ataque um “vulcão de actualidade” globalizado. As prioridades das organizações noticiosas foram rapidamente redefinidas, convocando grande parte dos recursos para a cobertura do acontecimento, estabelecendo o 11 de Setembro como agenda prioritária.

Os jornalistas, face ao subitâneo, responderam como o fazem em situações de excepção: adoptando procedimentos-padrão de recolha de informação e de notícias, que envolveram a realização de uma série de acções concebidas para conseguir a cobertura, tal como contactar instituições para obter acesso a locais e pessoas relevantes, entrevistar e usar certos tipos de fontes documentais – as contingências do formato noticioso, como cumprir “deadlines”, obter “factos”, fotos e citações de categorias específicas de pessoas (testemunhas, figuras de autoridade) asseguram que as rotinas são seguidas de um modo sistemático, transformando um “mega-acontecimento”, no paradigma do acontecimento agendado. Por isso, em termos globais, pode afirmar-se que a primeira semana de cobertura do 11 de Setembro na imprensa portuguesa foi bastante homogénea, se excluirmos as idiosincrasias ditadas pelas especificidades vocacionais de jornais diários e jornais semanários. Parece que os jornais analisados – à

semelhança do que sucedeu com os *media* norte-americanos – entraram no que Hallin (1986, *apud* Schudson, 2003: 40) denominou de “esfera do consenso”, na qual os jornalistas se sentem livres para invocar um “nós” generalizado e para tomar como certos valores e assumpções partilhadas.

O resultado nos jornais portugueses foi uma “estória de convergência”, traduzida num privilegiar da vertente nacional, expressa no domínio do tema Perspectiva Portuguesa na cobertura jornalística nacional dos jornais analisados, com excepção do Expresso – uma situação consonante com o valor-notícia “influência sobre o interesse nacional”: analisando-se os subtemas integrados na Perspectiva Portuguesa constata-se que as prioridades da agenda dos *media* nacionais se assemelham muito às dos *media* norte-americanos, com dois pólos dominantes, o securitário e o humano. O segundo tema mais focado, “Guerra ao Terrorismo”, é uma prova da influência do governo norte-americano na formação das agendas mediáticas mundiais, já que este foi um rótulo produzido pela administração Bush, aceite como natural e dominante na cobertura das semanas imediatamente após o 11 de Setembro – se um governo tem o poder de colocar certos temas nas agendas dos media mundiais, também pode exercer uma influência considerável na opinião mundial. Assim, as visões dominantes do 11 de Setembro na imprensa nacional foram as de um acontecimento importante para o interesse nacional e da necessidade de retaliação, em convergência com a Agenda norte-americana.

Esta influência governamental é reforçada quando se analisam os actores e as vozes mais importantes na cobertura nacional do 11 de Setembro. O Governo assume uma posição dominante, aliada a outras fontes oficiais concluindo-se que as fontes oficiais dominaram a cobertura do 11 de Setembro. Esta conclusão corrobora a maioria dos estudos sobre as fontes jornalísticas e também sobre os *media* e o terrorismo, que defendem que as perspectivas oficiais são reforçadas e os objectivos dos terroristas largamente ignorados – os terroristas, sendo actores relativamente proeminentes, são vozes irrelevantes: por exemplo, notou-se uma tendência para a personalização nas figuras de George W. Bush e Osama bin Laden, numa lógica que se enquadra na ideologia do Bem contra o Mal que a administração norte-americana se esforçou para passar, mas com bin Laden a ser completamente olvidado enquanto voz. Longe do que se poderia chamar de equilíbrio entre fontes oficiais e não oficiais, foi dado algum

protagonismo à “vox populi”, nomeadamente através de citações de populares e emigrantes portugueses.

Bibliografia

Almeida, João Marques de (2004) “As fracturas no Ocidente”. *Relações Internacionais* 3, pp. 55-62.

Alsina, Rodrigo Miquel (1996) *La Construcción de la Noticia*. Barcelona: Ediciones Paidós.

Altheide, D. (1976) *Creating Reality. How TV News Distort Events*. Beverly Hills, Ca: Sage.

Amin, Samir (2002) “Os atentados de 11 de Setembro” in AAVV *O Império em Guerra – O Mundo Depois do 11 de Setembro*. Porto: Campo das Letras.

Ash, Timothy Garton “Assim começa o século XX”. *Público*, 17 de Setembro de 2001, Destaque.

“Attacks called great art” (2001), em <http://nytimes.com/2001/09/12/arts/music/karl.html> (acedido: Abril 2002).

Aubenas, Florence e Miguel Benasayag (2002) *A Fabricação da Informação – Os jornalistas e a ideologia da comunicação*. Porto: Campo das Letras.

Auge, Marc (2003) *Diário de Guerra*. s/l: Fim de Século.

Baudrillard, Jean (2002) *O espírito do terrorismo*. Porto: Campo das Letras.

Bénot, Yves (2002) “A propósito de Manhattan” in AAVV *O império em guerra – O mundo depois do 11 de Setembro*. Porto: Campo das Letras.

Bird, Elizabeth S. e Robert W. Dardenne (1988/1993) “Mito, Registo e ‘Estórias’: Explorando as Qualidades Narrativas das Notícias” in Nelson Traquina (org.) *Jornalismo, Questões e “Estórias”*. Lisboa: Vega.

Bird, S. Elizabeth (2002) “Taking it personally: supermarket tabloids after September 11” in Zelizer, Barbie e Stuart Allan (eds) *Journalism after September 11*. New York: Routledge.

Blaisse, Mark (1992) “Reporters’ Perspectives” in Paletz, David L. e P. Schmid (eds) *Terrorism and the Media*. California: Sage Publications.

Blood, Deborah J. e Peter C. B. Phillips (1997) “Economic Headlines News on the Agenda: New Approaches to Understanding Causes and Effects” in Maxwell E. McCombs, Donald L. Shaw e David Weaver (org.) *Communication and Democracy: Exploring the Intellectual Frontiers in Agenda-Setting Theory*. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc.

- Bok, Sissela (1998) *Mayhem: Violence and Public Entertainment*. Massachusetts: Perseus Books.
- Boorstin, Daniel (1961) *The Image: Or What Happened to the American Dream*. New York: Antheheum.
- Bourdieu, Pierre (2001) *Sobre a Televisão*. Oeiras: Celta Editora.
- Breed, Warren (1955/1993) “Controlo Social na Redacção: Uma Análise Funcional” in Nelson Traquina (org.) *Jornalismo, Questões e “Estórias”*. Lisboa: Vega.
- Carey, James W. (2002) “American journalism on, before, and after September 11” in Zelizer, Barbie e Stuart Allan (eds) *Journalism after September 11*. New York: Routledge.
- Cascais, Fernando (2001) *Dicionário de jornalismo – as palavras dos media*. Lisboa: Editorial Verbo.
- Cassese, António (1991) “Violence, War and the Rule of Law in the International Community” in David Held (ed.) *Political Theory Today*. Cambridge: Polity Press.
- Chesnais, François (2002) “Estamos perante dois inimigos e devemos reconstruir uma perspectiva internacionalista” in AAVV *O império em guerra – O mundo depois do 11 de Setembro*. Porto: Campo das Letras.
- Chomsky, Noam (2001) *Nova Iorque 11 de Setembro*. Lisboa: Caminho.
- Chomsky, Noam (2002a) *A Manipulação dos Media: Os Efeitos Extraordinários da Propaganda*. Mem Martins: Editorial Inquérito.
- Chomsky, Noam (2002b) “A nova guerra contra o terror” in AAVV *O império em guerra – O mundo depois do 11 de Setembro*. Porto: Campo das Letras.
- Chomsky, Noam (2003a) *Piratas e Imperadores, Velhos e Novos – O Terror que nos vendem e o Mundo Real*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Chomsky, Noam (2003b) *Poder e Terror*. Mem Martins: Editorial Inquérito.
- Correia, Fernando (1997) *Os Jornalistas e as Notícias*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Crelinsten, Ronald D. (1992) “Victims’ Perspectives” in Paletz, David L. e P. Schmid (eds) *Terrorism and the Media*. California: Sage Publications.
- Crenshaw, Martha (1995) *Terrorism in Context*. Pennsylvania: Pennsylvania State University.
- Davies, Barry (2003) *Terrorism, Inside a World Phenomenon*. London: Virgin Books.

Ericson, Richard V., Baranek, Patricia M., e Janet B. L. Chan (1987) *Visualizing Deviance: A Study of News Organization*. Toronto: University of Toronto Press.

Ericson, Richard V., Baranek, Patricia M., e Janet B. L. Chan (1989) *Negotiating Control: a Study of News Sources*. Toronto: University of Toronto Press.

Fernandes, Luís Fiães (2004) “As Sociedades Contemporâneas e a Ameaça Terrorista” in Adriano Moreira (coord.), *Terrorismo*. Coimbra: Almedina.

Figueiras, Rita (2005) *Os Comentadores e os Media – os autores das colunas de opinião*. Lisboa: Livros Horizonte.

First, Anat (1997) “Television and the Construction of Social Reality: An Israeli Case Study” in Maxwell E. McCombs, Donald L. Shaw e David Weaver (org.) *Communication and Democracy: Exploring the Intellectual Frontiers in Agenda-Setting Theory*. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc.

Fontcuberta, Mar de (1999) *A notícia*. Lisboa: Notícias Editorial.

Funkhouser, G. R. (1973/1991) “The Issues of the Sixties: An Exploratory Study in the Dynamics of Public Opinion” in Protess, David L. e Maxwell E. McCombs (eds) *Agenda-Setting: Readings on Media, Public Opinion and Policymaking*. Hillsdale NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

Galtung, Johann e Mari Holmboe Ruge (1965/1993) “A Estrutura do Noticiário Estrangeiro. A Apresentação das Crises do Congo, Cuba e Chipre em Quatro Jornais Estrangeiros” in Nelson Traquina (org.) *Jornalismo, Questões e “Estórias”*. Lisboa: Vega.

Gans, Herbert J. (1979) *Deciding What's News. A Study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time*. New York: Random House.

Gerrits, Robin P. J. M. (1992) “Terrorists’ Perspectives: Memoirs” in Paletz, David L. e P. Schmid (eds) *Terrorism and the Media*. California: Sage Publications.

Ghanem, Salma (1997) “Filling the Tapestry: The Second Level of Agenda Setting”, in Maxwell E. McCombs, Donald L. Shaw e David Weaver (org.) *Communication and Democracy: Exploring the Intellectual Frontiers in Agenda-Setting Theory*. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc.

Ginneken, Jaan van (1998) *Understanding global news*. London: Sage Publications.

Golding, P. e Elliott, P (1979) *Making the News*. London: Longman.

Gresh, Alain (2002) *Israel, Palestina. Verdades sobre um conflito*. Porto: Campo das Letras.

Guerevitch, Michael e Blumler, Jay G. (1982/1993) “A Construção do Noticiário Eleitoral” in Nelson Traquina (org.) *Jornalismo, Questões e “Estórias”*. Lisboa: Vega.

Hackett, Robert A. (1984/1993) “Declínio de Um Paradigma? A Parcialidade e a Objectividade nos Estudos dos *Media* Noticiosos” in Nelson Traquina (org.) *Jornalismo, Questões e “Estórias”*. Lisboa: Vega.

Hall, Stuart, Chas Critcher, Tony Jefferson, John Clark e Brian Roberts (1993) “A Produção Social das Notícias: o ‘Mugging’ nos *Media*” in Nelson Traquina (org.) *Jornalismo, Questões e “Estórias”*. Lisboa: Vega.

Harim, Karin H. (2002) “Making Sense of the “Islamic Peril”: Journalism as Cultural Practice” in Zelizer, Barbie e Stuart Allan (eds) *Journalism after September 11*. New York: Routledge.

Hartley, John (1993) *Understanding News*. London: Methuen

Hewitt, Christopher (1992) “Public’s Perspectives” in Paletz, David L. e P. Schmid (eds) *Terrorism and the Media*. California: Sage Publications.

Hocking, Jennifer Jane (1992) “Governments’ Perspectives” in Paletz, David L. e P. Schmid (eds) *Terrorism and the Media*. California: Sage Publications.

Hoffman, Bruce (1998) *Inside Terrorism*. New York: Columbia University Press.

Irvin, Cynthia L. (1992) “Terrorists’ Perspectives: Interviews” in Paletz, David L. e P. Schmid (eds) *Terrorism and the Media*. California: Sage Publications.

Iyengar, Shanto, Peters, Mark E. e Kinder, Ronald R. (1982/1991) “Experimental Demonstrations of the ‘Not-So-Minimal’ Consequences of Television News Programs”, in Protes, David L. e Maxwell E. McCombs (eds) *Agenda-Setting: Readings on Media, Public Opinion and Policymaking*. Hillsdale NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

Iyengar, Shanto e Ronald R. Kinder (1987) *News That Matters*. Chicago IL: The University of Chicago.

Iyengar, Shanto (1991) *Is Anyone Responsible?: How Television Frame Political Issues*. Chicago, IL: The University of Chicago Press.

Johnson, Dennis (2001) s/ título, em
http://www.newyorker.com/talk/content/?010924ta_talk_wtc (acedido: Março 2003).

Karim, Karim H. (2002) “Making sense of the “Islamic peril”: journalism as a cultural practice” in Zelizer, Barbie e Stuart Allan (eds) *Journalism after September 11*. New York: Routledge.

King, Pu-tsung (1997) “The Press, Candidate Images, and Voter Perceptions” in Maxwell E. McCombs, Donald L. Shaw e David Weaver (org.) *Communication and Democracy: Exploring the Intellectual Frontiers in Agenda-Setting Theory*. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc.

- Laqueur, Walter (1977) *Terrorism*. London: Weidenfeld & Nicolson.
- Laqueur, Walter (1987) *The Age of Terrorism*. Massachusetts: Little, Brown and Company.
- Lasorsa, Dominic L. (1997) “Media Agenda Setting and Press Performance: A Social System Approach for Building Theory” in Maxwell E. McCombs, Donald L. Shaw e David Weaver (org.) *Communication and Democracy: Exploring the Intellectual Frontiers in Agenda-Setting Theory*. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc.
- Letria, José Jorge (2001) *O Terrorismo e os “Media – “Tempo de Antena” do Terror*. Lisboa: Hugin.
- Lule, Jack (2001) *Daily news, eternal stories – the mythological role of journalism*. New York: The Guilford Press.
- Manoff, R. K. e Schudson, Michael (eds) (1986) *Reading the News*. New York: Pantheon Books.
- Marchueta, Maria Regina (2003) *Reflexões sobre o Terrorismo Internacional*. Lisboa: Edições Duarte Reis.
- Mathias, Leonardo (2004) “Notas a propósito do 11 de Setembro”. *Relações Internacionais* 3, pp. 107-111.
- Matos, Luís Salgado (2004) “O que Mudou Depois do 11 de Setembro”. *Relações Internacionais* 3, pp. 29-36.
- McCombs, Maxwell E. (1977) “Newspapers vs Television: Mass Communication Effects Across Time” in Shaw, D. e Maxwell E. McCombs (eds.) *The Emergence of Political Issues: The Agenda-Setting Function of the Press*. St. Paul, Mn: West Publishing Company.
- McCombs, Maxwell E. e Donald L. Shaw (1972/2000) “A Função de Agendamento dos Media” in Nelson Traquina *O Poder do Jornalismo: Análise de Textos da Teoria do Agendamento*. Coimbra: Minerva.
- McCombs, Maxwell E. e Donald L. Shaw (1993/2000) “A Evolução da Pesquisa sobre o Agendamento: vinte e cinco anos no Mercado das ideias” in Nelson Traquina *O Poder do Jornalismo: Análise de Textos da Teoria do Agendamento*. Coimbra: Minerva.
- McCombs, Maxwell E., Donald L. Shaw e David Weaver (org.) (1997) *Communication and Democracy: Exploring the Intellectual Frontiers in Agenda-Setting Theory*. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc.
- McCombs, Maxwell E., Einsiedel, E. e Weaver D. (1991) *Contemporary Public Opinion Issues and the News*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.

McChesney, Robert W. (2002) "September 11 and the structural limitations of US journalism" in Zelizer, Barbie e Stuart Allan (eds) *Journalism after September 11*. New York: Routledge.

McQuail, D. (1991) *Mass Communication Theory: An Introduction*. London: Sage.

Mesquita, Mário "A varanda da rua 43". *Público*, 14 de Setembro de 2001, Media.

Molotch, Harvey e Lester, Marilyn (1974/1993) "As Notícias como Procedimento Intencional: Acerca do Uso Estratégico de Acontecimentos de Rotina, Acidentes e Escândalos" in Nelson Traquina (org.) *Jornalismo, Questões e "Estórias"*. Lisboa: Vega.

Monal, Isabel (2002) "Terrorismo e ameaças imperialistas" in AAVV *O império em guerra – O mundo depois do 11 de Setembro*. Porto: Campo das Letras.

Moreira, Adriano (2004) "Insegurança sem Fronteiras: O Martírio dos Inocentes" in Adriano Moreira (coord.) *Terrorismo*. Coimbra: Almedina.

Moreira, Adriano (coordenação) (2004) *Terrorismo*. Coimbra: Almedina.

Nacos, Brigitte (2002) *Mass-Mediated Terrorism – The Central Role of the Media in Terrorism and Counterterrorism*. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers.

Neuman, W. R., Just, M. R., Crigler, A. N. (1992) *Common Knowledge. News and the Construction of Political Meaning*. Chicago, IL: The University of Chicago Press.

Paletz, David L. e John Boiney (1992) "Researchers' Perspectives" in Paletz, David L. e P. Schmid (eds) *Terrorism and the Media*. California: Sage Publications.

Paletz, David L. e P. Schmid (eds) (1992) *Terrorism and the Media*. California: Sage Publications.

Paletz, David L. e Laura L. Tawney (1992) "Broadcasting Organizations' Perspectives" in Paletz, David L. e P. Schmid (eds) *Terrorism and the Media*. California: Sage Publications.

Patterson, Thomas E. (1994) *Out of Order*. New York: Vintage Books.

Patterson, Thomas E. (1997/2000) "Serão os Media Noticiosos Actores Políticos Eficazes?". *Revista de Comunicação e Linguagens* 27, pp. 75-96.

Piedrahita, Manuel (2000) *Jornalismo moderno – história, perspectivas e tendências até ao ano 2000*. Lisboa: Plátano Edições Técnicas.

Ponte, Cristina (2001) "Discurso Jornalístico e Cobertura da Problemática da Toxicod dependência" in Traquina, Nelson, Ana Cabrera, Cristina Ponte e Rogério Santos *O Jornalismo Português em Análise de Casos*. Lisboa: Caminho.

Protest, David L. e Maxwell E. McCombs (eds) (1991) *Agenda-Setting: Readings on Media, Public Opinion and Policymaking*. Hillsdale NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

Ramonet, Ignacio (1998a) *Geopolítica do caos*. Petrópolis: Editora Vozes.

Ramonet, Ignacio (1998b) *La Tiranía de la Comunicación*. Madrid: Temas de Debate.

Ramonet, Ignacio (2002) *Guerras do Século XXI – Novos medos, novas ameaças*. Porto: Campo das Letras.

Ramos, António Fontes (2004) “Do 11 de Setembro ao 11 de Março: Duas agendas em debate”. *Relações Internacionais* 3, pp. 19-27.

Ribeiro, José M. Félix (2004) “O mundo pós-11 de Setembro: Um breve apontamento”. *Relações Internacionais* 3, pp. 93-100.

Roberts, Marilyn (1997) “Political Advertising’s Influence on News, the Public and Their Behaviour” in Maxwell E. McCombs, Donald L. Shaw e David Weaver (org.) *Communication and Democracy: Exploring the Intellectual Frontiers in Agenda-Setting Theory*. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc.

Rodrigues, Adriano Duarte (1988/1993) “O Acontecimento” in Nelson Traquina (org.) *Jornalismo, Questões e “Estórias”*. Lisboa: Vega.

Rodrigues, Miguel Urbano (2002) “A cruzada de Bush e a ameaça neofascista” in AAVV *O império em guerra – O mundo depois do 11 de Setembro*. Porto: Campo das Letras.

Rogério, Nuno (2004) “O Novo Terrorismo Internacional como Desafio Emergente da Segurança” in Adriano Moreira (coord.) *Terrorismo*. Coimbra: Almedina.

Rosen, Jay (2002) “September 11 in the mind of American journalism” in Zelizer, Barbie e Stuart Allan (eds) *Journalism after September 11*. New York: Routledge.

Rubinstein, Richard E. (1987) *Alchemist of Revolution: Terrorism in the Modern World*. New York: Basic Books.

Santos, J. Rodrigues (1992) *O que é Comunicação*. Lisboa: Difusão Cultural.

Santos, Rogério (1997) *A Negociação entre Jornalistas e Fontes*. Coimbra: Minerva.

Saperas, E. (1993) *Os Efeitos Cognitivos da Comunicação de Massas*. Porto: Asa.

Sardar, Ziauddin e Merryl Wyn Davies (2003) *Porque Somos Antiamericanos?*. Lisboa: Quetzal Editores.

Schlesinger, Philips (1977/1993) “Os Jornalistas e a sua Máquina do Tempo” in Nelson Traquina (org.) *Jornalismo, Questões e “Estórias”*. Lisboa: Vega.

Schmid, Alex P. (1992) “Editors’ Perspectives” in Paletz, David L. e P. Schmid (eds) *Terrorism and the Media*. California: Sage Publications.

Schudson, Michael (1982/1993) “A Política da Forma Narrativa: A Emergência da Convenção Noticiosa na Imprensa e na Televisão” in Nelson Traquina (org.) *Jornalismo, Questões e “Estórias”*. Lisboa: Vega.

Schudson, Michael (1986) “Deadlines, Datelines and History” in Manoff, R. K. e Michael Schudson (eds) *Reading the News*. New York: Pantheon Books.

Schudson, Michael (1988) “Por que é que as notícias são como são?”. *Comunicação e Linguagens* 8, pp. 17-27.

Schudson, Michael (2002) “What’s unusual about covering politics as usual” in Zelizer, Barbie e Stuart Allan (eds) *Journalism after September 11*. New York: Routledge.

Semetko, Holli A. e Andreina Mandelli (1997) “Setting the Agenda for Cross-National Research: Bringing Values Into Concept” in Maxwell E. McCombs, Donald L. Shaw e David Weaver (org.) *Communication and Democracy: Exploring the Intellectual Frontiers in Agenda-Setting Theory*. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc.

Serrano, Estrela (2005), “Padrões jornalísticos na cobertura de eleições”. *Media & Jornalismo* (6), pp. 111-122.

Shaw, Donald L. e Bradley J. Hamm (1997) “Agenda for Public Union or for Private Communities? How Individuals Are Using Media to Reshape American Society” in Maxwell E. McCombs, Donald L. Shaw e David Weaver (org.) *Communication and Democracy: Exploring the Intellectual Frontiers in Agenda-Setting Theory*. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc.

Silva, Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs) (1986) *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento.

Shoemaker, Pamela J. e Reese, Stephen D. (1991) *Mediating the Message: Theories of Influences on Mass Media Content*. New York e London: Longman.

Sigal, L. V. (1986) “Who? Sources make the news” in R. K. Mannoff e Michael Schudson (eds) *Reading the News*. New Iork: Pantheon Books.

Simões, Maria João (2004) “Terrorismo(s) e Usos das Tecnologias da Informação e da Comunicação” in Adriano Moreira (coord.) *Terrorismo*. Coimbra: Almedina.

Soloski, John (1989/1993) “O Jornalismo e o Profissionalismo: Alguns Constrangimentos no Trabalho Jornalístico” in Nelson Traquina (org.) *Jornalismo, Questões e “Estórias”*. Lisboa: Vega.

- Sontag, Susan (2001) s/ título, http://www.newyorker.com/talk/content/?010924ta_talk_wtc (acedido: Março 2003).
- Sousa, Jorge Pedro (2000) *As notícias e os seus efeitos – As “teorias” do jornalismo e dos efeitos sócias dos media jornalísticos*. Coimbra: Minerva.
- Sreberny-Mohammadi, A. (1990) “The World of News” in L. J. Martin e R. E. Hierbert (eds.) *Current Issues in International Communication*. Nova Iorque: Longman.
- Sreberny, Annabelle (2002) “Trauma talk: reconfiguring the inside and outside” in Zelizer, Barbie e Stuart Allan (eds) *Journalism after September 11*. New York: Routledge.
- Stevenson, Robert L. e A. Cole (1989) “Issues in Foreign News” in Stevenson, Robert L. e Donald Shaw (eds) *Foreign News and the News World Information Order*. Ames, Iowa: Iowa State University Press.
- Stilwell, Peter (2004) “O Terrorismo na Bíblia” in Adriano Moreira (coord.) *Terrorismo*. Coimbra: Almedina.
- Takehita, Toshio (1997) “Exploring the Media’s Roles in Defining Reality: From Issue-Agenda-Setting to Attribute-Agenda-Setting” in Maxwell E. McCombs, Donald L. Shaw e David Weaver (org.) *Communication and Democracy: Exploring the Intellectual Frontiers in Agenda-Setting Theory*. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc.
- Tarnero, Jacques (2000) *Les Terrorismes*. Paris: Les Essentiels Milan.
- Telo, António José (2004) “Os Aceleradores da Mudança”. *Relações Internacionais* 3, pp. 29-36.
- Townshend, Charles (2002) *Terrorism: A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press.
- Traquina, Nelson (1988/1993) “As Notícias” in Nelson Traquina (org.) *Jornalismo, Questões e “Estórias”*. Lisboa: Vega.
- Traquina, Nelson (org.) (1993) *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. Lisboa: Vega.
- Traquina, Nelson (2000) *O Poder do Jornalismo: Análise de Textos da Teoria do Agendamento*. Coimbra: Minerva.
- Traquina, Nelson (2000) “Jornalismo 2000: O Estudo das Notícias no Fim do Século XX”. *Revista de Comunicação e Linguagens* 27, pp. 15-31.
- Traquina, Nelson, Ana Cabrera, Cristina Ponte e Rogério Santos (2001) *O Jornalismo Português em Análise de Casos*. Lisboa: Caminho.

Traquina, Nelson (2002) *Jornalismo*. Quimera Editores.

Tuchman, Gaye (1972/1993) “A Objectividade com Ritual Estratégico: Uma Análise das Noções de Objectividade dos Jornalistas” in Nelson Traquina (org.) *Jornalismo, Questões e “Estórias”*. Lisboa: Vega.

Tuchman, Gaye (1976/1993) “Contando ‘Estórias’” in Nelson Traquina (org.) *Jornalismo, Questões e “Estórias”*. Lisboa: Vega.

Tuchman, Gaye (1978) *Making News: A study in the construction of reality*. New York: Free Press.

Updike, John (2001) s/ título, em http://www.newyorker.com/talk/content/?010924ta_talk_wtc (acedido: Março 2003).

Vala, Jorge (1986) “A análise de conteúdo” in Silva, Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs) *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento.

Van Dijk, Teun A. (1988) *News as discourse*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Inc, Publishers.

Vetter, Harold J. e Gary R. Perlestein (1991) *Perspectives on Terrorism*. California: Brooks/Cole Publishing.

Volkmer, Ingrid (2002) “Journalism and political crisis in the global network societies” in Zelizer, Barbie e Stuart Allan (eds) *Journalism after September 11*. New York: Routledge.

Wanta, Wayne (1997) “The Messengers and the Message: Differences Across News Media” in Maxwell E. McCombs, Donald L. Shaw e David Weaver (org.) *Communication and Democracy: Exploring the Intellectual Frontiers in Agenda-Setting Theory*. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc.

Weaver, David H., Graber, Doris A., McCombs, Maxwell E., Eyal, C. H. (1981) *Media Agenda-Setting in a Presidential Election: Issues, Images and Interest*. New York: Praeger.

Weaver, David H., Maxwell E. McCombs e Charles Spellman (1975/2000) “O Caso Watergate e os Media” in Nelson Traquina *O Poder do Jornalismo: Análise de Textos da Teoria do Agendamento*. Coimbra: Minerva.

White, David Manning (1950/1993) “O Gatekeeper: Uma Análise de Caso na Selecção de Notícias” in Nelson Traquina (org.) *Jornalismo, Questões e “Estórias”*. Lisboa: Vega.

Wieviorka, Michel (2003) *The Making Of Terrorism*. Chicago: University of Chicago Press.

Wilkinson, Paul (2000) *Terrorism versus Democracy: The Liberal State Response*. London: Frank Cass Publishers.

Willnat, Lars (1997) “Agenda Setting and Priming: Conceptual Links and Differences” in Maxwell E. McCombs, Donald L. Shaw e David Weaver (org.) *Communication and Democracy: Exploring the Intellectual Frontiers in Agenda-Setting Theory*. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc.

Wolf, Mauro (2003) *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença.

Zelizer, Barbie e Stuart Allan (eds) (2002) *Journalism after September 11*. New York: Routledge.

Zelizer, Barbie (2002) “Photography, journalism, and trauma” in Zelizer, Barbie e Stuart Allan (eds) *Journalism after September 11*. New York: Routledge.

Zhu, Jian-Hua com William Boroson (1997) “Susceptibility to Agenda-Setting: A Cross-Sectional and Longitudinal Analysis of Individual Differences” in Maxwell E. McCombs, Donald L. Shaw e David Weaver (org.) *Communication and Democracy: Exploring the Intellectual Frontiers in Agenda-Setting Theory*. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc.

Anexos I

Anexo 1

– Codificação das variáveis

A. Variáveis que integram a categoria Forma

→ Variável 1 (Identificação)

→ Variável 2 (Título da peça)

→ Variável 3 (Jornal)

1. Público
2. Diário de Notícias
3. Jornal de Notícias
4. Expresso
5. Independente

→ Variável 4 (Autoria)

1. Assinada
2. Não assinada

→ Variável 5 (Autoria 2)

1. Jornalista
2. Correspondente
3. Enviado especial
4. Especialista
5. Líder de opinião
6. Agência Noticiosa
7. Misto
9. Outro

→ Variável 6 (Data: dia, mês, ano)

→ Variável 7 (Espaço)

1. 1-2 parágrafos
2. Até 1/8 página
3. Até 1/4 página
4. Até 1/2 página
5. Até 3/4 página
6. Até 1 página
7. Até 1 página 1/2
8. 2 páginas
9. Outro

→ Variável 8 (Proeminência)

1. 1.^a página
2. Destaque
3. Edição especial
4. Última página
5. Opinião
6. Outro

→ Variável 9 (Tipo de peça)

1. Breve
2. Caixa
3. Cartas dos leitores
4. Cartoon
5. Cronologia
6. Entrevista
7. Fotolegenda
8. Fotoreportagem
9. Inquérito/sondagem
10. Não aplicável
11. Notícia
12. Opinião/Editorial
13. Outro
14. Reportagem

→ Variável 10 (Fotografia)

1. Até 1/8 página
2. Até 1/4 página
3. Até 1/2 página
4. Até 3/4 página
5. 1 página
6. + 1 foto
7. Outro

B. Variáveis que integram a categoria Conteúdo

→ Variável 11 (Foco geográfico)

1. EUA
2. Portugal
3. Europa
4. Médio Oriente
5. Afeganistão/Paquistão
6. Rússia
7. Não aplicável
8. Outro

→ Variável 12 e 15 (Temas)

1. Ambiente
2. Ataque
3. Comunidade muçulmana dos EUA
4. Conflito israelo-palestiniano
5. Dimensão mediática
6. Economia
7. Guerra ao Terrorismo
8. Investigação
9. Operação de resgate
10. Patriotismo
11. Perspectiva portuguesa
12. Política norte-americana
13. Reacção
14. Regresso à normalidade
15. Segurança
16. Simbologia dos edifícios
17. Sobreviventes
18. Solidariedade
19. Suspeitos
20. Testemunhos
21. Terrorismo
22. Vítimas
23. Outro
24. Ficção versus realidade

→ Variável 13 (Actores)

1. Agência governamental
2. Associação
3. Bolsas de valores
4. Bin Laden
5. Bush
6. Companhias aéreas
7. Emigrantes portugueses
8. Empresa
9. Equipas de salvamento
10. Especialista
11. Estado
12. Figuras públicas
13. Forças de segurança
14. Governo
15. Igrejas
16. Instituição financeira
17. Jornalista
18. Media

19. Militares
20. Muçulmanos
21. NATO
22. ONG
23. ONU
24. OPEP
25. Organização internacional
26. Organização política
27. Outras autoridades
28. Partido político
29. Populares
30. Serviços secretos
31. Sobreviventes
32. Suspeitos
33. TAP
34. Terroristas
35. União Europeia
36. Vítimas
37. Outro
38. Não aplicável

→ Variável 16 (Enquadramento)

1. Agenda 1
2. Agenda 2

C. Variáveis relativas à categoria Discurso

→ Variável 14 (Vozes)

1. Agência governamental
2. Associação
3. Bin Laden
4. Bolsas de valores
5. Bombeiros
6. Bush
7. Companhias aéreas
8. Emigrantes portugueses
9. Empresa
10. Equipas de salvamento
11. Especialista
12. Estado
13. Familiares/amigos de vítimas
14. Familiares/amigos de suspeitos
15. Figuras públicas
16. Forças de segurança
17. Governo
18. Igrejas

19. Instituição financeira
20. Jornalista
21. Media
22. Militares
23. Muçulmanos
24. NATO
25. ONG
26. ONU
27. OPEP
28. Organização internacional
29. Organização política
30. Outras autoridades
31. Partido político
32. Populares
33. Serviços secretos
34. Sobreviventes
35. Suspeitos
36. TAP
37. Terroristas
38. União Europeia
39. Vítimas
40. Outro
41. Não aplicável

→ Variável 17 (Tom)

1. Positivo
2. Negativo
3. Neutro

Anexo 2

– Número de peças

Quadro I

Dia/Mês/Ano * Nome do jornal Crosstabulation								
			Nome do jornal					Total
			Público	Diário de Notícias	Jornal de Notícias	Expresso	Independente	
Dia/Mês/Ano	12 Setembro 2001	Count	155	181	107	0	0	443
		% within Nome do jornal	27,9%	34,1%	33,4%	0,0%	0,0%	29,8%
	13 Setembro 2001	Count	83	81	46	0	0	210
		% within Nome do jornal	14,9%	15,3%	14,4%	0,0%	0,0%	14,1%
	14 Setembro 2001	Count	74	63	43	0	46	226
		% within Nome do jornal	13,3%	11,9%	13,4%	0,0%	100,0%	15,2%
	15 Setembro 2001	Count	73	56	34	34	0	197
		% within Nome do jornal	13,1%	10,5%	10,6%	100,0%	0,0%	13,2%
	16 Setembro 2001	Count	52	27	25	0	0	104
		% within Nome do jornal	9,4%	5,1%	7,8%	0,0%	0,0%	7,0%
	17 Setembro 2001	Count	44	58	27	0	0	129
		% within Nome do jornal	7,9%	10,9%	8,4%	0,0%	0,0%	8,7%
	18 Setembro 2001	Count	75	65	38	0	0	178
		% within Nome do jornal	13,5%	12,2%	11,9%	0,0%	0,0%	12,0%
Total		Count	556	531	320	34	46	1.487
		% within Nome do jornal	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A2

Quadro II

			Proeminência Recodificada										
			Edições normais					Edições especiais					
			Nome do jornal					Nome do jornal					
			Público	Diário de Notícias	Jornal de Notícias	Ex-presso	Independente	Total	Público	Diário de Notícias	Jornal de Notícias	Expresso	Total
Dia/ Mês/ Ano	12 Setembro 2001	Count	73	92	57			222	82	89	50		221
		Column %	15,4	20,8	21,1			17,9	100,0	100,0	100,0		90,6
	13 Setembro 2001	Count	83	81	46			210					
		Column %	17,5	18,3	17,0			16,9					
	14 Setembro 2001	Count	74	63	43		46	226					
		Column %	32,7	14,3	15,9		100,0	18,2					
	15 Setembro 2001	Count	32,7	56	34	11		174				23	23
		Column %	32,7	12,7	12,6	100,0		14,0				100,0	9,4
	16 Setembro 2001	Count	32,7	27	25			104					
		Column %	32,7	6,1	9,3			8,4					
	17 Setembro 2001	Count	32,7	58	27			129					
		Column %	32,7	13,1	10,0			10,4					
	18 Setembro 2001	Count	32,7	65	38			178					
		Column %	32,7	14,7	14,1			14,3					
	Total	Count	32,7	442	270	11	46	1.243	82	89	50	23	244
		Column %	32,7	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
		Table %	32,7	29,7	18,2	0,7	3,1	83,6	5,5	6,0	3,4	1,5	16,4

Anexo 3

– Autoria das peças

Quadro I

Assinatura Recodificada * Nome do jornal Crosstabulation								
			Nome do jornal					Total
			Público	Diário de Notícias	Jornal de Notícias	Expresso	Independente	
Assinatura Recodificada	Assinada	Count	346	213	88	32	36	715
		% within Nome do jornal	62,5%	40,1%	27,6%	94,1%	78,3%	48,2%
	Não assinada	Count	208	318	231	2	10	769
		% within Nome do jornal	37,5%	59,9%	72,4%	5,9%	21,7%	51,8%
Total		Count	554	531	319	34	46	1.484
		% within Nome do jornal	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	37,3%	35,8%	21,5%	2,3%	3,1%	100,0%

Quadro II

Assinatura Recodificada * Dia/Mês/Ano Crosstabulation										
			Dia/Mês/Ano						Total	
			12 Setembro 2001	13 Setembro 2001	14 Setembro 2001	15 Setembro 2001	16 Setembro 2001	17 Setembro 2001		18 Setembro 2001
Assinatura Recodificada	Assinada	Count	186	109	132	95	52	65	76	715
		% within Dia/Mês/Ano	42,0%	52,4%	58,4%	48,5%	50,0%	50,4%	42,7%	48,2%
	Não assinada	Count	257	99	94	101	52	64	102	769
		% within Dia/Mês/Ano	58,0%	47,6%	41,6%	51,5%	50,0%	49,6%	57,3%	51,8%
Total		Count	443	208	226	196	104	129	178	1.484
		% within Dia/Mês/Ano	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	29,9%	14,0%	15,2%	13,2%	7,0%	8,7%	12,0%	100,0%

A3

Quadro III

Peça assinada * Nome do jornal Crosstabulation								
			Nome do jornal					Total
			Público	Diário de Notícias	Jornal de Notícias	Expresso	Independente	
Peça assinada	Jornalista	Count	218	113	58	18	28	435
		% within Nome do jornal	63%	53%	65,9%	56,3%	77,8%	60,8%
	Correspondente	Count	35	38	6	4	2	85
		% within Nome do jornal	10,1%	17,8%	6,8%	12,5%	5,6%	11,9%
	Enviado especial	Count	10	13	6	0	0	29
		% within Nome do jornal	2,9%	6,1%	6,8%	0,0%	0,0%	4,1%
	Especialista	Count	16	14	2	1	3	36
		% within Nome do jornal	4,6%	6,6%	2,3%	3,1%	8,3%	5,0%
	Líder de opinião	Count	17	7	0	7	1	32
		% within Nome do jornal	4,9%	3,3%	0,0%	21,9%	2,8%	4,5%
	Agência noticiosa	Count	9	2	3	0	0	14
		% within Nome do jornal	2,6%	0,9%	3,4%	0,0%	0,0%	2,0%
	Misto	Count	7	1	11	0	0	19
		% within Nome do jornal	2,0%	0,5%	12,5%	0,0%	0,0%	2,7%
	Outro	Count	16	21	2	2	2	43
		% within Nome do jornal	4,6%	9,9%	2,3%	6,2%	5,6%	6,0%
	Leitor	Count	18	4	0	0	0	22
		% within Nome do jornal	5,2%	1,9%	0,0%	0,0%	0,0%	3,1%
Total	Count	346	213	88	32	36	715	
	% within Nome do jornal	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
	% of Total	48,4%	29,8%	12,3%	4,5%	5,0%	100,0%	

A3

Quadro IV

Assinatura da peça * Dia/Mês/Ano Crosstabulation										
			Dia/Mês/Ano						Total	
			12 Setembro 2001	13 Setembro 2001	14 Setembro 2001	15 Setembro 2001	16 Setembro 2001	17 Setembro 2001		18 Setembro 2001
Assinatura da peça	Assinada	Count	133	81	91	45	25	28	32	435
		% within Dia/Mês/Ano	30,0%	38,9%	40,3%	23,0%	24,0%	21,7%	18,0%	29,3%
	Não assinada	Count	257	99	94	101	52	64	102	769
		% within Dia/Mês/Ano	58,0%	47,6%	41,6%	51,5%	50,0%	49,6%	57,3%	51,8%
	Correspondente	Count	26	6	14	15	7	5	12	85
		% within Dia/Mês/Ano	5,9%	2,9%	6,2%	7,7%	6,7%	3,9%	6,7%	5,7%
	Enviado especial	Count	0	1	0	2	1	11	14	29
		% within Dia/Mês/Ano	0,0%	0,5%	0,0%	1,0%	1,0%	8,5%	7,9%	2,0%
	Especialista	Count	9	5	7	4	4	2	5	36
		% within Dia/Mês/Ano	2,0%	2,4%	3,1%	2,0%	3,8%	1,6%	2,8%	2,4%
	Líder de opinião	Count	5	3	5	10	6	1	2	32
		% within Dia/Mês/Ano	1,1%	1,4%	2,2%	5,1%	5,8%	0,8%	1,1%	2,2%
	Agência noticiosa	Count	3	0	1	2	1	5	2	14
		% within Dia/Mês/Ano	0,7%	0,0%	0,4%	1,0%	1,0%	3,9%	1,1%	0,9%
	Misto	Count	0	4	3	4	3	4	1	19
		% within Dia/Mês/Ano	0,0%	1,9%	1,3%	2,0%	2,9%	3,1%	0,6%	1,3%
	Outro	Count	10	7	4	9	2	5	6	43
		% within Dia/Mês/Ano	2,3%	3,4%	1,8%	4,6%	1,9%	3,9%	3,4%	2,9%
	Leitor	Count	0	2	7	4	3	4	2	22
		% within Dia/Mês/Ano	0,0%	1,0%	3,1%	2,0%	2,9%	3,1%	1,1%	1,5%
Total		Count	443	208	226	196	104	129	178	1.484
		% within Dia/Mês/Ano	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	29,9%	14,0%	15,2%	13,2%	7,0%	8,7%	12,0%	100,0%

Anexo 4

– Espaço das peças

Quadro I

Espaço que ocupa a peça * Nome do jornal Crosstabulation								
			Nome do jornal				Total	
			Público	Diário de Notícias	Jornal de Notícias	Expresso		Independente
Espaço que ocupa a peça	1-2 parágrafos	Count	133	188	94	0	3	418
		% within Nome do jornal	23,9%	35,4%	29,4%	0,0%	6,5%	28,1%
	Até 1/8 página	Count	54	33	52	1	0	140
		% within Nome do jornal	9,7%	6,2%	16,3%	2,9%	0,0%	9,4%
	Até 1/4 página	Count	126	126	66	16	12	346
		% within Nome do jornal	22,7%	23,7%	20,6%	47,1%	26,1%	23,3%
	Até 1/2 página	Count	121	79	48	12	8	268
		% within Nome do jornal	21,8%	14,9%	15,0%	35,3%	17,4%	18,0%
	Até 3/4 página	Count	44	31	30	3	11	119
		% within Nome do jornal	7,9%	5,8%	9,4%	8,8%	23,9%	8,0%
	Até 1 página	Count	45	31	24	0	8	108
		% within Nome do jornal	8,1%	5,8%	7,5%	0,0%	17,4%	7,3%
	Até 1 página 1/2	Count	5	10	0	1	0	16
		% within Nome do jornal	0,9%	1,9%	0,0%	2,9%	0,0%	1,1%
	2 páginas	Count	3	1	0	0	1	5
		% within Nome do jornal	0,5%	0,2%	0,0%	0,0%	2,2%	0,3%
	Outro	Count	25	32	6	1	3	67
		% within Nome do jornal	4,5%	6,0%	1,9%	2,9%	6,5%	4,5%
Total	Count	556	531	320	34	46	1.487	
	% within Nome do jornal	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
	% of Total	37,4%	35,7%	21,5%	2,3%	3,1%	100,0%	

A4

Quadro II

			Dia/Mês/Ano						Total	
			12 Setembro 2001	13 Setembro 2001	14 Setembro 2001	15 Setembro 2001	16 Setembro 2001	17 Setembro 2001		18 Setembro 2001
Espaço que ocupa a peça	1-2 parágrafos	Count	143	55	48	58	34	29	51	418
		% within Dia/Mês/Ano	32,3%	26,2%	21,2%	29,4%	32,7%	22,5%	28,7%	28,1%
	Até 1/8 página	Count	34	19	24	14	9	20	20	140
		% within Dia/Mês/Ano	7,7%	9,0%	10,6%	7,1%	8,7%	15,5%	11,2%	9,4%
	Até 1/4 página	Count	110	56	61	51	18	22	28	346
		% within Dia/Mês/Ano	24,8%	26,7%	27,0%	25,9%	17,3%	17,1%	15,7%	23,3%
	Até 1/2 página	Count	73	42	39	31	24	25	34	268
		% within Dia/Mês/Ano	16,5%	20,0%	17,3%	15,7%	23,1%	19,4%	19,1%	18,0%
	Até 3/4 página	Count	18	15	29	17	9	13	18	119
		% within Dia/Mês/Ano	4,1%	7,1%	12,8%	8,6%	8,7%	10,1%	10,1%	8,0%
	Até 1 página	Count	51	10	13	9	8	10	7	108
		% within Dia/Mês/Ano	11,5%	4,8%	5,8%	4,6%	7,7%	7,8%	3,9%	7,3%
	Até 1 página 1/2	Count	3	3	1	2	1	2	4	16
		% within Dia/Mês/Ano	0,7%	1,4%	0,4%	1,0%	1,0%	1,6%	2,2%	1,1%
	2 páginas	Count	1	1	1	2	0	0	0	5
		% within Dia/Mês/Ano	0,2%	0,5%	0,4%	1,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,3%
	Outro	Count	10	9	10	13	1	8	16	67
		% within Dia/Mês/Ano	2,3%	4,3%	4,4%	6,6%	1,0%	6,2%	9,0%	4,5%
Total	Count	443	210	226	197	104	129	178	1.487	
	% within Dia/Mês/Ano	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
	% of Total	29,8%	14,1%	15,2%	13,2%	7,0%	8,7%	12,0%	100,0%	

Anexo 5

– Proeminência da peça

Quadro I

Proeminência * Nome do jornal Crosstabulation									
			Nome do jornal					Total	
			Público	Diário de Notícias	Jornal de Notícias	Expresso	Independente		
Proeminência	1ª página	Count	31	42	21	2	4	100	
		% within Nome do jornal	5,6%	7,9%	6,6%	5,9%	8,7%	6,7%	
	Destaque	Count	393	351	235	0	37	1.016	
		% within Nome do jornal	70,7%	66,1%	73,4%	0,0%	80,4%	68,3%	
	Edição especial	Count	82	89	50	23	0	244	
		% within Nome do jornal	14,7%	16,8%	15,6%	67,6%	0,0%	16,4%	
	Última página	Count	7	11	14	2	4	38	
		% within Nome do jornal	1,3%	2,1%	4,4%	5,9%	8,7%	2,6%	
	Opinião	Count	39	11	0	7	0	57	
		% within Nome do jornal	7,0%	2,1%	0,0%	20,6%	0,0%	3,8%	
	Outro	Count	4	27	0	0	1	32	
		% within Nome do jornal	0,7%	5,1%	0,0%	0,0%	2,2%	2,2%	
	Total		Count	556	531	320	34	46	1.487
			% within Nome do jornal	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
% of Total			37,4%	35,7%	21,5%	2,3%	3,1%	100,0%	

Quadro II

Proeminência*Dia/Mês/Ano

			Dia/Mês/Ano						Total		
			12 Setembro 2001	13 Setembro 2001	14 Setembro 2001	15 Setembro 2001	16 Setembro 2001	17 Setembro 2001		18 Setembro 2001	
Proeminência	1ª página	Count	6	15	17	19	12	12	19	100	
		% within Dia/Mês/Ano	1,4%	7,1%	7,5%	9,6%	11,5%	9,3%	10,7%	6,7%	
	Destaque	Count	207	177	184	130	79	98	141	1.016	
		% within Dia/Mês/Ano	46,7%	84,3%	81,4%	66,0%	76,0%	76,0%	79,2%	68,3%	
	Edição especial	Count	221	0	0	23	0	0	0	244	
		% within Dia/Mês/Ano	49,9%	0,0%	0,0%	11,7%	0,0%	0,0%	0,0%	16,4%	
	Última página	Count	3	8	9	6	2	5	5	38	
		% within Dia/Mês/Ano	0,7%	3,8%	4,0%	3,0%	1,9%	3,9%	2,8%	2,6%	
	Opinião	Count	2	7	9	14	9	8	8	57	
		% within Dia/Mês/Ano	0,5%	3,3%	4,0%	7,1%	8,7%	6,2%	4,5%	3,8%	
	Outro	Count	4	3	7	5	2	6	5	32	
		% within Dia/Mês/Ano	0,9%	1,4%	3,1%	2,5%	1,9%	4,7%	2,8%	2,2%	
	Total		Count	443	210	226	197	104	129	178	1.487
			% within Dia/Mês/Ano	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
% of Total			29,8%	14,1%	15,2%	13,2%	7,0%	8,7%	12,0%	100,0%	

Anexo 6

– Tipo de peça

Quadro I

Tipo de peça * Dia/Mês/Ano Crosstabulation										
			Dia/Mês/Ano						Total	
			12 Setembro 2001	13 Setembro 2001	14 Setembro 2001	15 Setembro 2001	16 Setembro 2001	17 Setembro 2001		18 Setembro 2001
Tipo de peça	Breve	Count	134	51	45	54	26	34	58	402
		% within Tipo de peça	33,3%	12,7%	11,2%	13,4%	6,5%	8,5%	14,4%	100,0%
		% within Dia/Mês/Ano	30,2%	24,3%	19,9%	27,4%	25,0%	26,4%	32,6%	27,0%
	Caixa	Count	27	10	17	6	3	6	7	76
		% within Tipo de peça	35,5%	13,2%	22,4%	7,9%	3,9%	7,9%	9,2%	100,0%
		% within Dia/Mês/Ano	6,1%	4,8%	7,5%	3,0%	2,9%	4,7%	3,9%	5,1%
	Cartas dos leitores	Count	0	2	7	4	3	4	2	22
		% within Tipo de peça	0,0%	9,1%	31,8%	18,2%	13,6%	18,2%	9,1%	100,0%
		% within Dia/Mês/Ano	0,0%	1,0%	3,1%	2,0%	2,9%	3,1%	1,1%	1,5%
	Cartoon	Count	1	1	2	2	2	2	2	12
		% within Tipo de peça	8,3%	8,3%	16,7%	16,7%	16,7%	16,7%	16,7%	100,0%
		% within Dia/Mês/Ano	0,2%	0,5%	0,9%	1,0%	1,9%	1,6%	1,1%	0,8%
	Cronologia	Count	6	3	1	1	1	0	2	14
		% within Tipo de peça	42,9%	21,4%	7,1%	7,1%	7,1%	0,0%	14,3%	100,0%
		% within Dia/Mês/Ano	1,4%	1,4%	0,4%	0,5%	1,0%	0,0%	1,1%	0,9%
	Entrevista	Count	1	5	0	3	1	1	0	11
		% within Tipo de peça	9,1%	45,5%	0,0%	27,3%	9,1%	9,1%	0,0%	100,0%
		% within Dia/Mês/Ano	0,2%	2,4%	0,0%	1,5%	1,0%	0,8%	0,0%	0,7%
	Fotolegenda	Count	0	4	1	1	0	0	1	7
		% within Tipo de peça	0,0%	57,1%	14,3%	14,3%	0,0%	0,0%	14,3%	100,0%
		% within Dia/Mês/Ano	0,0%	1,9%	0,4%	0,5%	0,0%	0,0%	0,6%	0,5%
	Fotoreportagem	Count	3	1	0	1	1	0	1	7
		% within Tipo de peça	42,9%	14,3%	0,0%	14,3%	14,3%	0,0%	14,3%	100,0%
		% within Dia/Mês/Ano	0,7%	0,5%	0,0%	0,5%	1,0%	0,0%	0,6%	0,5%
Inquérito/Sondagem	Count	2	1	3	2	3	2	1	14	
	% within Tipo de peça	14,3%	7,1%	21,4%	14,3%	21,4%	14,3%	7,1%	100,0%	
	% within Dia/Mês/Ano	0,5%	0,5%	1,3%	1,0%	2,9%	1,6%	0,6%	0,9%	
Não aplicável	Count	15	11	14	17	12	11	19	99	
	% within Tipo de peça	15,2%	11,1%	14,1%	17,2%	12,1%	11,1%	19,2%	100,0%	
	% within Dia/Mês/Ano	3,4%	5,2%	6,2%	8,6%	11,5%	8,5%	10,7%	6,7%	
Notícia	Count	199	94	103	62	29	49	56	592	

		% within Tipo de peça	33,6%	15,9%	17,4%	10,5%	4,9%	8,3%	9,5%	100,0%
		% within Dia/Mês/Ano	44,9%	44,8%	45,6%	31,5%	27,9%	38,0%	31,5%	39,8%
	Opinião/Editorial	Count	31	20	20	29	15	13	16	144
		% within Tipo de peça	21,5%	13,9%	13,9%	20,1%	10,4%	9,0%	11,1%	100,0%
		% within Dia/Mês/Ano	7,0%	9,5%	8,8%	14,7%	14,4%	10,1%	9,0%	9,7%
	Outro	Count	10	2	3	3	3	1	4	26
		% within Tipo de peça	38,5%	7,7%	11,5%	11,5%	11,5%	3,8%	15,4%	100,0%
		% within Dia/Mês/Ano	2,3%	1,0%	1,3%	1,5%	2,9%	0,8%	2,2%	1,7%
	Reportagem	Count	2	1	5	4	2	3	5	22
		% within Tipo de peça	9,1%	4,5%	22,7%	18,2%	9,1%	13,6%	22,7%	100,0%
		% within Dia/Mês/Ano	0,5%	0,5%	2,2%	2,0%	1,9%	2,3%	2,8%	1,5%
	Infografia	Count	12	4	5	8	3	3	4	39
		% within Tipo de peça	30,8%	10,3%	12,8%	20,5%	7,7%	7,7%	10,3%	100,0%
		% within Dia/Mês/Ano	2,7%	1,9%	2,2%	4,1%	2,9%	2,3%	2,2%	2,6%
	Total	Count	443	210	226	197	104	129	178	1.487
% within Dia/Mês/Ano		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
% within Tipo de peça		29,8%	14,1%	15,2%	13,2%	7,0%	8,7%	12,0%	100,0%	

A6

Quadro II

Tipo de peça * Nome do jornal Crosstabulation								
			Nome do jornal				Total	
			Público	Diário de Notícias	Jornal de Notícias	Expresso		Independente
Tipo de peça	Breve	Count	116	172	112	0	2	402
		% within Tipo de peça	28,9%	42,8%	27,9%	0,0%	0,5%	100,0%
		% within Nome do jornal	20,9%	32,4%	35,0%	0,0%	4,3%	27,0%
	Caixa	Count	45	17	13	0	1	76
		% within Tipo de peça	59,2%	22,4%	17,1%	0,0%	1,3%	100,0%
		% within Nome do jornal	8,1%	3,2%	4,1%	0,0%	2,2%	5,1%
	Cartas dos leitores	Count	18	4	0	0	0	22
		% within Tipo de peça	81,8%	18,2%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
		% within Nome do jornal	3,2%	0,8%	0,0%	0,0%	0,0%	1,5%
	Cartoon	Count	8	3	0	1	0	12
		% within Tipo de peça	66,7%	25,0%	0,0%	8,3%	0,0%	100,0%
		% within Nome do jornal	1,4%	0,6%	0,0%	2,9%	0,0%	0,8%
	Cronologia	Count	3	7	3	1	0	14
		% within Tipo de peça	21,4%	50,0%	21,4%	7,1%	0,0%	100,0%
		% within Nome do jornal	0,5%	1,3%	0,9%	2,9%	0,0%	0,9%
	Entrevista	Count	4	7	0	0	0	11
		% within Tipo de peça	36,4%	63,6%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
		% within Nome do jornal	0,7%	1,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,7%
	Fotolegenda	Count	2	1	3	1	0	7
		% within Tipo de peça	28,6%	14,3%	42,9%	14,3%	0,0%	100,0%
		% within Nome do jornal	0,4%	0,2%	0,9%	2,9%	0,0%	0,5%
	Fotoreportagem	Count	0	5	2	0	0	7
		% within Tipo de peça	0,0%	71,4%	28,6%	0,0%	0,0%	100,0%
		% within Nome do jornal	0,0%	0,9%	0,6%	0,0%	0,0%	0,5%
Inquérito/Sondagem	Count	6	7	1	0	0	14	
	% within Tipo de peça	42,9%	50,0%	7,1%	0,0%	0,0%	100,0%	
	% within Nome do jornal	1,1%	1,3%	0,3%	0,0%	0,0%	0,9%	
Não aplicável	Count	37	39	19	0	4	99	
	% within Tipo de peça	37,4%	39,4%	19,2%	0,0%	4,0%	100,0%	
	% within Nome do jornal	6,7%	7,3%	5,9%	0,0%	8,7%	6,7%	
Notícia	Count	222	185	141	16	28	592	
	% within Tipo de peça	37,5%	31,3%	23,8%	2,7%	4,7%	100,0%	
	% within Nome do jornal	39,9%	34,8%	44,1%	47,1%	60,9%	39,8%	

		do jornal						
Opinião/Editorial	Count	63	51	10	13	7	144	
	% within Tipo de peça	43,8%	35,4%	6,9%	9,0%	4,9%	100,0%	
	% within Nome do jornal	11,3%	9,6%	3,1%	38,2%	15,2%	9,7%	
Outro	Count	11	11	3	0	1	26	
	% within Tipo de peça	42,3%	42,3%	11,5%	0,0%	3,8%	100,0%	
	% within Nome do jornal	2,0%	2,1%	0,9%	0,0%	2,2%	1,7%	
Reportagem	Count	12	2	4	2	2	22	
	% within Tipo de peça	54,5%	9,1%	18,2%	9,1%	9,1%	100,0%	
	% within Nome do jornal	2,2%	0,4%	1,3%	5,9%	4,3%	1,5%	
Infografia	Count	9	20	9	0	1	39	
	% within Tipo de peça	23,1%	51,3%	23,1%	0,0%	2,6%	100,0%	
	% within Nome do jornal	1,6%	3,8%	2,8%	0,0%	2,2%	2,6%	
Total	Count	556	531	320	34	46	1.487	
	% within Nome do jornal	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
	% within Tipo de peça	37,4%	35,7%	21,5%	2,3%	3,1%	100,0%	

A6

Quadro III

Tipo de peça * Proeminência Recodificada Crosstabulation(a)						
			Proeminência Recodificada		Total	
			Edições normais	Edições especiais		
Tipo de peça	Cartoon	Count	1	0	1	
		% within Proeminência Recodificada	9,1%	0,0%	2,9%	
	Cronologia	Count	0	1	1	
		% within Proeminência Recodificada	0,0%	4,3%	2,9%	
	Fotolegenda	Count	1	0	1	
		% within Proeminência Recodificada	9,1%	0,0%	2,9%	
	Notícia	Count	2	14	16	
		% within Proeminência Recodificada	18,2%	60,9%	47,1%	
	Opinião/Editorial	Count	7	6	13	
		% within Proeminência Recodificada	63,6%	26,1%	38,2%	
	Reportagem	Count	0	2	2	
		% within Proeminência Recodificada	0,0%	8,7%	5,9%	
	Total		Count	11	23	34
			% within Proeminência Recodificada	100,0%	100,0%	100,0%
% of Total			32,4%	67,6%	100,0%	

a. Nome do jornal = Expresso

Anexo 7 – Fotografia

Quadro I

Fotografia * Dia/Mês/Ano Crosstabulation										
			Dia/Mês/Ano						Total	
			12 Setembro 2001	13 Setembro 2001	14 Setembro 2001	15 Setembro 2001	16 Setembro 2001	17 Setembro 2001		18 Setembro 2001
Fotografia	Até 1/8 página	Count	52	13	10	16	9	14	14	128
		% within Fotografia	40,6%	10,2%	7,8%	12,5%	7,0%	10,9%	10,9%	100,0%
		% within Dia/Mês/Ano	25,1%	14,0%	11,8%	19,3%	22,5%	24,6%	23,3%	20,5%
	Até 1/4 página	Count	79	45	41	36	18	19	25	263
		% within Fotografia	30,0%	17,1%	15,6%	13,7%	6,8%	7,2%	9,5%	100,0%
		% within Dia/Mês/Ano	38,2%	48,4%	48,2%	43,4%	45,0%	33,3%	41,7%	42,1%
	Até 1/2 página	Count	36	17	19	16	8	19	14	129
		% within Fotografia	27,9%	13,2%	14,7%	12,4%	6,2%	14,7%	10,9%	100,0%
		% within Dia/Mês/Ano	17,4%	18,3%	22,4%	19,3%	20,0%	33,3%	23,3%	20,6%
	Até 3/4 página	Count	2	1	3	0	0	2	4	12
		% within Fotografia	16,7%	8,3%	25,0%	0,0%	0,0%	16,7%	33,3%	100,0%
		% within Dia/Mês/Ano	1,0%	1,1%	3,5%	0,0%	0,0%	3,5%	6,7%	1,9%
	1 página	Count	10	2	0	0	0	0	0	12
		% within Fotografia	83,3%	16,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
		% within Dia/Mês/Ano	4,8%	2,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,9%
	+ 1 foto	Count	28	9	5	9	3	2	3	59
		% within Fotografia	47,5%	15,3%	8,5%	15,3%	5,1%	3,4%	5,1%	100,0%
		% within Dia/Mês/Ano	13,5%	9,7%	5,9%	10,8%	7,5%	3,5%	5,0%	9,4%
	Outro	Count	0	6	7	6	2	1	0	22
		% within Fotografia	0,0%	27,3%	31,8%	27,3%	9,1%	4,5%	0,0%	100,0%
		% within Dia/Mês/Ano	0,0%	6,5%	8,2%	6,5%	5,0%	1,8%	0,0%	1,6%
Total	Count	207	93	85	83	40	57	60	625	
	% within Fotografia	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
	% within Dia/Mês/Ano	33,1%	14,9%	13,6%	13,3%	6,4%	9,1%	9,6%	100,0%	

A7

Quadro II

Fotografia * Nome do jornal Crosstabulation								
			Nome do jornal					Total
			Público	Diário de Notícias	Jornal de Notícias	Expresso	Independente	
Fotografia	Até 1/8 página	Count	14	96	18	0	0	128
		% within Fotografia	10,9%	75,0%	14,1%	0,0%	0,0%	100,0%
		% within Nome do jornal	7,8%	36,2%	12,9%	0,0%	0,0%	20,5%
	Até 1/4 página	Count	84	94	70	8	7	263
		% within Fotografia	31,9%	35,7%	26,6%	3,0%	2,7%	100,0%
		% within Nome do jornal	46,7%	35,5%	50,0%	42,1%	33,3%	42,1%
	Até 1/2 página	Count	52	41	23	3	10	129
		% within Fotografia	40,3%	31,8%	17,8%	2,3%	7,8%	100,0%
		% within Nome do jornal	28,9%	15,5%	16,4%	15,8%	47,6%	20,6%
	Até 3/4 página	Count	4	7	1	0	0	12
		% within Fotografia	33,3%	58,3%	8,3%	0,0%	0,0%	100,0%
		% within Nome do jornal	2,2%	2,6%	0,7%	0,0%	0,0%	1,9%
	1 página	Count	5	2	5	0	0	12
		% within Fotografia	41,7%	16,7%	41,7%	0,0%	0,0%	100,0%
		% within Nome do jornal	2,8%	0,8%	3,6%	0,0%	0,0%	1,9%
	+ 1 foto	Count	17	19	18	4	1	59
		% within Fotografia	28,8%	32,2%	30,5%	6,8%	1,7%	100,0%
		% within Nome do jornal	9,4%	7,2%	12,9%	21,1%	4,8%	9,4%
Outro	Count	4	6	5	4	3	22	
	% within Fotografia	18,2%	27,3%	22,7%	18,2%	13,6%	100,0%	
	% within Nome do jornal	2,2%	2,3%	3,6%	21,1%	14,3%	1,6%	
Total	Count	180	265	140	19	21	625	
	% within Nome do jornal	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
	% within Fotografia	28,8%	42,4%	22,4%	3,0%	3,4%	100,0%	

A7

Quadro III

Tema da peça * Fotografia recodificada Crosstabulation(a)					
Tema da peça			Fotografia recodificada		Total
			Foto	Outro	
Tema da peça	Ambiente	Count	2	0	2
		% within Tema da peça	100,0%	0,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	0,4%	0,0%	0,3%
		% of Total	0,3%	0,0%	0,3%
	Ataque	Count	42	1	43
		% within Tema da peça	97,7%	2,3%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	7,4%	6,7%	7,4%
		% of Total	7,3%	0,0%	7,4%
	Comunidade muçulmana dos EUA	Count	4	0	4
		% within Tema da peça	100,0%	0,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	0,7%	0,0%	0,7%
		% of Total	0,7%	0,0%	0,7%
	Conflito israelo-palestiniano	Count	9	0	9
		% within Tema da peça	100,0%	0,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	1,6%	0,0%	1,6%
		% of Total	1,6%	0,0%	1,6%
	Dimensão mediática	Count	13	0	13
		% within Tema da peça	100,0%	0,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	2,3%	0,0%	2,2%
		% of Total	2,2%	0,0%	2,2%
	Economia	Count	42	2	44
		% within Tema da peça	95,5%	4,5%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	7,4%	13,3%	7,6%
		% of Total	7,3%	0,0%	7,6%
	Guerra ao terrorismo	Count	80	0	80
		% within Tema da peça	100,0%	0,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	14,2%	0,0%	13,8%
		% of Total	13,8%	0,0%	13,8%
	Investigação	Count	18	0	18
		% within Tema da peça	100,0%	0,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	3,2%	0,0%	3,1%
		% of Total	3,1%	0,0%	3,1%
Operação de resgate	Count	15	0	15	
	% within Tema da	100,0%	0,0%	100,0%	

	peça			
	% within Fotografia recodificada	2,7%	0,0%	2,6%
	% of Total	2,6%	0,0%	2,6%
Patriotismo	Count	1	0	1
	% within Tema da peça	100,0%	0,0%	100,0%
	% within Fotografia recodificada	0,2%	0,0%	0,2%
	% of Total	0,2%	0,0%	0,2%
Perspectiva portuguesa	Count	106	3	109
	% within Tema da peça	97,2%	2,7%	100,0%
	% within Fotografia recodificada	18,8%	20,0%	18,8%
	% of Total	18,3%	0,3%	18,8%
Política norte-americana	Count	5	0	5
	% within Tema da peça	100,0%	0,0%	100,0%
	% within Fotografia recodificada	0,9%	0,0%	0,9%
	% of Total	0,9%	0,0%	0,9%
Reacção	Count	34	0	34
	% within Tema da peça	100,0%	0,0%	100,0%
	% within Fotografia recodificada	6,0%	0,0%	5,9%
	% of Total	5,9%	0,0%	5,9%
Regresso à normalidade	Count	25	1	26
	% within Tema da peça	96,2%	3,8%	100,0%
	% within Fotografia recodificada	4,4%	6,7%	4,5%
	% of Total	4,3%	0,0%	4,5%
Segurança	Count	41	2	43
	% within Tema da peça	95,3%	4,7%	100,0%
	% within Fotografia recodificada	7,3%	13,3%	7,4%
	% of Total	7,1%	0,0%	7,4%
Simbologia dos edifícios	Count	10	1	11
	% within Tema da peça	90,9%	9,1%	100,0%
	% within Fotografia recodificada	1,8%	6,7%	1,9%
	% of Total	1,7%	0,0%	1,9%
Sobreviventes	Count	5	0	5
	% within Tema da peça	100,0%	0,0%	100,0%
	% within Fotografia recodificada	0,9%	0,0%	0,9%
	% of Total	0,9%	0,0%	0,9%
Solidariedade	Count	12	0	12
	% within Tema da peça	100,0%	0,0%	100,0%
	% within Fotografia recodificada	2,1%	0,0%	2,1%
	% of Total	2,1%	0,0%	2,1%

	Suspeitos	Count	21	2	23
		% within Tema da peça	91,3%	8,6%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	3,7%	13,3%	4,0%
		% of Total	3,6%	0,2%	4,0%
	Testemunhos	Count	6	0	6
		% within Tema da peça	100,0%	0,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	1,1%	0,0%	1,0%
		% of Total	1,0%	0,0%	1,0%
	Terrorismo	Count	28	3	31
		% within Tema da peça	90,3%	9,7%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	5,0%	20,0%	5,4%
		% of Total	4,8%	0,2%	5,4%
	Vítimas	Count	14	0	14
		% within Tema da peça	100,0%	0,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	2,5%	0,0%	2,4%
		% of Total	2,4%	0,0%	2,4%
	Outro	Count	20	0	20
		% within Tema da peça	100,0%	0,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	3,5%	0,0%	3,5%
		% of Total	3,5%	0,0%	3,5%
	Ficção versus realidade	Count	11	0	11
		% within Tema da peça	100,0%	0,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	2,0%	0,0%	1,9%
		% of Total	1,9%	0,0%	1,9%
	Total	Count	564	15	579
		% within Tema da peça	97,4%	2,6%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	97,4%	0,7%	100,0%

A7

Quadro IV

Tema da peça * Fotografia recodificada Crosstabulation(a)					
			Fotografia recodificada		Total
			Foto	Outro	
Tema da peça	Ambiente	Count	1	0	1
		% within Tema da peça	100,0%	0,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	0,6%	0,0%	0,6%
	Ataque	Count	12	1	13
		% within Tema da peça	92,3%	7,7%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	7,6%	33,3%	8,1%
	Comunidade muçulmana dos EUA	Count	2	0	2
		% within Tema da peça	100,0%	0,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	1,3%	0,0%	1,2%
	Conflito israelo-palestiniano	Count	3	0	3
		% within Tema da peça	100,0%	0,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	1,9%	0,0%	1,9%
	Dimensão mediática	Count	6	0	6
		% within Tema da peça	100,0%	0,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	3,8%	0,0%	3,7%
	Economia	Count	18	0	18
		% within Tema da peça	100,0%	0,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	11,4%	0,0%	11,2%
	Guerra ao terrorismo	Count	20	0	20
		% within Tema da peça	100,0%	0,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	12,7%	0,0%	12,4%
	Investigação	Count	3	0	3
		% within Tema da peça	100,0%	0,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	1,9%	0,0%	1,9%
	Operação de resgate	Count	6	0	6
		% within Tema da peça	100,0%	0,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	3,8%	0,0%	3,7%
Patriotismo	Count	1	0	1	
	% within Tema da peça	100,0%	0,0%	100,0%	
	% within Fotografia recodificada	0,6%	0,0%	0,6%	
Perspectiva portuguesa	Count	24	1	25	
	% within Tema da peça	96,0%	4,0%	100,0%	

		% within Fotografia recodificada	15,2%	33,3%	15,5%
Política norte-americana	Count		1	0	1
	% within Tema da peça		100,0%	0,0%	100,0%
	% within Fotografia recodificada		0,6%	0,0%	0,6%
Reacção	Count		6	0	6
	% within Tema da peça		100,0%	0,0%	100,0%
	% within Fotografia recodificada		3,8%	0,0%	3,7%
Regresso à normalidade	Count		5	0	5
	% within Tema da peça		100,0%	0,0%	100,0%
	% within Fotografia recodificada		3,2%	0,0%	3,1%
Segurança	Count		9	0	9
	% within Tema da peça		100,0%	0,0%	100,0%
	% within Fotografia recodificada		5,7%	0,0%	5,6%
Simbologia dos edifícios	Count		5	0	5
	% within Tema da peça		100,0%	0,0%	100,0%
	% within Fotografia recodificada		3,2%	0,0%	3,1%
Sobreviventes	Count		1	0	1
	% within Tema da peça		100,0%	0,0%	100,0%
	% within Fotografia recodificada		0,6%	0,0%	0,6%
Solidariedade	Count		5	0	5
	% within Tema da peça		100,0%	0,0%	100,0%
	% within Fotografia recodificada		3,2%	0,0%	3,1%
Suspeitos	Count		6	1	7
	% within Tema da peça		85,7%	14,3%	100,0%
	% within Fotografia recodificada		3,8%	33,3%	4,3%
Testemunhos	Count		1	0	1
	% within Tema da peça		100,0%	0,0%	100,0%
	% within Fotografia recodificada		0,6%	0,0%	0,6%
Terrorismo	Count		14	0	14
	% within Tema da peça		100,0%	0,0%	100,0%
	% within Fotografia recodificada		8,9%	0,0%	8,7%
Vítimas	Count		2	0	2
	% within Tema da peça		100,0%	0,0%	100,0%
	% within Fotografia recodificada		1,3%	0,0%	1,2%
Outro	Count		6	0	6
	% within Tema da peça		100,0%	0,0%	100,0%

O 11 de Setembro na imprensa portuguesa

		% within Fotografia recodificada	3,8%	0,0%	3,7%
	Ficção versus realidade	Count	1	0	1
		% within Tema da peça	100,0%	0,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	0,6%	0,0%	0,6%
Total		Count	158	2	161
		% within Fotografia recodificada	100,0%	100,0%	100,0%
		% within Tema da peça	98,1%	1,2%	100,0%

a. Nome do jornal = Público

A7

Quadro V

Tema da peça * Fotografia recodificada Crosstabulation(a)				
		Fotografia recodificada		Total
		Count	Foto	
Tema da peça	Ambiente	Count	1	1
		% within Tema da peça	100,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	0,4%	0,4%
	Ataque	Count	16	16
		% within Tema da peça	100,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	6,5%	6,5%
	Comunidade muçulmana dos EUA	Count	2	2
		% within Tema da peça	100,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	0,8%	0,8%
	Conflito israelo-palestiniano	Count	6	6
		% within Tema da peça	100,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	2,4%	2,4%
	Dimensão mediática	Count	5	5
		% within Tema da peça	100,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	2,0%	2,0%
	Economia	Count	12	12
		% within Tema da peça	100,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	4,9%	4,9%
	Guerra ao terrorismo	Count	35	35
		% within Tema da peça	100,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	14,2%	14,2%
	Investigação	Count	9	9
		% within Tema da peça	100,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	3,6%	3,6%
	Operação de resgate	Count	4	4
		% within Tema da peça	100,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	1,6%	1,6%
Perspectiva portuguesa	Count	51	51	
	% within Tema da peça	100,0%	100,0%	
	% within Fotografia recodificada	20,6%	20,6%	
Reacção	Count	15	15	
	% within Tema da peça	100,0%	100,0%	
	% within Fotografia recodificada	6,1%	6,1%	
Retorno à normalidade	Count	13	13	
	% within Tema da peça	100,0%	100,0%	

O 11 de Setembro na imprensa portuguesa

		% within Fotografia recodificada	5,3%	5,3%
Segurança		Count	24	24
		% within Tema da peça	100,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	9,7%	9,7%
Simbologia dos edifícios		Count	2	2
		% within Tema da peça	100,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	0,8%	0,8%
Sobreviventes		Count	4	4
		% within Tema da peça	100,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	1,6%	1,6%
Solidariedade		Count	4	4
		% within Tema da peça	100,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	1,6%	1,6%
Suspeitos		Count	10	10
		% within Tema da peça	100,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	4,0%	4,0%
Testemunhos		Count	3	3
		% within Tema da peça	100,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	1,2%	1,2%
Terrorismo		Count	9	9
		% within Tema da peça	100,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	3,6%	3,6%
Vítimas		Count	8	8
		% within Tema da peça	100,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	3,2%	3,2%
Outro		Count	8	8
		% within Tema da peça	100,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	3,2%	3,2%
Ficção versus realidade		Count	6	6
		% within Tema da peça	100,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	2,4%	2,4%
Total		Count	247	247
		% within Fotografia recodificada	100,0%	100,0%
		% within Tema da peça	100,0%	100,0%
a. Nome do jornal = Diário de Notícias				

A7

Quadro VI

Tema da peça * Fotografia recodificada Crosstabulation(a)					
			Fotografia recodificada		Total
			Foto	Outro	
Tema da peça	Ataque	Count	10	0	10
		% within Tema da peça	100,0%	0,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	7,8%	0,0%	7,5%
	Dimensão mediática	Count	2	0	2
		% within Tema da peça	100,0%	0,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	1,6%	0,0%	1,5%
	Economia	Count	8	1	9
		% within Tema da peça	88,9%	11,1%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	6,3%	20,0%	6,8%
	Guerra ao terrorismo	Count	21	0	21
		% within Tema da peça	100,0%	0,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	16,4%	0,0%	15,8%
	Investigação	Count	5	0	5
		% within Tema da peça	100,0%	0,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	3,9%	0,0%	3,8%
	Operação de resgate	Count	5	0	5
		% within Tema da peça	100,0%	0,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	3,9%	0,0%	3,8%
	Perspectiva portuguesa	Count	28	1	29
		% within Tema da peça	96,6%	3,4%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	21,9%	20,0%	21,8%
	Política norte-americana	Count	2	0	2
		% within Tema da peça	100,0%	0,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	1,6%	0,0%	1,5%
	Reacção	Count	10	0	10
		% within Tema da peça	100,0%	0,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	7,8%	0,0%	7,5%
Regresso à normalidade	Count	5	1	6	
	% within Tema da peça	83,3%	16,7%	100,0%	
	% within Fotografia recodificada	3,9%	20,0%	4,5%	
Segurança	Count	7	1	8	
	% within Tema da peça	87,5%	12,5%	100,0%	

O 11 de Setembro na imprensa portuguesa

		% within Fotografia recodificada	5,5%	20,0%	6,0%
Simbologia dos edifícios	Count		2	0	2
	% within Tema da peça		100,0%	0,0%	100,0%
	% within Fotografia recodificada		1,6%	0,0%	1,5%
Solidariedade	Count		3	0	3
	% within Tema da peça		100,0%	0,0%	100,0%
	% within Fotografia recodificada		2,3%	0,0%	2,3%
Suspeitos	Count		5	1	6
	% within Tema da peça		83,3%	16,7%	100,0%
	% within Fotografia recodificada		3,9%	20,0%	4,5%
Testemunhos	Count		1	0	1
	% within Tema da peça		100,0%	0,0%	100,0%
	% within Fotografia recodificada		0,8%	0,0%	0,8%
Terrorismo	Count		4	0	4
	% within Tema da peça		100,0%	0,0%	100,0%
	% within Fotografia recodificada		3,1%	0,0%	3,0%
Vítimas	Count		3	0	3
	% within Tema da peça		100,0%	0,0%	100,0%
	% within Fotografia recodificada		2,3%	0,0%	2,3%
Outro	Count		5	0	5
	% within Tema da peça		100,0%	0,0%	100,0%
	% within Fotografia recodificada		3,9%	0,0%	3,8%
Ficção versus realidade	Count		2	0	2
	% within Tema da peça		100,0%	0,0%	100,0%
	% within Fotografia recodificada		1,6%	0,0%	1,5%
Total	Count		128	5	133
	% within Fotografia recodificada		100,0%	100,0%	100,0%
	% within Tema da peça		96,2%	3,8%	100,0%
a. Nome do jornal = Jornal de Notícias					

A7

Quadro VII

Tema da peça * Fotografia recodificada Crosstabulation(a)					
			Fotografia recodificada		Total
			Foto	Outro	
Tema da peça	Ataque	Count	3	0	3
		% within Tema da peça	100,0%	0,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	21,4%	0,0%	16,7%
	Economia	Count	1	1	2
		% within Tema da peça	50,0%	50,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	7,1%	25,0%	11,1%
	Guerra ao terrorismo	Count	2	0	2
		% within Tema da peça	100,0%	0,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	14,3%	0,0%	11,1%
	Investigação	Count	1	0	1
		% within Tema da peça	100,0%	0,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	7,1%	0,0%	5,6%
	Reacção	Count	1	0	1
		% within Tema da peça	100,0%	0,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	7,1%	0,0%	5,6%
	Retorno à normalidade	Count	2	0	2
		% within Tema da peça	100,0%	0,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	14,3%	0,0%	11,1%
		% of Total	11,1%	0,0%	11,1%
	Segurança	Count	0	1	1
		% within Tema da peça	0,0%	100,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	0,0%	25,0%	5,6%
	Simbologia dos edifícios	Count	1	1	2
		% within Tema da peça	50,0%	50,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	7,1%	25,0%	11,1%
	Terrorismo	Count	0	1	1
		% within Tema da peça	0,0%	100,0%	100,0%
% within Fotografia recodificada		0,0%	25,0%	5,6%	
Outro	Count	1	0	1	
	% within Tema da peça	100,0%	0,0%	100,0%	
	% within Fotografia recodificada	7,1%	0,0%	5,6%	
Ficção versus realidade	Count	2	0	2	
	% within Tema da	100,0%	0,0%	100,0%	

O 11 de Setembro na imprensa portuguesa

		peça			
		% within Fotografia recodificada	14,3%	0,0%	11,1%
Total		Count	14	4	18
		% within Fotografia recodificada	100,0%	100,0%	100,0%
		% within Tema da peça	77,8%	22,2%	100,0%
a. Nome do jornal = Expresso					

A7

Quadro VIII

Tema da peça * Fotografia recodificada Crosstabulation(a)					
Tema da peça			Fotografia recodificada		Total
			Foto	Outro	
Tema da peça	Ataque	Count	1	0	1
		% within Tema da peça	100,0%	0,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	5,9%	0,0%	5,0%
		% of Total	5,0%	0,0%	5,0%
	Economia	Count	3	0	3
		% within Tema da peça	100,0%	0,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	17,6%	0,0%	15,0%
		% of Total	15,0%	0,0%	15,0%
	Guerra ao terrorismo	Count	2	0	2
		% within Tema da peça	100,0%	0,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	11,8%	0,0%	10,0%
		% of Total	10,0%	0,0%	10,0%
	Perspectiva portuguesa	Count	3	1	4
		% within Tema da peça	75,0%	25,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	17,6%	33,3%	20,0%
		% of Total	15,0%	5,0%	20,0%
	Política norte-americana	Count	2	0	2
		% within Tema da peça	100,0%	0,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	11,8%	0,0%	10,0%
		% of Total	10,0%	0,0%	10,0%
	Reacção	Count	2	0	2
		% within Tema da peça	100,0%	0,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	11,8%	0,0%	10,0%
		% of Total	10,0%	0,0%	10,0%
	Segurança	Count	1	0	1
		% within Tema da peça	100,0%	0,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	5,9%	0,0%	5,0%
		% of Total	5,0%	0,0%	5,0%
Testemunhos	Count	1	0	1	
	% within Tema da peça	100,0%	0,0%	100,0%	
	% within Fotografia recodificada	5,9%	0,0%	5,0%	
	% of Total	5,0%	0,0%	5,0%	
Terrorismo	Count	1	2	3	
	% within Tema da peça	33,3%	66,6%	100,0%	

O 11 de Setembro na imprensa portuguesa

		% within Fotografia recodificada	5,9%	66,6%	15,0%
		% of Total	5,0%	5,0%	15,0%
	Vítimas	Count	1	0	1
		% within Tema da peça	100,0%	0,0%	100,0%
		% within Fotografia recodificada	5,9%	0,0%	5,0%
		% of Total	5,0%	0,0%	5,0%
Total		Count	17	3	20
		% within Fotografia recodificada	100,0%	100,0%	100,0%
		% within Tema da peça	85,0%	15,0%	100,0%

a. Nome do jornal = Independente

Anexo 8

– Foco geográfico

Quadro I

Foco geográfico * Nome do jornal Crosstabulation								
			Nome do jornal					Total
			Público	Diário de Notícias	Jornal de Notícias	Expresso	Independente	
Foco geográfico	EUA	Count	214	225	167	17	16	639
		% within Foco geográfico	33,5%	35,2%	26,1%	2,7%	2,5%	100,0%
		% within Nome do jornal	46,3%	48,0%	53,9%	85,0%	41,0%	49,2%
	Portugal	Count	74	76	39	0	9	198
		% within Foco geográfico	37,4%	38,4%	19,7%	0,0%	4,5%	100,0%
		% within Nome do jornal	16,0%	16,2%	12,6%	0,0%	23,1%	15,2%
	Europa	Count	41	46	19	0	5	111
		% within Foco geográfico	36,9%	41,4%	17,1%	0,0%	4,5%	100,0%
		% within Nome do jornal	8,9%	9,8%	6,1%	0,0%	12,8%	8,5%
	Médio Oriente	Count	22	27	13	0	1	63
		% within Foco geográfico	34,9%	42,9%	20,6%	0,0%	1,6%	100,0%
		% within Nome do jornal	4,8%	5,8%	4,2%	0,0%	2,6%	4,8%
	Afeganistão/Paquistão	Count	29	17	16	0	0	62
		% within Foco geográfico	46,8%	27,4%	25,8%	0,0%	0,0%	100,0%
		% within Nome do jornal	6,3%	3,6%	5,2%	0,0%	0,0%	4,8%
	Rússia	Count	8	7	5	0	0	20
		% within Foco geográfico	40,0%	35,0%	25,0%	0,0%	0,0%	100,0%
		% within Nome do jornal	1,7%	1,5%	1,6%	0,0%	0,0%	1,5%
	Não aplicável	Count	17	13	12	0	2	44
		% within Foco geográfico	38,6%	29,5%	27,3%	0,0%	4,5%	100,0%
		% within Nome do jornal	3,7%	2,8%	3,9%	0,0%	5,1%	3,4%
	Outro	Count	19	14	11	0	0	44
		% within Foco geográfico	43,2%	31,8%	25,0%	0,0%	0,0%	100,0%
		% within Nome do jornal	4,1%	3,0%	3,5%	0,0%	0,0%	3,4%
% of Total		1,5%	1,1%	0,8%	0,0%	0,0%	3,4%	

O 11 de Setembro na imprensa portuguesa

	Misto	Count	38	44	28	3	6	119
		% within Foco geográfico	31,9%	37,0%	23,5%	2,5%	5,0%	100,0%
		% within Nome do jornal	8,2%	9,4%	9,0%	15,0%	15,4%	9,2%
Total		Count	462	469	310	20	39	1.300
		% within Nome do jornal	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		% within Foco geográfico	35,5%	36,1%	23,8%	1,5%	3,0%	100,0%

A8

Quadro II

Foco geográfico * Dia/Mês/Ano Crosstabulation										
			Dia/Mês/Ano						Total	
			12 Setembro 2001	13 Setembro 2001	14 Setembro 2001	15 Setembro 2001	16 Setembro 2001	17 Setembro 2001		18 Setembro 2001
Foco geográfico	EUA	Count	202	83	102	91	43	56	62	639
		% within Foco geográfico	31,6%	13,0%	16,0%	14,2%	6,7%	8,8%	9,7%	100,0%
		% within Dia/Mês/Ano	49,1%	45,1%	51,8%	56,9%	51,8%	51,4%	39,7%	49,2%
	Portugal	Count	69	47	28	21	9	6	18	198
		% within Foco geográfico	34,8%	23,7%	14,1%	10,6%	4,5%	3,0%	9,1%	100,0%
		% within Dia/Mês/Ano	16,8%	25,5%	14,2%	13,1%	10,8%	5,5%	11,5%	15,2%
	Europa	Count	33	12	20	18	7	5	16	111
		% within Foco geográfico	29,7%	10,8%	18,0%	16,2%	6,3%	4,5%	14,4%	100,0%
		% within Dia/Mês/Ano	8,0%	6,5%	10,2%	11,3%	8,4%	4,6%	10,3%	8,5%
	Médio Oriente	Count	17	8	6	6	6	13	7	63
		% within Foco geográfico	27,0%	12,7%	9,5%	9,5%	9,5%	20,6%	11,1%	100,0%
		% within Dia/Mês/Ano	4,1%	4,3%	3,0%	3,8%	7,2%	11,9%	4,5%	4,8%
	Afeganistão/Paquistão	Count	7	3	8	6	8	14	16	62
		% within Foco geográfico	11,3%	4,8%	12,9%	9,7%	12,9%	22,6%	25,8%	100,0%
		% within Dia/Mês/Ano	1,7%	1,6%	4,1%	3,8%	9,6%	12,8%	10,3%	4,8%
	Rússia	Count	8	2	1	2	1	3	3	20
		% within Foco geográfico	40,0%	10,0%	5,0%	10,0%	5,0%	15,0%	15,0%	100,0%
		% within Dia/Mês/Ano	1,9%	1,1%	0,5%	1,3%	1,2%	2,8%	1,9%	1,5%
	Não aplicável	Count	18	7	6	2	2	2	7	44
		% within Foco geográfico	40,9%	15,9%	13,6%	4,5%	4,5%	4,5%	15,9%	100,0%
		% within Dia/Mês/Ano	4,4%	3,8%	3,0%	1,3%	2,4%	1,8%	4,5%	3,4%
	Outro	Count	13	2	5	3	1	8	12	44
		% within Foco geográfico	29,5%	4,5%	11,4%	6,8%	2,3%	18,2%	27,3%	100,0%
		% within Dia/Mês/Ano	3,2%	1,1%	2,5%	1,9%	1,2%	7,3%	7,7%	3,4%
Misto	Count	44	20	21	11	6	2	15	119	
	% within Foco geográfico	37,0%	16,8%	17,6%	9,2%	5,0%	1,7%	12,6%	100,0%	
	% within Dia/Mês/Ano	10,7%	10,9%	10,7%	6,9%	7,2%	1,8%	9,6%	9,2%	

Total	Count	411	184	197	160	83	109	156	1.300
	% within Dia/Mês/Ano	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% within total	31,6%	14,2%	15,2%	12,3%	6,4%	8,4%	12,0%	100,0%

Anexo 9

– Temas

Quadro I

Tema da peça * Dia/Mês/Ano Crosstabulation										
		Dia/Mês/Ano							Total	
		12 Setembro 2001	13 Setembro 2001	14 Setembro 2001	15 Setembro 2001	16 Setembro 2001	17 Setembro 2001	18 Setembro 2001		
Tema da peça	Ambiente	Count	0	0	0	1	0	0	1	2
		% within Tema da peça	0,0%	0,0%	0,0%	50,0%	0,0%	0,0%	50,0%	100,0%
		% within Dia/Mês/Ano	0,0%	0,0%	0,0%	0,6%	0,0%	0,0%	0,6%	0,2%
	Ataque	Count	65	8	8	6	4	0	2	93
		% within Tema da peça	69,9%	8,6%	8,6%	6,5%	4,3%	0,0%	2,2%	100,0%
		% within Dia/Mês/Ano	15,8%	4,3%	4,1%	3,8%	4,8%	0,0%	1,3%	7,2%
	Comunidade muçulmana dos EUA	Count	3	2	2	0	1	2	0	10
		% within Tema da peça	30,0%	20,0%	20,0%	0,0%	10,0%	20,0%	0,0%	100,0%
		% within Dia/Mês/Ano	0,7%	1,1%	1,0%	0,0%	1,2%	1,8%	0,0%	0,8%
	Conflito israelo-palestiniano	Count	0	2	2	2	5	4	3	18
		% within Tema da peça	0,0%	11,1%	11,1%	11,1%	27,8%	22,2%	16,7%	100,0%
		% within Dia/Mês/Ano	0,0%	1,1%	1,0%	1,3%	6,0%	3,7%	1,9%	1,4%
	Dimensão mediática	Count	16	8	4	1	0	2	3	34
		% within Tema da peça	47,1%	23,5%	11,8%	2,9%	0,0%	5,9%	8,8%	100,0%
		% within Dia/Mês/Ano	3,9%	4,3%	2,0%	0,6%	0,0%	1,8%	1,9%	2,6%
	Economia	Count	34	19	26	13	1	6	24	123
		% within Tema da peça	27,6%	15,4%	21,1%	10,6%	0,8%	4,9%	19,5%	100,0%
		% within Dia/Mês/Ano	8,3%	10,3%	13,2%	8,1%	1,2%	5,5%	15,4%	9,5%
	Guerra ao terrorismo	Count	10	19	16	26	25	39	30	165
		% within Tema da peça	6,1%	11,5%	9,7%	15,8%	15,2%	23,6%	18,2%	100,0%
		% within Dia/Mês/Ano	2,4%	10,3%	8,1%	16,3%	30,1%	35,8%	19,2%	12,7%
	Investigação	Count	0	7	14	13	6	9	6	55
		% within Tema da peça	0,0%	12,7%	25,5%	23,6%	10,9%	16,4%	10,9%	100,0%
		% within Dia/Mês/Ano	0,0%	3,8%	7,1%	8,1%	7,2%	8,3%	3,8%	4,2%
Operação de resgate	Count	0	4	4	9	7	8	0	32	
	% within Tema da peça	0,0%	12,5%	12,5%	28,1%	21,9%	25,0%	0,0%	100,0%	
	% within Dia/Mês/Ano	0,0%	2,2%	2,0%	5,6%	8,4%	7,3%	0,0%	2,5%	

Patriotismo	Count	0	0	0	1	0	1	0	2
	% within Tema da peça	0,0%	0,0%	0,0%	50,0%	0,0%	50,0%	0,0%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	0,0%	0,0%	0,0%	0,6%	0,0%	0,9%	0,0%	0,2%
Perspectiva portuguesa	Count	89	55	35	27	8	7	19	240
	% within Tema da peça	37,1%	22,9%	14,6%	11,3%	3,3%	2,9%	7,9%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	21,7%	29,9%	17,8%	16,9%	9,6%	6,4%	12,2%	18,5%
Política norte-americana	Count	0	0	4	2	2	1	0	9
	% within Tema da peça	0,0%	0,0%	44,4%	22,2%	22,2%	11,1%	0,0%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	0,0%	0,0%	2,0%	1,3%	2,4%	0,9%	0,0%	0,7%
Reacção	Count	54	3	5	1	2	0	1	66
	% within Tema da peça	81,8%	4,5%	7,6%	1,5%	3,0%	0,0%	1,5%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	13,1%	1,6%	2,5%	0,6%	2,4%	0,0%	0,6%	5,1%
Regresso à normalidade	Count	2	5	7	7	1	8	11	41
	% within Tema da peça	4,9%	12,2%	17,1%	17,1%	2,4%	19,5%	26,8%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	0,5%	2,7%	3,5%	4,4%	1,2%	7,3%	7,1%	3,1%
Segurança	Count	57	15	9	7	0	1	2	91
	% within Tema da peça	62,6%	16,5%	9,9%	7,7%	0,0%	1,1%	2,2%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	13,9%	8,2%	4,6%	4,4%	0,0%	0,9%	1,3%	7,0%
Simbologia dos edifícios	Count	10	1	1	2	0	0	0	14
	% within Tema da peça	71,4%	7,1%	7,1%	14,3%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	2,4%	0,5%	0,5%	1,3%	0,0%	0,0%	0,0%	1,1%
Sobreviventes	Count	5	0	5	1	0	0	0	11
	% within Tema da peça	45,5%	0,0%	45,5%	9,1%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	1,2%	0,0%	2,5%	0,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,8%
Solidariedade	Count	3	6	6	12	0	1	9	37
	% within Tema da peça	8,1%	16,2%	16,2%	32,4%	0,0%	2,7%	24,3%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	0,7%	3,3%	3,0%	7,5%	0,0%	0,9%	5,8%	2,8%
Suspeitos	Count	10	4	15	3	4	6	8	50
	% within Tema da peça	20,0%	8,0%	30,0%	6,0%	8,0%	12,0%	16,0%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	2,4%	2,2%	7,6%	1,9%	4,8%	5,5%	5,1%	3,8%
Testemunhos	Count	2	1	2	2	0	0	1	8
	% within Tema da peça	25,0%	12,5%	25,0%	25,0%	0,0%	0,0%	12,5%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	0,5%	0,5%	1,0%	1,3%	0,0%	0,0%	0,6%	0,6%
Terrorismo	Count	21	10	18	6	10	7	20	92
	% within Tema da peça	22,8%	10,9%	19,6%	6,5%	10,9%	7,6%	21,7%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	5,1%	5,4%	9,1%	3,8%	12,0%	6,4%	12,8%	7,1%
Vítimas	Count	7	6	7	4	4	1	4	33
	% within Tema da peça	21,2%	18,2%	21,2%	12,1%	12,1%	3,0%	12,1%	100,0%

O 11 de Setembro na imprensa portuguesa

		% within Dia/Mês/Ano	1,7%	3,3%	3,6%	2,5%	4,8%	0,9%	2,6%	2,5%
	Outro	Count	14	9	6	12	2	6	12	61
		% within Tema da peça	23,0%	14,8%	9,8%	19,7%	3,3%	9,8%	19,7%	100,0%
		% within Dia/Mês/Ano	3,4%	4,9%	3,0%	7,5%	2,4%	5,5%	7,7%	4,7%
	Ficção versus realidade	Count	9	0	1	2	1	0	0	13
		% within Tema da peça	69,2%	0,0%	7,7%	15,4%	7,7%	0,0%	0,0%	100,0%
		% within Dia/Mês/Ano	2,2%	0,0%	0,5%	1,3%	1,2%	0,0%	0,0%	1,0%
Total		Count	411	184	197	160	83	109	156	1.300
		% within Dia/Mês/Ano	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	31,6%	14,2%	15,2%	12,3%	6,4%	8,4%	12,0%	100,0%

A9

Quadro II

Tema da peça * Nome do jornal Crosstabulation								
Tema da peça			Nome do jornal				Total	
			Público	Diário de Notícias	Jornal de Notícias	Expresso		Independente
Ambiente	Count		1	1	0	0	0	2
	% within Tema da peça		50,0%	50,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
	% within Nome do jornal		0,2%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,2%
Ataque	Count		23	40	24	3	3	93
	% within Tema da peça		24,7%	43,0%	25,8%	3,2%	3,2%	100,0%
	% within Nome do jornal		5,0%	8,5%	7,7%	15,0%	7,7%	7,2%
Comunidade muçulmana dos EUA	Count		4	5	1	0	0	10
	% within Tema da peça		40,0%	50,0%	10,0%	0,0%	0,0%	100,0%
	% within Nome do jornal		0,9%	1,1%	0,3%	0,0%	0,0%	0,8%
Conflito israelo-palestiniano	Count		9	9	0	0	0	18
	% within Tema da peça		50,0%	50,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
	% within Nome do jornal		1,9%	1,9%	0,0%	0,0%	0,0%	1,4%
Dimensão mediática	Count		14	14	6	0	0	34
	% within Tema da peça		41,2%	41,2%	17,6%	0,0%	0,0%	100,0%
	% within Nome do jornal		3,0%	3,0%	1,9%	0,0%	0,0%	2,6%
Economia	Count		46	46	26	2	3	123
	% within Tema da peça		37,4%	37,4%	21,1%	1,6%	2,4%	100,0%
	% within Nome do jornal		10,0%	9,8%	8,4%	10,0%	7,7%	9,5%
Guerra ao terrorismo	Count		60	58	41	3	3	165
	% within Tema da peça		36,4%	35,2%	24,8%	1,8%	1,8%	100,0%
	% within Nome do jornal		13,0%	12,4%	13,2%	15,0%	7,7%	12,7%
Investigação	Count		12	25	15	1	2	55
	% within Tema da peça		21,8%	45,5%	27,3%	1,8%	3,6%	100,0%
	% within Nome do jornal		2,6%	5,3%	4,8%	5,0%	5,1%	4,2%
Operação de resgate	Count		13	9	10	0	0	32
	% within Tema da peça		40,6%	28,1%	31,3%	0,0%	0,0%	100,0%
	% within Nome do jornal		2,8%	1,9%	3,2%	0,0%	0,0%	2,5%
Patriotismo	Count		1	1	0	0	0	2
	% within Tema da peça		50,0%	50,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
	% within Nome do jornal		0,2%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,2%
Perspectiva portuguesa	Count		83	88	59	0	10	240
	% within Tema da peça		34,6%	36,7%	24,6%	0,0%	4,2%	100,0%
	% within Nome do jornal		18,0%	18,8%	19,0%	0,0%	25,6%	18,5%

Política norte-americana	Count	3	1	3	0	2	9
	% within Tema da peça	33,3%	11,1%	33,3%	0,0%	22,2%	100,0%
	% within Nome do jornal	0,6%	0,2%	1,0%	0,0%	5,1%	0,7%
Reacção	Count	20	23	20	1	2	66
	% within Tema da peça	30,3%	34,8%	30,3%	1,5%	3,0%	100,0%
	% within Nome do jornal	4,3%	4,9%	6,5%	5,0%	5,1%	5,1%
Regresso à normalidade	Count	15	14	10	2	0	41
	% within Tema da peça	36,6%	34,1%	24,4%	4,9%	0,0%	100,0%
	% within Nome do jornal	3,2%	3,0%	3,2%	10,0%	0,0%	3,2%
Segurança	Count	24	40	22	2	3	91
	% within Tema da peça	26,4%	44,0%	24,2%	2,2%	3,3%	100,0%
	% within Nome do jornal	5,2%	8,5%	7,1%	10,0%	7,7%	7,0%
Simbologia dos edifícios	Count	5	2	4	2	1	14
	% within Tema da peça	35,7%	14,3%	28,6%	14,3%	7,1%	100,0%
	% within Nome do jornal	1,1%	0,4%	1,3%	10,0%	2,6%	1,1%
Sobreviventes	Count	3	4	4	0	0	11
	% within Tema da peça	27,3%	36,4%	36,4%	0,0%	0,0%	100,0%
	% within Nome do jornal	0,6%	0,9%	1,3%	0,0%	0,0%	0,8%
Solidariedade	Count	22	6	8	0	1	37
	% within Tema da peça	59,5%	16,2%	21,6%	0,0%	2,7%	100,0%
	% within Nome do jornal	4,8%	1,3%	2,6%	0,0%	2,6%	2,8%
Suspeitos	Count	20	13	17	0	0	50
	% within Tema da peça	40,0%	26,0%	34,0%	0,0%	0,0%	100,0%
	% within Nome do jornal	4,3%	2,8%	5,5%	0,0%	0,0%	3,8%
Testemunhos	Count	1	5	1	0	1	8
	% within Tema da peça	12,5%	62,5%	12,5%	0,0%	12,5%	100,0%
	% within Nome do jornal	0,2%	1,1%	0,3%	0,0%	2,6%	0,6%
Terrorismo	Count	47	26	11	1	7	92
	% within Tema da peça	51,1%	28,3%	12,0%	1,1%	7,6%	100,0%
	% within Nome do jornal	10,2%	5,5%	3,5%	5,0%	17,9%	7,1%
Vítimas	Count	11	10	11	0	1	33
	% within Tema da peça	33,3%	30,3%	33,3%	0,0%	3,0%	100,0%
	% within Nome do jornal	2,4%	2,1%	3,5%	0,0%	2,6%	2,5%
Outro	Count	23	22	15	1	0	61
	% within Tema da peça	37,7%	36,1%	24,6%	1,6%	0,0%	100,0%
	% within Nome do jornal	5,0%	4,7%	4,8%	5,0%	0,0%	4,7%
Ficção versus realidade	Count	2	7	2	2	0	13
	% within Tema da peça	15,4%	53,8%	15,4%	15,4%	0,0%	100,0%

		% within Nome do jornal	0,4%	1,5%	0,6%	10,0%	0,0%	1,0%
Total		Count	462	469	310	20	39	1.300
		% within Nome do jornal	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		% within Tema da peça	35,5%	36,1%	23,8%	1,5%	3,0%	100,0%

A9

Quadro III

Tema secundário * Nome do jornal Crosstabulation								
			Nome do jornal				Total	
			Público	Diário de Notícias	Jornal de Notícias	Independente		
Tema secundário	Ataque	Count	2	4	0	0	6	
		% within Tema secundário	33,3%	66,7%	0,0%	0,0%	100,0%	
		% within Nome do jornal	2,4%	4,5%	0,0%	0,0%	2,5%	
	Dimensão mediática	Count	3	3	0	0	6	
		% within Tema secundário	50,0%	50,0%	0,0%	0,0%	100,0%	
		% within Nome do jornal	3,6%	3,4%	0,0%	0,0%	2,5%	
	Economia	Count	7	4	4	1	16	
		% within Tema secundário	43,8%	25,0%	25,0%	6,3%	100,0%	
		% within Nome do jornal	8,4%	4,5%	6,8%	10,0%	6,7%	
	Guerra ao terrorismo	Count	12	7	1	1	21	
		% within Tema secundário	57,1%	33,3%	4,8%	4,8%	100,0%	
		% within Nome do jornal	14,5%	8,0%	1,7%	10,0%	8,8%	
	Investigação	Count	1	1	2	1	5	
		% within Tema secundário	20,0%	20,0%	40,0%	20,0%	100,0%	
		% within Nome do jornal	1,2%	1,1%	3,4%	10,0%	2,1%	
	Reacção	Count	5	14	4	0	23	
		% within Tema secundário	21,7%	60,9%	17,4%	0,0%	100,0%	
		% within Nome do jornal	6,0%	15,9%	6,8%	0,0%	9,6%	
	Regresso à	Count	1	3	0	0	4	

normalidade	% within Tema secundário	25,0%	75,0%	0,0%	0,0%	100,0%	
	% within Nome do jornal	1,2%	3,4%	0,0%	0,0%	1,7%	
Segurança	Count	10	13	12	2	37	
	% within Tema secundário	27,0%	35,1%	32,4%	5,4%	100,0%	
	% within Nome do jornal	12,0%	14,8%	20,3%	20,0%	15,4%	
Sobreviventes	Count	0	0	1	0	1	
	% within Tema secundário	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	100,0%	
	% within Nome do jornal	0,0%	0,0%	1,7%	0,0%	0,4%	
Solidariedade	Count	12	4	3	0	19	
	% within Tema secundário	63,2%	21,1%	15,8%	0,0%	100,0%	
	% within Nome do jornal	14,5%	4,5%	5,1%	0,0%	7,9%	
Suspeitos	Count	1	1	0	0	2	
	% within Tema secundário	50,0%	50,0%	0,0%	0,0%	100,0%	
	% within Nome do jornal	1,2%	1,1%	0,0%	0,0%	0,8%	
Testemunhos	Count	3	8	13	0	24	
	% within Tema secundário	12,5%	33,3%	54,2%	0,0%	100,0%	
	% within Nome do jornal	3,6%	9,1%	22,0%	0,0%	10,0%	
Terrorismo	Count	3	3	0	4	10	
	% within Tema secundário	30,0%	30,0%	0,0%	40,0%	100,0%	
	% within Nome do jornal	3,6%	3,4%	0,0%	40,0%	4,2%	
Vítimas	Count	8	12	10	1	31	
	% within Tema secundário	25,8%	38,7%	32,3%	3,2%	100,0%	
	% within Nome do jornal	9,6%	13,6%	16,9%	10,0%	12,9%	
Outro	Count	15	10	8	0	33	
	% within Tema secundário	45,5%	30,3%	24,2%	0,0%	100,0%	
	% within Nome do jornal	18,1%	11,4%	13,6%	0,0%	13,8%	
Ficção versus realidade	Count	0	1	1	0	2	
	% within Tema secundário	0,0%	50,0%	50,0%	0,0%	100,0%	

		% within Nome do jornal	0,0%	1,1%	1,7%	0,0%	0,8%	
Total		Count	83	88	59	10	240	
		% within Nome do jornal	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
		% within Tema secundário	34,6%	36,7%	24,6%	4,2%	100,0%	

Anexo 10

– Actores

Quadro I

		Actores da peça * Dia/Mês/Ano Crosstabulation								Total
		Dia/Mês/Ano								
		12 Setembro 2001	13 Setembro 2001	14 Setembro 2001	15 Setembro 2001	16 Setembro 2001	17 Setembro 2001	18 Setembro 2001		
Actores da peça	Agência governamental	Count	15	6	2	1	1	0	2	27
		% within Actores da peça	55,6%	22,2%	7,4%	3,7%	3,7%	0,0%	7,4%	100,0%
		% within Dia/Mês/Ano	3,7%	3,3%	1,0%	0,6%	1,2%	0,0%	1,3%	2,1%
	Associação	Count	4	4	2	1	0	0	1	12
		% within Actores da peça	33,3%	33,3%	16,7%	8,3%	0,0%	0,0%	8,3%	100,0%
		% within Dia/Mês/Ano	1,0%	2,2%	1,0%	0,6%	0,0%	0,0%	0,6%	0,9%
	Bolsas de valores	Count	12	3	6	5	1	4	9	40
		% within Actores da peça	30,0%	7,5%	15,0%	12,5%	2,5%	10,0%	22,5%	100,0%
		% within Dia/Mês/Ano	3,0%	1,6%	3,1%	3,1%	1,2%	3,7%	5,8%	3,1%
	Bin Laden	Count	8	3	13	0	0	4	5	33
		% within Actores da peça	24,2%	9,1%	39,4%	0,0%	0,0%	12,1%	15,2%	100,0%
		% within Dia/Mês/Ano	2,0%	1,6%	6,7%	0,0%	0,0%	3,7%	3,2%	2,6%
	Bush	Count	18	3	2	8	5	3	5	44
		% within Actores da peça	40,9%	6,8%	4,5%	18,2%	11,4%	6,8%	11,4%	100,0%
		% within Dia/Mês/Ano	4,5%	1,6%	1,0%	5,0%	6,0%	2,8%	3,2%	3,4%
	Companhias aéreas	Count	2	4	4	1	1	1	1	14
		% within Actores da peça	14,3%	28,6%	28,6%	7,1%	7,1%	7,1%	7,1%	100,0%
		% within Dia/Mês/Ano	0,5%	2,2%	2,1%	0,6%	1,2%	0,9%	0,6%	1,1%
	Emigrantes portugueses	Count	14	5	4	4	0	0	1	28
		% within Actores da peça	50,0%	17,9%	14,3%	14,3%	0,0%	0,0%	3,6%	100,0%
		% within Dia/Mês/Ano	3,5%	2,7%	2,1%	2,5%	0,0%	0,0%	0,6%	2,2%
	Empresas	Count	2	2	6	2	0	0	3	15

	% within Actores da peça	13,3%	13,3%	40,0%	13,3%	0,0%	0,0%	20,0%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	0,5%	1,1%	3,1%	1,3%	0,0%	0,0%	1,9%	1,2%
Equipas de salvamento	Count	1	4	4	4	4	2	0	19
	% within Actores da peça	5,3%	21,1%	21,1%	21,1%	21,1%	10,5%	0,0%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	0,2%	2,2%	2,1%	2,5%	4,8%	1,8%	0,0%	1,5%
Especialista	Count	11	7	1	3	4	2	3	31
	% within Actores da peça	35,5%	22,6%	3,2%	9,7%	12,9%	6,5%	9,7%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	2,7%	3,8%	0,5%	1,9%	4,8%	1,8%	1,9%	2,4%
Estado	Count	4	2	0	0	0	1	2	9
	% within Actores da peça	44,4%	22,2%	0,0%	0,0%	0,0%	11,1%	22,2%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	1,0%	1,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,9%	1,3%	0,7%
Figuras públicas	Count	2	3	6	2	3	1	7	24
	% within Actores da peça	8,3%	12,5%	25,0%	8,3%	12,5%	4,2%	29,2%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	0,5%	1,6%	3,1%	1,3%	3,6%	0,9%	4,5%	1,9%
Forças de segurança	Count	12	2	10	2	2	6	3	37
	% within Actores da peça	32,4%	5,4%	27,0%	5,4%	5,4%	16,2%	8,1%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	3,0%	1,1%	5,2%	1,3%	2,4%	5,5%	1,9%	2,9%
Governo	Count	77	21	25	22	16	22	24	207
	% within Actores da peça	37,2%	10,1%	12,1%	10,6%	7,7%	10,6%	11,6%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	19,1%	11,5%	12,9%	13,8%	19,3%	20,2%	15,4%	16,1%
Igrejas	Count	4	1	1	1	0	2	3	12
	% within Actores da peça	33,3%	8,3%	8,3%	8,3%	0,0%	16,7%	25,0%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	1,0%	0,5%	0,5%	0,6%	0,0%	1,8%	1,9%	0,9%
Instituição financeira	Count	12	7	10	0	0	1	7	37
	% within Actores da peça	32,4%	18,9%	27,0%	0,0%	0,0%	2,7%	18,9%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	3,0%	3,8%	5,2%	0,0%	0,0%	0,9%	4,5%	2,9%
Jornalista	Count	0	0	0	1	1	0	3	5
	% within Actores da peça	0,0%	0,0%	0,0%	20,0%	20,0%	0,0%	60,0%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	0,0%	0,0%	0,0%	0,6%	1,2%	0,0%	1,9%	0,4%
Media	Count	15	12	5	2	0	2	4	40
	% within Actores da peça	37,5%	30,0%	12,5%	5,0%	0,0%	5,0%	10,0%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	3,7%	6,6%	2,6%	1,3%	0,0%	1,8%	2,6%	3,1%
Militares	Count	17	3	1	4	5	4	3	37
	% within Actores da peça	45,9%	8,1%	2,7%	10,8%	13,5%	10,8%	8,1%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	4,2%	1,6%	0,5%	2,5%	6,0%	3,7%	1,9%	2,9%

	Dia/Mês/Ano								
Muçulmanos	Count	1	3	2	0	1	0	1	8
	% within Actores da peça	12,5%	37,5%	25,0%	0,0%	12,5%	0,0%	12,5%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	0,2%	1,6%	1,0%	0,0%	1,2%	0,0%	0,6%	0,6%
NATO	Count	5	6	3	0	1	0	3	18
	% within Actores da peça	27,8%	33,3%	16,7%	0,0%	5,6%	0,0%	16,7%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	1,2%	3,3%	1,5%	0,0%	1,2%	0,0%	1,9%	1,4%
ONG	Count	0	3	0	0	0	1	1	5
	% within Actores da peça	0,0%	60,0%	0,0%	0,0%	0,0%	20,0%	20,0%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	0,0%	1,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,9%	0,6%	0,4%
ONU	Count	5	0	1	0	1	1	1	9
	% within Actores da peça	55,6%	0,0%	11,1%	0,0%	11,1%	11,1%	11,1%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	1,2%	0,0%	0,5%	0,0%	1,2%	0,9%	0,6%	0,7%
OPEP	Count	2	3	1	0	0	0	1	7
	% within Actores da peça	28,6%	42,9%	14,3%	0,0%	0,0%	0,0%	14,3%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	0,5%	1,6%	0,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,6%	0,5%
Organização internacional	Count	1	1	1	1	1	0	0	5
	% within Actores da peça	20,0%	20,0%	20,0%	20,0%	20,0%	0,0%	0,0%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	0,2%	0,5%	0,5%	0,6%	1,2%	0,0%	0,0%	0,4%
Organização política	Count	4	0	0	1	0	3	5	13
	% within Actores da peça	30,8%	0,0%	0,0%	7,7%	0,0%	23,1%	38,5%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	1,0%	0,0%	0,0%	0,6%	0,0%	2,8%	3,2%	1,0%
Outras autoridades	Count	1	4	1	4	0	0	1	11
	% within Actores da peça	9,1%	36,4%	9,1%	36,4%	0,0%	0,0%	9,1%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	0,2%	2,2%	0,5%	2,5%	0,0%	0,0%	0,6%	0,9%
Partidos políticos	Count	2	4	2	0	0	5	1	14
	% within Actores da peça	14,3%	28,6%	14,3%	0,0%	0,0%	35,7%	7,1%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	0,5%	2,2%	1,0%	0,0%	0,0%	4,6%	0,6%	1,1%
Populares	Count	24	7	11	8	3	8	15	76
	% within Actores da peça	31,6%	9,2%	14,5%	10,5%	3,9%	10,5%	19,7%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	5,9%	3,8%	5,7%	5,0%	3,6%	7,3%	9,6%	5,9%
Serviços secretos	Count	2	9	14	10	5	4	7	51
	% within Actores da peça	3,9%	17,6%	27,5%	19,6%	9,8%	7,8%	13,7%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	0,5%	4,9%	7,2%	6,3%	6,0%	3,7%	4,5%	4,0%
Sobreviventes	Count	5	1	5	2	2	0	0	15
	% within	33,3%	6,7%	33,3%	13,3%	13,3%	0,0%	0,0%	100,0%

	Actores da peça								
	% within Dia/Mês/Ano	1,2%	0,5%	2,6%	1,3%	2,4%	0,0%	0,0%	1,2%
Suspeitos	Count	2	0	0	3	3	2	1	11
	% within Actores da peça	18,2%	0,0%	0,0%	27,3%	27,3%	18,2%	9,1%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	0,5%	0,0%	0,0%	1,9%	3,6%	1,8%	0,6%	0,9%
TAP	Count	2	3	2	3	1	0	1	12
	% within Actores da peça	16,7%	25,0%	16,7%	25,0%	8,3%	0,0%	8,3%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	0,5%	1,6%	1,0%	1,9%	1,2%	0,0%	0,6%	0,9%
Terroristas	Count	23	3	6	5	1	1	3	42
	% within Actores da peça	54,8%	7,1%	14,3%	11,9%	2,4%	2,4%	7,1%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	5,7%	1,6%	3,1%	3,1%	1,2%	0,9%	1,9%	3,3%
União Europeia	Count	7	2	5	3	1	0	4	22
	% within Actores da peça	31,8%	9,1%	22,7%	13,6%	4,5%	0,0%	18,2%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	1,7%	1,1%	2,6%	1,9%	1,2%	0,0%	2,6%	1,7%
Vítimas	Count	7	6	5	4	5	7	5	39
	% within Actores da peça	17,9%	15,4%	12,8%	10,3%	12,8%	17,9%	12,8%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	1,7%	3,3%	2,6%	2,5%	6,0%	6,4%	3,2%	3,0%
Outro	Count	22	14	12	23	5	13	12	101
	% within Actores da peça	21,8%	13,9%	11,9%	22,8%	5,0%	12,9%	11,9%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	5,4%	7,7%	6,2%	14,5%	6,0%	11,9%	7,7%	7,8%
Não aplicável	Count	55	21	21	26	10	9	8	150
	% within Actores da peça	36,7%	14,0%	14,0%	17,3%	6,7%	6,0%	5,3%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	13,6%	11,5%	10,8%	16,4%	12,0%	8,3%	5,1%	11,6%
Pilotos	Count	1	0	0	0	0	0	0	1
	% within Actores da peça	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%
Muçulmanos dos EUA	Count	2	0	0	0	0	0	0	2
	% within Actores da peça	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	0,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,2%
Familiares/amigos das vítimas	Count	1	1	0	3	0	0	0	5
	% within Actores da peça	20,0%	20,0%	0,0%	60,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	0,2%	0,5%	0,0%	1,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,4%
Total	Count	404	183	194	159	83	109	156	1.288
	% within Dia/Mês/Ano	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% of Total	31,4%	14,2%	15,1%	12,3%	6,4%	8,5%	12,1%	100,0%

A10

Quadro II

Actores da peça * Nome do jornal Crosstabulation								
		Count	Nome do jornal				Total	
			Público	Diário de Notícias	Jornal de Notícias	Expresso		Independente
Actores da peça	Agência governamental	Count	8	12	6	0	1	27
		% within Actores da peça	29,6%	44,4%	22,2%	0,0%	3,7%	100,0%
		% within Nome do jornal	1,7%	2,6%	1,9%	0,0%	2,6%	2,1%
	Associação	Count	2	4	5	0	1	12
		% within Actores da peça	16,7%	33,3%	41,7%	0,0%	8,3%	100,0%
		% within Nome do jornal	0,4%	0,9%	1,6%	0,0%	2,6%	0,9%
	Bolsas de valores	Count	18	12	9	1	0	40
		% within Actores da peça	45,0%	30,0%	22,5%	2,5%	0,0%	100,0%
		% within Nome do jornal	3,9%	2,6%	2,9%	5,0%	0,0%	3,1%
	Bin Laden	Count	15	8	7	0	3	33
		% within Actores da peça	45,5%	24,2%	21,2%	0,0%	9,1%	100,0%
		% within Nome do jornal	3,2%	1,7%	2,3%	0,0%	7,7%	2,5%
	Bush	Count	18	17	8	0	1	44
		% within Actores da peça	40,9%	38,6%	18,2%	0,0%	2,3%	100,0%
		% within Nome do jornal	3,9%	3,6%	2,6%	0,0%	2,6%	3,4%
	Companhias aéreas	Count	4	5	4	0	1	14
		% within Actores da peça	28,6%	35,7%	28,6%	0,0%	7,1%	100,0%
		% within Nome do jornal	0,9%	1,1%	1,3%	0,0%	2,6%	1,1%
	Emigrantes portugueses	Count	6	11	9	0	2	28
		% within Actores da peça	21,4%	39,3%	32,1%	0,0%	7,1%	100,0%
		% within Nome do jornal	1,3%	2,3%	2,9%	0,0%	5,1%	2,2%
	Empresas	Count	8	3	4	0	0	15
		% within Actores da peça	53,3%	20,0%	26,7%	0,0%	0,0%	100,0%
		% within Nome do jornal	1,7%	0,6%	1,3%	0,0%	0,0%	1,2%

Equipas de salvamento	Count	8	4	7	0	0	19
	% within Actores da peça	42,1%	21,1%	36,8%	0,0%	0,0%	100,0%
	% within Nome do jornal	1,7%	0,9%	2,3%	0,0%	0,0%	1,5%
Especialista	Count	12	14	5	1	0	32
	% within Actores da peça	37,5%	43,8%	15,6%	3,1%	0,0%	100,0%
	% within Nome do jornal	2,6%	3,0%	1,6%	5,0%	0,0%	2,5%
Estado	Count	3	4	2	0	0	9
	% within Actores da peça	33,3%	44,4%	22,2%	0,0%	0,0%	100,0%
	% within Nome do jornal	0,6%	0,9%	0,6%	0,0%	0,0%	0,7%
Figuras públicas	Count	10	12	2	0	0	24
	% within Actores da peça	41,7%	50,0%	8,3%	0,0%	0,0%	100,0%
	% within Nome do jornal	2,2%	2,6%	0,6%	0,0%	0,0%	1,8%
Forças de segurança	Count	10	15	11	0	1	37
	% within Actores da peça	27,0%	40,5%	29,7%	0,0%	2,7%	100,0%
	% within Nome do jornal	2,2%	3,2%	3,5%	0,0%	2,6%	2,8%
Governo	Count	65	80	52	4	7	208
	% within Actores da peça	31,3%	38,5%	25,0%	1,9%	3,4%	100,0%
	% within Nome do jornal	14,1%	17,1%	16,8%	20,0%	17,9%	16,0%
Igrejas	Count	3	4	5	0	0	12
	% within Actores da peça	25,0%	33,3%	41,7%	0,0%	0,0%	100,0%
	% within Nome do jornal	0,6%	0,9%	1,6%	0,0%	0,0%	0,9%
Instituição financeira	Count	10	16	9	0	2	37
	% within Actores da peça	27,0%	43,2%	24,3%	0,0%	5,4%	100,0%
	% within Nome do jornal	2,2%	3,4%	2,9%	0,0%	5,1%	2,8%
Jornalista	Count	4	1	0	0	0	5
	% within Actores da peça	80,0%	20,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
	% within Nome do jornal	0,9%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,4%
Media	Count	14	20	5	0	1	40
	% within Actores da	35,0%	50,0%	12,5%	0,0%	2,5%	100,0%

	peça							
	% within Nome do jornal	3,0%	4,3%	1,6%	0,0%	2,6%	3,1%	
Militares	Count	13	15	9	0	0	37	
	% within Actores da peça	35,1%	40,5%	24,3%	0,0%	0,0%	100,0%	
	% within Nome do jornal	2,8%	3,2%	2,9%	0,0%	0,0%	2,8%	
Muçulmanos	Count	5	3	0	0	0	8	
	% within Actores da peça	62,5%	37,5%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	
	% within Nome do jornal	1,1%	0,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,6%	
NATO	Count	4	8	6	0	0	18	
	% within Actores da peça	22,2%	44,4%	33,3%	0,0%	0,0%	100,0%	
	% within Nome do jornal	0,9%	1,7%	1,9%	0,0%	0,0%	1,4%	
ONG	Count	1	3	1	0	0	5	
	% within Actores da peça	20,0%	60,0%	20,0%	0,0%	0,0%	100,0%	
	% within Nome do jornal	0,2%	0,6%	0,3%	0,0%	0,0%	0,4%	
ONU	Count	4	2	3	0	0	9	
	% within Actores da peça	44,4%	22,2%	33,3%	0,0%	0,0%	100,0%	
	% within Nome do jornal	0,9%	0,4%	1,0%	0,0%	0,0%	0,7%	
OPEP	Count	1	4	1	0	1	7	
	% within Actores da peça	14,3%	57,1%	14,3%	0,0%	14,3%	100,0%	
	% within Nome do jornal	0,2%	0,9%	0,3%	0,0%	2,6%	0,5%	
Organização internacional	Count	2	3	0	0	0	5	
	% within Actores da peça	40,0%	60,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	
	% within Nome do jornal	0,4%	0,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,4%	
Organização política	Count	7	4	2	0	0	13	
	% within Actores da peça	53,8%	30,8%	15,4%	0,0%	0,0%	100,0%	
	% within Nome do jornal	1,5%	0,9%	0,6%	0,0%	0,0%	1,0%	
Outras autoridades	Count	8	3	0	0	0	11	
	% within Actores da peça	72,7%	27,3%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	
	% within Nome do	1,7%	0,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,8%	

	jornal							
Partidos políticos	Count	3	11	0	0	0	14	
	% within Actores da peça	21,4%	78,6%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	
	% within Nome do jornal	0,6%	2,3%	0,0%	0,0%	0,0%	1,1%	
Populares	Count	37	16	22	2	1	78	
	% within Actores da peça	47,4%	20,5%	28,2%	2,6%	1,3%	100,0%	
	% within Nome do jornal	8,0%	3,4%	7,1%	10,0%	2,6%	6,0%	
Serviços secretos	Count	16	15	12	2	6	51	
	% within Actores da peça	31,4%	29,4%	23,5%	3,9%	11,8%	100,0%	
	% within Nome do jornal	3,5%	3,2%	3,9%	10,0%	15,4%	3,9%	
Sobreviventes	Count	6	2	7	0	0	15	
	% within Actores da peça	40,0%	13,3%	46,7%	0,0%	0,0%	100,0%	
	% within Nome do jornal	1,3%	0,4%	2,3%	0,0%	0,0%	1,2%	
Suspeitos	Count	4	5	2	0	0	11	
	% within Actores da peça	36,4%	45,5%	18,2%	0,0%	0,0%	100,0%	
	% within Nome do jornal	0,9%	1,1%	0,6%	0,0%	0,0%	0,8%	
TAP	Count	4	6	2	0	0	12	
	% within Actores da peça	33,3%	50,0%	16,7%	0,0%	0,0%	100,0%	
	% within Nome do jornal	0,9%	1,3%	0,6%	0,0%	0,0%	0,9%	
Terroristas	Count	21	7	9	1	4	42	
	% within Actores da peça	50,0%	16,7%	21,4%	2,4%	9,5%	100,0%	
	% within Nome do jornal	4,5%	1,5%	2,9%	5,0%	10,3%	3,2%	
União Europeia	Count	8	8	4	0	2	22	
	% within Actores da peça	36,4%	36,4%	18,2%	0,0%	9,1%	100,0%	
	% within Nome do jornal	1,7%	1,7%	1,3%	0,0%	5,1%	1,7%	
Vítimas	Count	10	14	14	0	1	39	
	% within Actores da peça	25,6%	35,9%	35,9%	0,0%	2,6%	100,0%	
	% within Nome do jornal	2,2%	3,0%	4,5%	0,0%	2,6%	3,0%	
Outro	Count	43	33	23	2	0	101	

		% within Actores da peça	42,6%	32,7%	22,8%	2,0%	0,0%	100,0%
		% within Nome do jornal	9,3%	7,0%	7,4%	10,0%	0,0%	7,8%
	Não aplicável	Count	44	63	41	7	4	159
		% within Actores da peça	27,7%	39,6%	25,8%	4,4%	2,5%	100,0%
		% within Nome do jornal	9,5%	13,4%	13,2%	35,0%	10,3%	12,2%
	Muçulmanos dos EUA	Count	0	2	0	0	0	2
		% within Actores da peça	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
		% within Nome do jornal	0,0%	0,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,2%
	Familiares/amigos das vítimas	Count	3	0	2	0	0	5
		% within Actores da peça	60,0%	0,0%	40,0%	0,0%	0,0%	100,0%
		% within Nome do jornal	0,6%	0,0%	0,6%	0,0%	0,0%	0,4%
Total		Count	462	469	310	20	39	1.300
		% within Nome do jornal	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	35,5%	36,1%	23,8%	1,5%	3,0%	100,0%

Anexo 11

– Enquadramento

Quadro I

Enquadramento * Dia/Mês/Ano Crosstabulation										
			Dia/Mês/Ano						Total	
			12 Setembro 2001	13 Setembro 2001	14 Setembro 2001	15 Setembro 2001	16 Setembro 2001	17 Setembro 2001		18 Setembro 2001
Enquadramento	Agenda 1	Count	211	40	44	15	17	7	11	345
		% within Enquadramento	61,2%	11,6%	12,8%	4,3%	4,9%	2,0%	3,2%	100,0%
		% within Dia/Mês/Ano	51,3%	21,7%	22,3%	9,4%	20,5%	6,4%	7,1%	26,5%
	Agenda 2	Count	200	144	153	145	66	102	145	955
		% within Enquadramento	20,9%	15,1%	16,0%	15,2%	6,9%	10,7%	15,2%	100,0%
		% within Dia/Mês/Ano	48,7%	78,3%	77,7%	90,6%	79,5%	93,6%	92,9%	73,5%
Total	Count	411	184	197	160	83	109	156	1.300	
	% within Dia/Mês/Ano	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
	% of Total	31,6%	14,2%	15,2%	12,3%	6,4%	8,4%	12,0%	100,0%	

Quadro II

Enquadramento * Proeminência Recodificada Crosstabulation(a)					
			Proeminência Recodificada		Total
			Edições normais	Edições especiais	
Enquadramento	Agenda 1	Count	115	96	211
		% within Enquadramento	54,5%	45,5%	100,0%
		% within Proeminência Recodificada	55,8%	46,8%	51,3%
	Agenda 2	Count	91	109	200
		% within Enquadramento	45,5%	54,5%	100,0%
		% within Proeminência Recodificada	44,2%	53,2%	48,7%
Total	Count	206	205	411	
	% within Proeminência Recodificada	100,0%	100,0%	100,0%	
	% of Total	50,1%	49,9%	100,0%	

a. Dia/Mês/Ano = 12 Setembro 2001

A11

Quadro III

Enquadramento * Nome do jornal Crosstabulation								
			Nome do jornal				Total	
			Público	Diário de Notícias	Jornal de Notícias	Expresso		Independente
Enquadramento	Agenda 1	Count	110	135	86	3	11	345
		% within Enquadramento	31,9%	39,1%	24,9%	0,9%	3,2%	100,0%
		% within Nome do jornal	23,8%	28,8%	27,7%	15,0%	28,2%	26,5%
	Agenda 2	Count	352	334	224	17	28	955
		% within Enquadramento	36,9%	35,0%	23,5%	1,8%	2,9%	100,0%
		% within Nome do jornal	76,2%	71,2%	72,3%	85,0%	71,8%	73,5%
Total		Count	462	469	310	20	39	1.300
		% within Nome do jornal	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	35,5%	36,1%	23,8%	1,5%	3,0%	100,0%

A11

Quadro IV

Tema da peça * Enquadramento Crosstabulation					
			Enquadramento		Total
			Agenda 1	Agenda 2	
Tema da peça	Ambiente	Count	0	2	2
		% within Tema da peça	0,0%	100,0%	100,0%
		% within Enquadramento	0,0%	0,2%	0,2%
	Ataque	Count	82	11	93
		% within Tema da peça	88,2%	11,8%	100,0%
		% within Enquadramento	23,8%	1,2%	7,2%
	Comunidade muçulmana dos EUA	Count	0	10	10
		% within Tema da peça	0,0%	100,0%	100,0%
		% within Enquadramento	0,0%	1,0%	0,8%
	Conflito israelo-palestiniano	Count	0	18	18
		% within Tema da peça	0,0%	100,0%	100,0%
		% within Enquadramento	0,0%	1,9%	1,4%
	Dimensão mediática	Count	9	25	34
		% within Tema da peça	26,5%	73,5%	100,0%
		% within Enquadramento	2,6%	2,6%	2,6%
	Economia	Count	18	105	123
		% within Tema da	14,6%	85,4%	100,0%

		peça			
		% within Enquadramento	5,2%	11,0%	9,5%
Guerra ao terrorismo		Count	8	157	165
		% within Tema da peça	4,8%	95,2%	100,0%
		% within Enquadramento	2,3%	16,4%	12,7%
Investigação		Count	14	41	55
		% within Tema da peça	25,5%	74,5%	100,0%
		% within Enquadramento	4,1%	4,3%	4,2%
Operação de resgate		Count	6	26	32
		% within Tema da peça	18,8%	81,3%	100,0%
		% within Enquadramento	1,7%	2,7%	2,5%
Patriotismo		Count	0	2	2
		% within Tema da peça	0,0%	100,0%	100,0%
		% within Enquadramento	0,0%	0,2%	0,2%
Perspectiva portuguesa		Count	72	168	240
		% within Tema da peça	30,0%	70,0%	100,0%
		% within Enquadramento	20,9%	17,6%	18,5%
Política norte-americana		Count	0	9	9
		% within Tema da peça	0,0%	100,0%	100,0%
		% within Enquadramento	0,0%	0,9%	0,7%
Reacção		Count	52	14	66
		% within Tema da peça	78,8%	21,2%	100,0%
		% within Enquadramento	15,1%	1,5%	5,1%
Retorno à normalidade		Count	2	38	40
		% within Tema da peça	5,0%	95,0%	100,0%
		% within Enquadramento	0,6%	4,0%	3,1%
Segurança		Count	17	74	91
		% within Tema da peça	18,7%	81,3%	100,0%
		% within Enquadramento	4,9%	7,7%	7,0%
Simbologia dos edifícios		Count	0	14	14
		% within Tema da peça	0,0%	100,0%	100,0%
		% within Enquadramento	0,0%	1,5%	1,1%
Sobreviventes		Count	10	1	11
		% within Tema da peça	90,9%	9,1%	100,0%
		% within Enquadramento	2,9%	0,1%	0,8%
Solidariedade		Count	6	31	37
		% within Tema da peça	16,2%	83,8%	100,0%
		% within Enquadramento	1,7%	3,2%	2,8%

	Suspeitos	Count	16	34	50
		% within Tema da peça	32,0%	68,0%	100,0%
		% within Enquadramento	4,6%	3,6%	3,8%
	Testemunhos	Count	4	4	8
		% within Tema da peça	50,0%	50,0%	100,0%
		% within Enquadramento	1,2%	0,4%	0,6%
	Terrorismo	Count	1	91	92
		% within Tema da peça	1,1%	98,9%	100,0%
		% within Enquadramento	0,3%	9,5%	7,1%
	Vítimas	Count	24	9	33
		% within Tema da peça	72,7%	27,3%	100,0%
		% within Enquadramento	7,0%	0,9%	2,5%
	Outro	Count	4	57	61
		% within Tema da peça	6,6%	93,4%	100,0%
		% within Enquadramento	1,2%	6,0%	4,7%
	Ficção versus realidade	Count	0	13	13
		% within Tema da peça	0,0%	100,0%	100,0%
		% within Enquadramento	0,0%	1,4%	1,0%
	Agenda	Count	0	1	1
		% within Tema da peça	0,0%	100,0%	100,0%
		% within Enquadramento	0,0%	0,1%	0,1%
Total	Count	345	955	1.300	
	% within Enquadramento	100,0%	100,0%	100,0%	
	% of Total	26,5%	73,5%	100,0%	

A11

Quadro V

Tema da peça * Enquadramento Crosstabulation(a)					
Tema da peça			Enquadramento		Total
			Agenda 1	Agenda 2	
Tema da peça	Ambiente	Count	0	1	1
		% within Tema da peça	0,0%	100,0%	100,0%
		% within Enquadramento	0,0%	0,3%	0,2%
	Ataque	Count	18	5	23
		% within Tema da peça	78,3%	21,7%	100,0%
		% within Enquadramento	16,4%	1,4%	5,0%
	Comunidade muçulmana dos EUA	Count	0	4	4
		% within Tema da peça	0,0%	100,0%	100,0%
		% within Enquadramento	0,0%	1,1%	0,9%
	Conflito israelo-palestiniano	Count	0	9	9
		% within Tema da peça	0,0%	100,0%	100,0%
		% within Enquadramento	0,0%	2,6%	1,9%
	Dimensão mediática	Count	4	10	14
		% within Tema da peça	28,6%	71,4%	100,0%
		% within Enquadramento	3,6%	2,8%	3,0%
	Economia	Count	5	41	46
		% within Tema da peça	10,9%	89,1%	100,0%
		% within Enquadramento	4,5%	11,6%	10,0%
	Guerra ao terrorismo	Count	1	59	60
		% within Tema da peça	1,7%	98,3%	100,0%
		% within Enquadramento	0,9%	16,8%	13,0%
	Investigação	Count	3	9	12
		% within Tema da peça	25,0%	75,0%	100,0%
		% within Enquadramento	2,7%	2,6%	2,6%
	Operação de resgate	Count	3	10	13
		% within Tema da peça	23,1%	76,9%	100,0%
		% within Enquadramento	2,7%	2,8%	2,8%
Patriotismo	Count	0	1	1	
	% within Tema da peça	0,0%	100,0%	100,0%	
	% within Enquadramento	0,0%	0,3%	0,2%	
Perspectiva portuguesa	Count	22	61	83	
	% within Tema da peça	26,5%	73,5%	100,0%	
	% within Enquadramento	20,0%	17,3%	18,0%	

Política norte-americana	Count	0	3	3
	% within Tema da peça	0,0%	100,0%	100,0%
	% within Enquadramento	0,0%	0,9%	0,6%
Reacção	Count	16	4	20
	% within Tema da peça	80,0%	20,0%	100,0%
	% within Enquadramento	14,5%	1,1%	4,3%
Regresso à normalidade	Count	0	14	14
	% within Tema da peça	0,0%	100,0%	100,0%
	% within Enquadramento	0,0%	4,0%	3,0%
Segurança	Count	10	14	24
	% within Tema da peça	41,7%	58,3%	100,0%
	% within Enquadramento	9,1%	4,0%	5,2%
Simbologia dos edifícios	Count	0	5	5
	% within Tema da peça	0,0%	100,0%	100,0%
	% within Enquadramento	0,0%	1,4%	1,1%
Sobreviventes	Count	3	0	3
	% within Tema da peça	100,0%	0,0%	100,0%
	% within Enquadramento	2,7%	0,0%	0,6%
Solidariedade	Count	5	17	22
	% within Tema da peça	22,7%	77,3%	100,0%
	% within Enquadramento	4,5%	4,8%	4,8%
Suspeitos	Count	6	14	20
	% within Tema da peça	30,0%	70,0%	100,0%
	% within Enquadramento	5,5%	4,0%	4,3%
Testemunhos	Count	1	0	1
	% within Tema da peça	100,0%	0,0%	100,0%
	% within Enquadramento	0,9%	0,0%	0,2%
Terrorismo	Count	1	46	47
	% within Tema da peça	2,1%	97,9%	100,0%
	% within Enquadramento	0,9%	13,1%	10,2%
Vítimas	Count	11	0	11
	% within Tema da peça	100,0%	0,0%	100,0%
	% within Enquadramento	10,0%	0,0%	2,4%
Outro	Count	1	22	23
	% within Tema da peça	4,3%	95,7%	100,0%
	% within Enquadramento	0,9%	6,3%	5,0%
Ficção versus realidade	Count	0	2	2
	% within Tema da peça	0,0%	100,0%	100,0%

O 11 de Setembro na imprensa portuguesa

		% within Enquadramento	0,0%	0,6%	0,4%
	Agenda	Count	0	1	1
		% within Tema da peça	0,0%	100,0%	100,0%
		% within Enquadramento	0,0%	0,3%	0,2%
Total		Count	110	352	462
		% within Enquadramento	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	23,8%	76,2%	100,0%
a. Nome do jornal = Público					

A11

Quadro VI

Tema da peça * Enquadramento Crosstabulation(a)					
			Enquadramento		Total
			Agenda 1	Agenda 2	
Tema da peça	Ambiente	Count	0	1	1
		% within Tema da peça	0,0%	100,0%	100,0%
		% within Enquadramento	0,0%	0,3%	0,2%
	Ataque	Count	37	3	40
		% within Tema da peça	92,5%	7,5%	100,0%
		% within Enquadramento	27,4%	0,9%	8,5%
	Comunidade muçulmana dos EUA	Count	0	5	5
		% within Tema da peça	0,0%	100,0%	100,0%
		% within Enquadramento	0,0%	1,5%	1,1%
	Conflito israelo-palestiniano	Count	0	9	9
		% within Tema da peça	0,0%	100,0%	100,0%
		% within Enquadramento	0,0%	2,7%	1,9%
	Dimensão mediática	Count	5	9	14
		% within Tema da peça	35,7%	64,3%	100,0%
		% within Enquadramento	3,7%	2,7%	3,0%
		% of Total	1,1%	1,9%	3,0%
	Economia	Count	11	35	46
		% within Tema da peça	23,9%	76,1%	100,0%
		% within Enquadramento	8,1%	10,5%	9,8%
	Guerra ao terrorismo	Count	2	56	58
		% within Tema da peça	3,4%	96,6%	100,0%
		% within Enquadramento	1,5%	16,8%	12,4%
	Investigação	Count	6	19	25
		% within Tema da peça	24,0%	76,0%	100,0%
		% within Enquadramento	4,4%	5,7%	5,3%
	Operação de resgate	Count	2	7	9
		% within Tema da peça	22,2%	77,8%	100,0%
% within Enquadramento		1,5%	2,1%	1,9%	
Patriotismo	Count	0	1	1	
	% within Tema da peça	0,0%	100,0%	100,0%	
	% within Enquadramento	0,0%	0,3%	0,2%	
Perspectiva portuguesa	Count	28	60	88	
	% within Tema da peça	31,8%	68,2%	100,0%	
	% within	20,7%	18,0%	18,8%	

	Enquadramento			
Política norte-americana	Count	0	1	1
	% within Tema da peça	0,0%	100,0%	100,0%
	% within Enquadramento	0,0%	0,3%	0,2%
Reacção	Count	17	6	23
	% within Tema da peça	73,9%	26,1%	100,0%
	% within Enquadramento	12,6%	1,8%	4,9%
Retorno à normalidade	Count	2	12	14
	% within Tema da peça	14,3%	85,7%	100,0%
	% within Enquadramento	1,5%	3,6%	3,0%
Segurança	Count	5	35	40
	% within Tema da peça	12,5%	87,5%	100,0%
	% within Enquadramento	3,7%	10,5%	8,5%
Simbologia dos edifícios	Count	0	2	2
	% within Tema da peça	0,0%	100,0%	100,0%
	% within Enquadramento	0,0%	0,6%	0,4%
Sobreviventes	Count	4	0	4
	% within Tema da peça	100,0%	0,0%	100,0%
	% within Enquadramento	3,0%	0,0%	0,9%
Solidariedade	Count	0	6	6
	% within Tema da peça	0,0%	100,0%	100,0%
	% within Enquadramento	0,0%	1,8%	1,3%
Suspeitos	Count	4	9	13
	% within Tema da peça	30,8%	69,2%	100,0%
	% within Enquadramento	3,0%	2,7%	2,8%
Testemunhos	Count	2	3	5
	% within Tema da peça	40,0%	60,0%	100,0%
	% within Enquadramento	1,5%	0,9%	1,1%
Terrorismo	Count	0	26	26
	% within Tema da peça	0,0%	100,0%	100,0%
	% within Enquadramento	0,0%	7,8%	5,5%
Vítimas	Count	8	2	10
	% within Tema da peça	80,0%	20,0%	100,0%
	% within Enquadramento	5,9%	0,6%	2,1%
Outro	Count	2	20	22
	% within Tema da peça	9,1%	90,9%	100,0%
	% within Enquadramento	1,5%	6,0%	4,7%
Ficção versus realidade	Count	0	7	7
	% within Tema da	0,0%	100,0%	100,0%

		peça			
		% within Enquadramento	0,0%	2,1%	1,5%
Total		Count	135	334	469
		% within Enquadramento	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	28,8%	71,2%	100,0%
a. Nome do jornal = Diário de Notícias					

A11

Quadro VII

Tema da peça * Enquadramento Crosstabulation(a)					
			Enquadramento		Total
			Agenda 1	Agenda 2	
Tema da peça	Ataque	Count	22	2	24
		% within Tema da peça	91,7%	8,3%	100,0%
		% within Enquadramento	25,6%	0,9%	7,7%
	Comunidade muçulmana dos EUA	Count	0	1	1
		% within Tema da peça	0,0%	100,0%	100,0%
		% within Enquadramento	0,0%	0,4%	0,3%
	Dimensão mediática	Count	0	6	6
		% within Tema da peça	0,0%	100,0%	100,0%
		% within Enquadramento	0,0%	2,7%	1,9%
	Economia	Count	2	24	26
		% within Tema da peça	7,7%	92,3%	100,0%
		% within Enquadramento	2,3%	10,7%	8,4%
	Guerra ao terrorismo	Count	4	37	41
		% within Tema da peça	9,8%	90,2%	100,0%
		% within Enquadramento	4,7%	16,5%	13,2%
	Investigação	Count	3	12	15
		% within Tema da peça	20,0%	80,0%	100,0%
		% within Enquadramento	3,5%	5,4%	4,8%
	Operação de resgate	Count	1	9	10
		% within Tema da peça	10,0%	90,0%	100,0%
		% within Enquadramento	1,2%	4,0%	3,2%
	Perspectiva portuguesa	Count	20	39	59
		% within Tema da peça	33,9%	66,1%	100,0%
		% within Enquadramento	23,3%	17,4%	19,0%
	Política norte-americana	Count	0	3	3
		% within Tema da peça	0,0%	100,0%	100,0%
		% within Enquadramento	0,0%	1,3%	1,0%
Reacção	Count	17	3	20	
	% within Tema da peça	85,0%	15,0%	100,0%	
	% within Enquadramento	19,8%	1,3%	6,5%	
Regresso à normalidade	Count	0	10	10	
	% within Tema da peça	0,0%	100,0%	100,0%	
	% within Enquadramento	0,0%	4,5%	3,2%	

Segurança	Count	2	20	22
	% within Tema da peça	9,1%	90,9%	100,0%
	% within Enquadramento	2,3%	8,9%	7,1%
Simbologia dos edifícios	Count	0	4	4
	% within Tema da peça	0,0%	100,0%	100,0%
	% within Enquadramento	0,0%	1,8%	1,3%
Sobreviventes	Count	3	1	4
	% within Tema da peça	75,0%	25,0%	100,0%
	% within Enquadramento	3,5%	0,4%	1,3%
Solidariedade	Count	0	8	8
	% within Tema da peça	0,0%	100,0%	100,0%
	% within Enquadramento	0,0%	3,6%	2,6%
Suspeitos	Count	6	11	17
	% within Tema da peça	35,3%	64,7%	100,0%
	% within Enquadramento	7,0%	4,9%	5,5%
Testemunhos	Count	0	1	1
	% within Tema da peça	0,0%	100,0%	100,0%
	% within Enquadramento	0,0%	0,4%	0,3%
Terrorismo	Count	0	11	11
	% within Tema da peça	0,0%	100,0%	100,0%
	% within Enquadramento	0,0%	4,9%	3,5%
Vítimas	Count	5	6	11
	% within Tema da peça	45,5%	54,5%	100,0%
	% within Enquadramento	5,8%	2,7%	3,5%
Outro	Count	1	14	15
	% within Tema da peça	6,7%	93,3%	100,0%
	% within Enquadramento	1,2%	6,3%	4,8%
Ficção versus realidade	Count	0	2	2
	% within Tema da peça	0,0%	100,0%	100,0%
	% within Enquadramento	0,0%	0,9%	0,6%
Total	Count	86	224	310
	% within Enquadramento	100,0%	100,0%	100,0%
	% of Total	27,7%	72,3%	100,0%

a. Nome do jornal = Jornal de Notícias

A11

Quadro VIII

Tema da peça * Enquadramento Crosstabulation(a)					
Tema da peça		Ataque	Enquadramento		Total
			Agenda 1	Agenda 2	
Tema da peça	Ataque	Count	3	0	3
		% within Tema da peça	100,0%	0,0%	100,0%
		% within Enquadramento	27,3%	0,0%	7,7%
	Economia	Count	0	3	3
		% within Tema da peça	0,0%	100,0%	100,0%
		% within Enquadramento	0,0%	10,7%	7,7%
	Guerra ao terrorismo	Count	1	2	3
		% within Tema da peça	33,3%	66,7%	100,0%
		% within Enquadramento	9,1%	7,1%	7,7%
	Investigação	Count	1	1	2
		% within Tema da peça	50,0%	50,0%	100,0%
		% within Enquadramento	9,1%	3,6%	5,1%
	Perspectiva portuguesa	Count	2	8	10
		% within Tema da peça	20,0%	80,0%	100,0%
		% within Enquadramento	18,2%	28,6%	25,6%
	Política norte-americana	Count	0	2	2
		% within Tema da peça	0,0%	100,0%	100,0%
		% within Enquadramento	0,0%	7,1%	5,1%
	Reacção	Count	2	0	2
		% within Tema da peça	100,0%	0,0%	100,0%
		% within Enquadramento	18,2%	0,0%	5,1%
	Segurança	Count	0	3	3
		% within Tema da peça	0,0%	100,0%	100,0%
		% within Enquadramento	0,0%	10,7%	7,7%
	Simbologia dos edifícios	Count	0	1	1
		% within Tema da peça	0,0%	100,0%	100,0%
		% within Enquadramento	0,0%	3,6%	2,6%
Solidariedade	Count	1	0	1	
	% within Tema da peça	100,0%	0,0%	100,0%	
	% within Enquadramento	9,1%	0,0%	2,6%	
Testemunhos	Count	1	0	1	
	% within Tema da peça	100,0%	0,0%	100,0%	
	% within Enquadramento	9,1%	0,0%	2,6%	

	Terrorismo	Count	0	7	7
		% within Tema da peça	0,0%	100,0%	100,0%
		% within Enquadramento	0,0%	25,0%	17,9%
	Vítimas	Count	0	1	1
		% within Tema da peça	0,0%	100,0%	100,0%
		% within Enquadramento	0,0%	3,6%	2,6%
Total	Count	11	28	39	
	% within Enquadramento	100,0%	100,0%	100,0%	
	% of Total	28,2%	71,8%	100,0%	
a. Nome do jornal = Independente					

A11

Quadro IX

Tema da peça * Enquadramento Crosstabulation(a)					
Tema da peça			Enquadramento		Total
			Agenda 1	Agenda 2	
Tema da peça	Ataque	Count	2	1	3
		% within Tema da peça	66,7%	33,3%	100,0%
		% within Enquadramento	66,7%	5,9%	15,0%
	Economia	Count	0	2	2
		% within Tema da peça	0,0%	100,0%	100,0%
		% within Enquadramento	0,0%	11,8%	10,0%
	Guerra ao terrorismo	Count	0	3	3
		% within Tema da peça	0,0%	100,0%	100,0%
		% within Enquadramento	0,0%	17,6%	15,0%
	Investigação	Count	1	0	1
		% within Tema da peça	100,0%	0,0%	100,0%
		% within Enquadramento	33,3%	0,0%	5,0%
	Reacção	Count	0	1	1
		% within Tema da peça	0,0%	100,0%	100,0%
		% within Enquadramento	0,0%	5,9%	5,0%
	Retorno à normalidade	Count	0	2	2
		% within Tema da peça	0,0%	100,0%	100,0%
		% within Enquadramento	0,0%	11,8%	10,0%
	Segurança	Count	0	2	2
		% within Tema da peça	0,0%	100,0%	100,0%
		% within Enquadramento	0,0%	11,8%	10,0%
	Simbologia dos edifícios	Count	0	2	2
		% within Tema da peça	0,0%	100,0%	100,0%
		% within Enquadramento	0,0%	11,8%	10,0%
	Terrorismo	Count	0	1	1
		% within Tema da peça	0,0%	100,0%	100,0%
		% within Enquadramento	0,0%	5,9%	5,0%
Outro	Count	0	1	1	
	% within Tema da peça	0,0%	100,0%	100,0%	
	% within Enquadramento	0,0%	5,9%	5,0%	
Ficção versus realidade	Count	0	2	2	
	% within Tema da peça	0,0%	100,0%	100,0%	
	% within Enquadramento	0,0%	11,8%	10,0%	

Total	Count	3	17	20
	% within Enquadramento	100,0%	100,0%	100,0%
	% of Total	15,0%	85,0%	100,0%
a. Nome do jornal = Expresso				

Anexo 12

– Vozes

Quadro I

Vozes da peça * Dia/Mês/Ano Crosstabulation										
			Dia/Mês/Ano						Total	
			12 Setembro 2001	13 Setembro 2001	14 Setembro 2001	15 Setembro 2001	16 Setembro 2001	17 Setembro 2001		18 Setembro 2001
Vozes da peça	Agência governamental	Count	9	6	0	1	1	0	1	18
		% within Vozes da peça	50,0%	33,3%	0,0%	5,6%	5,6%	0,0%	5,6%	100,0%
		% within Dia/Mês/Ano	2,2%	3,3%	0,0%	0,6%	1,2%	0,0%	0,6%	1,4%
	Associação	Count	9	5	4	1	0	0	1	20
		% within Vozes da peça	45,0%	25,0%	20,0%	5,0%	0,0%	0,0%	5,0%	100,0%
		% within Dia/Mês/Ano	2,2%	2,7%	2,0%	0,6%	0,0%	0,0%	0,6%	1,5%
	Bin Laden	Count	1	1	1	0	0	1	1	5
		% within Vozes da peça	20,0%	20,0%	20,0%	0,0%	0,0%	20,0%	20,0%	100,0%
		% within Dia/Mês/Ano	0,2%	0,5%	0,5%	0,0%	0,0%	0,9%	0,6%	0,4%
	Bolsas de valores	Count	1	0	1	1	1	0	0	4
		% within Vozes da peça	25,0%	0,0%	25,0%	25,0%	25,0%	0,0%	0,0%	100,0%
		% within Dia/Mês/Ano	0,2%	0,0%	0,5%	0,6%	1,2%	0,0%	0,0%	0,3%
	Bombeiros	Count	0	2	0	0	0	0	0	2
		% within Vozes da peça	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
		% within Dia/Mês/Ano	0,0%	1,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,2%
	Bush	Count	15	2	2	4	4	3	4	34
		% within Vozes da peça	44,1%	5,9%	5,9%	11,8%	11,8%	8,8%	11,8%	100,0%
		% within Dia/Mês/Ano	3,6%	1,1%	1,0%	2,5%	4,8%	2,8%	2,6%	2,6%
	Companhias aéreas	Count	0	1	0	0	0	0	0	1
		% within Vozes da peça	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
		% within Dia/Mês/Ano	0,0%	0,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%
	Emigrantes portugueses	Count	14	5	4	4	0	0	1	28
		% within Vozes da peça	50,0%	17,9%	14,3%	14,3%	0,0%	0,0%	3,6%	100,0%
		% within Dia/Mês/Ano	3,4%	2,7%	2,0%	2,5%	0,0%	0,0%	0,6%	2,2%
Empresas	Count	2	0	3	3	0	0	3	11	
	% within Vozes da peça	18,2%	0,0%	27,3%	27,3%	0,0%	0,0%	27,3%	100,0%	
	% within Dia/Mês/Ano	0,5%	0,0%	1,5%	1,9%	0,0%	0,0%	1,9%	0,8%	

Equipas de salvamento	Count	1	1	3	1	4	2	0	12
	% within Vozes da peça	8,3%	8,3%	25,0%	8,3%	33,3%	16,7%	0,0%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	0,2%	0,5%	1,5%	0,6%	4,8%	1,8%	0,0%	0,9%
Especialista	Count	39	17	11	12	4	5	2	90
	% within Vozes da peça	43,3%	18,9%	12,2%	13,3%	4,4%	5,6%	2,2%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	9,5%	9,2%	5,6%	7,5%	4,8%	4,6%	1,3%	6,9%
Estado	Count	3	1	0	0	0	0	1	5
	% within Vozes da peça	60,0%	20,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	20,0%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	0,7%	0,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,6%	0,4%
Familiares/amigos das vítimas	Count	6	3	3	3	1	1	1	18
	% within Vozes da peça	33,3%	16,7%	16,7%	16,7%	5,6%	5,6%	5,6%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	1,5%	1,6%	1,5%	1,9%	1,2%	0,9%	0,6%	1,4%
Familiares/amigos de suspeitos	Count	0	1	1	0	1	1	0	4
	% within Vozes da peça	0,0%	25,0%	25,0%	0,0%	25,0%	25,0%	0,0%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	0,0%	0,5%	0,5%	0,0%	1,2%	0,9%	0,0%	0,3%
Figuras públicas	Count	2	2	2	2	2	1	4	15
	% within Vozes da peça	13,3%	13,3%	13,3%	13,3%	13,3%	6,7%	26,7%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	0,5%	1,1%	1,0%	1,3%	2,4%	0,9%	2,6%	1,2%
Forças de segurança	Count	12	1	6	1	3	5	2	30
	% within Vozes da peça	40,0%	3,3%	20,0%	3,3%	10,0%	16,7%	6,7%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	2,9%	0,5%	3,0%	0,6%	3,6%	4,6%	1,3%	2,3%
Governo	Count	61	20	26	20	13	24	30	194
	% within Vozes da peça	31,4%	10,3%	13,4%	10,3%	6,7%	12,4%	15,5%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	14,8%	10,9%	13,2%	12,5%	15,7%	22,0%	19,2%	14,9%
	% of Total	4,7%	1,5%	2,0%	1,5%	1,0%	1,8%	2,3%	14,9%
Igrejas	Count	4	1	2	1	0	1	1	10
	% within Vozes da peça	40,0%	10,0%	20,0%	10,0%	0,0%	10,0%	10,0%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	1,0%	0,5%	1,0%	0,6%	0,0%	0,9%	0,6%	0,8%
Instituição financeira	Count	1	5	4	0	0	0	7	17
	% within Vozes da peça	5,9%	29,4%	23,5%	0,0%	0,0%	0,0%	41,2%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	0,2%	2,7%	2,0%	0,0%	0,0%	0,0%	4,5%	1,3%
Jornalista	Count	1	1	0	1	1	0	3	7
	% within Vozes da	14,3%	14,3%	0,0%	14,3%	14,3%	0,0%	42,9%	100,0%

	peça								
	% within Dia/Mês/Ano	0,2%	0,5%	0,0%	0,6%	1,2%	0,0%	1,9%	0,5%
Media	Count	7	1	5	4	0	1	2	20
	% within Vozes da peça	35,0%	5,0%	25,0%	20,0%	0,0%	5,0%	10,0%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	1,7%	0,5%	2,5%	2,5%	0,0%	0,9%	1,3%	1,5%
Militares	Count	8	1	0	2	1	3	1	16
	% within Vozes da peça	50,0%	6,3%	0,0%	12,5%	6,3%	18,8%	6,3%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	1,9%	0,5%	0,0%	1,3%	1,2%	2,8%	0,6%	1,2%
Muçulmanos	Count	1	2	0	0	1	0	0	4
	% within Vozes da peça	25,0%	50,0%	0,0%	0,0%	25,0%	0,0%	0,0%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	0,2%	1,1%	0,0%	0,0%	1,2%	0,0%	0,0%	0,3%
NATO	Count	5	4	3	0	0	0	2	14
	% within Vozes da peça	35,7%	28,6%	21,4%	0,0%	0,0%	0,0%	14,3%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	1,2%	2,2%	1,5%	0,0%	0,0%	0,0%	1,3%	1,1%
ONG	Count	0	2	0	0	0	1	2	5
	% within Vozes da peça	0,0%	40,0%	0,0%	0,0%	0,0%	20,0%	40,0%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	0,0%	1,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,9%	1,3%	0,4%
ONU	Count	5	0	0	0	1	1	0	7
	% within Vozes da peça	71,4%	0,0%	0,0%	0,0%	14,3%	14,3%	0,0%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	1,2%	0,0%	0,0%	0,0%	1,2%	0,9%	0,0%	0,5%
OPEP	Count	2	2	1	0	0	0	1	6
	% within Vozes da peça	33,3%	33,3%	16,7%	0,0%	0,0%	0,0%	16,7%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	0,5%	1,1%	0,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,6%	0,5%
Organização internacional	Count	1	0	2	0	1	0	0	4
	% within Vozes da peça	25,0%	0,0%	50,0%	0,0%	25,0%	0,0%	0,0%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	0,2%	0,0%	1,0%	0,0%	1,2%	0,0%	0,0%	0,3%
Organização política	Count	4	0	0	1	1	2	5	13
	% within Vozes da peça	30,8%	0,0%	0,0%	7,7%	7,7%	15,4%	38,5%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	1,0%	0,0%	0,0%	0,6%	1,2%	1,8%	3,2%	1,0%
Outras autoridades	Count	1	3	1	1	1	2	1	10
	% within Vozes da peça	10,0%	30,0%	10,0%	10,0%	10,0%	20,0%	10,0%	100,0%
	% within Dia/Mês/Ano	0,2%	1,6%	0,5%	0,6%	1,2%	1,8%	0,6%	0,8%
Partidos políticos	Count	2	4	2	0	0	5	1	14

	% within	14,3%	28,6%	14,3%	0,0%	0,0%	35,7%	7,1%	100,0%
	Vozes da peça								
	% within	0,5%	2,2%	1,0%	0,0%	0,0%	4,6%	0,6%	1,1%
	Dia/Mês/Ano								
Populares	Count	24	5	11	3	2	6	12	63
	% within	38,1%	7,9%	17,5%	4,8%	3,2%	9,5%	19,0%	100,0%
	Vozes da peça								
	% within	5,8%	2,7%	5,6%	1,9%	2,4%	5,5%	7,7%	4,8%
	Dia/Mês/Ano								
Serviços secretos	Count	1	3	6	8	1	2	3	24
	% within	4,2%	12,5%	25,0%	33,3%	4,2%	8,3%	12,5%	100,0%
	Vozes da peça								
	% within	0,2%	1,6%	3,0%	5,0%	1,2%	1,8%	1,9%	1,8%
	Dia/Mês/Ano								
Sobreviventes	Count	1	0	3	2	1	0	0	7
	% within	14,3%	0,0%	42,9%	28,6%	14,3%	0,0%	0,0%	100,0%
	Vozes da peça								
	% within	0,2%	0,0%	1,5%	1,3%	1,2%	0,0%	0,0%	0,5%
	Dia/Mês/Ano								
TAP	Count	2	3	1	1	0	0	1	8
	% within	25,0%	37,5%	12,5%	12,5%	0,0%	0,0%	12,5%	100,0%
	Vozes da peça								
	% within	0,5%	1,6%	0,5%	0,6%	0,0%	0,0%	0,6%	0,6%
	Dia/Mês/Ano								
Terroristas	Count	1	0	1	0	0	0	0	2
	% within	50,0%	0,0%	50,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
	Vozes da peça								
	% within	0,2%	0,0%	0,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,2%
	Dia/Mês/Ano								
União Europeia	Count	6	3	4	3	1	0	3	20
	% within	30,0%	15,0%	20,0%	15,0%	5,0%	0,0%	15,0%	100,0%
	Vozes da peça								
	% within	1,5%	1,6%	2,0%	1,9%	1,2%	0,0%	1,9%	1,5%
	Dia/Mês/Ano								
Outro	Count	13	13	9	11	7	14	13	80
	% within	16,3%	16,3%	11,3%	13,8%	8,8%	17,5%	16,3%	100,0%
	Vozes da peça								
	% within	3,2%	7,1%	4,6%	6,9%	8,4%	12,8%	8,3%	6,2%
	Dia/Mês/Ano								
Não aplicável	Count	146	63	75	69	30	28	47	458
	% within	31,9%	13,8%	16,4%	15,1%	6,6%	6,1%	10,3%	100,0%
	Vozes da peça								
	% within	35,5%	34,2%	38,1%	43,1%	36,1%	25,7%	30,1%	35,2%
	Dia/Mês/Ano								
Total	Count	411	184	197	160	83	109	156	1.300
	% within	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	Dia/Mês/Ano								
	% of Total	31,6%	14,2%	15,2%	12,3%	6,4%	8,4%	12,0%	100,0%

A12

Quadro II

Vozes da peça * Nome do jornal Crosstabulation								
			Nome do jornal					Total
			Público	Diário de Notícias	Jornal de Notícias	Expresso	Independente	
Vozes da peça	Agência governamental	Count	6	6	6	0	0	18
		% within Vozes da peça	33,3%	33,3%	33,3%	0,0%	0,0%	100,0%
		% within Nome do jornal	1,3%	1,3%	1,9%	0,0%	0,0%	1,4%
	Associação	Count	6	4	9	0	1	20
		% within Vozes da peça	30,0%	20,0%	45,0%	0,0%	5,0%	100,0%
		% within Nome do jornal	1,3%	0,9%	2,9%	0,0%	2,6%	1,5%
	Bin Laden	Count	2	0	2	0	1	5
		% within Vozes da peça	40,0%	0,0%	40,0%	0,0%	20,0%	100,0%
		% within Nome do jornal	0,4%	0,0%	0,6%	0,0%	2,6%	0,4%
	Bolsas de valores	Count	3	1	0	0	0	4
		% within Vozes da peça	75,0%	25,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
		% within Nome do jornal	0,6%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,3%
	Bombeiros	Count	1	0	1	0	0	2
		% within Vozes da peça	50,0%	0,0%	50,0%	0,0%	0,0%	100,0%
		% within Nome do jornal	0,2%	0,0%	0,3%	0,0%	0,0%	0,2%
	Bush	Count	12	15	7	0	0	34
		% within Vozes da peça	35,3%	44,1%	20,6%	0,0%	0,0%	100,0%
		% within Nome do jornal	2,6%	3,2%	2,3%	0,0%	0,0%	2,6%
	Companhias aéreas	Count	0	1	0	0	0	1
		% within Vozes da peça	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
		% within Nome do jornal	0,0%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%
	Emigrantes portugueses	Count	6	11	9	0	2	28
		% within Vozes da peça	21,4%	39,3%	32,1%	0,0%	7,1%	100,0%
		% within Nome do	1,3%	2,3%	2,9%	0,0%	5,1%	2,2%

	jornal							
Empresas	Count	6	2	2	1	0	11	
	% within Vozes da peça	54,5%	18,2%	18,2%	9,1%	0,0%	100,0%	
	% within Nome do jornal	1,3%	0,4%	0,6%	5,0%	0,0%	0,8%	
Equipas de salvamento	Count	6	2	4	0	0	12	
	% within Vozes da peça	50,0%	16,7%	33,3%	0,0%	0,0%	100,0%	
	% within Nome do jornal	1,3%	0,4%	1,3%	0,0%	0,0%	0,9%	
Especialista	Count	38	24	21	4	3	90	
	% within Vozes da peça	42,2%	26,7%	23,3%	4,4%	3,3%	100,0%	
	% within Nome do jornal	8,2%	5,1%	6,8%	20,0%	7,7%	6,9%	
Estado	Count	1	3	1	0	0	5	
	% within Vozes da peça	20,0%	60,0%	20,0%	0,0%	0,0%	100,0%	
	% within Nome do jornal	0,2%	0,6%	0,3%	0,0%	0,0%	0,4%	
Famíliares/amigos das vítimas	Count	9	3	5	0	1	18	
	% within Vozes da peça	50,0%	16,7%	27,8%	0,0%	5,6%	100,0%	
	% within Nome do jornal	1,9%	0,6%	1,6%	0,0%	2,6%	1,4%	
Famíliares/amigos de suspeitos	Count	2	1	1	0	0	4	
	% within Vozes da peça	50,0%	25,0%	25,0%	0,0%	0,0%	100,0%	
	% within Nome do jornal	0,4%	0,2%	0,3%	0,0%	0,0%	0,3%	
Figuras públicas	Count	7	7	1	0	0	15	
	% within Vozes da peça	46,7%	46,7%	6,7%	0,0%	0,0%	100,0%	
	% within Nome do jornal	1,5%	1,5%	0,3%	0,0%	0,0%	1,2%	
Forças de segurança	Count	9	8	13	0	0	30	
	% within Vozes da peça	30,0%	26,7%	43,3%	0,0%	0,0%	100,0%	
	% within Nome do jornal	1,9%	1,7%	4,2%	0,0%	0,0%	2,3%	
Governo	Count	66	75	43	3	7	194	
	% within Vozes da peça	34,0%	38,7%	22,2%	1,5%	3,6%	100,0%	
	% within Nome do jornal	14,3%	16,0%	13,9%	15,0%	17,9%	14,9%	
Igrejas	Count	3	3	4	0	0	10	

	% within Vozes da peça	30,0%	30,0%	40,0%	0,0%	0,0%	100,0%
	% within Nome do jornal	0,6%	0,6%	1,3%	0,0%	0,0%	0,8%
Instituição financeira	Count	6	6	4	0	1	17
	% within Vozes da peça	35,3%	35,3%	23,5%	0,0%	5,9%	100,0%
	% within Nome do jornal	1,3%	1,3%	1,3%	0,0%	2,6%	1,3%
Jornalista	Count	6	1	0	0	0	7
	% within Vozes da peça	85,7%	14,3%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
	% within Nome do jornal	1,3%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,5%
Media	Count	9	7	3	0	1	20
	% within Vozes da peça	45,0%	35,0%	15,0%	0,0%	5,0%	100,0%
	% within Nome do jornal	1,9%	1,5%	1,0%	0,0%	2,6%	1,5%
Militares	Count	6	3	7	0	0	16
	% within Vozes da peça	37,5%	18,8%	43,8%	0,0%	0,0%	100,0%
	% within Nome do jornal	1,3%	0,6%	2,3%	0,0%	0,0%	1,2%
Muçulmanos	Count	4	0	0	0	0	4
	% within Vozes da peça	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
	% within Nome do jornal	0,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,3%
NATO	Count	4	6	4	0	0	14
	% within Vozes da peça	28,6%	42,9%	28,6%	0,0%	0,0%	100,0%
	% within Nome do jornal	0,9%	1,3%	1,3%	0,0%	0,0%	1,1%
ONG	Count	2	2	1	0	0	5
	% within Vozes da peça	40,0%	40,0%	20,0%	0,0%	0,0%	100,0%
	% within Nome do jornal	0,4%	0,4%	0,3%	0,0%	0,0%	0,4%
ONU	Count	3	2	2	0	0	7
	% within Vozes da peça	42,9%	28,6%	28,6%	0,0%	0,0%	100,0%
	% within Nome do jornal	0,6%	0,4%	0,6%	0,0%	0,0%	0,5%
OPEP	Count	0	4	1	0	1	6
	% within Vozes da peça	0,0%	66,7%	16,7%	0,0%	16,7%	100,0%

	% within Nome do jornal	0,0%	0,9%	0,3%	0,0%	2,6%	0,5%
Organização internacional	Count	1	2	1	0	0	4
	% within Vozes da peça	25,0%	50,0%	25,0%	0,0%	0,0%	100,0%
	% within Nome do jornal	0,2%	0,4%	0,3%	0,0%	0,0%	0,3%
Organização política	Count	8	3	2	0	0	13
	% within Vozes da peça	61,5%	23,1%	15,4%	0,0%	0,0%	100,0%
	% within Nome do jornal	1,7%	0,6%	0,6%	0,0%	0,0%	1,0%
Outras autoridades	Count	7	3	0	0	0	10
	% within Vozes da peça	70,0%	30,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
	% within Nome do jornal	1,5%	0,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,8%
Partidos políticos	Count	3	11	0	0	0	14
	% within Vozes da peça	21,4%	78,6%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
	% within Nome do jornal	0,6%	2,3%	0,0%	0,0%	0,0%	1,1%
Populares	Count	26	13	21	2	1	63
	% within Vozes da peça	41,3%	20,6%	33,3%	3,2%	1,6%	100,0%
	% within Nome do jornal	5,6%	2,8%	6,8%	10,0%	2,6%	4,8%
Serviços secretos	Count	10	5	6	1	2	24
	% within Vozes da peça	41,7%	20,8%	25,0%	4,2%	8,3%	100,0%
	% within Nome do jornal	2,2%	1,1%	1,9%	5,0%	5,1%	1,8%
Sobreviventes	Count	4	0	3	0	0	7
	% within Vozes da peça	57,1%	0,0%	42,9%	0,0%	0,0%	100,0%
	% within Nome do jornal	0,9%	0,0%	1,0%	0,0%	0,0%	0,5%
TAP	Count	3	4	1	0	0	8
	% within Vozes da peça	37,5%	50,0%	12,5%	0,0%	0,0%	100,0%
	% within Nome do jornal	0,6%	0,9%	0,3%	0,0%	0,0%	0,6%
Terroristas	Count	1	0	0	0	1	2
	% within Vozes da peça	50,0%	0,0%	0,0%	0,0%	50,0%	100,0%
	% within Nome do jornal	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	2,6%	0,2%

O 11 de Setembro na imprensa portuguesa

	União Europeia	Count	7	8	4	0	1	20
		% within Vozes da peça	35,0%	40,0%	20,0%	0,0%	5,0%	100,0%
		% within Nome do jornal	1,5%	1,7%	1,3%	0,0%	2,6%	1,5%
	Outro	Count	30	26	24	0	0	80
		% within Vozes da peça	37,5%	32,5%	30,0%	0,0%	0,0%	100,0%
		% within Nome do jornal	6,5%	5,5%	7,7%	0,0%	0,0%	6,2%
	Não aplicável	Count	139	197	97	9	16	458
		% within Vozes da peça	30,3%	43,0%	21,2%	2,0%	3,5%	100,0%
		% within Nome do jornal	30,1%	42,0%	31,3%	45,0%	41,0%	35,2%
Total	Count	462	469	310	20	39	1.300	
	% within Nome do jornal	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
	% of Total	35,5%	36,1%	23,8%	1,5%	3,0%	100,0%	

Anexo 13

– Tom

Quadro I

Tom * Nome do jornal Crosstabulation								
			Nome do jornal					Total
			Público	Diário de Notícias	Jornal de Notícias	Expresso	Independente	
Tom	Positivo	Count	48	29	30	7	5	119
		% within Tom	40,3%	24,4%	25,2%	5,9%	4,2%	100,0%
		% within Nome do jornal	10,4%	6,2%	9,7%	35,0%	12,8%	9,2%
	Negativo	Count	130	114	87	5	13	349
		% within Tom	37,2%	32,7%	24,9%	1,4%	3,7%	100,0%
		% within Nome do jornal	28,1%	24,3%	28,1%	25,0%	33,3%	26,8%
	Neutro	Count	284	326	193	8	21	832
		% within Tom	34,1%	39,2%	23,2%	1,0%	2,5%	100,0%
		% within Nome do jornal	61,5%	69,5%	62,3%	40,0%	53,8%	64,0%
Total		Count	462	469	310	20	39	1.300
		% within Tom	35,5%	36,1%	23,8%	1,5%	3,0%	100,0%
		% within Nome do jornal	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%